4. Empresas — Registo comercial

PORTO

PORTO — 1.A SECÇÃO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S. A.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 40 043; identificação de pessoa colectiva n.º 501525882; números e data das apresentações: 1276 e 1277/30 de Junho de 2005.

Certifico que foram depositados, na pasta respectiva, os documentos da prestação de contas referentes ao ano de 2004 e consolidadas, da sociedade em epígrafe.

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção), 2 de Agosto de 2005. — A Ajudante, *(Assinatura ilegível.)*

Relatório e contas de 2004

Uma palavra do presidente

A determinação com que no primeiro ano de refundação e de nova marca única, o vosso Banco continuou a implementar a agenda estratégica anunciada no início de 2003 — assente na disciplina da gestão do capital e no enfoque no retalho bancário doméstico em Portugal, Polónia e Grécia, enquadrando-se na missão que estabelecemos e visão que nos orienta — contribuiu de forma inequívoca para melhorar o posicionamento competitivo da Instituição, aperfeiçoar a proposta de valor oferecida aos clientes, e os indicadores de negócio, rendibilidade, eficiência, qualidade do activo e solvabilidade, num enquadramento marcado por uma recuperação moderada da actividade económica, pela agudização dos desafios estruturais que se colocam ao desenvolvimento sustentado e, no sector financeiro, por alterações no enquadramento regulamentar e competitivo.

No âmbito do primeiro pilar estratégico — disciplina da gestão do capital — concretizaram-se acções de grande relevo, de que destaco a alienação de seguradoras detidas pela Seguros e Pensões, a alienação pelo Bank Millennium da participação de 10% detida no capital da seguradora polaca PZU e a venda da carteira de crédito ao consumo (não-automóvel) originada por terceiros. Realizaram-se ainda importantes operações de gestão de capital em que avulta a securitização sintética sobre crédito a empresas, inovadora no mercado português. O resultado de todas estas iniciativas é bem visível no fortalecimento dos níveis de capitalização, em conformidade com o compromisso assumido perante os senhores accionistas.

Prosseguimos, no quadro do segundo pilar estratégico, as iniciativas tendentes ao aumento da rendibilidade da operação bancária em Portugal, sendo de assinalar o projecto de refundação do Banco Comercial Português desencadeado com a introdução da nova marca única. Sublinha-se o lançamento do Programa Millennium em 2004, que visa fomentar um melhor desenvolvimento dos colaboradores e proporcionar níveis crescentes de inovação e de vantagens para os clientes, levando a um maior envolvimento dos mesmos com o Banco, e materializando-se na criação de mais valor para os accionistas. O Programa Millennium integra um conjunto muito diversificado de medidas, tanto de dinamização comercial como de desenvolvimento organizacional. Salientam-se ainda a dinamização da nova marca, que ascendeu já a uma posição de liderança em termos de notoriedade e recordação, suportada por iniciativas de enorme força mediática, a optimização da rede de distribuição doméstica, a racionalização de recursos, a adopção e uniformização de *standards* de serviço e, simultaneamente, a aplicação de iniciativas tendo em vista uma maior diferenciação e adequação da oferta, tendo como suporte a realidade concreta de diversos segmentos homogéneos de clientes.

No âmbito do terceiro pilar estratégico, as operações internacionais registaram também uma evolução muito positiva, como comprovam o aumento significativo dos resultados operacionais do Bank Millennium, e o facto do NovaBank ter atingido o *break even* no último trimestre do ano, antecipando-se assim aos planos iniciais. Estes resultados na Polónia e na Grécia constituem indicadores de sucesso da estratégia de internacionalização que adoptámos, que tem por base a construção de uma operação bancária multidoméstica concentrada em diferentes países da União Europeia. Após as fases iniciais de reestruturação e lançamento destes projectos, o Banco Comercial Português está em condições de beneficiar de actividades em mercados que, no seu conjunto, têm mais de 60 milhões de cidadãos, com perspectivas de desenvolvimento que reputamos das mais promissoras numa Europa alargada a 25 membros a partir de 2004.

Em corolário, os resultados alcançados superaram não só os objectivos definidos como também as expectativas de analistas financeiros nacionais e estrangeiros, reflectindo o sucesso das medidas de natureza estratégica adoptadas a partir de 2003, como o programa de refundação do Banco e o lançamento da marca única, por um lado, e a concentração no *core business* de retalho bancário, tanto em Portugal como na Polónia e na Grécia, seleccionados como mercados estratégicos de expansão, por outro.

O Banco Comercial Português consolidou o seu posicionamento como um banco rentável, bem capitalizado, com excelentes recursos tecnológicos e humanos, uma vasta rede de distribuição, uma ampla base de clientes, notoriedade e implantação nos mercados financeiros. Estes factores constituem um ponto de partida para o aprofundamento futuro da estratégia do Banco, recuperando e explorando os valores fundamentais que apresentámos aos accionistas fundadores e anunciámos ao mercado aquando da fundação do Banco, designadamente a estabilidade da estrutura accionista, a gestão profissional e independente, a qualificação e responsabilidade dos colaboradores, a abordagem segmentada do mercado, as plataformas de negócios multidomésticas com centros de competências unificados, um modelo de *cross-selling* de produtos e serviços financeiros complementares e tecnologia diferenciadora.

Na evolução verificada desde então, enfrentámos vicissitudes de vária ordem: as consequentes da alteração do enquadramento económico, político e social, e as derivadas de reacções diferentes das esperadas na decorrência das decisões que tomámos. Tudo, porém, dentro do que é normal na execução de um programa sempre assumido com um horizonte de longo prazo. Sobretudo, sempre sem afectar a integridade de um projecto que, em todos os momentos, aspirou a servir o País e os seus agentes económicos, e a corresponder aos anseios dos seus accionistas. Um projecto com dimensão internacional, de matriz portuguesa, com centro de decisão nacional e gerido de forma profissional e independente.

No essencial, a matriz fundacional foi preservada. A operação está consolidada e foi reforçada a partir das iniciativas de refundação viabilizadas pela opção pela marca única Millennium BCP, em Outubro de 2003. A referência internacional que se desejou no momento da fundação foi concretizada sob a forma de um projecto que mantém o seu potencial de desenvolvimento como o entendemos: um Grupo Financeiro Português com expressão europeia, num espaço económico em sucessivo alargamento e, por isso, com novas oportunidades de crescimento e de criação de riqueza. Um espaço crescentemente competitivo onde só podem triunfar empresas com um projecto claro, eficientes, comercialmente ambiciosas e tecnologicamente actualizadas. Reflectindo a sua história e os passos que tomámos em 2004 e nos anos anteriores, o Banco está hoje bem preparado para encarar o futuro.

O Presidente do Conselho de Administração, *Jorge Manuel Jardim Gonçalves.*

Relatório do conselho de administração

Síntese

Dando cumprimento às exigências legais, estatutárias e de mercado de prestação de informação rigorosa, completa e oportuna, vem o conselho de administração apresentar às autoridades, aos accionistas, aos clientes, aos investidores e ao público em geral, o relatório e contas de 2004 do Banco Comercial Português, S. A. (Millennium BCP). A satisfação destas exigências constitui uma oportunidade para expor de forma aprofundada: o comentário sobre o enquadramento competitivo; a explicação das prioridades estratégicas no exercício findo; a caracterização da actividade dos principais segmentos de negócio e plataformas operativas; a análise da rendibilidade e da evolução da estrutura patrimonial, bem como dos mecanismos de gestão dos riscos; e a apresentação das demonstrações financeiras, em base individual e consolidada, acompanhadas pelos relatórios e pareceres dos órgãos de fiscalização e dos auditores externos.

Precedendo a caracterização pormenorizada do enquadramento económico e financeiro e a descrição das principais actividades desenvolvidas no decurso do ano, propomo-nos destacar, nesta breve síntese, as principais linhas de orientação e algumas das iniciativas estra-

tégicas desenvolvidas pelo Millennium BCP em 2004, consideradas de especial relevância para a criação sustentada de valor e a preparação do Grupo BCP para enfrentar os próximos desafios.

A retoma económica intensificou-se e generalizou-se em 2004, estimando-se que o produto interno bruto mundial tenha crescido cerca de 5% no conjunto do ano, uma das mais elevadas taxas de crescimento registada em quase três décadas. Os Estados Unidos e os mercados emergentes, em particular a China, foram os principais motores do crescimento internacional, já que na área do euro o clima de menor confiança das famílias e empresas levou a que a procura interna mantivesse um comportamento moderado. Apesar da forte expansão observada em 2004, a provável persistência de elevados preços do petróleo, os desequilíbrios externo e orçamental dos Estados Unidos e o receio de abrandamento na China constituem factores de incerteza quanto à evolução a curto prazo.

Após uma contracção de 1,3% em 2003, o PIB em Portugal aumentou cerca de 1,1% em 2004, situando-se novamente aquém, quer da média da zona euro, quer da respectiva taxa de crescimento potencial. A retoma económica foi liderada pelo dinamismo da procura interna, em especial do consumo privado, e pelo crescimento das exportações, ainda que a expressiva subida em volume das importações tenha determinado um contributo negativo do sector externo. A aceleração do consumo privado decorreu da melhoria pontual das expectativas das famílias relativamente à evolução do desemprego e ao esforço de consolidação orçamental, tendo também sido temporariamente estimulada pela realização em Portugal de grandes eventos com projecção internacional. O investimento foi favorecido pela manutenção de baixas taxas de juro, pela melhoria das perspectivas quanto à evolução da conjuntura económica, pela estabilização das margens de lucro e pela recomposição de *stocks*.

A actividade das instituições financeiras portuguesas em 2004 continuou a ser enquadrada por um conjunto de tendências estruturais: preparação para a aplicação do acordo de Basileia II e das normas internacionais de contabilidade, e progressos no ordenamento regulamentar associado à criação de um mercado europeu de serviços financeiros. Os desenvolvimentos recentes confirmam a capacidade de adaptação das instituições financeiras a um ambiente caracterizado por taxas de juro baixas e por um menor ritmo de crescimento dos volumes de negócios. As taxas de incumprimento do crédito permaneceram em níveis mínimos históricos, situando-se entre as mais baixas da Europa. Também a rendibilidade dos capitais próprios do sector bancário nacional continuou a comparar favoravelmente em termos internacionais, ainda que a influência positiva associada ao comportamento das comissões, à melhoria da eficiência e às menores necessidades de provisionamento tenha sido parcialmente anulada pelo estreitamento da margem financeira. O sistema bancário português continuou a apresentar níveis confortáveis de solvabilidade, corroborado pelo aumento do *ratio* de adequação dos fundos próprios em base consolidada, beneficiando do reforço da base de capital e do enfoque em negócios *core*.

Assumimos a introdução da marca única Millennium BCP, ainda no final de 2003, como um projecto de refundação, recentrando a atitude no serviço e na partilha de benefícios com o cliente e projectando no futuro o desejo de fazer mais e melhor. Esta aspiração de superação e a vontade de a materializar em resultados na perspectiva do accionista estabeleceram as bases para o lançamento do Programa Millennium em 2004, integrando um conjunto muito diversificado de medidas, tanto de dinamização comercial como de desenvolvimento organizacional.

O objectivo prioritário do Programa Millennium é o aumento do valor de mercado do Banco Comercial Português, através da melhoria da rendibilidade consolidada e do fortalecimento dos capitais próprios do Banco.

No âmbito do Programa Millennium, apresentámos um conjunto de medidas cujo impacto nos resultados líquidos da actividade em Portugal estimamos em 240 milhões de euros no período 2004-2006, em termos acumulados, beneficiando de um crescimento anual de 10% das receitas e da estabilização dos custos operativos, assumindo também um compromisso de fortalecimento dos capitais próprios, através da alocação criteriosa de capital às operações *core*, do desinvestimento em negócios não estratégicos e da exploração de oportunidades de titularização. A consecução da ambição de crescimento nas receitas está associada ao incremento sustentado do volume de negócios, em particular dos recursos de clientes, para os quais estabelecemos o objectivo de conquista anual de um ponto percentual na quota de mercado do Banco. As iniciativas do Programa Millennium combinam-se com outras medidas de dinamização dirigidas às operações no estrangeiro com um impacto acumulado estimado em 70 milhões de euros nos resultados líquidos, integrando assim um esforço coerente com um impacto positivo de 310 milhões de euros nos lucros consolidados de 2004 a 2006. Este conjunto de medidas foi apresentado formalmente, em Junho 2004, no Investors Day do Millennium BCP.

Tendo em vista o reforço do enfoque no negócio *core* de distribuição de produtos financeiros, em que se inclui a actividade de *bancassurance*, e a optimização do consumo de capital, celebrámos em 2004 importantes acordos com o Grupo Caixa Geral de Depósitos e com o grupo belga-holandês Fortis, com incidência no negócio segurador. No primeiro caso, o acordo contemplou a alienação de 100% do capital social das companhias de seguros Império Bonança e Seguro Directo, da Impergesto e da Servicomercial. O acordo com o grupo belga-holandês Fortis envolveu a alienação de 51% do capital social e transferência do controlo de gestão das companhias de seguros Ocidental, Ocidental Vida e Médis, e da sociedade gestora de fundos de pensões Pensõesgere.

Estas transacções reduziram a exposição do Millennium BCP à actividade de produção seguradora — objectivo que afirmámos logo aquando da reaquisição da *holding* Seguros e Pensões, acordada em Outubro de 2002 — e permitiram reforçar os capitais próprios do Grupo. Em Dezembro de 2004, o Instituto de Seguros de Portugal aprovou a transacção com o Fortis e a aquisição da Império Bonança e da Seguro Directo pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos, tendo esta última sido aprovada pela Autoridade da Concorrência, mediante condições. Também a Comissão Europeia comunicou a sua não oposição à alienação ao Fortis de 51% do capital social da *joint-venture* Millenniumbcp Fortis — Grupo Segurador, entidade que controla a totalidade do capital social da Ocidental, Ocidental Vida e Médis, o que permitiu a conclusão destas operações ainda em Janeiro de 2005.

Entre as medidas dirigidas à redução da exposição a activos não *core*, merece destaque a celebração em Dezembro de 2004 de um acordo para a venda à Eureko da participação de 10% detida pelo Bank Millennium no capital social da companhia de seguros polaca PZU, bem como, já em Janeiro de 2005, o estabelecimento de um acordo com a Sofinco, S. A., uma sociedade do Grupo Crédit Agricole, com vista à alienação da actividade de crédito ao consumo não automóvel no ponto de venda anteriormente prosseguida pelo CrédiBanco.

Destaca-se também o lançamento da operação Promise Caravela de securitização sintética de uma carteira de créditos a empresas no valor de 3,5 mil milhões de euros. Esta operação, a primeira do seu género a ser realizada em Portugal, possibilitou uma utilização mais eficiente do capital afecto ao financiamento de empresas portuguesas de pequena e média dimensão, proporcionando a diversificação do perfil de risco da carteira de crédito e o reforço dos indicadores de solvabilidade.

Corporizando a nossa política de criação de valor através de uma visão permanentemente orientada para o cliente e por via de um comportamento socialmente responsável e consistente para com todos os *stakeholders*, divulgámos em Novembro de 2004 o nosso primeiro relatório de responsabilidade social. Tratou-se de um marco histórico na vida do Millennium BCP já que, pela primeira vez, divulgámos um documento que aborda específica e exclusivamente o trabalho de intervenção no domínio social que o Banco tem realizado desde a sua fundação, os princípios éticos pelos quais se rege e as práticas de sustentabilidade que tem vindo a implementar. O relatório apresenta uma análise da nossa intervenção mecenática e de beneficência, do nosso apoio às comunidades em que estamos implantados, em Portugal e no estrangeiro, e da ética presente nas nossas práticas de *corporate governance*, relações laborais, respeito ambiental e políticas de concessão de crédito. A publicação do relatório de responsabilidade social foi o primeiro passo de um percurso que conduzirá à elaboração de um relatório de sustentabilidade. Dado que optámos por analisar estas matérias em grande detalhe em publicações autónomas, concebidas exclusivamente com o intuito da sua divulgação, não fazemos referência a estas matérias neste relatório e contas.

Os resultados líquidos consolidados do Millennium BCP atingiram 513 milhões de euros em 2004, registando um crescimento de 17,2% em relação aos 437,7 milhões de euros apurados no ano anterior. A rendibilidade dos capitais próprios (ROE) situou-se em 17,2%, tendo a rendibilidade do activo médio (ROA) aumentado para 0,8% em 2004.

O crédito total (incluindo créditos titularizados) evoluiu para 53 723 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, apresentando um crescimento de 2,2% face aos 52 591 milhões de euros registados no final do ano anterior. Para o aumento do crédito sobre clientes foi determinante a *performance* do crédito à habitação, que registou um acréscimo de 18% face ao ano anterior, alcançando uma quota de mercado em termos de nova produção em Portugal de 26% em 2004. Os indicadores da qualidade da carteira de crédito melhoraram, com o crédito com incumprimento, calculado de acordo com a carta circular 99/03 do Banco de Portugal, a atingir 1,2% da carteira de crédito em 31 de Dezembro de 2004 (2,0% em 31 de Dezembro de 2003). A cobertura por provisões do crédito com incumprimento foi reforçada de 119,1%

no final de 2003 para 201,2% no final de 2004. O crédito vencido há mais de 90 dias apresentou uma redução expressiva, de 753 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003 para 412,4 milhões de euros na mesma data de 2004, com a respectiva cobertura por provisões a atingir 294,1% (157,3% em 2003).

Os recursos totais de clientes registaram um acréscimo de 6,8%, de 51 375 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003 para 54 879 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004. O crescimento significativo dos recursos a prazo (+ 12,0%) e também dos recursos à ordem (+ 6,5%) foi determinante para o bom desempenho da captação de recursos de clientes. A inovação ao nível da concepção de produtos e a dinâmica comercial transversal aos distintos segmentos de negócio favoreceram esta evolução favorável, num contexto económico ainda pouco propício à poupança e marcado pela forte intensidade competitiva. É de destacar ainda o comportamento dos recursos fora de balanço, em particular dos seguros de capitalização, que apresentaram um crescimento de 11,5%, situando-se em 7921 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004.

Os indicadores de solvabilidade evidenciaram uma melhoria face ao ano anterior, influenciados pela capacidade do Grupo de geração interna de resultados, pelo crescimento dos activos em rubricas com melhor perfil de risco, nomeadamente o crédito à habitação, pela redução da participação de 7,08% para 3,0% no Banco Sabadell no 2.º trimestre de 2004, pela venda da participação de 10% na companhia de seguros polaca PZU detida pelo Bank Millennium, e também pela alienação de empresas seguradoras detidas pela Seguros e Pensões. Estes impactos positivos foram parcialmente contrariados pelo efeito desfavorável da reafectação contabilística da provisão para riscos gerais bancários para riscos de crédito, no montante de 200 milhões de euros, e pelo impacto resultante do programa de redimensionamento do quadro de efectivos, que se consubstanciou na celebração de acordos de pré-reforma e reforma antecipada com 978 colaboradores. O *ratio* de solvabilidade consolidado cifrou-se em 11,9% em 31 Dezembro de 2004 de acordo com as normas do Banco de Portugal.

Já em Janeiro de 2005, celebrámos um acordo com o Dimitrios Contominas tendo em vista a aquisição dos restantes 50% do capital do NovaBank que ainda não detemos e os respectivos direitos de controlo. Os termos da transacção incluem um pagamento de 250 milhões de euros a título de preço e de 80 milhões de euros a título de prémio de controlo, prevendo-se que a transacção ocorra no decurso do 1.º trimestre de 2005. Estima-se um impacto de 0,6% em fundos próprios de base e um acréscimo de 40 a 45 milhões de euros na apropriação de resultados futuros esperados decorrentes do aumento da participação. Esta aquisição decorre da confiança que o Banco deposita no desenvolvimento e potencial de crescimento do NovaBank, sustentado pelos progressos alcançados, conjugada com a disponibilidade manifestada pelo nosso parceiro em alienar a sua participação, devido a razões de compatibilidade regulamentar com os seus outros interesses económicos que desenvolve na Grécia.

Síntese de indicadores

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002	2001	Variação 2004--2003 (perc.)
Activo total	71 678	67 688	61 852	62 961	5,9
Créditos sobre clientes (líquidos)	50 793	49 177	45 451	42 938	3,3
Crédito total sob gestão (*a*)	53 723	52 591	–	–	2,2
Recursos totais de clientes (*b*)	54 879	51 375	47 491	49 068	6,8
Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados	7 872	7 133	6 530	6 294	10,4
Margem financeira	1 416	1 466	1 327	1 352	— 3,4
Produto bancário (*c*)	2 811	2 675	–	–	5,1
Custos de transformação (*d*)	1 621	1 669	1 488	1 384	— 2,8
Provisões:					
Para riscos de crédito	430	473	316	208	— 9,0
Para outros riscos	65	34	59	12	93,1
Impostos sobre lucros	60	38	55	84	59,6
Interesses minoritários	88	60	71	90	46,4
Lucro da actividade corrente	513	438	473	638	17,2
Provisão e custos extraordinários	–	–	200	66	–
Lucro líquido atribuível ao Banco	513	438	273	572	17,2
Produto bancário/activo líquido médio (*e*) (percentagem)	4,1	4,1	–	–	–
Rendibilidade dos activos médios (ROA) (percentagem)	0,8	0,7	0,4	0,9	–
Resultado antes de impostos e inter. minorit./activo líq. médio (*e*) (percentagem)	1,0	0,8	–	–	–
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE) (percentagem)	17,2	17,4	13,8	26,2	–
Resultado antes de impostos e interesses minoritários/capitais próprios médios (*e*) (percentagem)	14,7	13,4	–	–	–
Crédito com incumprimento/crédito total (*e*) (percentagem)	1,2	2,0	–	–	–
Crédito com incumprimento, líquido/crédito total, líquido (*e*) (percentagem)	0,3	0,7	–	–	–
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem)	0,8	1,5	1,2	1,4	–
Provisões para riscos de crédito/crédito com incumprim. (*e*) (percentagem)	201,2	119,1	–	–	–
Provisões para riscos de crédito/crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem)	294,1	157,3	169,0	169,6	–
Ratio de adequação de fundos próprios de base (percentagem)	8,1	7,2	6,6	6,5	–
Ratio de adequação de fundos próprios (percentagem)	11,9	10,9	9,8	8,3	–
Capitalização bolsista (acções ordinárias)	6 156	5 766	5 305	10 587	–
Resultados por acção (euros)	0,16	0,14	0,12	0,25	–
Valores de mercado por acção (euros):					
Máximo	2,19	2,41	4,53	5,74	–
Mínimo	1,66	1,23	1,77	3,35	–
Fecho	1,89	1,77	2,28	4,55	–
Sucursais em Portugal	1 008	1 077	1 088	1 139	— 6,4
Colaboradores (actividade bancária em Portugal)	12 487	13 636	14 072	14 103	— 8,4

(*a*) Crédito total (bruto), incluindo créditos titularizados.
(*b*) Débitos para com clientes titulados e não titulados, patrimónios sob gestão e seguros de capitalização.
(*c*) Margem financeira, rendimentos de títulos, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados em empresas associadas e fiiais excluídas da consolidação e outros proveitos de exploração (líquidos) (de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal).
(*d*) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício. Exclui amortização extraordinária (Bank Millennium).
(*e*) Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Principais acontecimentos em 2004

Janeiro

Criação do provedor do cliente, órgão independente que tem como funções a defesa e promoção dos direitos, garantias e interesses dos clientes.

Disponibilização pelo portal millenniumbcp.pt do extracto combinado e das notas de lançamento em suporte digital, em alternativa ao suporte papel.

Fevereiro

Realização do seminário «O processo de integração na União Europeia»: a experiência de Portugal, que reuniu em Lisboa representantes dos novos Estados membros da União Europeia e de Estados candidatos à integração.

Emissão de obrigações pelo BCP Finance Bank, no montante de 500 milhões de euros, ao abrigo do programa de Euro Medium Term Notes. Esta emissão sindicada foi admitida à cotação na Bolsa de Valores de Londres.

Alteração da designação do BCP Investimento para Millennium BCP investimento, no seguimento do processo de unificação das marcas e estruturas comerciais da banca de retalho.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Évora. Esta iniciativa, que tem vindo a ser promovida nas capitais de distrito, visa reunir os clientes nas suas próprias regiões para reflectir sobre o desenvolvimento económico de cada distrito e as suas potencialidades, dando também a conhecer a oferta do Millennium BCP.

Março

Lançamento da Conta Prestige, um depósito à ordem destinado principalmente ao segmento *affluent*, que possibilita a aplicação automática de montantes excedentários.

Realização da assembleia geral do Banco Comercial Português, tendo estado representado 72,6% do capital social. Entre as deliberações tomadas destacam-se a aprovação do relatório de gestão e contas do Banco, em base individual e consolidada, respeitantes ao exercício de 2003, a aprovação da distribuição em numerário do dividendo bruto de 0,06 euros por acção, relativo ao resultado apurado em 2003, e a aprovação de alterações ao contrato de sociedade, no âmbito das quais se procedeu às necessárias revisões e actualizações tendo em conta, nomeadamente, recentes disposições legais e regulamentares aplicáveis ao governo da sociedade.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Aveiro.

Abril

Lançamento do Programa Millennium destinado a materializar a refundação do Banco. Este programa visa a recuperação da aspiração de um desempenho de nível superior, maximizando a criação de valor e sustentabilidade da plataforma de negócios em Portugal, concretizando as apostas de crescimento na Polónia e na Grécia e moldando a organização de excelência de um banco multidoméstico.

Atribuição pela Standard & Poors e pelo *Diário Económico* do prémio «Melhor Sociedade Gestora Global do Ano» à Millennium BCP fundos de investimento.

Realização de um «Encontro Millennium BCP» em Santarém.

Maio

O Millennium BCP foi o patrocinador principal do festival Rock in Rio-Lisboa, sendo responsável pela comercialização de bilhetes e tendo integrado a sua marca em toda a comunicação e promoção do evento.

Atribuição da edição de 2004 do Prémio LER Millennium BCP à obra Jerusalém, de Gonçalo M. Tavares. Associado à Revista LER e atribuído pelas Fundações Banco Comercial Português e Círculo de Leitores, o Prémio LER Millennium BCP é o mais importante Prémio Literário para inéditos de ficção em língua portuguesa atribuído em Portugal.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Famalicão.

Junho

Lançamento da solução Cliente Frequente, especialmente concebida para os clientes que mantêm uma relação mais estreita com o Banco, disponibilizando um conjunto de vantagens mediante o pagamento de uma mensalidade fixa de valor reduzido.

Lançamento da solução Aforro Millennium, uma aplicação inovadora a dois anos, com capital garantido e taxas trimestrais crescentes.

Realização do Investors Day, que reuniu cerca de 60 analistas financeiros e investidores institucionais com o objectivo de analisar detalhadamente a actividade do Millennium BCP e os progressos das suas principais operações em Portugal e no estrangeiro. Foi ainda apresentado um conjunto integrado de medidas visando o aumento sustentado da rendibilidade até 2006.

No âmbito da renovação do acordo estratégico, o BCP alienou 12 495 187 acções do Banco Sabadell, reduzindo a sua participação no respectivo capital social de 7,08% para 3,00%.

Emissão de acções preferenciais com dividendo não cumulativo e sem direito a voto pelo BCP Finance Company, no montante de 500 milhões de euros. Esta emissão foi admitida à cotação na Bolsa de Valores do Luxemburgo.

Eleição do portal millenniumbcp.pt como melhor site financeiro pelos leitores da revista *PC Guia*, pelo terceiro ano consecutivo.

Julho

Acordo com o Grupo Caixa Geral de Depósitos relativamente à alienação de 100% do capital social das companhias de seguros Império Bonança e Seguro Directo, da Impergesto e da Servicomercial. A aquisição da Império Bonança e da Seguro Directo pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos foi aprovada pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela Autoridade da Concorrência em Dezembro, mediante condições.

Acordo com o grupo belga-holandês Fortis, envolvendo a alienação de 51% do capital social e transferência do controlo de gestão das companhias de seguros Ocidental, Ocidental Vida e Médis, é da sociedade gestora de fundos de pensões Pensõesgere. Esta transacção foi aprovada em Dezembro pelo Instituto de Seguros de Portugal.

Classificação do Millennium BCP como maior banco português pela revista *The Banker*. O *ranking* da *The Banker* baseou-se no *Tier One*, tal como definido pelo Bank for International Settlements, surgindo o Millennium BCP no 105.º lugar a nível mundial.

Atribuição dos prémios *Best Consumer Integrated Site* na Europa, *Best Consumer Internet Bank* em Portugal, *Best Corporate/Institutional Internet Bank* em Portugal e *Best Consumer Online Securities Trading* na Europa pela revista *Global Finance*, no âmbito dos *Worlds Best Internet Banks* 2004, reconhecendo a qualidade da oferta do Millennium BCP na internet.

Lançamento do Aforro Portugal, uma aplicação financeira com capital garantido na data do vencimento e com taxas de juro pré-definidas e crescentes ao longo dos três anos do investimento, concebido especialmente para o negócio de emigração.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Portalegre.

Agosto

O Millennium BCP tornou-se o primeiro Banco em Portugal a possibilitar aos clientes a visualização *online* e impressão das imagens dos cheques dados em pagamento e cobrados pelos beneficiários, através do seu portal millenniumbcp.pt.

Setembro

Atribuição pela revista *The Banker* do prémio *Bank of theYear* em Portugal ao Millennium BCP. A revista *The Banker* reconhece o forte desempenho e os esforços realizados pelo Banco, premiando a excelência entre as instituições que lideram mundialmente a banca comercial e reflectindo o reconhecimento da comunidade financeira internacional.

Lançamento de uma solução pioneira denominada Conta Passaporte, especialmente concebida para os clientes estrangeiros que trabalham e residem em Portugal, assegurando-lhes um serviço bancário completo.

Realização de um Encontro Millennium BCP na Guarda.

Outubro

Emissão de obrigações pelo BCP Finance Bank, no montante de 500 milhões de euros, ao abrigo do Programa de Euro Medium Term Notes. Esta emissão sindicada foi admitida à cotação na Bolsa de Valores de Londres.

Transformação da presença em Londres, passando o Millennium BCP a operar sob o estatuto de escritório de representação.

Realização do Dia Aberto Millennium BCP, um evento institucional que celebrou o primeiro aniversário do lançamento da marca Millennium BCP, reunindo colaboradores, famílias e clientes.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Viseu.

Novembro

Atribuição ao NovaBank, pelo terceiro ano consecutivo, do prémio *Gold Country Award* na categoria de Centros de Contacto Multimédia e do prémio *Gold Award* na categoria de Pequenos Centros de Serviços por Telefone. Os prémios foram atribuídos no concurso anual Teleperformance CRM Grand Prix 2004, em reconhecimento dos excepcionais serviços que o NovaBank oferece através do respectivo *call center*, o NovaLine.

Lançamento de uma operação de securitização sintética de uma carteira de créditos a empresas no valor aproximado de 3,5 mil milhões de euros.

Atribuição pela revista *Global Finance* do prémio *Best Foreign Exchange Bank and Provider* em Portugal ao Millennium BCP, reconhecendo-o como o melhor Banco no mercado português para a realização de operações em moeda estrangeira.

Publicação do relatório de responsabilidade social, que incide exclusivamente no trabalho de intervenção no domínio social que o Banco realiza desde a sua fundação, nos princípios éticos pelos quais se rege e nas práticas de sustentabilidade que tem vindo a implementar.

Inauguração da maior árvore de Natal da Europa, uma oferta do Millennium BCP ao país, num projecto que envolveu o apoio da Câmara Municipal de Lisboa. Esta homenagem ao Natal português ficou instalada na Praça do Império, frente ao Mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Setúbal.

Dezembro

Celebração de um acordo para a venda à Eureko da participação de 10% detida pelo Bank Millennium no capital social da companhia de seguros polaca PZU. Já em Janeiro, a autoridade polaca da concorrência e da protecção dos consumidores autorizou esta transacção.

Fusão por incorporação do CrédiBanco no Banco Comercial Português. Já em Janeiro, foi estabelecido um acordo com a Sofinco, S. A., com vista à alienação da actividade de crédito ao consumo não automóvel no ponto de venda, prosseguida pelo CrédiBanco até à sua fusão no Banco Comercial Português.

Realização de um Encontro Millennium BCP em Beja.

Missão, valores e estratégia

Missão

Criação de riqueza para os clientes pela oferta de produtos e serviços financeiros de qualidade superior, apoiada por uma plataforma de negócios multidoméstica, observando rigorosos e elevados padrões de conduta e responsabilidade corporativa, proporcionando um retorno sustentado e distintivo aos accionistas.

Valores

Dedicação ao cliente: reconhecer e superar as expectativas e necessidades dos clientes.

Excelência: exigência de actuação de qualidade superior na prestação de serviço e na oferta de produtos.

Inovação: referência no mercado pela diferença e arrojo de propostas inovadoras.

Confiança: a actuação do Millennium BCP e dos seus colaboradores pauta-se pelo respeito de elevados padrões éticos e de responsabilidade, observados com rigor, que visam consolidar a confiança neles depositada pelos clientes.

Estratégia

Ascender à liderança inequívoca do mercado português, potenciada por uma oferta global de produtos e serviços financeiros dirigida a segmentos do mercado seleccionados, sob a égide de uma marca líder.

Desenvolver actividades financeiras em mercados com elevado potencial de crescimento, abordando segmentos de elevado potencial de criação de valor, sob uma identidade e proposta de valor que se afirmam como uma referência local.

Procura contínua de melhorias de eficiência, extraindo sinergias da centralização de actividades e capitalizando no conhecimento e experiência acumulados nos diferentes mercados.

Rigor na gestão de riscos e disciplina financeira, optimizando o portfólio de activos não nucleares e estabelecendo parcerias para actividades complementares da proposta de valor.

Iniciativas Chave de Geração de Valor em 2004

Satisfação dos clientes:

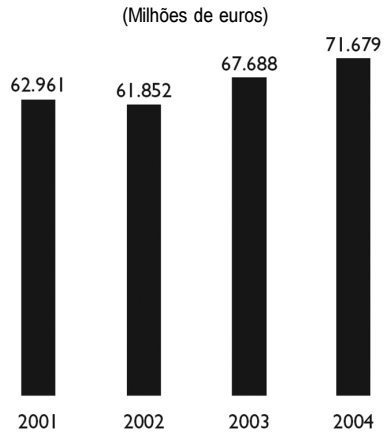
Estratégia de segmentação mais explícita, facilitando a gestão das necessidades dos clientes de forma integrada e o desenvolvimento de soluções completas, que combinam vários produtos num mesmo pacote.

Ênfase acrescida na qualidade do serviço, alavancando nas capacidades de uma rede de distribuição de grande visibilidade e unificada sob a marca Millennium BCP, suportada por uma multiplicidade de pontos de contacto com os clientes (sucursais, ATMs, *phone banking* e *internet banking*).

Liderança em termos de qualidade de serviço no mercado português atestada por estudos independentes, que evidenciaram também um distanciamento claro em relação aos concorrentes mais próximos.

Crescimento dos indicadores de satisfação, de intenção de recompra e de *cross-selling*, traduzindo o impacto muito positivo do processo de refundação do Banco associado à adopção da marca Millennium BCP.

Activo total

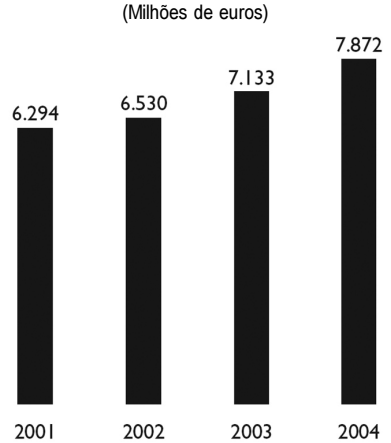


Crescimento sustentado da base de negócios

Maior enfoque comercial e recentragem no esforço de vendas, proporcionados pela identificação mais rigorosa das necessidades de segmentos de clientes específicos, associada ao refinamento do modelo de segmentação do Banco.

Mobilização em torno do objectivo de conquista da liderança inequívoca do mercado bancário português, sendo o esforço de crescimento da quota de mercado especialmente notório no crédito à habitação e nos recursos de clientes.

Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados



Eficiência e rendibilidade

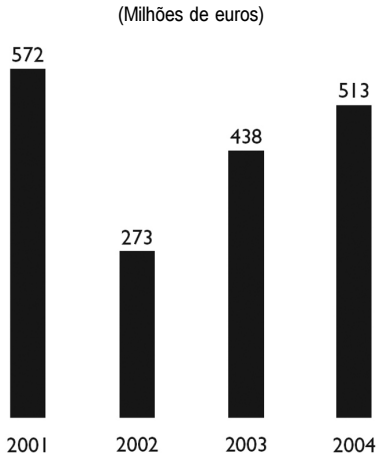
Lançamento do Programa Millennium destinado a materializar a refundação do Banco, tendo como prioridade o aumento do valor de mercado do Millennium BCP com base no crescimento sustentado dos lucros e no fortalecimento dos capitais próprios.

Crescimento dos resultados líquidos, quer ao nível da actividade desenvolvida em Portugal, quer nas principais operações do Millennium BCP no estrangeiro. O ROE consolidado atingiu 17,2%, situando-se dentro do intervalo de 17% a 20%, definido como o objectivo de médio/longo prazo.

Consolidação de uma cultura *low cost*, traduzida na redução sustentada dos custos operacionais e na melhoria dos indicadores de eficiência operativa da actividade em Portugal, dando sequência a um conjunto de medidas de racionalização que têm vindo a ser aplicadas nos últimos anos, no âmbito do programa de melhoria de eficiência operativa lançado em 2002. O *ratio* de eficiência da actividade em Portugal situou-se em 51,7%, posicionando-se no intervalo de 50% a 52%, definido como o objectivo de médio/longo prazo.

Qualidade dos activos

Lucro líquido atribuível ao Banco



Melhoria dos indicadores da qualidade da carteira de crédito, decorrente da redução da sinistralidade e do reforço da cobertura do crédito vencido por provisões, beneficiando do impacto da implementação de uma estrutura integrada de gestão transversal do risco de crédito.

Continuação do esforço de recomposição estrutural da carteira de crédito, tendo em vista a melhoria do seu perfil de risco, nomeadamente por via do reforço do peso do crédito à habitação e da limitação da exposição a sectores com significativos níveis de envolvimento com o Banco e ou mais vulneráveis a alterações desfavoráveis do ciclo económico.

Reforço dos indicadores de solvabilidade, que beneficiaram do crescimento da capacidade de geração de resultados, da melhoria do perfil de risco dos activos e da libertação de capital afecto a operações não *core*.

Enfoque nas operações *core*

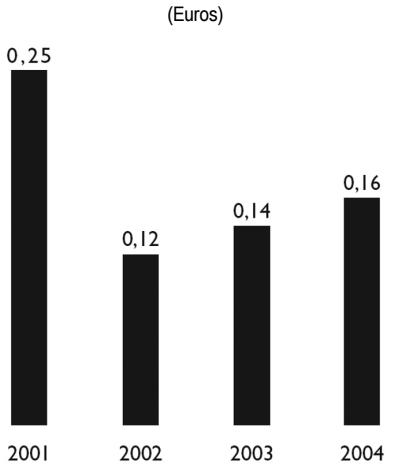
Redução significativa da exposição à actividade seguradora, envolvendo acordos para a alienação total das companhias da Seguros e Pensões que distribuem os seus produtos através de canais não *bancassurance* (agentes, corretores e canais directos), e para a alienação parcial e transferência do controlo de gestão das companhias focadas no *bancassurance*. Simultaneamente, foi anunciado para estas últimas um acordo para a distribuição em exclusividade de seguros de vida, saúde, não vida e pensões através da rede de distribuição do Millennium BCP. Em paralelo, foi também anunciado um acordo para a venda da participação de 10% detida pelo Bank Millennium no capital da seguradora polaca PZU.

Redução da exposição a diversos activos não *core*, envolvendo a alienação de participações financeiras não estratégicas, a reformulação de parcerias (Banco Sabadell) e a venda de negócios (crédito ao consumo não automóvel no ponto de venda desenvolvido pelo CrédiBanco, crédito ao consumo através de agentes na Polónia).

Acordo para a aquisição do controlo total do NovaBank, mediante a compra ao Dimitrios Contominas da posição de 50% e dos direitos de controlo por ele detidos, possibilitando maior flexibilidade estratégica na gestão de um investimento *core* do Millennium BCP.

Continuação do processo de simplificação organizativa do Grupo, no âmbito do qual se procedeu à fusão do Banco Expresso Atlântico e do CrédiBanco no Banco Comercial Português.

Resultados por acção



Actividade em Portugal

Áreas de negócio

Retalho:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares detentores de património financeiro inferior a 250 milhares euros e empresas e empresários em nome individual com volume de vendas inferior a 7,5 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Modelo de abordagem universal complementado com ofertas de valor especializadas por segmento de clientes, que privilegia o aconselhamento especializado e personalizado, conjuntamente com a conveniência, eficiência e rapidez dos modelos de venda e de *servicing*.

Private banking:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com elevado património financeiro.

Vantagem competitiva:

Compromisso com a excelência e a ênfase estritamente personalizada na relação com os clientes, tendo como interlocutores privilegiados os *private bankers*.

Corporate:

Segmentos-alvo:

Grandes empresas com volume de facturação superior a 100 milhões de euros/ano e clientes institucionais.

Vantagem competitiva:

Soluções financeiras flexíveis e integradas, vocacionadas para a satisfação individual de clientes com elevado grau de exigência e sofisticação.

Empresas:

Segmentos-alvo:

Empresas de média dimensão com volume de vendas entre 7,5 e 100 milhões de euros/ano.

Vantagem competitiva:

Proposta de valor assente em elevados níveis de especialização, inovação, qualidade de serviço e oferta de soluções *tailor made*.

ActivoBank7:

Segmentos-alvo:

Clientes particulares com apetência para investimento directo e regular em bolsas de valores e conhecimentos de mercados financeiros, e clientes particulares com capacidade de investimento, sensibilidade à diversidade da oferta e à *performance* dos produtos, com forte sentido de autonomia e apetência para utilização de canais não tradicionais de base tecnológica.

Vantagem competitiva:

Banco de serviço global, embora mantendo um enfoque especializado nos negócios de bolsa e na selecção e aconselhamento de produtos de investimento de longo prazo, alicerçado em importantes vantagens distintivas: um nível de atendimento de superior qualidade, através da internet e pelo telefone; uma oferta adequada à base de clientes, com produtos e serviços diversificados e exclusivos; e um modelo de comunicação que alia a simplicidade de linguagem à clareza e extensão das informações sobre produtos, serviços, mercados e conselhos de investimento.

Unidades de produto

Investimento e corretagem:

Proposta de valor:

Enfoque na especialização, flexibilidade, inovação e competitividade da oferta em depósitos, soluções de poupança/investimento e em serviços relacionados com títulos, por forma a exceder as expectativas e a atingir elevados níveis de satisfação de aforradores e investidores.

Portfólio de produtos/serviços:

Depósitos, contas poupança, fundos de investimento, produtos estruturados, seguros *unit-linked*, seguros de capitalização, *warrants*, certificados, serviços de corretagem e custódia de títulos.

Inovação em 2004:

Lançamento do Millennium Gestão Dinâmica, o primeiro fundo de gestão dinâmica do mercado, do Millennium Reforma & Rendimento, o primeiro PPR/E que alia os benefícios fiscais próprios deste tipo de fundos ao rendimento e capital garantidos, e do Super Investimento Millennium, um produto estruturado de acções com capital garantido e rendibilidade associada a um cabaz de fundos internacionais de retorno absoluto. No que se refere à actividade de corretagem, destacam-se o desenvolvimento e disponibilização em millenniumbcp.pt de ferramentas que permitem aos investidores o acompanhamento das suas aplicações em *warrants*, e o lançamento de um certificado sobre o PSI-20.

Bancassurance:

Proposta de valor:

Contempla a protecção para o cliente e a Instituição, segundo padrões elevados de conveniência e a preço competitivo, traduzindo a resposta por antecipação a necessidades financeiras numa óptica de protecção global.

Portfólio de produtos/serviços:

Centro de competência especializado em produtos de protecção vocacionados para clientes particulares e empresas, incluindo os seguros de risco e os produtos de reforma, designadamente os PPR, visando, a médio prazo, a oferta de uma solução de protecção única através do canal bancário e internet, cobrindo todas as necessidades de protecção — do segurado, do património e das responsabilidades.

Inovação em 2004:

Lançamento do conceito de solução integrada de protecção, que reúne num só pacote várias necessidades básicas de protecção, quer pessoal (vida, saúde e acidentes), quer patrimonial (casa e automóvel), proporcionando uma protecção eficaz e completa aos clientes e às suas famílias.

Crédito:

Proposta de valor:

Inovação e optimização do valor criado pelos produtos e serviços de crédito proprietários e de terceiros, colocados pelos diversos canais de distribuição do Millennium BCP, visando a satisfação e fidelização dos clientes.

Portfólio de produtos/serviços:

Oferta completa e abrangente no domínio do crédito ao consumo, crédito a pequenos negócios e financiamento automóvel.

Inovação em 2004:

Lançamento de uma oferta promocional de *leasing* automóvel a oito anos, com possibilidade de troca da viatura durante o contrato. Este produto, promovido pela campanha Millennium 2004, com forte impacto, permitiu ao Millennium BCP apresentar a oferta de financiamento automóvel com a prestação mais baixa do mercado.

Crédito imobiliário:

Proposta de valor:

Desenvolvimento e gestão dos produtos e soluções de crédito imobiliário para o segmento de clientes particulares.

Portfólio de produtos/serviços:

Oferta de produtos e de soluções de financiamento para a construção e aquisição de habitação própria e de imóveis, incluindo crédito habitação e *leasing* imobiliário.

Inovação em 2004:

Disponibilização de uma oferta especificamente dirigida ao segmento jovem, alicerçada num conjunto de condições vantajosas:

Descontos nas taxas de juro;
Períodos de carência de amortização de capital,;
Prazos de pagamento alargados até 50 anos e possibilidade de financiamento das despesas relacionadas com a compra da habitação;
Lançamento da Solução Eurocasa Não Residentes, destinada à aquisição de segunda habitação em Portugal, normalmente destinada a férias e ou investimento, por clientes residentes noutros países.

Cartões:

Proposta de valor:

Desenvolvimento, emissão e gestão de cartões de crédito, numa óptica de racionalização e optimização da oferta e de procura da excelência no serviço ao cliente.

Portfólio de produtos/serviços:

Gestão do portfólio de negócios, produtos e serviços que integram a oferta de cartões de crédito das redes Visa, MasterCard e American Express no Millennium BCP.

Inovação em 2004:

Disponibilização de um serviço para empresas de envio de extractos mensais dos cartões de crédito em formato digital, incluindo a possibilidade de envio por *e-mail* a cada um dos titulares;
Lançamento de um cartão American Express em parceria com a Ordem dos Economistas;
Lançamento do cartão Business American Express, especialmente vocacionado para os segmentos *small business* e empresários em nome individual, reposicionando o cartão American Express Corporate para o segmento de grandes empresas e clientes institucionais.

Meios de pagamento:

Proposta de valor:

Desenvolvimento de competências na área dos meios de pagamento e da comunicação escrita, actuando de forma proactiva e optimizando o valor criado pelos produtos/serviços na satisfação dos clientes do Millennium BCP.

Portfólio de produtos/serviços:

Gestão, dinamização e desenvolvimento de produtos de meios de pagamento (cheques, transferências a crédito nacionais e transfronteiras e cobranças), bem como intervenção na área da comunicação escrita dirigida a clientes (extractos combinados, notas de lançamento, declarações fiscais e outros).

Inovação em 2004:

Disponibilização pelo portal millenniumbcp.pt do extracto combinado e das notas de lançamento em suporte digital, em alternativa ao tradicional suporte em papel, permitindo a pronta disponibilização da informação ao cliente, possibilitando uma maior facilidade de armazenamento e de consulta, e garantindo privacidade e segurança;

Envolvimento na implementação do SCE — Sistema de Comunicação Escrita e na definição do futuro modelo de comunicação escrita a ser adoptado, numa primeira fase pelo Banco, e posteriormente pelo Grupo.

Este projecto traduzir-se-á em melhorias substanciais na qualidade da informação escrita com os clientes, resultando numa maior coerência dos termos e conteúdos da mesma, e possibilitando uma diferenciação acrescida por segmento e ou produto, permitindo simultaneamente a agregação da correspondência, com reflexo positivo nos custos de envio.

Empresas especializadas

Seguros e pensões:

Actividade:

Integra os negócios de seguros e de gestão de fundos de pensões do Millennium BCP.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada em seguros dos ramos vida (risco e capitalização) e não vida (pessoais e patrimoniais) no mercado português, estendendo ainda a sua actividade ao negócio de fundos de pensões e marcando uma presença internacional nos mercados seguradores de Macau e Moçambique.

Posicionamento competitivo:

Liderança global no mercado segurador nacional, com uma estratégia de crescimento focada em linhas de negócio com maior rendibilidade/potencial de crescimento — Vida, Saúde e Multirriscos — e beneficiando de economias de escala e de sinergias internas para optimizar custos de estrutura.

Seguros e Pensões

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Receita de prémios	2 172	2 091	3,8
Margem técnica	412	325	26,7
Margem técnica líq. de custos administrativos	177	79	124,2
Resultados líquidos	83	24	241,4
Rendibilidade técnica (percentagem)	19,0	15,5	–
Taxa de sinistralidade (percentagem)	67,2	71,6	–
Ratio combinado (percentagem)	92,9	99,1	–
Prod. doméstica de seguro directo:			
Vida	1 376	1 250	10,1
Não Vida	770	789	— 2,5
Total	2 146	2 039	5,3
Quota de mercado:			
Vida (percentagem)	22,3	23,1	–
Não Vida (percentagem)	18,4	19,4	–
Total (percentagem)	20,7	21,5	–

Millennium BCP Investimento:

Actividade:

Negócios de *merchant bank* e de banca de investimento.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no mercado de capitais, prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços financeiros especializados — *project finance*, *corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *equity research* — e na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco.

Inovação em 2004:

Coordenação global conjunta da 5.ª fase de privatização (com aumento de capital simultâneo) da EDP, a única privatização realizada no mercado português em 2004 e a maior oferta de acções realizada em Portugal desde 2000; assessoria financeira ao projecto de concessão das auto-estradas do litoral centro, na qual o Estado concessionou a construção, exploração e manutenção de uma auto-estrada por um prazo variável, dependente em grande parte da evolução das receitas de portagem; lançamento do Super Investimento Millennium, um produto estruturado a cinco anos, indexado ao desempenho de dois fundos de *hedge funds*; emissão de vários *turbo-warrants*.

Posicionamento competitivo:

Líder nas áreas de mercado de capitais e de *project finance* de banca de investimento, em Portugal.

Millennium BCP Investimento

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	2 889	3 885	— 25,6
Créditos sobre clientes	290	320	— 9,4
Margem financeira	21	18	21,0
Comissões e prest. de serviços	77	49	57,9
Custos de transformação	35	38	— 6,7
Resultados líquidos	54	40	36,1
ROE (percentagem)	29,2	23,1	–
ROA (percentagem)	1,4	1,1	–
Colaboradores	277	292	— 5,1

Interbanco:

Actividade:

Plataforma de negócio de financiamento automóvel.

Áreas de intervenção:

Instituição especializada no financiamento do negócio automóvel, dirigido a importadores/distribuidores, concessionários e clientes finais, utilizando, neste último caso, as redes de concessionários e *stands* automóveis como canais de venda.

Inovação em 2004:

Lançamento do Interpremium 2004, um programa de dinamização promocional das redes de distribuição destinado a motivar de forma mais abrangente as equipas comerciais, com base num catálogo de incentivos.

Posicionamento competitivo:

Liderança no mercado de financiamento especializado para a aquisição de automóveis novos no ponto de venda.

Interbanco

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	700	748	— 6,4
Créditos sobre clientes	621	625	— 0,6
Situação líquida	54	53	1,7
Margem financeira	27	26	1,6
Outros proveitos financeiros (líquido)	8	17	— 54,2
Custos de transformação	21	24	— 11,9
Resultados líquidos	9	9	0,6
ROE (percentagem)	17,2	17,6	–
ROA (percentagem)	1,2	1,2	–
Colaboradores	207	219	— 5,5

Banco de Investimento Imobiliário:

Actividade:

Banco de produto especializado no crédito imobiliário.

Áreas de intervenção:

Especialização no negócio do crédito à habitação, captado através da rede de agências de marca própria, e no crédito à promoção imobiliária captado em todas as redes do Grupo.

Inovação em 2004:

Disponibilização, em conjunto com o Millennium BCP, de uma oferta especificamente dirigida ao segmento jovem, alicerçada num conjunto de condições vantajosas: descontos nas taxas de juro, períodos de carência de amortização de capital, prazos de pagamento alargados até 50 anos e possibilidade de financiamento das despesas relacionadas com a compra da habitação; lançamento de um produto para não residentes que pretendam investir no sector imobiliário nacional.

Posicionamento competitivo:

Posição de relevo entre as instituições especializadas na concessão de crédito à habitação, que privilegia as relações comerciais com mediadores imobiliários e de seguros, permitindo potenciar a base de clientes do Millennium BCP. No crédito à promoção imobiliária, o BII, enquanto instituição do Grupo BCP que dinamiza e centraliza o crédito à construção captado pelas redes comerciais, possui uma forte especialização na análise e acompanhamento do crédito a empresas e empresários em nome individual.

Banco de Investimento Imobiliário

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	4 833	4 182	15,6
Créditos sobre clientes	3 842	3 351	14,6
(Do qual: crédito à habitação)	2 440	2 140	14,0
(Do qual: crédito à promoção imobiliária)	1 380	1 191	15,9
Situação líquida	143	130	9,7
Margem financeira	50	50	1,1
Provisões para riscos de crédito	19	32	— 40,5
Resultados líquidos	13	1	–
Colaboradores	113	116	— 2,6
Agências	6	13	— 53,8

Actividade na Polónia

Bank Millennium

Actividade:

Banco universal vocacionado para clientes particulares de médios e elevados patrimónios financeiros e para os segmentos de médias empresas e pequenos negócios.

Vantagem competitiva:

Conceito de banca de retalho disponibilizando um serviço de elevada conveniência, assente numa plataforma multicanal — redes de sucursais de retalho, espaços de venda para pequenas empresas, sucursais *prestige* para clientes de elevados rendimentos e pontos de serviço e venda para empresas, complementado por canais de banca directa (ATMs, *call center* e *internet banking*) —, possibilitando o acesso em circularidade a todos os clientes do Banco.

Bank Millennium

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	5 004	5 100	— 1,9
Créditos sobre clientes	1 764	2 504	— 29,5
Recursos de clientes	3 397	3 137	8,3
Margem financeira	129	123	5,4
Outros proveitos financeiros (líquido)	193	87	121,9
Custos de transformação	234	197	18,4
Resultados líquidos	53	9	488,1
Colaboradores	4 306	4 426	— 2,7
Sucursais	349	354	— 1,4

Fonte. — Bank Millennium.
Taxas de câmbio:

Balanço: 1 euro = 4,0845 zlotis.
Demonstração dos resultados: 1 euro = 4,5460 zlotis.

Actividade na Grécia

NovaBank:

Actividade:

Banco universal com enfoque no retalho bancário e penetração nos negócios de *private banking* e de negócios e empresas (*business banking*). Em 2003, o NovaBank alargou a sua actividade ao mercado turco, com o início da operação do BankEuropa.

Vantagem competitiva:

Novo conceito de banca de retalho e uma proposta de valor inovadora no mercado grego, disponibilizando um elevado nível de conveniência, com uma plataforma de distribuição alargada ao *call center* e *internet banking*, e um excelente nível de serviço.

NovaBank

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	1 831	1 418	29,1
Créditos sobre clientes	1 344	783	71,5
Recursos de clientes	3 681	3 863	— 4,7
Margem financeira	56	42	34,9
Outros proveitos financeiros (líq.)	13	16	— 22,2
Custos de transformação	78	83	— 6,1
Resultados líquidos	(13)	(28)	51,8
colaboradores	989	960	3,0
Sucursais	109	108	0,9

BankEuropa (Turquia):

Actividade:

Banco totalmente detido pelo NovaBank, dirigido ao segmento de particulares com rendimentos elevados, privilegiando a excelência e conveniência do serviço, o aconselhamento financeiro e, com base na identificação do perfil financeiro de cada cliente, servido por gestores de relação dedicados, o ajustamento personalizado de uma oferta abrangente, incluindo produtos financeiros de prestigiados *providers* internacionais.

Vantagem competitiva:

Banco pioneiro na abordagem *affluent banking* ao mercado turco, que até muito recentemente era servido por instituições que prestam um serviço não diferenciado por segmentos.

BankEuropa

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	152	61	149,8
Créditos sobre clientes	49	2	–
Recursos de clientes	221	83	167,1
Margem financeira	3	2	47,3

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Outros proveitos financ. (líquido)	8	4	100,5
Custos de transformação	20	14	40,5
Resultados líquidos	(9)	(8)	— 11,4
Colaboradores	215	200	7,5
Sucursais	12	12	–

Actividade em mercados de afinidade

Europa

Banque BCP (França e Luxemburgo):

Actividade:

Banco vocacionado prioritariamente para a actividade de retalho, focalizando-se no segmento de clientes de origem portuguesa residentes em França e no Luxemburgo, procurando afirmar-se como um Banco de relação por excelência.

Vantagem competitiva:

Estratégia de segmentação da base de clientes e de *cross-selling* baseada na experiência e no modelo de abordagem comercial do Millennium BCP no negócio de banca de retalho, disponibilizando uma gama completa de produtos e serviços financeiros cobrindo a generalidade das necessidades financeiras dos clientes particulares e empresas, bem como canais alternativos — *homebanking*, *call center* e o BCP SMS.

Banque BCP (França e Luxemburgo)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
França:			
Activo total	1 114	1 103	1,0
Créditos sobre clientes	564	486	16,0
Recursos de clientes	1 198	1 133	5,7
Resultados líquidos	4	1	401,3
Colaboradores	564	588	— 4,1
Sucursais	63	63	
Luxemburgo:			
Activo total	339	310	9,5
Crédito sobre clientes	223	181	23,6
Recursos de clientes	85	83	1,7
Resultados líquidos	1	1	72,4
Colaboradores	58	60	— 3,3
Sucursais	4	5	— 20,0

América

Bcpbank (EUA e Canadá):

Actividade:

Banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa e luso-descendente residente em alguns dos Estados norte-americanos (costa leste) e no Canadá (área metropolitana de Toronto), onde a comunidade de origem portuguesa marca uma forte presença.

Vantagem competitiva:

Conceito de *community banking*, privilegiando uma abordagem enfocada em segmentos de mercado étnicos e disponibilizando plataformas de serviço inovadoras e de elevada conveniência — *internet banking*, *call center* e *self banking* (ATMs e CATs) — a par de uma oferta global de produtos e serviços e aconselhamento personalizado, tendo como produto âncora a remessa de fundos para o país de origem.

Bcpbank (EUA e Canadá)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	541	398	36,1
Créditos sobre clientes	382	248	53,9
Recursos de clientes	488	347	40,9
Resultados líquidos	(2)	(3)	40,6
Colaboradores	274	238	15,1
Sucursais	24	16	50,0

África

Banco Internacional de Moçambique:

Actividade:

Banco universal.

Vantagem competitiva:

Conceito inovador de banca de retalho no mercado moçambicano, com oferta de produtos e serviços financeiros especializados, ajustados ao perfil e às necessidades da base de clientes particulares e empresas, e disponibilização de canais alternativos inovadores — portal financeiro MundoBIM, banca telefónica através da LinhaBIM e banca electrónica através da MultiRede, a maior rede moçambicana de serviços de pagamento electrónico.

Banco Internacional de Moçambique

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	653	519	25,9
Créditos sobre clientes	226	199	13,8
Depósitos de clientes	566	454	24,8
Margem financeira	36	29	22,1
Outros proveitos financeiros (líquido)	26	30	— 13,3
Custos de transformação	45	43	3,7
Resultados líquidos	11	14	— 17,8
Colaboradores	1 360	1 380	— 1,4
Sucursais	75	75	–

Ásia

Banco Comercial de Macau:

Actividade:

Banco universal, vocacionado predominantemente para a actividade de retalho, com um relacionamento importante com empresas e clientes institucionais.

Vantagem competitiva:

Enfoque numa abordagem global do mercado, centrada na comunicação directa e na venda cruzada de produtos, no âmbito da complementaridade comercial com as seguradoras do Grupo com actividade em Macau. Grande experiência em matéria de financiamento do comércio externo.

Banco Comercial de Macau

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (perc.)
Activo total	715	677	5,7
Créditos sobre clientes	325	260	24,9
Recursos de clientes do balanço	656	614	7,0
Situação líquida	50	56	— 9,2
Margem financeira	13	15	— 10,8
Outros proveitos financeiros (líquido)	6	5	23,3
Custos de transformação	12	13	— 5,3
Resultados líquidos	6	6	8,2
Colaboradores	268	276	— 2,9

Enquadramento económico e financeiro

Economia internacional

A retoma económica intensificou-se e generalizou-se em 2004, num quadro de expansão das trocas comerciais, de recuperação da confiança e do investimento empresarial e da manutenção de políticas macroeconómicas acomodatícias nas principais economias. Os Estados Unidos e os mercados emergentes, em particular a China, foram os principais motores do crescimento mundial em 2004. O crescimento do produto interno bruto (PIB) mundial terá atingido cerca de 5% no conjunto do ano, o que representa a mais elevada taxa de crescimento registada em quase três décadas.

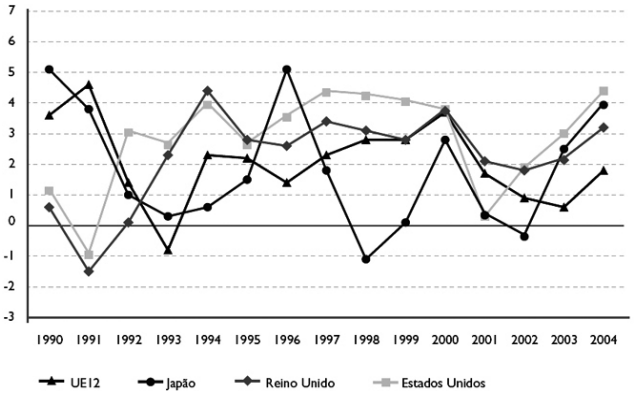
O preço do petróleo atingiu um nível máximo histórico no 3.º trimestre de 2004, impulsionado por uma combinação de factores: dinamismo da procura; reduzidos níveis de *stocks* nas economias industrializadas; factores geopolíticos, nomeadamente o receio de um ataque às infraestruturas produtivas no Médio Oriente; tensões políticas na Venezuela e Nigéria; fenómenos naturais no México; disputa entre o governo da Rússia e o principal produtor deste país; preocupações quanto à capacidade da oferta preencher a procura e incapacidade para aumentar a produção a curto prazo.

Apesar do dinamismo económico registado em 2004, persistiram diversos riscos ao crescimento sustentado e equilibrado à escala mundial: a provável persistência de elevados preços do petróleo e o aumento da volatilidade conduzem a elevadas incertezas quanto ao futuro, não só porque os elevados preços do petróleo aumentam o custo de produção de bens e serviços, mas porque poderão conduzir a aumentos salariais e, num contexto de ressurgimento da inflação, as taxas de juro directoras terão que aumentar, em linha com políticas monetárias restritivas; o risco de abrandamento na China, relacionado com as políticas macroeconómicas restritivas que o governo tem vindo a implementar com o objectivo de conter o sobre-investimento e sobre-endividamento em vários sectores; os desequilíbrios externo e orçamental nos Estados Unidos poderão também condicionar a robustez e sustentabilidade da expansão económica mundial, já que um ajustamento mais abrupto destes desequilíbrios poderá resultar numa desaceleração acentuada da economia norte-americana, instabilidade nos mercados financeiros, perturbação do comércio mundial e deterioração dos níveis de confiança dos agentes económicos.

Em 2004, o crescimento do PIB nos Estados Unidos ter-se-á situado em 4,4%. A expansão da actividade intensificou-se, beneficiando em particular do crescimento do investimento empresarial, num contexto caracterizado por elevados lucros das empresas e taxas de juro reais em níveis baixos, apesar da reduzida taxa de utilização da capacidade produtiva instalada. O consumo privado evidenciou um crescimento moderado em 2004, apesar de ter revelado uma maior dinamismo na segunda metade do ano, em linha com a recuperação do mercado de trabalho e com a extensão temporal das provisões relativas ao imposto sobre os particulares constantes da Job and Growth Tax Relief Reconciliation Act of 2003.

A produtividade norte-americana desacelerou relativamente ao nível extraordinário registado nos últimos dois anos, em linha com o aumento moderado dos custos unitários do trabalho. A taxa de inflação homóloga aumentou para 3,3% em 2004, reflectindo essencialmente a subida dos preços dos produtos energéticos e *commodities*. Estima-se que o défice da balança de transacções correntes tenha aumentado em 2004 para 5,7% do PIB, reflectindo o elevado défice da balança comercial nos Estados Unidos, pois apesar da taxa de crescimento das exportações ser ligeiramente superior à das importações, como resultado da forte depreciação do dólar, tal revelou-se insuficiente para estabilizar o défice externo ou inverter o contributo negativo do sector externo para o crescimento do PIB.

Taxas de crescimento real do PIB (percentagem)



A retoma económica no Japão consolidou-se em 2004, tendo o crescimento do PIB atingido 4%, reflectindo não apenas a forte expansão das exportações, mas também o comportamento favorável do investimento das empresas, num contexto de progressos em matéria de ajustamento estrutural dos sectores financeiro e empresarial.

O consumo privado continuou forte, apesar do declínio dos salários reais, mas em linha com a melhoria das perspectivas relativamente ao mercado de trabalho e com a tendência de longo prazo de descida da taxa de poupança.

O investimento privado expandiu-se a uma taxa elevada em linha com o crescimento robusto dos lucros das empresas, embora a um ritmo mais moderado do que o registado em 2003. As exportações aumentaram cerca de 15%, beneficiando não apenas do forte aumento de procura na China, mas também da aceleração da procura em outros países asiáticos.

Em 2004 não se registaram alterações significativas na orientação das políticas orçamental e monetária japonesas, que continuaram a desempenhar um importante papel de estímulo da procura interna. A política orçamental foi mais uma vez expansionista, contribuindo para que não se tenha avançado em matéria de consolidação orçamental, continuando o défice orçamental a situar-se acima de 7% do PIB. A política monetária manteve o pendor expansionista, mantendo-se as taxas de juro próximas de zero até que o risco de deflação se torne mais negligenciável.

A inflação homóloga situou-se em — 0,2% no final de 2004. A transmissão dos efeitos da subida dos preços dos produtos energéticos para o índice de preços no consumidor tem sido mitigada pela apreciação do iene.

O crescimento estimado do PIB no conjunto dos países da área do euro foi de 2% em 2004, reflectindo essencialmente o dinamismo das exportações, que beneficiaram do forte crescimento do comércio mundial e, em particular, do fortalecimento das economias dos seus principais parceiros comerciais.

A procura interna manteve um comportamento moderado, reflectindo a continuação do ajustamento dos balanços das empresas e uma incerteza elevada quanto aos efeitos das reformas estruturais, em particular nos domínios do mercado de trabalho e da segurança social, que estão em curso ou que terão de ser adoptadas em diversos países. Condições laborais deprimidas, incerteza quanto às reformas estruturais, fracas perspectivas quanto ao aumento do rendimento disponível e a subida do preço do petróleo continuaram a ser responsáveis pelo clima de pessimismo das famílias.

Apesar da subida dos preços dos produtos energéticos, a situação financeira do sector empresarial da área do euro melhorou significativamente.

A moderação salarial e o aumento da produtividade do trabalho contribuíram para repor as margens de lucro e, simultaneamente, teve ainda lugar uma reestruturação do balanço das empresas. Como resultado, as condições de financiamento melhoraram e os *spreads* nas obrigações de empresas estreitaram-se.

A política monetária manteve a sua orientação, com a taxa de refinanciamento do Banco Central Europeu a permanecer no mínimo histórico de 2% desde Junho de 2003. Contudo, dada a expressiva apreciação do euro em termos reais efectivos registada em 2004, pode-se considerar que a política monetária teve um pendor ligeiramente expansionista.

A inflação na área do euro, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor, situou-se em 2,4% em Dezembro de 2004, reflectindo essencialmente a subida dos preços dos produtos energéticos, mitigada pela forte apreciação do euro em 2004.

A área do euro continua a ser caracterizada por uma elevada dispersão das taxas de inflação, que variam desde 0,2% na Finlândia até acima de 3% em Espanha e no Luxemburgo. Dada a fraqueza da procura interna e as condições do mercado de trabalho, os aumentos salariais deverão ser moderados na actual conjuntura, o que, a par de uma esperada diminuição dos preços dos produtos energéticos e de menores aumentos dos impostos indirectos e preços administrativos, deverá contribuir para a moderação das pressões inflacionistas a médio prazo.

O défice público terá aumentado para 2,9% do PIB na área do euro, apesar da redução do *ratio* da despesa pública, que, no entanto, foi mais que compensado pela diminuição da receita fiscal em termos relativos.

É de salientar que um conjunto significativo de países apresenta um défice público abaixo de 3% apenas devido ao recurso a medidas excepcionais.

Situação monetária internacional

O comportamento da generalidade dos mercados financeiros reflectiu a desaceleração da retoma económica internacional na segunda metade

do ano, condicionada pelos elevados preços do petróleo, a alteração do pendor da política monetária nos principais países para um registo mais neutral, os movimentos cambiais que estão a conduzir ao ajustamento externo da economia norte-americana e a sólida situação financeira das empresas, em linha com a melhoria da rendibilidade empresarial.

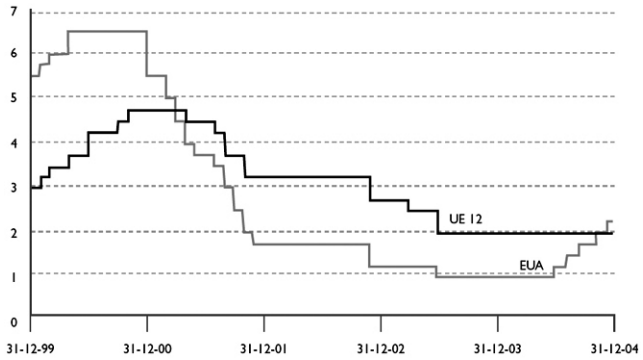
A taxa *Fed Funds* subiu de 1% para 2,25% desde meados de 2004, enquanto na área do euro a taxa *repo* manteve-se inalterada, pelo que as taxas de curto prazo apresentaram um comportamento diferenciado: aumentando gradualmente no caso dos Estados Unidos, incorporando as expectativas de subida da taxa *Fed Funds* pela Reserva Federal e tendo-se mantido praticamente estáveis na área do euro.

As *yields* das obrigações de longo prazo evidenciaram uma tendência ascendente na fase final do ano no caso dos Estados Unidos, o que, a par dos elevados preços do petróleo, acabou por condicionar os mercados accionistas.

Na Europa, o comportamento foi diferente, tendo as *yields* de longo prazo incorporado as expectativas de desaceleração da retoma económica.

Taxas directoras na área do euro e nos EUA

(Percentagem)



O contexto de reduzidas taxas de juro, a melhoria da rendibilidade e a boa condição financeira das empresas só foram parcialmente contrariados pela apreciação do euro e pelas fracas perspectivas quanto ao crescimento do PIB. Na segunda metade de 2004, ocorreu uma diminuição da aversão ao risco dos investidores, que se reflectiu na diminuição da volatilidade dos principais índices bolsistas, na diminuição de *corporate spreads* e no estreitamento dos *credit default swap spreads*.

As *yields* das obrigações de longo prazo nos Estados Unidos transaccionaram com elevada volatilidade durante o ano de 2004, e sem tendência definida até ao final de Agosto.

A partir de Agosto e até final do ano, as *yields* das obrigações evidenciaram uma tendência ascendente, em linha com a subida da taxa *Fed Funds*, a divulgação de indicadores confirmando a melhoria das condições no mercado de trabalho e um aumento superior ao esperado dos preços no consumidor e no produtor.

Na Europa, as *yields* apresentaram uma tendência descendente desde Junho, em linha com a revisão em baixa das perspectivas relativas à retoma económica, induzidas pelos elevados preços do petróleo e pela apreciação do euro contra o dólar.

Tendo em conta a evolução diferenciada das *yields* das obrigações nos Estados Unidos e na Europa, o diferencial entre as obrigações do tesouro a 10 anos nos Estados Unidos e na Europa alargou-se significativamente na segunda metade do ano, situando-se em 54 pontos base no final do ano.

O euro apreciou-se 7,6% face ao dólar durante 2004. A depreciação do dólar ocorreu apesar da consolidação da retoma económica nos Estados Unidos e do alargamento do diferencial entre as *yields* norte-americanas e na área do euro, pelo que foi essencialmente determinada pela preocupação face ao elevado défice da balança de transacções correntes e à sustentabilidade do respectivo financiamento futuro. As subidas da taxa *Fed Funds* pela Reserva Federal foram insuficientes para travar a apreciação do euro.

A moeda japonesa manteve em 2004 uma tendência de apreciação face ao dólar, tendo registado uma valorização de 4,3% no conjunto do ano.

Em 2004, a apreciação do iene reflectiu a robustez da recuperação da economia japonesa e os progressos em matéria de ajustamento estrutural dos sectores financeiro e empresarial.

Taxas de câmbio

(Base 100 = Jan. 97)



Os índices bolsistas na área do euro e nos Estados Unidos evidenciaram uma tendência de recuperação a partir de Agosto de 2004. Esta recuperação esteve essencialmente relacionada com a melhoria da rendibilidade das empresas cotadas e com a correcção do preço do petróleo no último trimestre. A subida do preço do petróleo e o seu impacto percebido ao nível dos lucros das empresas cotadas teve repercussões limitadas nos mercados accionistas. O índice *Dow Jones* encerrou o ano com uma valorização de 3%, enquanto o índice Eurostoxx50 registou uma valorização de 7%. No Japão, o índice Nikkei 225 registou uma valorização de 7,6% no conjunto de 2004, tendo sido particularmente afectado pelos elevados preços do petróleo e receios sobre o respectivo impacto ao nível da economia japonesa. A divulgação de indicadores macroeconómicos positivos, a melhoria dos lucros das empresas e a redução das taxas de juro de longo prazo constituíram factores insuficientes para impulsionar os mercados accionistas no Japão.

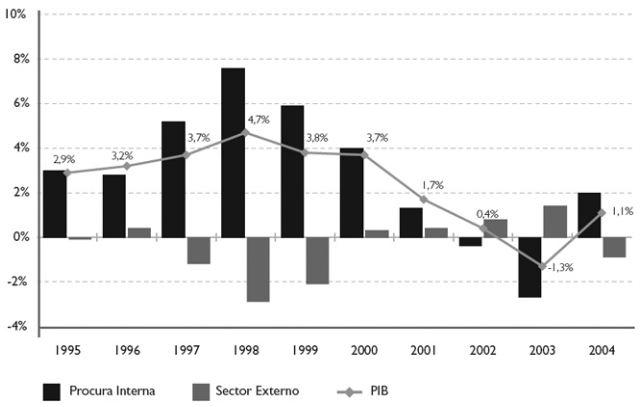
Economia portuguesa

Em 2004 registou-se um crescimento estimado de 1,1% do PIB português, essencialmente devido à expansão do consumo privado e à recuperação da formação bruta de capital fixo, que mais do que compensaram o contributo negativo da procura externa líquida. Desta forma, não obstante o crescimento moderado do PIB, em 2004 foi interrompido o processo de ajustamento endógeno gradual da situação financeira do sector privado que vinha a caracterizar a evolução da economia portuguesa desde 2001, que se traduziu na contracção do investimento empresarial e do consumo privado. Esta inflexão originou um aumento expressivo do défice externo e um maior grau de endividamento dos particulares e empresas.

A manutenção das taxas de juro em níveis muito baixos em 2004 continuou a proporcionar à economia portuguesa condições monetárias acomodatícias, parcialmente contrariadas pela evolução do índice cambial efectivo. Foram evidentes os esforços de consolidação orçamental, verificando-se uma contenção da despesa pública a par do recurso a medidas extraordinárias no sentido de aumentar receitas, se bem que se tenha verificado um aumento marginal do défice público, não obstante o comportamento favorável das receitas fiscais.

Evolução do produto interno bruto

(Contribuição da procura interna e sector externo para o crescimento do PIB)



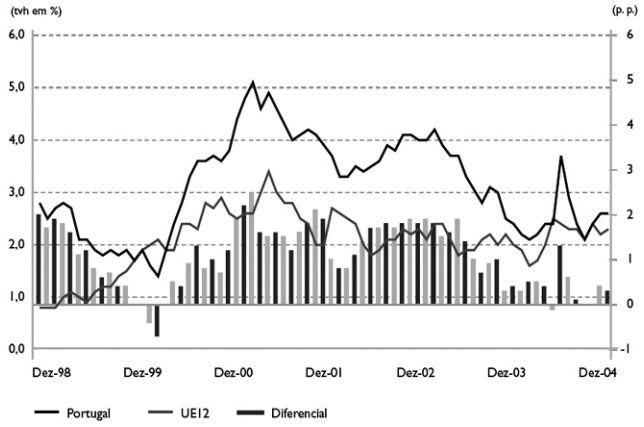
A retoma económica foi liderada pelo dinamismo da procura interna, nomeadamente pela recuperação do consumo privado, e pelo crescimento do investimento, sendo de realçar a importância dos factores extraordinários que tiveram lugar durante a primeira metade de 2004. Apesar do crescimento das exportações é de realçar a aceleração induzida das importações, pelo que o contributo do sector externo foi negativo.

A aceleração do consumo privado decorreu da alteração das expectativas das famílias a partir de finais de 2003, caracterizada pelas expectativas de que a evolução do desemprego seria menos acentuada e que o esforço de consolidação orçamental seria menos intenso do que até então admitido. Adicionalmente, a realização em Portugal de eventos à escala internacional, com destaque para o campeonato europeu de futebol, também contribuiu para estimular temporariamente o consumo privado. A aceleração do consumo privado teve particular incidência na componentes de bens de consumo duradouros, denotando a substituição e reposição destes bens por parte das famílias.

A formação bruta de capital fixo apresentou em 2004 uma variação ligeiramente positiva, contrastando com as diminuições verificadas em 2002 e 2003. Esta evolução foi favorecida pela manutenção de baixas taxas de juro, pelas perspectivas mais favoráveis quanto à evolução da conjuntura económica, pela estabilização das margens de lucro e pela recomposição de *stocks*. Por tipo de bens, apenas a construção apresentou uma taxa de variação ainda negativa, enquanto a generalidade das outras componentes da formação bruta de capital fixo (máquinas e produtos metálicos, material de transporte e outra formação bruta de capital fixo não descriminada) apresentaram taxas de crescimento positivas, com destaque para um forte crescimento da componente de máquinas.

A taxa de inflação média anual, medida pelo índice harmonizado de preços no consumidor, situou-se em 2,4%, diminuindo de 3,3% em 2003, reflectindo o efeito combinado da desaceleração dos preços dos bens industriais não energéticos e da aceleração dos preços dos bens energéticos, compensada pela evolução dos preços alimentares. De salientar a subida brusca do índice harmonizado de preços no consumidor em Junho, que se dissipou nos meses seguintes, explicada por fortes aumentos de preços na hotelaria, por ocasião da realização do campeonato europeu de futebol. A taxa de inflação homóloga em Dezembro situou-se em 2,5%, estreitando o diferencial face ao crescimento dos preços na área do euro.

Taxas de inflação IPCH



A taxa de desemprego continuou a aumentar em 2004, situando-se em 6,7% em média, o que compara com 6,4% em 2003. Este comportamento ficou a dever-se, quer à estabilização do nível de emprego, quer à intensificação do aumento de desempregados, em face da actual retoma estar a ser acompanhada por uma moderada taxa de crescimento do emprego.

O défice das balanças corrente e de capital alargou-se de 3,6% em 2003 para 5,4% em 2004. Esta evolução deveu-se sobretudo ao aumento do défice da balança corrente, essencialmente associado ao significativo agravamento do défice da balança de mercadorias em virtude de um crescimento real mais forte das importações do que das exportações.

De salientar adicionalmente a redução do excedente da balança de capital, devido aos menores recebimentos de fundos estruturais no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio em 2004. Esta evolução traduz uma maior necessidade líquida de financiamento dos agentes económicos residentes face ao exterior, para o que contribuiu exclusivamente o sector privado.

O défice público ter-se-á agravado de 2,8% do PIB em 2003 para 2,9% do PIB em 2004. Esta evolução foi determinada, por um lado, pela recuperação das receitas fiscais, em linha com a retoma económica moderada e, por outro, pela desaceleração do crescimento das despesas correntes, associada em grande parte ao congelamento parcial dos salários do sector público e apesar do aumento das despesas associadas ao aumento do desemprego, bem como pela realização de receitas extraordinárias, nomeadamente os proveitos contabilizados com a transferência de empresas públicas para o sistema de segurança social dos funcionários públicos e a venda de património do Estado.

Sistema financeiro português

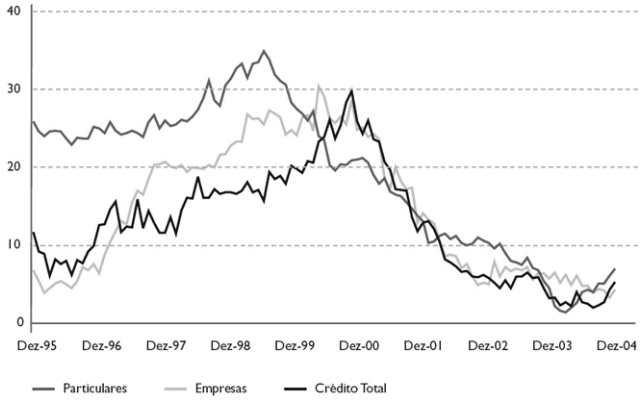
A actividade das instituições financeiras portuguesas desenvolveu-se numa envolvente que continuou a ser condicionada por um conjunto de tendências estruturais, destacando-se (*i*) o novo acordo de adequação de capital (Basileia II), cuja implementação deverá iniciar-se em 2007 e que irá aumentar a sensibilidade das exigências de capital ao risco de crédito e estabelecer requisitos de cobertura de riscos operacionais, (*ii*) a preparação para a implementação das novas normas internacionais de contabilidade International Financial Reporting Standards, cuja aplicação se inicia em 1 de Janeiro de 2005, com necessidade de apresentação de valores comparativos do exercício de 2004, e que deverá resultar numa maior transparência da exposição ao risco e a responsabilidades futuras por parte das instituições financeiras e (*iii*) progressos no estabelecimento do ordenamento regulamentar associado à criação de um mercado europeu de serviços financeiros por grosso e a retalho integrado, seguro e com uma supervisão e regras prudenciais eficazes e sofisticadas, no âmbito do plano de acção para os serviços financeiros da União Europeia.

O sistema bancário português confirmou a sua capacidade de ajustamento às condições da economia decorrentes da fase baixa do ciclo económico: adaptação a um ambiente de taxas de juro baixas, e simultaneamente absorção dos impactos da recessão económica, com a preservação de níveis de crédito em incumprimento em valores historicamente baixos. Num contexto de retoma económica moderada e de condições globalmente positivas nos mercados financeiros internacionais, verificaram-se melhorias dos volumes de negócio e dos indicadores de liquidez, eficiência e adequação de fundos próprios.

O crédito concedido ao sector não monetário, excluindo a administração pública, cresceu cerca de 6,5% em 2004, face a 6,2% em 2003. Esta evolução reflectiu, quer a tendência de aumento do crédito concedido a empresas, quer a aceleração do crédito concedido a particulares. As taxas de juro historicamente reduzidas, o ajustamento da despesa e poupança já efectuado pelas famílias e a recuperação dos níveis de confiança têm suportado o crescimento do crédito a particulares, enquanto que o adiamento das decisões de investimento e o maior recurso ao financiamento orgânico, bem como a maior restritividade nos critérios de decisão por parte das instituições de crédito, têm influenciado o crédito a empresas.

Crédito interno

(tvh em percentagem)



Apesar da envolvente económica adversa nos últimos anos, as taxas de incumprimento situam-se em níveis mínimos históricos. Esta evolução resulta dos aperfeiçoamentos introduzidos nos processos de concessão, acompanhamento e recuperação de crédito, bem como de uma maior estabilidade macroeconómica por comparação com a recessão anterior. A correlação histórica negativa entre desemprego, crescimento do PIB e taxas de incumprimento poderá ter sido contrariada pela persistência de taxas de juro em níveis reduzidos, as quais contribuíram para o menor esforço associado ao serviço da dívida durante a recessão de 2003. As taxas de incumprimento em Portugal

estão entre as mais baixas da Europa, reflectindo a boa qualidade dos activos das instituições de crédito nacionais.

As taxas de juro do sector bancário evidenciaram uma reduzida volatilidade em 2004. A estabilidade nominal evidenciada pelas taxas de juro do mercado monetário ter-se-á reflectido no comportamento das taxas de juro bancárias em Portugal, que se mantiveram em níveis muito próximos dos observados no final de 2003.

A taxa de juro Euribor a seis meses registou um comportamento diferenciado em 2004, tendo apresentado uma tendência ascendente na primeira metade do ano e registando um ligeiro decréscimo a partir do final de Julho, reflectindo um menor optimismo em relação a uma recuperação sustentada da actividade económica. A Euribor a seis meses situou-se ligeiramente acima de 2% durante 2004, muito em linha com a taxa de referência do Banco Central Europeu, inalterada desde Junho de 2003. A curva de rendimentos da área do euro tornou-se mais horizontal, essencialmente devido à revisão em baixa das expectativas para a trajectória das taxas de juro de longo prazo, reflectindo um menor grau de optimismo associado a uma recuperação sustentada da actividade económica.

A taxa de juro das obrigações do tesouro portuguesas a 10 anos diminuiu 77 pontos base entre o final de 2003 e de 2004. Este comportamento ilustrou um menor grau de optimismo numa recuperação sustentada da actividade económica no conjunto da área do euro, que ganhou expressão essencialmente na segunda metade do ano. O diferencial face às taxas de juro alemãs apresentou uma tendência marcada de diminuição, tendo-se anulado no final do ano.

As necessidades de financiamento do Estado continuaram a aumentar em 2004, o que decorre essencialmente do aumento do défice orçamental, parcialmente compensado pelo maior volume de receitas de privatização aplicadas na amortização de dívida. A actividade de financiamento do Estado incidiu quer no recurso a instrumentos *standard* no mercado do euro, quer no aumento da expressão de títulos de curto prazo, com vista a preencher a curva de rendimentos.

A rendibilidade do sector bancário nacional em 2004 foi positivamente influenciada pela evolução das comissões associadas a produtos e serviços bancários tradicionais e às actividades de corretagem e gestão de activos, pela continuidade dos esforços com vista à melhoria da eficiência operativa e racionalização dos custos e pelas menores necessidades de provisionamento de crédito e associadas a investimentos financeiros. O aumento do volume de crédito concedido não foi suficiente para mitigar totalmente o efeito do estreitamento da margem financeira associado às reduzidas taxas de juro nominais e à maior intensidade competitiva. A rendibilidade dos capitais próprios reduziu-se ligeiramente em 2004, prosseguindo uma tendência iniciada em 2000, comparando ainda favoravelmente em termos internacionais.

O sistema bancário português continuou a apresentar níveis confortáveis de solvabilidade, estimando-se que o *ratio* de adequação global dos fundos próprios, em base consolidada, tenha-se situado acima dos valores registados em 2003, beneficiando dos esforços de reforço da base de capital, de um enfoque mais incisivo no negócio *core*, de desinvestimentos de negócios não estratégicos, de iniciativas para aperfeiçoar e desenvolver a estrutura de distribuição multicanal, da inovação de produtos e serviços financeiros, do aperfeiçoamento das suas propostas de valor, do controlo dos custos operativos e da securitização de activos.

Em 2004, o índice PSI-20 valorizou-se 12,6%, superando o índice EuroStoxx50, que se apreciou 6,9%. A evolução dos mercados accionistas em 2004 foi especialmente influenciada pela evolução dos preços do petróleo, que atingiram novos máximos históricos em Outubro. A revisão em baixa de expectativas quanto a lucros futuros por parte de algumas empresas também condicionou a *performance* dos mercados accionistas no conjunto do ano. A descida das taxas de juro de longo prazo, com particular destaque para a segunda metade do ano e a divulgação de resultados trimestrais das empresas cotadas e de indicadores macroeconómicos em Portugal, suportaram os mercados accionistas e influenciaram positivamente as cotações das acções no conjunto do ano.

EuroStoxx50 e PSI20

(Índice 100 = Janeiro 2001)



O título BCP na Bolsa de Valores

Evolução do mercado accionista

No decurso do ano de 2004 assistiu-se a uma acentuada recuperação do mercado ao longo do 1.º semestre, tendo-se iniciado a partir de então uma correcção significativa que conduziu a mínimos anuais nas principais bolsas durante o Verão. Tal deveu-se a um conjunto de condições adversas surgidas na altura, de que se destaca o aumento prolongado do preço do petróleo, a instabilidade política e militar no médio oriente, alguns indicadores macroeconómicos que sugeriam a desaceleração do crescimento económico nas principais economias ocidentais, e a perspectiva de subida das taxas de juro. Durante o último trimestre do ano, e na sequência da clarificação de alguns destes factores, verificou-se uma recuperação generalizadas das cotações, com especial destaque para as bolsas europeias, tendo os principais índices bolsistas encerrado com ganhos, como sejam o Eurostoxx50 (+ 6,9%), o DAX (+ 7,3 %), o CAC40 (+ 7,4%) e o IBEX (+ 17,4%). Neste contexto, destacou-se a bolsa portuguesa, tendo o índice PSI-20 encerrado o ano com uma valorização de 12,6%.

Comportamento das acções BCP em Bolsa

A cotação das acções do Banco Comercial Português registou em 2004 uma valorização de 6,8%. Se considerados os dividendos brutos distribuídos durante o ano, a rentabilidade total proporcionada pelo título BCP ascende a 11,8%. No mesmo período a valorização registada pelo índice de Bancos europeus BEBANKS, Bloomberg Europe Banks and Financial Services Índex excluindo dividendos, foi de 10,9%.

A evolução da cotação do Banco ao longo do ano acompanhou, de modo geral, a evolução dos mercados internacionais, tendo-se registado o valor mínimo de 1,66 euros logo no início do ano, a que se seguiu uma valorização significativa que conduziu ao máximo anual de 2,19 euros em Março.

Durante o 2.º e 3.º trimestres a cotação registou uma descida prolongada, em linha com o que sucedia na generalidade das bolsas, tendo atingido o segundo mínimo anual de 1,68 euros em 3 de Agosto, posteriormente à colocação em *accelerated book building* de cerca de 3% do capital do Banco detido por um accionista qualificado, transacção esta realizada no âmbito do acordo de alienação das actividades seguradoras anunciado em Julho. O quadro seguinte sintetiza o comportamento do título BCP em 2004.

Comportamento do título BCP em 2004 (em euros)

Cotação em 31 de Dezembro de 2003	1,77	
Cotação em 31 de Dezembro de 2004	1,89	
Cotação média anual	1,87	
Cotação mínima	1,66	12 de Janeiro de 2004
Cotação máxima	2,19	9 de Março de 2004
Valoriz. de cotação de 31 de Dezembro de 2003 a 31 de Dezembro de 2004 (percentagem)	+ 6,8	
Capitalização Bolsista em 31 de Dezembro de 2004:		
Acções ordinárias	6 100 000 000	
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	700 000 000	
Total	6 800 000 000	

Fonte. — Bloomberg.

A capitalização bolsista do BCP, incluindo os Valores Mobiliários Obrigatoriamente Convertíveis Capital BCP 2005, ascendia, em 31 de Dezembro de 2004, a 6831 milhões de euros, evidenciando uma valorização global de 367 milhões de euros face ao ano anterior, ocupando a 3.ª posição no *ranking* das maiores capitalizações do mercado nacional.

No quadro que segue, são referidos os principais eventos relacionados com o BCP ocorridos em 2004 e a *performance* verificada na cotação após a realização dos mesmos.

(Em percentagem)

Evento	Data	Variação da cotação no dia subsequente	Variação da cotação nos cinco dias subsequentes
Anúncio de resultados de 2003	20 de Janeiro de 2004	+ 4,8	+ 3,6
Pagamento do dividendo referente ao exercício de 2003 (dividendo bruto por acção: 0,06 euros)	13 de Abril de 2004	— 3,4	— 2,4
Anúncio de resultados do 1.º trimestre de 2004	20 de Abril de 2004	— 4,9	— 6,3
Anúncio de resultados do 2.º trimestre de 2004, coincidente com anúncio do acordo de venda da Seguros e Pensões e da colocação em *accelerated book building* de 3% do capital do Banco	19 de Junho de 2004	+ 0,6	— 1,7
Anúncio de resultados do 3.º trimestre de 2004 e anúncio de pagamento de dividendo antecipado intercalar	19 de Outubro de 2004	— 1,6	— 1,1
Pagamento de dividendo antecipado intercalar	8 de Novembro de 2004	–	— 0,5

A ilustração gráfica do comportamento da acção, que se comenta nos parágrafos anteriores, é a seguinte:

Cotação em euros da acção do BCP durante 2004



Fonte. — Bloomberg, Euronext Lisbon.

Título BCP

Índice	Peso
Euronext PSI Financial Services	48,8
PSI-20	18,2
DJ EuroStoxx Banks	1,1
Bebanks	0,5
Euronext 100	0,4
DJ EuroStoxx	0,2

Liquidez:

O título BCP foi, como habitualmente, um dos valores mais transaccionados na Euronext Lisbon, com um volume médio diário de 7 milhões de acções, tendo o *turnover* anual do título BCP atingido 3388 milhões de euros, valor equivalente a 55,7% da capitalização bolsista anual média do Banco e representando uma quota de liquidez de 19,6% face ao volume total negociado no mercado de cotações oficiais, que compara com 11,6% no ano anterior.

Este aumento de liquidez, expresso pelo crescente volume acumulado de negócios e pelo consistente elevado número de acções diariamente transaccionadas, que passou de 5,6 milhões de acções em 2003 para 7 milhões em 2004, evidencia o interesse que o título merece junto do mercado, bem como a crescente participação de investidores institucionais com posições activas na acção.

Presença do título BCP em índices de Bolsa:

O título BCP integra 66 índices bolsistas nacionais e internacionais, ganhando especial relevância a sua presença nos índices nacionais Euronext PSI Financial Services e PSI-20, e no Dow Jones Euro Stoxx Banks, em relação aos índices internacionais.

Emissão de valores mobiliários Capital BCP 2005

Comportamento em Bolsa:

O comportamento dos valores mobiliários Capital BCP 2005 acompanhou, de modo geral, a evolução da cotação da acção BCP, tendo registado uma cotação mínima de 4,56 euros e máxima de 5,37 euros, tendo encerrado o ano com uma cotação de 4,82 euros. Durante o exercício os titulares auferiram ainda o rendimento nominal anual bruto de 9%, pago trimestralmente.

Liquidez:

Durante o ano de 2004 transaccionaram-se no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisbon 16,6 milhões de valores mobiliários Capital BCP 2005, representando um volume de negócio de 82,4 milhões de euros, ao preço médio de 4,97 euros por título.

Conversão antecipada:

Conforme previsto no prospecto de emissão, e de acordo com comunicações oportunamente feitas ao mercado, o Banco informou da possibilidade de conversão antecipada dos valores Capital BCP 2005 por iniciativa dos seus titulares, a solicitar no período de 14 dias que antecede as datas de pagamento trimestrais de juros.

No exercício deste direito de conversão antecipada, ao preço pré-estabelecido de 2,115 euros por acção, registaram-se pedidos correspondentes a 0,2% da emissão total, de que resultou a entrega de 660 929 acções já existentes.

Rendimento pago:

Os valores Capital BCP 2005 concedem aos seus titulares um rendimento bruto anual de 9%, pagos trimestralmente, pelo que em 30 de Março, 30 de Junho, 30 de Setembro e 31 de Dezembro de 2004, ocorreram os respectivos pagamentos de rendimentos aos seus detentores.

Estrutura de titulares de Capital BCP 2005

Em 31 de Dezembro de 2004, a estrutura de titulares de valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis era a seguinte:

Estrutura titulares	Número de titulares	Valor de emissão (percent.)
Custódia no BCP	93 448	99,4
Colaboradores do Grupo	3 449	1,2
Particulares	86 472	48,4
Empresas	3 409	4,1
Institucionais	118	45,7
Custódia em outras instituições financeiras	–	0,6
Total		100,0

Número de valores mobiliários por titular	Número de titulares	Valor de emissão (percent.)
Custódia no BCP	93 448	99,4
Mais de 5 000 000	4	29,1
De 500 000 a 4 999 999	18	18,5
De 50 000 a 499 999	125	10,3
De 5 000 a 49 999	2 573	19,5
Até 5 000	90 728	22,0
Custódia em outras instituições financeiras	–	0,6
Total		100,0

Política de dividendos

O Banco Comercial Português reforçou em 2004 a sua política de dividendos, através da distribuição antecipada em Novembro de um dividendo intercalar relativo ao exercício de 2004, tendo em vista proporcionar aos accionistas uma adequada remuneração dos capitais investidos através de uma distribuição mais frequente dos resultados gerados pela instituição. Este dividendo intercalar (cuja distribuição se encontra limitada nos termos da lei ao segundo semestre, não podendo exceder metade do lucro apurado no semestre anterior) foi de 0,03 euros por acção, acrescendo aos 0,06 euros distribuídos em Abril, relativos ao exercício anterior. Trata-se de uma prática frequente e regular em muitas das principais empresas cotadas em bolsas internacionais, de que o Banco Comercial Português é pioneiro entre as empresas nacionais que integram o índice PSI-20. Sintetizam-se, no quadro seguinte, os principais indicadores que caracterizam a política seguida nos últimos exercícios.

	Ano de pagamento	Dividendo bruto por acção (euros)	Dividendo líquido por acção (euros)		*Payout ratio* (*a*) (percent.)	*Dividend yield* (*b*) (percent.)
			Residentes	Não residentes		
Exercício de 1999	2000	0,150	0,1238	0,1238	34,9	2,72
Exercício de 2000 (*c*)	2001	0,150	n. a.	n. a.	62,4	2,65
Exercício de 2001	2002	0,150	0,1200	0,1050	61,1	3,30
Exercício de 2002	2003	0800	0,0800	0,0700	(*d*) 49,2	4,39
Exercício de 2003	2004	0,060	0,0510	0,0450	44,7	3,39
Exercício de 2004:						
Dividendo antecip.	2004	0,030	0,0255	0,0225	–	1,70
Dividendo final	2005	0,035	0,0298	0,0263	–	1,85
Dividendo total (*e*)		0,065	0,0553	0,0488	41,3	3,55

(*a*) *Payout ratio*: representa a percentagem dos resultados líquidos distribuídos aos accionistas sob a forma de dividendo.
(*b*) *Dividend yield*: representa o rendimento percentual anual expresso pela divisão do valor do dividendo bruto pela cotação da acção no final do ano a que se refere o dividendo. O *dividend yield* do exercício de 2004 considera o pagamento do dividendo antecipado.
(*c*) Pago sob a forma de *scrip dividend*, através da emissão de novas acções e sua distribuição proporcional pelos accionistas detentores de acções representativas do capital social do Banco.
(*d*) Calculado com base no resultado líquido de impostos antes de constituição de provisão não obrigatória para riscos bancários gerais (472 721,1 milhares de euros).
(*e*) Proposta a submeter à assembleia geral de accionistas.

Criação de valor para o accionista

Durante o ano de 2004 o Banco Comercial Português concretizou um importante conjunto de medidas estratégicas e de melhoria da rendibilidade, que se traduziram no aumento de resultados das várias áreas de negócio, no reforço da situação líquida e num maior enfoque da actividade. Neste âmbito, importa referir a geração de valor para os accionistas no exercício, expresso pelo acréscimo do valor de mercado da instituição e pelos rendimentos distribuídos, que ascendeu a 660,3 milhões de euros.

	Milhões de euros
Capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2003:	
Acções BCP	5 765,6
BCP Capital 2005 (valores obrigatoriam. convertíveis)	698,6
Total	6 464,2
Capitalização bolsista a 31 de Dezembro de 2004:	
Acções BCP	6 156,5
BCP Capital 2005 (valores obrigatoriam. convertíveis)	674,8
Total	6 831,3
Acréscimo no valor da capitalização bolsista	+ 367,1
Dividendos distribuídos:	
Dividendo anual de 2003	195,5
Dividendo antecipado intercalar de 2004	97,7
Total	293,2
Criação de valor para o accionista em 2004 (valorização da capitalização + dividendos)	+ 660,3

Relações com investidores e comunidade financeira

O Banco prosseguiu de forma activa o desenvolvimento de relações com a comunidade financeira, no quadro de uma política de cada vez maior aproximação aos investidores nacionais e estrangeiros, de acordo com princípios de comunicação eficaz, transparente e contínua.

Neste sentido, o Banco participou nas principais conferências de investidores sobre o sector financeiro e realizou um elevado número de *road shows*, assegurando a cobertura das principais praças financeiras europeias (Lisboa, Londres, Paris, Frankfurt, Amsterdão, Milão) e dos EUA (Nova Iorque e Boston) e a realização de mais de 140 reuniões *one-on-one*.

De assinalar, ainda, a realização pelo segundo ano do Investors Day do Banco Comercial Português, em que participaram mais de 50 investidores institucionais e analistas financeiros, e se apresentaram as principais iniciativas de desenvolvimento de negócio, aumento de rendibilidade e enfoque estratégico.

Sintetizam-se, no quadro seguinte, além do Investors Day, as principais conferências em que o BCP participou na qualidade de orador convidado:

Abril de 2004	Morgan Stanley — Southern European Banks Conference 2004.
Maio de 2004	UBS Warburg — 2004 Global Financial Services Conference.
Junho de 2004	Goldman Sachs — European Financial. Conference 2.º Investors Day do BCP, que contou com a presença das principais instit. financeiras e investidores que regularmente produzem research sobre o título BCP.
Setembro de 2004	Santander Central Hispano — Santander Iberian Conference.
Outubro de 2004	Merrill Lynch — Banking and Insurance Conference

Recomendações dos analistas financeiros

Verificou-se no decurso do ano uma evolução favorável das recomendações e preços-alvo *(price targets)* publicados pelos analistas financeiros dos principais bancos de investimento sobre a acção BCP.

Esta evolução traduziu-se no aumento de 20% do *price target* médio, que passou de 1,70 euros por acção em Dezembro de 2003 para 2,02 euros por acção em Dezembro de 2004, tendo sido acompanhado por um aumento do número de recomendações de *buy*, *overweight* ou *outperform* de 2 para 5, não havendo qualquer recomendação negativa por parte das casas de investimento que acompanham o título de forma mais regular.

Acções próprias

De acordo com a aprovação deliberada em assembleia geral de accionistas do BCP, o Banco pode adquirir ou alienar acções próprias até ao limite de 10% do seu capital social. Em 31 de Dezembro de 2004, o Banco Comercial Português não detinha em carteira quaisquer acções próprias.

Estrutura accionista

No final de 2004, o número de accionistas do Banco Comercial Português cifrava-se em 223 510, sendo de assinalar a redução da participação de alguns investidores que detinham posições qualificadas, de que resultou a redistribuição e aumento de posições em carteiras de accionistas institucionais.

Estrutura accionista	Número de accionistas	Capital social (percent.)
Colaboradores do Grupo	8 684	1,2
Particulares	207 826	18,5
Empresas	6 294	9,8
Institucionais	706	70,5
Total	223 510	100,0

Número de acções por accionista	Número de accionistas	Capital social (percent.)
Mais de 5 000 000	81	70,7
De 500 000 a 4 999 999	244	11,1
De 50 000 a 499 999	1 323	5,0
De 5 000 a 49 999	19 282	7,0
Até 5 000	202 580	6,3
Total	223 510	100,0

Ao nível da estrutura accionista, os accionistas nacionais representam 99% do número total de accionistas, sendo detentores de acções representativas de 61,8% do capital social do Banco. Por seu turno, os accionistas estrangeiros, representando embora apenas 1,0% do número de accionistas, são detentores de acções que representam 38,2% do capital social do BCP.

Número de acções por accionistas	Accionistas nacionais	Capital social (perc.)	Accionistas estrangeiros	Capital social (perc.)	Fundos de pensões	Capital social (perc.)	Fundos de investim.	Capital social (perc.)
Mais de 5 000 000	54	38,4	27	32,2	6	7,4	1	0,2
De 500 000 a 4 999 999	152	6,2	92	4,9	2	0,1	13	1,0
De 50 000 a 499 999	1 187	4,2	136	0,8	21	0,1	12	0,1
De 5 000 a 49 999	18 973	6,8	309	0,2	39	0,0	6	–
Até 5 000	200 819	6,2	1 761	0,1	12	–	–	–
Total	221 185	61,8	2 325	38,2	80	7,6	32	1,3

Entre os investidores institucionais, nacionais e estrangeiros, evidenciam-se um conjunto de 80 fundos de pensões e de 32 fundos de investimento que detêm títulos representativos de 7,6% e 1,3%, respectivamente, do capital social do Banco Comercial Português.

Prioridades estratégicas do Millennium BCP

Disciplina na gestão de capital

O Millennium BCP tem vindo a prosseguir uma estrita disciplina na gestão da base de capital, tendo em vista a optimização da sua alocação e garantindo a sua adequação face às exigências prudenciais e de mercado. Para a concretização desta prioridade estratégica, foram definidas como principais linhas de orientação: (*i*) a optimização do consumo de capital nos negócios *core* em Portugal, nomeadamente através de um enfoque na melhoria da sua rendibilidade; (*ii*) a minimização da exposição a negócios considerados não estratégicos; e (*iii*) a alocação eficiente de capital nas operações desenvolvidas em mercados europeus prioritários, identificados como de elevado potencial de crescimento e de risco moderado, casos da Polónia e da Grécia.

O crescimento do peso relativo dos negócios de menor risco ao longo dos últimos anos tem contribuído para uma gestão mais eficiente do capital, no sentido da sua libertação para os negócios *core*, de rendibilidade superior. Merece destaque neste âmbito o forte desempenho do crédito à habitação, que tem conhecido uma expansão superior à registada pela globalidade do sistema financeiro nacional, reflectindo-se numa maior racionalidade na afectação do capital disponível aos negócios integrantes da carteira do Millennium BCP.

Tendo como prioritária a minimização da exposição ao risco da actividade seguradora, nomeadamente na sua função de produção, foi celebrado um acordo com a Caixa Geral de Depósitos que contempla, entre outras transacções, a alienação total das seguradoras Império Bonança e Seguro Directo, que desenvolvem o seu negócio através de canais próprios. Paralelamente foi estabelecida uma parceria com o grupo belga-holandês Fortis envolvendo a alienação de 51% do capital social das companhias de seguros Ocidental, Ocidental Vida e Médis, que utilizam os canais de distribuição do Millennium BCP, e um acordo de distribuição que resulta na manutenção da presença do Millennium BCP no negócio *core* de *bancassurance*. Ainda no contexto do esforço de redução do envolvimento com a vertente de produção da actividade seguradora, foi assinado um acordo para a venda à Eureko da participação de 10% detida pelo Bank Millennium no capital da seguradora polaca PZU.

Merece também destaque o desinvestimento em negócios de crédito ao consumo desenvolvidos através de canais não bancários: na Polónia, o Bank Millennium alienou uma carteira de crédito automóvel obtida com intermediação de uma rede de agentes, tendo deixado de recorrer a esta rede para angariação de negócio; em Portugal, o Millennium BCP chegou a acordo com uma sociedade do Grupo Crédit Agricole, tendo em vista a alienação da actividade de crédito ao consumo não automóvel no ponto de venda anteriormente prosseguida pelo Crédi-Banco.

Refira-se também o impacto da reformulação do acordo de parceria com o Banco Sabadell, no âmbito da qual o Banco alienou 12 495 187 acções deste último, reduzindo a sua participação no respectivo capital social de 7,08% para 3,00%, o que possibilitou uma importante libertação de capital.

Destaca-se também o lançamento da operação Promise Caravela de securitização sintética de uma carteira de créditos a empresas no valor de 3,5 mil milhões de euros. Esta operação, a primeira do seu género a ser realizada em Portugal, possibilitou uma utilização mais eficiente do capital afecto ao financiamento de empresas portuguesas de pequena e média dimensão, proporcionando um reforço dos indicadores de solvabilidade consolidados.

Prosseguindo a optimização da alocação de capital e a minimização da exposição a negócios considerados não estratégicos, o Banco deu também prioridade à alienação de activos que integram a carteira de investimentos não financeiros, designadamente aqueles que, pese embora o seu reconhecido potencial de valorização, não se revelam estratégicos para a consolidação da base de negócios *core* em Portugal. Merecem referência neste âmbito a alienação das participações na Brisa e na Cimpor.

Enfoque no mercado de retalho em Portugal

A maior concentração do esforço e da capacidade de gestão nos negócios *core*, tendo em vista a maximização do valor das operações bancárias em Portugal, foi claramente assumido como um dos principais factores críticos de sucesso do novo ciclo de desenvolvimento do Grupo, iniciado logo após a conclusão dos processos de racionalização e de reestruturação das operações adquiridas em 2000. A racionalidade e a eficácia das capacidades instaladas, aliado ao conhecimento aprofundado do comportamento financeiro, das necessidades e das preferências e expectativas dos diferentes subsegmentos de clientes, bem como a flexibilidade da estrutura organizativa e a unicidade das plataformas tecnológica e operativa de suporte ao negócio, constituíram fortes estímulos para continuar a inovar e a aperfeiçoar o modelo de distribuição a retalho de produtos e serviços financeiros em Portugal, de modo a atingir níveis superiores de eficiência operativa, de eficácia comercial e da qualidade do serviço aos clientes.

Neste quadro, a opção pela convergência para uma marca única representou um salto qualitativo de grande alcance estratégico, ao recentrar a abordagem comercial e a oferta de produtos e serviços financeiros em torno do perfil dos clientes, a par da instituição de uma estrutura e filosofia de gestão comercial de base regional e transversal aos diferentes subsegmentos de mercado. O impacto da etapa iniciada com a adopção da marca Millennium BCP traduz-se na optimização da rede de distribuição em Portugal, na adopção e uniformização de *standards* de serviço e de *pricing* e, simultaneamente, na diferenciação tendo como suporte a realidade concreta do segmento homogéneo de clientes, permitindo uma maior transparência e eficácia da comunicação.

O enfoque nas operações bancárias de retalho no mercado português, assumido claramente como uma prioridade estratégica, potencia toda a capacidade, competências, *know-how* e experiência acumulada pelo Banco no negócio de retalho — que constitui um activo intangível do Banco corporizado nas vantagens competitivas evidenciadas ao nível da qualidade do atendimento e das propostas de valor e no *cross-selling* de produtos e serviços financeiros — tendo como objectivo central o reenfoque no crescimento orgânico, suportado em ganhos consistentes de quota de mercado, na melhoria sustentada da rendibilidade e do risco, e na consolidação dos índices de satisfação e fidelização da base de clientes.

A maximização da criação de valor e a sustentabilidade da plataforma de negócios em Portugal, em termos de crescimento e de rendibilidade, constituem alguns dos principais objectivos do Programa Millennium, lançado em 2004 tendo em vista recuperar a aspiração de desempenho superior que norteou o projecto de refundação associado ao lançamento da marca Millennium BCP. O Programa Millennium visa a optimização de valor da plataforma de retalho no mercado português através da implementação de um conjunto de iniciativas orientadas para a dinamização do negócio, para a melhoria dos indicadores de retenção de clientes, para uma definição mais rigorosa do *pricing* e para a optimização do modelo de distribuição multicanal. As iniciativas incluídas no Programa Millennium traduzem-se no reforço da rendibilidade e no crescimento do volume de negócios, materializando em resultados a estratégia de enfoque no negócio *core* de retalho em Portugal.

Concentração dos esforços de internacionalização na Polónia e na Grécia

Alcançada uma posição de liderança consolidada em Portugal, o Millennium BCP procurou identificar oportunidades que permitissem a criação adicional de valor através da alavancagem das suas vantagens competitivas chave exportáveis para outros mercados (competência no negócio de retalho financeiro e em reestruturações pós-aquisição, experiência em gestão em períodos de alterações estruturais e no lançamento de raiz de novas operações).

As operações internacionais do Millennium BCP incluem subsidiárias, sucursais e escritórios de representação em vários países, estando principalmente concentradas em mercados que oferecem perspectivas de crescimento de médio prazo superiores ao mercado português e à média da União Europeia. As operações internacionais representavam 16% do activo consolidado do Millennium BCP no final de 2004, e têm já uma contribuição positiva para o resultado líquido, embora ainda marginal devido a processos de reestruturação recentemente concluídos e à fase inicial de desenvolvimento de operações chave.

As operações na Polónia, onde o Millennium BCP está presente através do Bank Millennium, fruto de uma parceria com a Eureko, e na Grécia, através do NovaBank, foram claramente eleitas como apostas estratégicas para o desenvolvimento internacional de médio prazo do Banco. Em percentagem do PIB, os recursos de clientes e o crédito apresentavam — e apresentam ainda — valores consideravelmente inferiores aos verificados na Europa dos 15, quer na Polónia, quer na Grécia. Este desfasamento deverá estreitar-se nos próximos anos, constituindo uma forte oportunidade de crescimento do sector bancário.

Em 1998, o Millennium BCP lançou a rede Millennium na Polónia, com a abertura simultânea de 22 sucursais. O Bank Millennium é um banco universal vocacionado para clientes particulares de médios e elevados patrimónios financeiros e para os segmentos de médias empresas e pequenos negócios. O Bank Millennium é actualmente uma Instituição de dimensão média, possuindo 349 sucursais, detendo o Millennium BCP uma posição accionista dominante. As perspectivas para a economia polaca continuam a apresentar oportunidades significativas de crescimento, suportado pela sua integração na União Europeia e do processo de convergência da economia polaca para os níveis da UE-15.

Em relação à Grécia, o PIB *per capita* é semelhante ao português, mas o mercado de crédito, especialmente o crédito a particulares oferece um forte potencial de crescimento.

O NovaBank iniciou a sua actividade na Grécia em 2000 e resultou inicialmente de uma parceria com personalidades e instituições financeiras locais, com a maioria do capital detido pelo Millennium BCP. Trata-se de uma operação de banca universal, enfocada no retalho bancário, mas também presente nos negócios de *private banking* e de empresas.

Principais segmentos de negócio

Operando como uma instituição multidoméstica, o Grupo Banco Comercial Português, no quadro da estratégia corporativa e das linhas de orientação estratégica prioritárias, desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, com especial enfoque em Portugal, Polónia e Grécia — considerados mercados domésticos — e num conjunto restrito de mercados de afinidade. A análise que se segue aborda o desempenho dos principais segmentos de negócio desenvolvidos pelas operações domésticas e pelas subsidiárias que actuam em mercados de afinidade (onde residem importantes comunidades originárias dos países domésticos e ou que com eles mantém fortes laços socioeconómicos).

Os valores reportados para cada segmento de negócio resultam do somatório das subsidiárias e unidades de negócio que o compõe, que são analisadas de forma individualizada no âmbito da gestão do Grupo, não incluindo ajustamentos intra-Grupo.

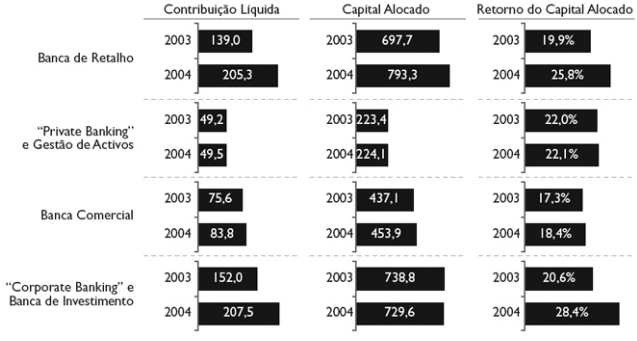
O capital afecto, bem como os movimentos internos de fundos que estão subjacentes à sua realocação, com impacto na conta de exploração daquelas entidades, foram calculados com base em valores médios.

As rubricas do balanço de cada subsidiária e unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando critérios regulamentares de solvabilidade. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado. As contribuições líquidas das várias entidades são ajustadas de modo a reflectir os impactos de todos aqueles movimentos de fundos, bem como de operações não recorrentes.

Assim, as contribuições líquidas apresentadas reflectem os resultados individuais das unidades de negócio e subsidiárias, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos relacionados com a realocação de capitais e com operações não recorrentes.

Actividade em Portugal

(Milhões de euros, excepto percentagens)



Banca de retalho:

A banca de retalho em Portugal é o segmento de negócio dominante na actividade do Millennium BCP, tanto em termos de volume de negócios como ao nível de resultados, sendo levado a cabo pela rede de retalho, direccionada para os segmentos *affluent*, *small business* e *mass market*. No âmbito da estratégia de *cross-selling*, a rede bancária funciona também como canal de distribuição dos produtos e serviços da generalidade dos segmentos de negócio do Millennium BCP.

Banca de retalho em Portugal

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	709,6	660,2	7,5
Outros proveitos líquidos	528,5	500,7	5,6
	1 238,1	1 160,9	6,6
Custos de transformação	(685,0)	(661,6)	3,5
Provisões	(256,2)	(279,6)	— 8,4
Contribuição antes de impostos	296,9	219,7	35,1
Impostos e inter. minoritários	(91,6)	(80,7)	13,5
Contribuição líquida	205,3	139,0	47,7
Capital afecto	793,3	697,7	13,7
Rendibilidade do capital afecto (percent.)	25,8	19,9	–
Riscos ponderados	16 628,7	15 267,1	8,9
Ratio de eficiência (percent.)	55,3	57,0	–
Créditos sobre clientes	21 092,0	17 704,4	19,1
Recursos totais de clientes	29 722,7	28 144,9	5,6

A contribuição líquida da banca de retalho em Portugal, em 2004, totalizou 205,3 milhões de euros, revelando um aumento de 47,7% em relação à contribuição líquida de 2003 (139,0 milhões de euros). Esta evolução proporcionou um aumento da rendibilidade do capital afecto à banca de retalho em Portugal, de 19,9% em 2003 para 25,8% em 2004.

A evolução positiva da contribuição líquida deste segmento foi determinada pelo crescimento da margem financeira, pelo aumento dos outros proveitos, beneficiando do incremento no volume de recuperações de créditos, e pelo controlo dos custos de transformação, que resultou na melhoria do *ratio* de eficiência de 57,0% em 2003 para 55,3% em 2004.

O aumento da carteira de crédito da banca de retalho em Portugal de 17 704 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003 para 21 092 milhões de euros no final de Dezembro de 2004, está relacionado essencialmente com o desempenho positivo do crédito à habitação. Os recursos totais de clientes captados pela banca de retalho em Portugal registaram um crescimento de 5,6%, evoluindo de 28 145 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003 para 29 723 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, impulsionados pela *performance* positiva dos seguros de capitalização.

A dinâmica comercial e a notoriedade acrescida que resultou da adopção da marca única foram potenciadas pelo aprofundamento do modelo de segmentação do negócio de retalho, resultando numa acção comercial mais enfocada. Neste âmbito, foi dada continuidade à diferenciação iniciada em 2003, entre clientes *mass market* ou de retalho puro, que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, e clientes com atendimento personalizado, clientes *affluent* e *small business*, que, dados a sua especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, são alvo de uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado.

As transformações operadas nos últimos anos no negócio de retalho do Millennium BCP, entre as quais se destaca naturalmente a adopção da marca única e o aprofundamento do modelo de segmentação de clientes, mas também outras medidas com impacto determinante na conveniência do serviço (diferenciação integrada dos horários de atendimento dos balcões, desenvolvimento dos canais de banca à distância) têm contribuído para uma maior mobilização e eficácia na acção comercial, reflectindo-se num acompanhamento mais próximo das expectativas e preferências dos clientes e para a prestação de um serviço de excelência.

O aproveitamento pleno das características próprias e diferenciadoras das duas vertentes de negócio (clientes *mass market* e clientes com atendimento personalizado) e das vantagens decorrentes de um conhecimento mais detalhado da base de clientes, potenciados pela unificação da estrutura de distribuição sob uma só marca de elevada notoriedade, a simplificação dos processos e a melhoria da eficiência operativa constituem os princípios orientadores do negócio de retalho em Portugal em 2005. Os desafios para este ano consubstanciam-se no aumento dos índices de *cross-selling*, no crescimento da rendibilidade e na melhoria sustentada dos indicadores de satisfação dos clientes.

Segmento *mass market*:

No segmento *mass market* procedeu-se a uma análise aprofundada das necessidades específicas dos clientes, através de estudos de mercado, que conduziu ao lançamento de uma nova linha de oferta, sustentada em soluções integradas de produtos financeiros, que têm por objectivo sustentar a abordagem comercial numa óptica de cliente em alternativa à abordagem tradicional sustentado no produto.

Neste contexto procedeu-se ao lançamento do Cliente Frequente no decurso do mês de Maio, uma solução inovadora no mercado nacional que tem subjacente a disponibilização de um pacote de produtos e serviços ajustado às necessidades financeiras dos clientes e das suas famílias mediante o pagamento de uma comissão fixa mensal de valor reduzido, face ao custo que os clientes teriam de suportar pelos mesmos produtos se os subscrevessem individualmente.

A solução Cliente Frequente registou uma elevada adesão, com um impacto muito positivo na relação dos clientes ao Banco, traduzida no incremento registado dos índices de detenção dos diversos produtos e nos indicadores de satisfação. Como forma de retenção e reforço da relação com os clientes jovens na fase de transição para a vida adulta, foi implementada uma rotina mensal de promoção do cliente frequente junto destes clientes no momento do seu 26.º aniversário, constituída pela oferta de um desconto de 50% na comissão mensal pelo prazo de um ano.

Consciente das alterações do tecido demográfico português registado nos últimos anos, o Millennium BCP lançou no mês de Setembro uma oferta especialmente concebida para a população estrangeira que trabalha e reside em Portugal. Por via da Conta Passaporte, o Millennium BCP apoia as comunidades imigrantes no acesso ao relacionamento bancário, assumindo uma posição pioneira e de liderança no mercado português e posicionando-se como Banco de referência num segmento de mercado de potencial crescente.

Ainda no decurso de 2004 procedeu-se à implementação de um programa de acompanhamento dos novos clientes, que irá sustentar a partir de 2005 o desenvolvimento de um plano de acção comercial ao longo do primeiro ano da relação bancária, tendo como objectivo promover a retenção dos clientes por via do incremento dos produtos detidos.

Face à excelente aceitação pelo mercado, e por forma a corresponder a expectativas diferenciadas por parte dos clientes do *mass market*, espera-se alargar a oferta de pacotes de produtos em 2005, estando já para o efeito em curso o desenvolvimento de um estudo de merca-do junto da base de clientes e do mercado. No início de 2005, será apresentada uma campanha de crédito à habitação especialmente dirigida aos clientes jovens. Prevê-se também lançar uma solução abrangente especialmente concebida para o segmento jovem, com especial enfoque nos clientes com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos.

Segmento *affluent*:

No segmento *affluent*, a actividade desenvolvida pelo Millennium BCP em 2004 centrou-se na construção de uma oferta bancária de excelência e exclusiva, contrariando o impacto da intensificação da competitividade decorrente do desenvolvimento de propostas de valor agressivas dirigidas especificamente a este segmento por parte das principais instituições financeiras que actuam no mercado português.

Neste contexto, destaca-se o lançamento do Programa Prestige, em Abril, que iniciou uma nova fase de abordagem activa aos clientes com maior envolvimento com o Banco, racionalizando e simplificando a oferta para o segmento, e robustecendo e tornando mais atractiva a oferta do Millennium BCP nesta área, tanto por comparação com a situação anterior como com as restantes ofertas disponíveis no mercado para o mesmo segmento. O Programa Prestige é apoiado por um esforço de comunicação concebida especificamente para o segmento *affluent*, baseado numa *newsletter* própria e em contactos dirigidos e regulares, aproveitando o envio do extracto combinado.

O processo de encarteiramento (i.e. atribuição de gestor de cliente) dirigido a clientes que, apesar de apresentarem características *affluent*, não eram ainda alvo de um tratamento personalizado, foi intensificado em 2004, apostando numa relação geradora de valor de forma sus-

tentada, tanto para o cliente como para o Banco. Paralelamente, foram desenvolvidas as competências dos gestores de clientes de maior relevo para os clientes deste segmento, nomeadamente a proactividade e a dinâmica no aconselhamento financeiro. Neste âmbito, foi lançado em Junho o Dossier Prestige, uma ferramenta informacional dirigida aos gestores de cliente, que apresenta uma visão integrada do património financeiro do cliente, agregado por classes de risco e maturidades, facilitando todo o processo da sessão de aconselhamento com clientes *affluent*.

No 3.º trimestre de 2004, foi lançada a Iniciativa Dinamização Affluent, uma iniciativa específica no âmbito do Programa Millennium, com o objectivo de repensar e implementar acções criadoras de valor no segmento *affluent*, abarcando um horizonte temporal de três anos (entre 2004 e 2006), tendo sido constituída uma equipa de projecto com essa finalidade.

Em 2005, o Millennium BCP irá prosseguir a abordagem centrada no cliente numa perspectiva multiproduto e multicanal, tendo por objectivo o aumento da quota de mercado e o reforço da sua liderança neste segmento. Para esse efeito, e tal como no segmento *mass market* está em fase de conclusão um estudo de mercado desenvolvido junto da base de clientes *affluent* do Banco e do mercado, que permitirá um maior ajustamento da oferta às suas necessidades específicas.

Segmento de negócios:

A actividade desenvolvida pelo Millennium BCP em 2004 no segmento de negócios privilegiou o reforço dos níveis de satisfação dos clientes e o crescimento sustentado dos índices de *cross-selling* e da rendibilidade. Tendo em vista o aumento da fidelização dos clientes com maior envolvimento, também neste segmento se optou por uma abordagem comercial distinta entre clientes com características *mass market*, que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, e clientes com atendimento personalizado, alvo de atendimento através de um gestor de negócios.

Com base nos resultados da análise efectuada à base de clientes do segmento de negócios, foram identificadas necessidades financeiras, expectativas, preferências e interesses das empresas e empresários em nome individual. Os clientes de negócios no *mass market* foram abordados por sector de actividade económica, tendo sido realizadas acções comerciais específicas para os sectores da mediação imobiliária, farmácias, alojamento e restauração, comércio a retalho, comércio automóvel e comércio por grosso. Para além destas iniciativas, foram realizados estudos para a totalidade dos sectores de actividade económica, permitindo um maior conhecimento dos hábitos de consumo de produtos financeiros deste segmento.

Para os clientes acompanhados por um gestor de negócios foi desenvolvido o Plano de Negócios, uma proposta integrada de produtos e serviços que apresenta soluções para a gestão de tesouraria, antecipação dos recebimentos, financiamento ao investimento, seguros e gestão do dia-a-dia das empresas, lançado já no início de 2005. Com o Plano de Negócios, foram também lançadas a Conta Super Dinâmica, destinada a cobrir necessidades de financiamento a curto prazo, e a Conta Super Rendimento, destinada a remunerar automaticamente os excedentes de tesouraria.

Foi também dado enfoque a um programa de dinamização denominado Desafio da Conquista, visando a captação de novos clientes e o incremento do envolvimento de clientes que apresentam uma menor intensidade no relacionamento com o Banco. Importa ainda realçar ainda o programa de acolhimento a novos clientes e a análise continuada e sistemática à base de clientes, tendo em vista a definição de programas de actuação comercial eficazes.

Em 2005, será prosseguida a estratégia de posicionamento do Millennium BCP como o principal parceiro financeiro das pequenas e médias empresas e a intensificação da abordagem personalizada, com a atribuição de gestores de negócios.

A continuidade da acção Cliente Aplauso, iniciada em Janeiro de 2005, incluirá a atribuição de um galardão — o Prémio Aplauso — premiando os clientes pelo envolvimento com o Banco, desempenho económico, solidez financeira, contributo para o desenvolvimento do tecido empresarial e capacidade de inovação. Será também definido o *rating* Millennium BCP.

Banca à distância:

Internet, *mobile banking* e atendimento telefónico:

O ano de 2004 permitiu consolidar a integração dos canais de banca à distância — internet, *mobile banking* (através de SMS e PDA) e atendimento telefónico — iniciada em 2003, no centro de contactos, proporcionando sinergias, complementando a proposta de valor das sucursais, reforçando a conveniência e disponibilidade, e materializando o lema o seu Banco, onde, quando e como quiser.

Os resultados do inquérito realizado em Dezembro de 2004 a clientes utilizadores do serviço de atendimento telefónico, revelaram que 93% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a globalidade do serviço. Constata-se igualmente que o serviço de atendimento telefónico fornece elevados padrões de qualidade na resolução de questões ou problemas dos clientes — a sua principal vocação — que se traduzem numa avaliação muito positiva: 95% dos clientes que apresentaram uma questão ou problema através do serviço telefónico estão razoavelmente ou completamente satisfeitos com as acções tomadas.

O serviço de internet *banking* para clientes particulares foi também muito bem avaliado pelos clientes utilizadores no inquérito *online* realizado em Junho de 2004: 97% dos utilizadores estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o serviço e 98% têm intenção de continuar a utilizá-lo. Entre os clientes que utilizam outros serviços de internet *banking*, 69% preferem o do Millennium BCP. Estes indicadores posicionam o millenniumbcp.pt como o serviço de referência do Millennium BCP em termos de qualidade de serviço prestado ao cliente, contribuindo decisivamente para a fidelização e para a melhoria do índice global de satisfação dos clientes com o Banco.

O serviço de internet *banking* para empresas foi alvo, em 2004, do primeiro inquérito específico à satisfação dos clientes que o utilizam. Para além de uma análise detalhada dos resultados e identificação dos aspectos a melhorar, este inquérito possibilitou constatar a excelente avaliação que os clientes efectuaram ao serviço: 96% estão satisfeitos ou muito satisfeitos com o internet *banking* na sua globalidade e 99% têm intenção de continuar a utilizá-lo.

A abordagem inovadora e a atenção dedicada às questões relacionadas com a segurança das soluções conheceram um importante reforço. Pelo seu impacto na satisfação dos clientes, na redução de custos, ou pelo seu cariz inovador, merece destaque a disponibilização dos seguintes serviços no portal millenniumbcp.pt: extractos e notas de lançamento em formato digital; visualização de imagens de cheques emitidos e cobrados; versão em inglês do portal; consulta a pagamentos de baixo valor; segundas vias de declarações para efeitos fiscais; sincronização com o *software* de gestão de finanças pessoais da Microsoft Microsoft Money; área de informação sobre segurança em parceria com a Microsoft; oferta de crédito pré-aprovado; autorização de operações por SMS (para empresas). Salienta-se também a incorporação da solução de *home-factoring* no portal, possibilitando às empresas um único acesso para o seu relacionamento com o Banco, e o lançamento de áreas específicas para mediadores imobiliários e para clientes de custódia institucional.

Foi conferida uma ênfase acrescida ao cumprimento do objectivo de 100% de disponibilidade do serviço de internet *banking*, em especial no horário de maior procura (das 8 horas às 20 horas). Este compromisso foi reforçado pela publicitação na *homepage* do portal millenniumbcp.pt da evolução do indicador da disponibilidade do serviço, medido por uma entidade independente.

Em relação ao serviço de atendimento telefónico, e com o objectivo de incrementar a eficácia e melhorar o serviço prestado, foi implementada uma aplicação de gestão de recursos Workforce Manager que permite prever volumes de chamadas e fluxos e, em sua função, determinar as necessidades de recursos físicos e humanos, permitindo também monitorizar a *performance* do Centro de Contactos. Salienta-se também a consolidação da aplicação de gestão de contactos, onde são registados todos os contactos relativos a dúvidas ou problemas dos clientes, facilitando, entre outros aspectos, o controlo dos níveis de serviço e a tomada de medidas preventivas e correctivas.

Em 2004, as chamadas telefónicas processadas exclusivamente pelo sistema de atendimento automático excederam 2,1 milhões (65,8% do total de contactos recebidos), 8,3% acima do valor verificado em 2003, possibilitando uma maior disponibilidade do atendimento personalizado para tarefas menos transaccionais. Na vertente de *telemarketing*, o Millennium BCP procurou dirigir-se a clientes bem definidos, com base em análises de propensão de compra, tendo angariado um elevado volume de negócios: mais de 38 mil cartões activos, cerca de 2,5 milhões euros de crédito ao consumo, 6 milhões de euros em produtos de poupança fiscal, 125 milhões de euros em crédito à habitação, 60 milhões de euros em produtos de investimento e 30 milhões de euros em ordens de bolsa.

O número de clientes particulares activos do serviço de internet *banking* (i.e. clientes particulares que utilizam o serviço uma vez por mês, pelo menos) aumentou 15%, acima do crescimento estimado do mercado de utilizadores de internet *banking* em Portugal. Mais de 200 mil clientes distintos utilizam este serviço todos os meses, com picos de mais de 3 mil clientes distintos em simultâneo. Destaque ainda para o *mobile banking*, que conta com mais de 20 mil clientes distintos que utilizam o serviço baseado em SMS, realizando mais de 100 mil transacções por mês.

O serviço de internet *banking* assegurou 46,4% do total das transferências pontuais efectuadas no Grupo, 42,0% das ordens de bolsa, 11,8% das constituições ou reforços de poupanças e 6,8% dos pedidos de cartões.

Em relação ao serviço de internet *banking* para empresas, a actividade ao longo de 2004 privilegiou uma abordagem mais selectiva, orientando a acção comercial para os clientes com maior potencial, tendo simultaneamente sido desenvolvidas funcionalidades para segmentos específicos e conferida maior ênfase à oferta de serviços de valor acrescentado, que exploram vantagens únicas dos canais automáticos. As diversas acções comerciais levadas a cabo traduziram-se num crescimento de 12,4% no número de clientes activos face ao ano anterior e um incremento de 53,5% no volume das operações processadas através do portal, que movimentou um total superior a 15 mil milhões de euros no ano.

Traduzindo o reconhecimento da excelência das soluções do Banco no domínio do internet *banking*, o Millennium BCP foi distinguido pela revista especializada *Global Finance* como Best Consumer Integrated Site in Europe e Best Corporate Internet Bank in Portugal (pelo segundo ano consecutivo), no âmbito dos Worlds Best Internet Banks 2004. Em Portugal, o destaque vai para o facto dos leitores da revista PC Guia terem elegido, pelo terceiro ano consecutivo, o portal millenniumbcp.pt como Melhor Site Financeiro nacional.

Self banking:

A plataforma de *self banking* completa a rede de canais de banca à distância do Millennium BCP, constituindo um canal transaccional privilegiado. Integra um vasto parque de caixas automáticos (ATMs) e dispensadores de cheques (CATs), inserido nos espaços das sucursais ou cobrindo locais não bancários de grande tráfego e de conveniência para os clientes, incluindo centros comerciais, supermercados e áreas de serviço. Gere também um parque de terminais de pagamento automático (POS), instalados em estabelecimentos comerciais.

O esforço de migração de transacções para as áreas de *self banking*, a rentabilização dos equipamentos instalados e a melhoria do nível de serviço que os mesmos prestam aos clientes, com o alargamento das funcionalidades disponíveis, nortearam a actividade do Millennium BCP nesta área em 2004. Operações que anteriormente eram realizáveis unicamente nas ATMs integrantes da rede SIBS, como o pagamento de serviços ou o reforço do saldo de telemóveis, passaram a estar disponíveis também nos equipamentos na rede interna, exclusivos para clientes. O Millennium BCP manteve a liderança do mercado nacional de equipamentos de *self banking* em 2004, tanto em termos do número de ATMs pertencentes à rede SIBS, como em POS instalados. No primeiro caso, o Millennium BCP dispunha de 2353 ATMs no final do ano (dos quais 1087 instalados em locais não bancários), correspondentes a uma quota de 23,1%. O parque de POS ascendeu a 27 mil equipamentos em 31 de Dezembro de 2004.

Na área do *self banking*, os esforços de migração têm-se reflectido na proporção crescente de transacções asseguradas em regime *self service*, libertando recursos para o esforço comercial. Ao longo de 2004, o volume de transacções realizadas nas ATMs do Millennium BCP que integram a rede SIBS atingiu 183 milhões, evidenciando um acréscimo de 5,4% em relação a 2003. Nos equipamentos da rede interna, foram efectuadas 17,5 milhões de transacções, com especial destaque para a emissão de 15 milhões de cheques (69,4% do total de cheques emitidos pelo Banco para clientes particulares).

Private banking e gestão de activos:

A actividade de gestão de patrimónios do Millennium BCP é assegurada pela rede de *private banking* em Portugal e pelo Banque Privée BCP, com sede na Suíça, que estão especialmente vocacionados para clientes particulares com patrimónios financeiros elevados, e pelas subsidiárias que desenvolvem actividade no negócio da gestão de fundos de investimento mobiliários e imobiliários.

Private banking e gestão de activos

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	72,3	65,4	10,7
Outros proveitos líquidos	46,4	45,8	1,3
	118,7	111,2	6,8
Custos de transformação	(50,6)	(46,8)	8,1
Provisões	(10,0)	(1,4)	–
Contribuição antes de impostos	58,1	63,0	— 7,8
Impostos e inter. minoritários	(8,6)	(13,8)	— 37,6
Contribuição líquida	49,5	49,2	0,5
Capital afecto	224,1	223,4	0,3
Rendibilidade do capital afecto (percentagem)	22,1	22,0	–
Riscos ponderados	4 381,9	5 282,1	— 17,0
Ratio de eficiência (percent.)	42,6	42,1	–
Créditos sobre clientes	4 530,8	5 179,6	— 12,5
Activos sob gestão	11 929,2	12 794,3	— 6,8

A contribuição líquida deste segmento de negócio ascendeu a 49,5 milhões de euros em 2004 (49,2 milhões de euros em 2003). O esforço de provisionamento e o crescimento dos custos de transformação, relacionado com a componente de *private banking* desenvolvida no estrangeiro e que ainda está em fase de lançamento, determinaram a estabilização da contribuição líquida deste segmento, não obstante a boa performance da margem financeira.

A evolução dos volumes de negócio reflecte, por um lado, o desempenho menos favorável ao nível dos patrimónios sob gestão, e em especial dos fundos mobiliários nacionais e, por outro, a diluição do efeito da reafectação do negócio internacional de empresas estrangeiras à rede de *private banking*, ocorrida na segunda metade do ano anterior.

Millennium BCP *private bankers*:

Em 2004, a actividade da área de negócio Millennium BCP *private bankers*, designação adoptada na sequência da introdução da marca única, foi marcada por uma intensificação do esforço de reorganização dos procedimentos operacionais, particularmente nos domínios da gestão dos riscos e do apoio à actividade.

Esta reorganização reflectiu-se num maior enfoque no cliente, impulsionado pelo aumento da diversidade da oferta — resultante da disponibilização de fundos de investimento internacionais de terceiras entidades, em regime de *outsourcing*, possibilitado pela adopção de uma plataforma em arquitectura aberta — e pela eficácia acrescida das estruturas de apoio ao negócio, nomeadamente da Wealth Management Central Unit, um centro de competências criado em 2003 com responsabilidades de gestão e promoção de serviços de *asset management*.

A reorganização operativa e o reforço de meios que tiveram lugar em 2004 indiciam uma evolução positiva da área de negócio Millennium BCP *private bankers* em 2005, nas várias zonas geográficas onde actua.

Banque Privée BCP:

No início de 2003, foi criado o Banque Privée BCP, uma plataforma de *private banking* de direito suíço, especializada em soluções individualizadas de gestão de activos orientada para os clientes do Grupo em Portugal, na Grécia, na Turquia e nos restantes mercados onde este opera.

A actividade do Banque Privée BCP em 2004 foi marcada pela continuação do esforço de melhoria da gama de produtos e serviços e pelo forte crescimento do volume de negócios, motivado pela transferência de património gerido por outras plataformas do Grupo, mas também pela captação de novo negócio. Este incremento determinou um reforço da estrutura organizativa do Banco, nomeadamente do quadro de pessoal nas áreas de *relationship* management, aconselhamento, desenvolvimento de produtos, supervisão do *back office* e *compliance*.

Em 2005, o Banque Privée BCP dedicará particular atenção ao desenvolvimento de estratégias de retenção de clientes e à continuação do crescimento do volume de negócios, quer através do aproveitamento pleno das sinergias proporcionadas por uma maior articulação com outras instituições do Millennium BCP, especialmente em Portugal, na Grécia, na Turquia e na Polónia, quer por intermédio do reforço da aposta na expansão em regiões com laços culturais e fluxos de emigração com os países referidos.

Gestão de fundos de investimento:

O Millennium BCP manteve a liderança no mercado português de fundos de investimento mobiliário nacionais, tendo atingido uma quota de 19,9% no final de 2004.

O total de activos geridas pelas subsidiárias do Millennium BCP especializadas no negócio dos fundos de investimento (Millennium BCP — Gestão de Fundos de Investimento, S. A., AF Internacional, SGPS, AF

Investments, Ltd., e BCP Investimentos International, S. A.) ascendeu a 5995 milhões de euros na mesma data. Não obstante a sua oferta apresentar um perfil mais agressivo que a maioria das instituições que actuam no mercado português, dado o peso comparativamente elevado dos fundos de fundos e dos fundos de acções, a validade da proposta de valor do Millennium BCP nos fundos de investimento e a eficácia da sua rede comercial permitiram anular os efeitos da continuação da postura tendencialmente defensiva por parte dos aforradores e investidores, que, nos últimos anos, têm evidenciado uma maior apetência por produtos de baixo risco, menos expostos às flutuações dos mercados financeiros.

A actividade do Millennium BCP no negócio dos fundos de investimento em 2004 foi norteada pela inovação e pela permanente adequação de uma oferta de valor atractiva às necessidades de clientes, aproveitando também oportunidades de negócio propiciadas por alterações ocorridas no enquadramento regulamentar. Destaca-se o lançamento do Millennium Rendimento Imobiliário, um fundo de investimento imobiliário que a Millennium BCP fundos de investimento disponibilizou no início do ano, contribuindo para o alargamento da gama de produtos e permitindo uma maior diversificação dos investimentos dos clientes.

O Millennium BCP, atendendo à entrada em vigor do novo regime legal que veio permitir uma maior flexibilidade na definição das políticas de investimento dos instrumentos colectivos de poupança, inovou ao lançar o primeiro fundo de gestão dinâmica do mercado, o Millennium Gestão Dinâmica. Este fundo mobiliário, que investe preferencialmente em acções, visa obter, no longo prazo, um retorno absoluto positivo para o investidor, através de uma gestão activa e totalmente discricionária, seleccionando os melhores activos em cada momento, complementada por prazos rápidos de ajustamento da carteira do fundo à conjuntura.

O cariz inovador do Millennium BCP no negócio dos fundos de investimento foi também reforçado pelo lançamento do Millennium Reforma & Rendimento, o primeiro PPR/E que alia os benefícios fiscais próprios deste tipo de fundos ao rendimento e capital garantidos, e pela disponibilização do Valor Duplo, um instrumento de captação de poupanças que combina um depósito a prazo remunerado a uma taxa muito atractiva e um fundo de investimento seleccionado de acordo com o perfil financeiro do cliente.

A aposta estratégica do Millennium BCP na internacionalização tem-se reflectido na distribuição de parte da sua oferta de fundos através das redes de algumas das operações que o Grupo opera no estrangeiro. Neste âmbito, deu-se início ao processo de registo do fundo BCP Global Sicav, já comercializado no mercado turco pelo BankEuropa, na Polónia e na Grécia.

Em 2005, o Millennium BCP continuará a aperfeiçoar a sua proposta de valor no negócio dos fundos de investimento, alicerçada numa oferta diferenciada que permita o reforço dos índices de fidelização e o alargamento da base de clientes através da obtenção de taxas de rendibilidade atractivas. As principais apostas em termos de inovação incluem o lançamento de produtos nas classes de fundos de fundos, fundos de retorno absoluto e fundos especiais de investimento.

Banca comercial:

O negócio de banca comercial do Millennium BCP é desenvolvido pela rede de empresas, que serve as necessidades financeiras de empresas com um volume anual de negócios compreendido entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros.

A contribuição líquida da banca comercial evidenciou um crescimento de 10,8% em 2004, evoluindo de 75,6 milhões de euros em 2003 para 83,8 milhões de euros em 2004, impulsionada essencialmente pela subida da margem financeira, associada ao aumento dos recursos de clientes e à eficiência acrescida na gestão das margens de intermediação, no quadro de uma política criteriosa na concessão de crédito. A evolução da contribuição líquida traduziu-se num aumento da rendibilidade do capital afecto ao segmento da banca comercial, que passou de 17,3% em 2003 para 18,4% em 2004. O *ratio* de eficiência situou-se em 21,0% (20% no ano anterior).

Banca comercial

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	171,6	153,4	11,9
Outros proveitos líquidos	84,2	100,9	— 16,6
	255,8	254,3	0,6
Custos de transformação	(53,7)	(50,9)	5,4
Provisões	(78,7)	(82,9)	— 5,0
Contribuição antes de impostos	123,4	120,5	2,4
Impostos e inter. minoritários	(39,6)	(44,9)	— 11,8
Contribuição líquida	83,8	75,6	10,8
Capital afecto	453,9	437,1	3,8
Rendibilidade do capital afecto (percent.)	18,4	17,3	–
Riscos ponderados	9 078,5	9 257,0	— 1,9
Ratio de eficiência (percent.)	21,0	20,0	–
Créditos sobre clientes	7 555,6	7 599,8	— 0,6
Recursos totais de clientes	1 608,2	1 291,4	24,5

Os créditos sobre clientes da banca comercial situaram-se em 7556 milhões de euros em Dezembro de 2004 (7600 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003), tendo os recursos totais de clientes atingido 1608 milhões de euros, mais 24,5% que os 1291 milhões de euros contabilizados no final de 2003.

A prestação de serviços e a oferta de produtos de qualidade superior, baseada numa relação personalizada com o gestor de cliente, com observância de rigorosos e elevados padrões de responsabilidade corporativa, de forma a obter um retorno sustentado, constituiu, durante o ano de 2004, a grande linha orientadora da actividade da rede de empresas.

O aumento do volume de crédito nos clientes de melhor risco, as acções sistemáticas de recuperação de crédito vencido, a redução do número de clientes com rendibilidade negativa, o aumento do número médio de produtos por cliente e o desenvolvimento de um programa de captação de novos clientes constituíram outros importantes pilares da actuação da rede.

A solução de internet *banking* para empresas continuou a merecer destaque especial, constituindo uma clara vantagem competitiva. No âmbito dos prémios Worlds Best Internet Banks 2004, a revista *Global Finance* elegeu o portal millenniumbcp.pt como melhor *site* para empresas *Best Corporate/Institutional Internet Bank* em Portugal, pelo segundo ano consecutivo.

No domínio dos produtos e serviços de apoio a pagamentos, e dando continuidade à actividade empreendida no ano transacto, foram implementadas diversas acções de dinamização com o objectivo de intensificar a adesão por grandes empresas e grupos económicos a programas de cartões. Paralelamente, foram desenvolvidas novas soluções no âmbito das transferências nacionais e internacionais em canais automáticos — com particular enfoque na plataforma de internet *banking* — flexibilizando as instruções de pagamento das empresas, através da optimização e maior eficiência no negócio de *cash management*.

Ao nível dos serviços de apoio a recebimentos para empresas, destaca-se a realização de uma campanha relativa ao serviço Cobrança Global — Débitos Directos, que permite às empresas aderentes efectuarem as cobranças dos seus clientes independentemente do Banco onde esteja domiciliada a sua conta. Os excelentes resultados obtidos nesta campanha foram suportados pela disponibilização de um *software* inovador de criação e gestão de ficheiros Gestão de Ficheiros 2004, o qual, para além da construção de ficheiros para pagamentos a fornecedores, vencimentos e cobranças, veio facilitar a adesão das empresas ao Sistema de Débitos Directos, permitindo a gestão global das suas cobranças de forma simples. Este *software* foi também disponibilizado pela rede *corporate*.

De relevar ainda, a dinamização comercial efectuada ao nível dos terminais de pagamento automático móveis, que permitiram habilitar as empresas de uma nova e cómoda forma de receberem dos seus clientes nos respectivos pontos de venda. Quanto a linhas de refinanciamento, destaque para a colocação de 25 milhões de euros no âmbito de um programa concedido pelo CEB (Banco de Desenvolvimento do Conselho da Europa).

O esforço realizado em 2004 resultou numa melhoria muito significativa na qualidade da carteira de crédito, com destaque para a manutenção de bons níveis de concentração de crédito nos melhores riscos, melhorias significativas nos preços praticados em crédito directo, bem como em termos de recuperação de crédito vencido. O efeito conjugado de todos estes indicadores reflectiu-se no crescimento dos indicadores de rendibilidade, tendência cuja intensificação se perspectiva em 2005, em resultado da implementação das medidas previstas pelo Programa Millennium para esta área de negócio.

Corporate banking e banca de investimento:

O Banco desenvolve actividade significativa nas áreas de *corporate banking* e banca de investimento, incluindo-se nesta categoria o relacionamento financeiro com empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, realizadas quer directamente pela rede *corporate*, quer pelo Millennium BCP investimento, especializado em banca de investimento.

Corporate banking e banca de investimento

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	163,2	154,1	5,8
Outros proveitos líquidos	216,0	206,4	4,6
	379,2	360,5	5,2
Custos de transformação	(81,5)	(127,5)	— 36,1
Provisões	(8,0)	(6,1)	30,3
Contribuição antes de impostos	289,7	226,9	27,7
Impostos e inter. minoritários	(82,2)	(74,9)	9,7
Contribuição líquida	207,5	152,0	36,5
Capital afecto	729,6	738,8	— 1,2
Rendibilidade do capital afecto (percent.)	28,4	20,6	–
Riscos ponderados	14 530,9	14 274,6	1,8
Ratio de eficiência (percent.)	21,5	35,4	–
Créditos sobre clientes	7 270,8	7 230,0	0,6
Recursos totais de clientes	3 104,5	1 707,4	81,8

A contribuição líquida deste segmento apresentou um crescimento de 36,5%, evoluindo de 152,0 milhões de euros em 2003 para 207,5 milhões de euros em 2004, beneficiando do desempenho positivo da margem financeira e de outros proveitos, acompanhados por uma diminuição dos custos de transformação. O *ratio* de eficiência revelou uma melhoria pronunciada, decrescendo de 35,4% em 2003 para 21,5% em 2004, reflectindo a descida dos custos de transformação.

Os recursos totais de clientes evidenciaram um crescimento expressivo, atingindo 3105 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, comparando com 1707 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2003, influenciado pela forte captação de recursos de clientes institucionais, que denotam alguma volatilidade ao longo do exercício. A carteira de crédito praticamente estabilizou, situando-se em 7271 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004.

Rede *corporate*:

A aposta num nível de serviço de excelência, visando o estabelecimento de uma relação comercial com os clientes consubstanciada numa atenta e sempre renovada adaptação às suas necessidades, procurando todas as oportunidades de enriquecer e participar na respectiva cadeia de valor, e o reforço da qualidade e rendibilidade da carteira de crédito, em colaboração com outras áreas do Grupo, constituíram, durante o ano de 2004, as grandes linhas orientadoras da actividade da rede *Corporate*.

Em 2004 a rede *corporate* continuou a promover a oferta de uma gama completa de produtos e serviços, com destaque para a melhor solução de internet *banking* para empresas disponível no mercado, conforme distinção da revista *Global Finance*, que elegeu, pelo segundo ano consecutivo, o portal millenniumbcp.pt como melhor *site* para empresas *Best Corporate/Institutional Internet Bank* em Portugal. Esta distinção encontra-se também consubstanciada num estudo recente à satisfação dos clientes com o portal, onde 96% se dizem satisfeitos ou muito satisfeitos.

Mereceram ainda destaque os programas de emissões de empréstimos obrigacionistas e de papel comercial, que contribuíram de forma muito significativa para a optimização do capital alocado e para os bons níveis de rendibilidade da rede. Teve também relevo a colocação de produtos derivados, com efeitos benéficos em termos do risco das empresas face a oscilações das taxas de juro.

No domínio dos produtos e serviços de apoio a pagamentos, e conforme ocorrido na rede de empresas, foram implementadas diversas acções de dinamização com o objectivo de intensificar a adesão de grandes empresas e grupos económicos a programas de cartões, reforçando o posicionamento do Millennium BCP neste segmento de negócio, e dando continuidade à actividade empreendida em 2003.

Ao nível dos serviços de apoio a recebimentos para empresas, destaca-se a disponibilização de um *software* inovador de criação e gestão de ficheiros Gestão de Ficheiros 2004, o qual, para além da construção de ficheiros para pagamentos a fornecedores, vencimentos e cobranças, veio facilitar a adesão das empresas ao Sistema de Débitos Directos, permitindo a gestão global das suas cobranças de forma simples. Este *software* foi também disponibilizado pela rede de empresas.

A possibilidade de, no âmbito do processo de centralização dos seus depósitos na Direcção-Geral do Tesouro, os organismos públicos poderem realizar depósitos na rede de sucursais do Banco, para crédito de uma conta central da DGT no Millennium BCP, foi outro importante evento que teve lugar no corrente ano, dado o seu potencial de captação de negócio.

O incremento da margem financeira, por via de uma gestão mais eficaz da carteira de crédito, o significativo aumento dos níveis de utilização do canal internet e o esforço de intensificação do *cross-selling*, com impacto no aumento de comissões, traduziram-se de forma muito positiva nos resultados alcançados pela rede. Em 2005 a aplicação de um conjunto de medidas de dinamização comercial e de impacto organizacional, com especial destaque para as previstas no Programa Millennium, deverá reflectir-se num impacto adicional favorável na rendibilidade da rede *corporate*.

Millennium BCP investimento:

Em 2004, o enfoque estratégico das principais instituições que actuam no negócio de banca de investimento incluiu a exploração de oportunidades decorrentes da necessidade de consolidação financeira por parte das empresas do sector privado, com centragem nas respectivas actividades *core*, da relativa atractividade dos mercados de dívida face às alternativas de investimento centradas no mercado de acções e do recurso deliberado às parcerias público-privadas por parte dos Estados. Do lado da oferta, o mercado pautou-se pela inevitável intensificação da luta concorrencial, quer por parte de grandes casas estrangeiras quer ainda por parte de pequenos *players* de nicho que, especializando-se em determinadas linhas de negócio, se têm vindo a implantar beneficiando de estruturas de custo favoráveis.

Nesta envolvente, o profundo conhecimento do tecido empresarial nacional, que permitiu detectar atempadamente oportunidades de negócio, e as capacidades de inovação e de montagem e execução de operações nos domínios de *project finance*, *corporate finance* e mercado de capitais foram determinantes do desempenho do Millennium BCP investimento, resultando no reforço do seu posicionamento como instituição de referência no mercado português de banca de investimento.

Na área de *project finance*, o Millennium BCP investimento marcou presença nas grandes transacções do ano no sector rodoviário: Concessão Scut da Viaexpresso na Região Autónoma da Madeira e Concessão do Litoral Centro. Esta segunda merece um especial destaque, tratando-se de uma operação de carácter inovador em Portugal, na qual o Estado concessionou a construção, exploração e manutenção de uma auto-estrada com um prazo variável, determinado em grande parte pela evolução das receitas de portagem. Já em Fevereiro de 2005, a Euromoney/Project Finance Magazine atribuíram o prémio European Real Toll Road Deal of theYear 2004 a esta operação. Ainda no campo do *project finance*, o Millennium BCP investimento interveio como assessor financeiro da José de Mello Saúde no projecto do novo Hospital de Loures e como *lead arranger* nas concessões de águas de Barcelos e de Paços de Ferreira e nos parques eólicos do Outeiro e do Chão Falcão.

No *corporate finance*, salientam-se as assessorias ao Grupo José de Mello na alienação de activos da Soponata à General Maritime Corporation; às empresas Monte & Monte e Adriano, com actividades no sector da construção civil e obras públicas, no processo de concentração dos respectivos grupos empresariais; ao Grupo Nutrinveste na alienação da Triunfo à United Biscuits; à EDP na alienação de uma participação maioritária no capital da Edinfor; e ao Millennium BCP na alienação de posições detidas no grupo segurador Seguros e Pensões.

Do conjunto de operações de 2004 na vertente de rendimento variável do mercado de capitais, salientam-se a quinta fase da privatização da EDP, que decorreu com aumento de capital simultâneo, e que permitiu à empresa um importante avanço na sua estratégia de transformação numa empresa ibérica de energia. Esta operação foi a maior oferta de acções realizada no nosso país desde 2000 e a única privatização no mercado português em 2004, tendo resultado num aumento de capital de 1208 milhões de euros, destinado a financiar a aquisição de uma participação adicional na Hidrocantábrico. Incluiu ainda uma venda directa de referência, através da qual o Estado alie-

nou 5,6% do capital da EDP à própria empresa, que os utilizou como contrapartida da aquisição de acções da Hidrocantábrico.

O aumento de capital da EDP realizou-se através de uma oferta pública de subscrição reservada a accionistas, da qual o Millennium BCP investimento foi coordenador global conjunto, e incluiu também uma garantia de colocação prestada em simultâneo com o anúncio da operação de aquisição da Hidrocantábrico. A operação gerou um forte interesse junto dos investidores, tendo a oferta sido totalmente subscrita sem necessidade de recurso à garantia de colocação, com a procura total a exceder em 2,23 vezes a oferta. O Millennium BCP originou mais de 80 mil ordens (37% do total), às quais foram atribuídas mais de 185 milhões de acções (cerca de 28% do total), tendo o seu desempenho sido determinante para o sucesso da operação. Retirando as subscrições por parte dos grandes accionistas estratégicos da EDP — Estado, BCP, Iberdrola e Brisa — o Millennium BCP foi líder destacado na colocação deste aumento de capital.

Ainda na componente accionista e de derivados de acções, destacam-se a organização e liderança do aumento de capital da Jerónimo Martins, as emissões de *turbo-warrants* e, finalmente, o lançamento do Super Investimento Millennium, um produto estruturado inovador no mercado Português, com prazo de cinco anos e indexado ao desempenho de dois fundos de *hedge funds*.

A inovadora operação de titularização sintética envolvendo créditos do Millennium BCP sobre médias empresas, no montante de 3,5 mil milhões de euros, constituiu o elemento mais marcante na actividade da área de negócio de rendimento fixo do mercado de capitais em 2004. Para além desta operação, salientam-se também a emissão de Obrigações Cimpor, a colocação das obrigações de titularização de créditos do fisco e da segurança social, e a emissão de acções preferenciais do Millennium BCP no mercado institucional europeu.

No âmbito da estratégia de *cross-selling*, foi prosseguido o desenvolvimento da venda através das redes de empresas do Millennium BCP de produtos de tesouraria, nomeadamente produtos *cash* e produtos derivados de taxa de juro, taxa de câmbio e *commodities*, bem como de produtos estruturados destinados à captação de poupança através das redes de retalho.

Em 2005, o Millennium BCP investimento continuará a ter uma posição de relevo na área de banca de investimento, apoiado tanto pelo pipeline de projectos existente bem como pela angariação de novos mandatos.

Actividade na Polónia:

Na Polónia, o Millennium BCP opera através do Bank Millennium, um banco universal dirigido a clientes particulares de médios e elevados patrimónios financeiros e aos segmentos de médias empresas e de pequenos negócios.

Actividade na Polónia

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	124,9	123,6	1,1
Outros proveitos líquidos	82,7	106,2	— 22,1
	207,6	229,8	— 9,6
Custos de transformação	(179,7)	(201,1)	— 10,6
Provisões	(6,6)	(31,5)	— 79,2
Contribuição antes de impostos	21,3	(2,8)	–
Impostos e inter. minoritários	(11,6)	(1,1)	–
Contribuição líquida	9,7	(3,9)	–
Capital afecto	377,8	414,0	— 8,8
Rendibilidade do capital afecto (percent.)	2,6	— 1,0	–
Riscos ponderados	2 437,9	2 997,4	— 18,7
Ratio de eficiência (percent.)	86,5	87,5	–
Créditos sobre clientes	1 761,9	2 172,0	— 18,9
Recursos totais de clientes	3 516,3	3 035,6	15,8

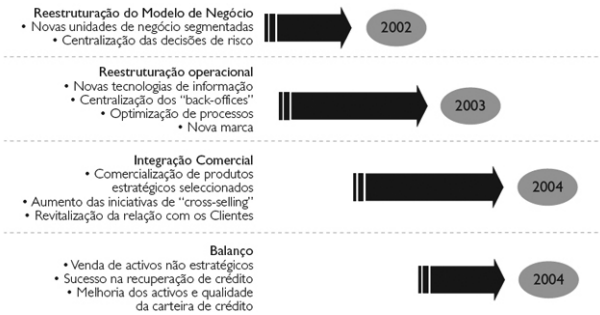
O ano da acessão da Polónia à União Europeia foi caracterizado por um forte desempenho económico, tendo a economia polaca registado uma das taxas de crescimento mais elevadas de entre os países da OCDE. A taxa de variação do produto interno bruto polaco situou-se em 5,4%, impulsionado pelo crescimento do consumo privado (a sua componente mais importante), em parte atribuível a um efeito de antecipação do consumo resultante das expectativas de aumento dos preços após a data de adesão à UE, pela retoma do investimento, que registou um contributo positivo pela primeira vez em três anos, e pelo dinamismo das exportações, não obstante o fortalecimento do zloti. O défice da balança de transacções correntes manteve uma trajectória descendente, tendo a estrutura do seu financiamento registado uma melhoria, dada a intensificação do investimento directo estrangeiro decorrente da ocorrência de vários processos de privatização. O défice público ter-se-á mantido estável face ao final de 2003, essencialmente devido ao impacto do robustecimento da moeda polaca.

O desempenho económico foi, no entanto, acompanhado por tensões inflacionistas associadas a choques do lado da oferta (aumento dos preços da alimentação após a adesão à UE e subida do preço do petróleo nos mercados internacionais), levando as autoridades monetárias a elevar a taxa básica do banco central polaco em 1,25 pontos percentuais ao longo de 2004, e pela permanência da taxa de desemprego em níveis comparativamente elevados (19,1%). A dissipação do impacto do aumento dos preços dos produtos alimentares e do petróleo no 4.º trimestre de 2004 originou que a taxa de inflação se tivesse situado em 4,4% no conjunto de 2004, ligeiramente abaixo da registada em 2003, mas ainda assim superior ao objectivo de 2,5%.

A subida da taxa básica do banco central da Polónia reflectiu-se num comportamento semelhante das taxas dos bancos, quer nas operações activas, quer nas operações passivas, resultando num forte crescimento dos principais indicadores de liquidez: o agregado M3 aumentou 8%, sendo este comportamento principalmente atribuível ao crescimento dos depósitos das empresas. A solidez da posição financeira das empresas e o ainda reduzido volume de investimento levaram a uma acumulação de liquidez por parte das mesmas e determinaram que o crescimento dos depósitos do sector empresarial face ao final de 2003 ascendesse a 23,4%, tendo o crédito às empresas diminuído 3,6%. O crédito a particulares aumentou 13,5% devido ao dinamismo do crédito hipotecário, cujo crescimento excedeu 20%. Os depósitos de particulares evidenciaram uma variação positiva (0,1%) pela primeira vez em dois anos e meio.

2004 foi um bom ano para o Bank Millennium. O crescimento do volume de negócios nos segmentos *core* (particulares e *corporate*) e o robustecimento da solidez financeira e da qualidade dos activos, consubstanciado na descida do peso do crédito vencido no crédito total para 7,9% (de acordo com o critério *timeliness of payment* a mais de 90 dias) e no reforço do *ratio* de adequação de capital para 22,4% no final do ano, constituíram os principais marcos na actividade do Bank Millennium em 2004. Prosseguiu o esforço para tornar o Bank Millennium uma referência em termos de eficiência operativa, tendo-se concluído com assinalável sucesso o programa de redução dos custos iniciado há dois anos, traduzido na redução de 6,3% dos custos de transformação, face ao ano anterior, excluindo amortizações extraordinárias relacionadas com a preparação para as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS).

Conclusão com sucesso da transformação do Bank Millennium



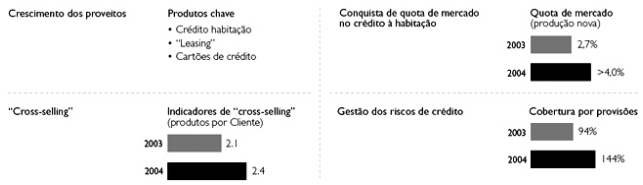
No negócio de retalho, a actividade do Bank Millennium é apoiada por uma rede que assegura uma abrangente cobertura geográfica do território polaco, suportada por uma plataforma operativa moderna. Um conjunto de canais remotos complementa a rede de sucursais, assegurando uma elevada conveniência e disponibilidade, 24 horas por dia: um *call center*, que opera sob a marca Bankolinia, o serviço de internet *banking* Millenet e uma rede de ATMs multifuncionais, que contava com mais de 900 equipamentos em 31 de Dezembro de 2004.

A actividade do Bank Millennium no negócio de retalho ao longo do ano envolveu a aplicação de um conjunto de iniciativas tendo em vista a captação de clientes, a fidelização dos clientes existentes e o

aumento da rendibilidade. Destaca-se o desenvolvimento de um abrangente plano de redução e simplificação de processos, aligeirando a carga operativa e melhorando o serviço prestado aos clientes, e a redefinição da estratégia de *pricing*. Estas medidas foram complementadas pela aplicação de um novo programa de estímulo às vendas, directamente ligado ao sistema de incentivos, resultando numa maior ênfase no esforço comercial.

Paralelamente, o Bank Millennium procedeu a uma reformulação do seu *product mix*, privilegiando a atractividade e a simplicidade da oferta, visando o aumento das vendas, a intensificação do *cross-selling* e o crescimento das comissões. Foram também constituídas equipas especializadas na venda de produtos indutores de fidelização (nomeadamente cartões de crédito, crédito à habitação e contas à ordem), complementarmente às sucursais.

Concretização dos principais objectivos



Salienta-se ainda a intensificação dos esforços de desenvolvimento dos canais remotos. De entre as novas funcionalidades que foram disponibilizadas pelo serviço Millenet ao longo de 2004, destacam-se o pagamento antecipado do saldo de cartões de crédito, a possibilidade de impressão de comprovativos de transacções, a constituição de depósitos a prazo e a informação sobre transacções via SMS. A aposta no desenvolvimento dos serviços de *call center* e de internet *banking* resultou num crescimento significativo do número de clientes activos dos canais electrónicos e do número de transacções efectuados através dos mesmos.

O Bank Millennium desenvolveu uma das ofertas mais competitivas do mercado polaco de crédito à habitação, materializando a atenção especial dedicada a este negócio. A aposta no crédito à habitação traduziu-se na implementação de uma rede especificamente vocacionada para este negócio e no reforço das equipas de venda com uma força de especialistas nesta área, resultando num crescimento expressivo do crédito concedido, mais notório no 2.º semestre de 2004, e na obtenção de uma quota de mercado superior a 4% em termos de produção. O esforço do Bank Millennium no crédito à habitação foi reconhecido pelos clientes e também por especialistas independentes, sendo de referir que a edição polaca da revista BusinessWeek atribuiu ao produto MilleKredyt DOM o prémio para o melhor crédito à habitação no mercado polaco.

As acções desenvolvidas pelo Bank Millennium ao longo do ano tiveram um impacto muito positivo no serviço prestado aos clientes da rede de retalho. A análise dos resultados dos inquéritos, questionários e acções de controlo da qualidade de serviço da rede levados a cabo em 2004 evidenciam um crescimento dos níveis de satisfação e fidelização, destacando-se o crescimento dos indicadores de intenção de recompra.

A actividade do Bank Millennium no negócio de banca de empresas é assegurada por duas áreas de negócios: Millennium Biznes, dirigida a pequenas e médias empresas e negócios (com um volume de vendas anual até 10 milhões de zlotis), que são servidas de forma personalizada por um gestor de relação, e pela rede de *corporate banking*, vocacionada para a satisfação das necessidades financeiras das empresas com um volume de facturação anual superior a 10 milhões de zlotis, abordadas por uma rede de *business centers* e de 95 *Banking Advisors*.

No negócio de banca de empresas, a actividade do Bank Millennium em 2004 orientou-se para a potenciação das capacidades de captação de clientes e para a melhoria da eficiência operativa e da dos sistemas de gestão do risco de crédito. A criação de uma unidade especializada no desenvolvimento de actividades na área do *trade finance*, aproveitando o acréscimo registado nas operações de *import/export* no mercado polaco, é merecedora de referência. Importa também salientar o lançamento de um serviço de internet *banking* para clientes empresa.

Em Maio de 2004, o Bank Millennium alienou o negócio de crédito automóvel originado pela PTF através de uma rede de agentes, responsável por aproximadamente 20% da carteira de crédito do Bank Millennium. Em Dezembro, o Bank Millennium anunciou um acordo com a Eureko para a venda da sua participação de 10% no capital social da companhia de seguros polaca PZU. Estas transacções resultaram em mais-valias significativas e permitiram o reforço do *ratio* de solvabilidade e a recentragem da actividade do Banco no seu negócio *core* de retalho, incluindo pequenas e médias empresas.

O lançamento de um ambicioso programa de recuperação de crédito em incumprimento resultou na recuperação de montantes significativos, contribuindo para a melhoria da qualidade da carteira de crédito, consubstanciada na descida do peso do crédito vencido no crédito total para 7,9% no final de 2004 (12,6% em 31 de Dezembro de 2003) de acordo com o critério *timeliness of payment*, não obstante a redução da carteira de crédito ocorrida em consequência da alienação da PTF e da adopção de uma política de concessão de crédito mais conservadora. Salienta-se também o reforço dos indicadores de solvabilidade, tendo o *ratio* de adequação de capital subido de 12,2% para 22,4% entre o final de 2003 e 31 de Dezembro de 2004, respectivamente.

A rede de distribuição moderna, suportada por uma abordagem segmentada do mercado, a eficiência da estrutura organizativa e a sólida base de capital determinam que o Bank Millennium esteja bem preparado para aproveitar as oportunidades de mercado em 2005. A concretização das perspectivas económicas favoráveis e a continuação do desempenho positivo que o Banco registou em 2004 nos próximos anos resultarão na concretização plena dos objectivos de médio prazo anteriormente definidos, cruciais no quadro da estratégia global do Millennium BCP.

Actividade na Grécia:

O Millennium BCP está presente no mercado bancário grego através do NovaBank, um banco universal lançado em 2000 com enfoque no retalho bancário. Em 2003, o NovaBank alargou a sua actividade aos negócios de *private banking* e de negócios e empresas (*business banking*), e ao mercado turco, com o início da operação do BankEuropa.

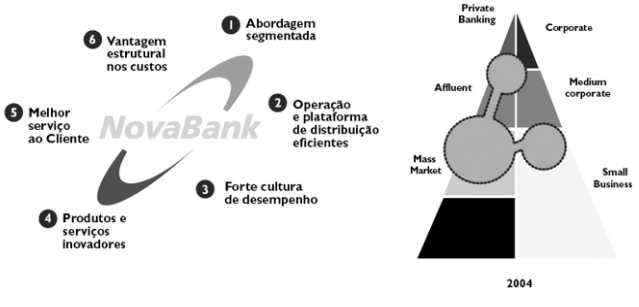
Actividade na Grécia
(inclui NovaBank e BankEuropa)

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	57,5	40,8	41,0
Outros proveitos líquidos	20,2	21,3	— 5,3
	77,7	62,1	25,1
Custos de transformação	(99,1)	(97,4)	1,8
Provisões	(4,0)	(2,4)	69,1
Contribuição antes de impostos	(25,4)	(37,7)	–
Impostos e inter. minoritários	–	(0,4)	–
Contribuição líquida	(26,1)	(38,1)	–
Capital afecto	183,4	160,6	14,2
Rendibilidade do capital afecto (percent.)	— 14,2	— 23,7	–
Riscos ponderados	1 329,3	771,4	72,3
Ratio de eficiência (percent.)	127,6	156,9	–
Créditos sobre clientes	1 393,1	785,3	77,4
Recursos totais de clientes	2 663,7	2 694,4	— 1,1

NovaBank:

Decorridos quatro anos completos após o lançamento do NovaBank, e um ano após o alargamento da sua esfera de actividade para além do negócio de retalho bancário, o pioneirismo da estratégia assumida desde a fundação, baseada na inovação de produtos e serviços, na prestação de um serviço de excelência, na elevada qualificação dos colaboradores e na exploração dos últimos avanços tecnológicos resultaram no estabelecimento do NovaBank como uma importante referência no mercado bancário grego e contribuíram para a obtenção de um lucro operacional já no 4.º trimestre de 2004, antecipando o *break even* previsto em mais de um ano.



A actividade do NovaBank em 2004, desenvolveu-se num enquadramento marcado pela dinâmica da actividade económica grega, apesar da desaceleração registada face aos anos mais recentes. O crescimento real do produto interno bruto estimado para 2004 situou-se em 3,8%, bastante acima da média da área do euro. O crescimento do PIB tem sido impulsionado pela procura interna, em particular pelo consumo privado, já que o investimento desacelerou significativamente relativamente a 2003, ano muito influenciado pela construção de infra-estruturas relacionadas com os Jogos Olímpicos. Contudo, no conjunto do ano, o investimento assumiu-se como um importante componente do PIB.

Apesar das condições monetárias acomodatícias, o consumo privado deverá ter desacelerado ligeiramente relativamente a 2003, em linha com a evolução do rendimento real disponível. Devido à expressiva aceleração das exportações de serviços e ao aumento das transferências correntes do resto do mundo, o défice da balança de transacções correntes deverá ter-se estreitado em 2004. As exportações de bens deterioraram-se com base em substanciais perdas de competitividade. Paralelamente, as importações de bens, em particular equipamento, aumentaram, devido ao dinamismo do investimento.

As elevadas taxas de crescimento registadas, quer no volume de negócios, quer no número de clientes das áreas de negócio que o NovaBank desenvolve (retalho, pequenas e médias empresas, *private banking* e *bancassurance*, confirmaram a validade do conceito de banca universal iniciado em 2003, desenvolvido através de uma abordagem de segmentação das necessidades dos clientes, que são servidos por redes distintas, especializadas por segmento. No final do ano, o NovaBank servia as necessidades financeiras de mais de 281 mil clientes através de uma rede de 95 sucursais de retalho que cobriam as principais cidades gregas, 3 centros de *private banking* e 11 unidades de *business banking* (pequenas e médias empresas), complementada por um parque de 210 ATMs.

Para o negócio de retalho, actividade *core* do NovaBank, 2004 foi um ano de grandes desafios e concretizações. Uma área prioritária no desenvolvimento das relações com os clientes tem sido o negócio de crédito hipotecário, tendo o NovaBank atingido um valor recorde de 100 milhões de euros de nova contratação no último trimestre de 2004 e de 310 milhões de euros no ano, com uma quota de mercado superior a 4% na produção nova, que consistentemente ultrapassa a quota média do Banco no conjunto da banca de retalho. O NovaBank reforçou paralelamente o seu estatuto de banco de referência em termos de inovação de produtos com o lançamento do depósito SuperNova e do alargamento da oferta nos negócios de cartões de crédito e de crédito pessoal.

A área de negócio NovaBank Business, dirigida ao segmento das pequenas e médias empresas, foi lançada em Maio de 2003. O negócio é suportado por uma rede de distribuição constituída por espaços cuja arquitectura foi concebida tendo em vista assegurar a discrição necessária ao relacionamento com os clientes, permitindo, simultaneamente, a prestação de um serviço rápido e eficiente, e que incluem salas de reunião e o acesso a uma rede de especialistas via vídeo-conferência. A aposta na excelência do serviço, no profissionalismo e numa oferta abrangente contribuíram para a evolução positiva do negócio captado: no final de 2004, decorridos apenas 20 meses sobre o início da operação, o saldo de créditos concedidos pelo NovaBank Business ascendeu a 328 milhões de euros. A avaliação cautelosa do risco, apoiada por uma política de concessão rigorosa, e a elevada percentagem de créditos colateralizados têm contribuído para a manutenção da elevada qualidade da carteira de crédito.

O negócio de *private banking* do NovaBank, que opera sob a designação Private Bankers NovaBank, iniciou a sua actividade em Fevereiro de 2003, prestando um serviço de qualidade muito elevada e proporcionando uma solução integrada de gestão de patrimónios a clientes detentores de recursos financeiros substanciais, em espaços de grande prestígio em Atenas e Salónica. A prioridade estratégica em 2004 foi a captação de negócio, quer através da captação de clientes de outras instituições, quer através da atracção de clientes das restantes áreas de negócio do NovaBank, conforme indicação das mesmas. À semelhança do ocorrido com o negócio de *private banking* do Millennium BCP, o negócio da rede Private Bankers NovaBank passou a ser suportado por uma plataforma de arquitectura aberta, que possibilita o acesso aos mercados financeiros mundiais, contribuindo para o aumento da diversidade da oferta.

A actividade do negócio de *bancassurance*, que o NovaBank desenvolve em parceria com a Interamerican, uma seguradora que integra o Grupo Eureko, foi orientada em 2004 para o alargamento da oferta de produtos, em particular nos seguros vida, saúde e automóvel. Paralelamente, o excelente desempenho do negócio de crédito à habitação concedido pela rede de retalho do NovaBank determinou um crescimento dos seguros associados, reforçando as sinergias de negócio.

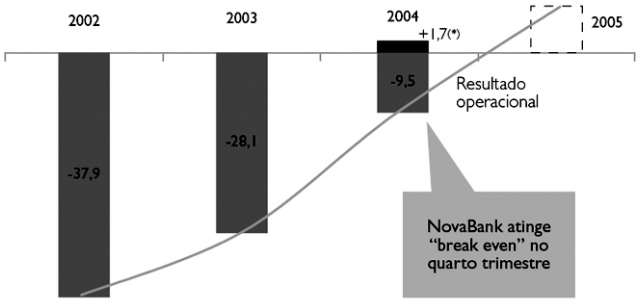
O enfoque na elevada qualificação dos colaboradores, já referida como um factor crítico do sucesso do NovaBank, foi intensificado em 2004 através da aplicação de um abrangente programa de formação contínua. Para além do contributo para a criação de uma cultura de empresa forte dado pela realização de vários cursos de integração, destinados aos colaboradores recém-admitidos, foram ainda organizados diversos seminários abordando competências comerciais e de gestão específicas. O NovaBank procedeu também à revisão das políticas internas de promoções e rotação.

A excelência dos serviços de banca à distância do NovaBank foi mais uma vez reconhecida pela atribuição de importantes galardões. Pelo terceiro ano consecutivo, o NovaBank recebeu o prémio de melhor Banco grego em canais alternativos: o seu *call center* NovaLine foi distinguido no concurso Teleperformance CRM Grand Prix 2004 com o Gold Country Award na categoria de Centros de Contacto Multimédia (serviços de *e-mail* e telefone) e com o Gold Award na categoria de Pequenos Centros de Serviços por Telefone.

O NovaBank atingiu resultados operacionais positivos no 4.º trimestre de 2004, antecipando o *break even* previsto em mais de um ano, fruto do rápido crescimento da actividade e da melhoria da rendibilidade de exploração. Considerando os desenvolvimentos alcançados, o NovaBank antevê um aumento sustentado da sua rendibilidade em 2005 e nos anos seguintes, confirmando a importância estratégica desta operação para o Millennium BCP. As perspectivas são bastante positivas, baseadas na expectativa de crescimento dos proveitos bancários e na criação de valor por geração de resultados. O plano de desenvolvimento da actividade para 2005 inclui a abertura selectiva de novas sucursais para suportar o crescimento do negócio, estimando-se uma rendibilidade dos capitais próprios (ROE) de 14% em 2006.

***Break even* atingido no 4.º trimestre de 2004**

Resultados líquidos NovaBank — Grécia (milhões de euros)



(*) Excluindo ajustamentos em impostos diferidos de -15,2 milhões de euros, devido à alteração da taxa do imposto.

Já em Janeiro de 2005, foi anunciado um acordo com o Dimitrios Contominas tendo em vista a aquisição dos restantes 50% do capital do NovaBank não detidos pelo Millennium BCP e os respectivos direitos de controlo. Os termos da transacção incluem um pagamento de 250 milhões de euros a título de preço e de 80 milhões de euros a título de prémio de controlo, prevendo-se que a transacção ocorra no decurso do 1.º trimestre de 2005.

Esta aquisição decorre da confiança que o Banco deposita no desenvolvimento e potencial de crescimento do NovaBank, sustentado pelos progressos alcançados, conjugada com a disponibilidade manifestada pelo nosso parceiro em alienar a sua participação, devido a razões de incompatibilidade regulamentar com os outros interesses económicos que desenvolve na Grécia.

BankEuropa:

Completou-se em Julho de 2004 o primeiro ano da actividade do BankEuropa, uma operação de *affluent banking* no mercado turco totalmente detida pelo NovaBank, apoiada por uma rede de 12 sucursais e por um conjunto de canais que asseguram um elevado grau de conveniência (banca telefónica, internet *banking* e ATMs). A aposta pioneira num segmento de mercado específico, constituído por particulares com rendimentos elevados, a ênfase no aconselhamento financeiro e na personalização, através do recurso a gerentes de relação e a sofisticadas ferramentas de identificação do perfil financeiro de cada cliente, e a abrangência da oferta, que inclui produtos financeiros de *providers* internacionais de grande prestígio, fizeram do BankEuropa uma referência no mercado bancário turco, traduzida na obtenção de índices de recordação sugerida de 76%.

A actividade do BankEuropa em 2004 desenvolveu-se num enquadramento caracterizado pela estabilização económica. A taxa de inflação situou-se no valor mais baixo registado nos últimos 30 anos (9,3%), tendo o crescimento económico aproximado-se dos 10%. O esforço de reforma do sector financeiro, que prosseguiu em 2004, contribuiu para uma maior solidez do sistema, tendo-se assistido ao lançamento de propostas especializadas pelos principais bancos. Paralelamente, as perspectivas de adesão da Turquia à União Europeia deverão contribuir para a consolidação económica e para a descida das taxas de juro, bem como para alterações estruturais do sistema financeiro, destacando-se o previsível crescimento da participação de capital estrangeiro.

A diversificação do portfólio de produtos e serviços, e o esforço de divulgação do conceito de negócio e da oferta de valor, constituíram as principais linhas orientadoras da actividade do BankEuropa em 2004. Em Junho, o Banco lançou um empréstimo hipotecário indexado denominado em dólares, oferecendo os prazos mais alargados e o preçário mais atractivo do mercado para este tipo de produto. O lançamento deste crédito foi suportado por uma campanha publicitária na televisão e na imprensa, resultando na concessão de 28 milhões de euros, correspondentes a uma quota de mercado de 9,5% na nova produção de crédito à habitação indexado em moeda estrangeira. A introdução de uma plataforma de arquitectura aberta — novidade absoluta no mercado turco — e o estabelecimento de acordos com várias gestoras de activos permitiram um alargamento da gama de fundos comercializados pelo BankEuropa que, no final de 2004, ascendiam a 32. Tendo em vista o aproveitamento das potenciais idades de *cross-selling*, o Banco lançou um serviço de *trade finance*, dirigido a clientes com transacções comerciais com Portugal, Grécia e Polónia.

O prosseguimento dos esforços de captação de novos clientes e de criação de um maior envolvimento com os clientes existentes, visando o crescimento sustentado dos activos sob gestão, e a continuação da consolidação económica e da progressão para uma envolvente financeira de baixas taxas de juro, deverão colocar importantes desafios ao BankEuropa nos próximos anos. O Banco colocará uma maior ênfase nos produtos de mais longo prazo e geradores de comissões, dado o previsível estreitamento da margem de intermediação financeira, sendo expectável um crescimento do peso dos fundos de investimento no total de recursos captados. É também previsível um crescimento elevado do crédito à habitação, impulsionado pela descida das taxas de juro, mas também pelo impacto da modernização da legislação turca para este negócio.

Outras actividades e mercados

Portugal:

Actividade seguradora:

A Seguros e Pensões assegura a intervenção do Millennium BCP nos negócios segurador e de fundos de pensões.

Seguros e Pensões

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Receita de prémios	2 172	2 091	3,8
Margem técnica	412	325	26,7
Margem técnica líquida de custos administrativos	177	79	124,2
Resultados líquidos	83	24	241,4
Rendibilidade técnica (percent.)	19,0	15,5	–
Taxa de sinistralidade (percent.)	67,2	71,6	–
Ratio combinado (percentagem)	92,9	99,1	–
Prod. domést. de seguro directo:			
Vida	1 376	1 250	10,1
Não Vida	770	789	— 2,5
Total	2 146	2 039	5,3
Quota de mercado:			
Vida (percentagem)	22,3	23,1	–
Não Vida (percentagem)	18,4	19,4	–
Total (percentagem)	20,7	21,5	–

Em 19 de Julho de 2004, o Millennium BCP anunciou um acordo com o grupo Caixa Geral de Depósitos relativamente à alienação de 100% do capital social das sociedades Império Bonança, Seguro Directo, Impergesto e Servicomercial, que se dedicam à comercialização de produtos de seguros através da rede própria de balcões Império Bonança, de agentes, corretores, e canais directos; e um acordo com o grupo belga-holandês Fortis relativamente à alienação de 51% do capital social e transferência do controlo de gestão das companhias Ocidental Vida, Ocidental, Pensõesgere e Médis, que actuam primordialmente na venda pelo canal bancário.

Na sequência do segundo acordo, as duas instituições estabeleceram uma parceria numa sociedade *joint-venture* que deterá as companhias referidas, tendo as partes celebrado um acordo de distribuição exclusiva de produtos de seguros vida, saúde, não vida e de fundos de pensões através da rede bancária do Millennium BCP em Portugal, combinando assim o potencial de mercado de 3 milhões de clientes e de mais de 1000 sucursais do Millennium BCP com a reconhecida competência do Fortis no sector segurador.

Apesar do reduzido dinamismo da economia nacional em 2004, a produção do mercado segurador português cresceu a bom ritmo (9,8%), prosseguindo a trajectória de aproximação aos mercados seguradores mais desenvolvidos onde as taxas de penetração do seguro na economia são mais elevadas. Tal como já havia sido observado em 2003, o ramo vida, que apresentou um crescimento de prémios de 14,5%, foi decisivo para o crescimento global do sector. No ramo não vida, sentiu-se com maior intensidade os efeitos de uma conjuntura económica adversa, que fez abrandar o ritmo de crescimento verificado nos últimos anos. A evolução modesta do ramo automóvel (crescimento de 4%) e a estagnação do ramo acidentes de trabalho (cujo crescimento se limitou a 0,3%) não foram compensadas pelo dinamismo dos ramos doença e multirriscos habitação (+ 9,8% e + 8,8%, respectivamente), resultando num crescimento de apenas 3,5% dos ramos não vida. O canal de distribuição bancário continuou, em 2004, a ganhar peso relativo face aos restantes canais, para o que contribuiu o maior crescimento do ramo vida e, no ramo não vida, dos produtos multirriscos habitação e de saúde, precisamente os que apresentam maior relevo na oferta de seguros deste canal.

Associado ao crescimento do mercado, estima-se que os níveis de rendibilidade da generalidade das seguradoras portuguesas tenham observado uma forte melhoria face ao exercício de 2003. Para isso, contribuíram fundamentalmente a redução de sinistralidade no ramo automóvel, o melhor comportamento registado nos mercados de capitais e o prosseguimento das políticas de contenção de custos por parte da generalidade das seguradoras.

Durante o ano de 2004, a Seguros e Pensões manteve a liderança global nas vendas de seguros no mercado português, com uma quota de mercado de 20,7%, para o que contribuiu o bom desempenho comercial materializado num crescimento dos prémios de seguro directo de 5,3%. O ramo vida foi o que apresentou maior dinamismo, com um crescimento de 10,1% dos prémios de seguro directo no mercado português, em resultado do dinamismo da operação de *bancassurance* apoiada na rede Millennium BCP. No final de 2004, a Seguros e Pensões era líder destacada neste ramo, com uma quota de 22,3%. No ramo não vida, a Seguros e Pensões foi penalizada por efeitos não recorrentes, registando uma ligeira redução dos prémios de seguro directo no mercado português (— 2,4%), para o que contribuiu também a estagnação verificada no mercado e o prosseguimento das políticas internas centradas no rigor da subscrição e na actualização dos prémios de seguro em defesa dos níveis de rendibilidade técnica. Destaca-se, todavia, a boa *performance* comercial verificada nos ramos doença e de multirriscos habitação.

O bom desempenho comercial da Seguros e Pensões foi acompanhado pela significativa melhoria dos níveis de rendibilidade, acentuando-se a trajectória francamente positiva já verificada no exercício anterior. Em 2004, o resultado líquido do exercício foi de 83,3 milhões de euros, comparando com os 24,4 milhões de euros registados em 2003. Este desempenho é explicado pela melhoria da rendibilidade técnica, tanto em vida como em não vida, e pela diminuição dos custos administrativos. A melhoria dos níveis de rendibilidade em não vida, suportada pela redução sustentada da taxa de sinistralidade (61,1% em 2004, contra 66,1% em 2003, antes da imputação de custos administrativos), foi alcançada através do crescente rigor das regras de subscrição, da optimização da gestão técnica dos sinistros e do aprofundamento do processo de reestruturação interna, envolvendo o redimensionamento do quadro de colaboradores. O *combined ratio* manteve a tendência de melhoria dos últimos dois anos, cifrando-se em 92,9% em 2004 (99,1% em 2003).

Em vida, o crescimento da produção em todos os produtos e a melhoria da rendibilidade dos investimentos afectos ao negócio reflectiram-se positivamente na evolução da margem técnica, que cresceu 26,2%. Os produtos de risco continuaram a assegurar a maior parte da contribuição para a margem técnica, sendo responsáveis por 57,7%

da mesma. A solidez financeira proporcionada pela estrutura de capitais e de resultados reflectiram-se na obtenção de um ROE de 19,4% e de um *ratio* de solvência de 171,5% no final de 2004.

Mercados de afinidade:

A actividade do Millennium BCP fora das geografias domésticas é assegurada por várias operações bancárias sediadas em mercados de afinidade situados nos continentes europeu, americano, africano e asiático: Banque BCP (França e Luxemburgo), bcpbank (Estados Unidos e Canadá), Banco Internacional de Moçambique e Banco Comercial de Macau.

Mercados de afinidade

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Margem financeira	94,3	93,4	0,8
Outros proveitos líquidos	69,9	69,3	0,8
	164,2	162,7	0,8
Custos de transformação	(136,0)	(137,3)	— 1,0
Provisões	(5,8)	(3,2)	83,1
Contribuição antes de impostos	22,4	22,2	0,4
Impostos e inter. minoritários	(3,7)	(1,5)	147,5
Contribuição líquida	18,7	20,7	— 10,4
Capital afecto	133,0	139,6	— 4,7
Rendibilidade do capital afecto (percentagem)	14,0	14,9	–
Riscos ponderados	1 756,4	1 427,8	23,0
Ratio de eficiência (percent.)	82,8	84,4	–
Créditos sobre clientes	1 720,6	1 374,1	25,2
Recursos totais de clientes	3 003,2	2 656,8	13,0

Em 2004, a contribuição líquida da actividade que o Grupo desenvolve nestes mercados totalizou 18,7 milhões de euros, o que compara com 20,7 milhões de euros em 2003. Os créditos sobre clientes aumentaram 25,2%, de 1374 milhões de euros em 2003 para 1721 milhões de euros em 2004. Os recursos totais de clientes apresentaram uma subida de 13,0%, evoluindo de 2657 milhões de euros registados em Dezembro de 2003 para 3003 milhões de euros em 2004. O *ratio* de eficiência evidenciou uma tendência positiva situando-se em 82,8% (84,4% em 2003).

Europa:

França e Luxemburgo:

A actividade do Millennium BCP em França e no Luxemburgo é desenvolvida pelo Banque BCP, um banco vocacionado prioritariamente para a actividade de retalho, focalizando-se no segmento de clientes de origem portuguesa.

Em 2004, a estratégia do Banque BCP em França continuou assente na fidelização e incremento do *share of wallet* da sua base de clientes, mas também na captação de novos clientes junto do mercado alvo (portugueses e luso-descendentes) e de outros mercados étnicos com características socioeconómicas similares à emigração portuguesa em França, para os quais o modelo de relação personalizada e a cobertura geográfica proporcionada por uma rede de 63 agências, por vezes aliados à presença do Millennium BCP nos respectivos países de origem, abrem perspectivas de desenvolvimento de negócios.

O reforço da competitividade da oferta do Banque BCP contribuiu para o crescimento da actividade comercial que, impulsionada pelo forte desempenho do crédito imobiliário e das vendas de seguros, resultou num incremento das comissões. A continuação de um rigoroso programa de contenção de custos, reflectido na descida das despesas de funcionamento, o desenvolvimento da plataforma tecnológica do Banco e a aplicação de um programa de formação em liderança e *mangement*, visando o aumento da motivação e envolvimento dos colaboradores, também marcaram a actividade do Banque BCP em França em 2004.

Importa assinalar o lançamento do novo *site* do Banque BCP na internet, na sequência de um projecto conjunto com a ServiBanca que possibilitou o aproveitamento de sinergias criadas pelo desenvolvimento de *sites* de outras operações do Millennium BCP fora de Portugal. Esta iniciativa reforçou a competitividade do Banque BCP e permite a aposta numa estratégia de complementaridade de canais de distribuição, da qual se esperam resultados já em 2005, particularmente relevantes no segmento de empresas, onde a utilização deste canal é mais intensa.

No sentido de dotar a rede comercial de meios que permitam uma maior concentração no negócio e na rendibilidade, foram disponibilizadas em 2004 várias ferramentas de apoio à gestão, como parte integrante do projecto Data Warehouse. Paralelamente, as agências passaram a ter acesso via intranet à relação dos produtos detidos por cada cliente, permitindo uma maior integração da gestão das suas necessidades e um conhecimento mais rigoroso do seu relacionamento com o Banco. Foram também melhorados alguns processos para facilitar a gestão administrativa das agências, permitindo a gestão automática de pagamentos, a consulta em tempo real ao estado das operações de crédito imobiliário em curso e uma maior simplificação nos processos de abertura de conta.

Para a actividade do Banque BCP no Luxemburgo, o ano de 2004 representou a continuidade e o aprofundamento das opções estratégicas tomadas em 2003. Prosseguiram os esforços de obtenção de níveis crescentes de eficiência e de melhoria dos níveis de serviço, tendo ocorrido uma reorganização das equipas dos serviços centrais e da rede comercial, em paralelo com o reforço da aposta contínua na formação dos colaboradores. O forte desempenho da actividade comercial materializou-se num crescimento expressivo do crédito a particulares e num reforço da liderança do mercado de transferências entre o Luxemburgo e Portugal, com uma quota de 60,0%.

O ano de 2004 reforçou também a posição de referência do Banque BCP entre a comunidade portuguesa no Luxemburgo. O aumento do negócio com Portugal, traduzido na abertura de contas e na colocação de produtos de poupanças destinados ao negócio da emigração, aliado ao elevado volume de negócios desenvolvido localmente, confirmam o reforço do protagonismo do Banque BCP, que tem sido apoiado por uma aposta clara na nova imagem. Neste domínio, importa referir a reabertura das agências de Ettelbruck e de Esch-sur-Alzette, com um layout moderno e acolhedor, a exemplo das agências da capital e de Differdange.

Ao nível das campanhas publicitárias, manteve-se a aposta no crédito à habitação e no crédito pessoal. Por outro lado, o desenvolvimento do negócio de *bancassurance*, em parceria com a AXA, permitiu alargar a oferta do Banque BCP e diversificar as fontes de proveitos.

Tendo em conta os resultados obtidos em 2004, as perspectivas para a actividade do Banque BCP em 2005 são moderadamente optimistas, quer em França, quer no Luxemburgo, e dependem em grande parte da solidez da retoma económica na zona euro. Dever-se-á assistir a um crescimento do volume de negócios do Banque BCP em França, em particular do crédito e dos prémios de seguros, enquanto que, no Luxemburgo, o Banque BCP dedicará uma atenção especial aos segmentos jovem e de pequenos negócios.

América:

Estados Unidos e Canadá:

A presença do Millennium BCP na América do Norte (Estados Unidos e Canadá) é assegurada pelo bcpbank, um banco global vocacionado para servir a população local e, em especial, a comunidade portuguesa e luso-descendente residente em alguns dos Estados norte-americanos (costa leste) e no Canadá (área metropolitana de Toronto), onde a comunidade de origem portuguesa marca uma forte presença.

Em 2004, o bcpbank continuou a sua expansão geográfica nos Estados Unidos, reforçando a sua presença junto da comunidade de memória portuguesa através da abertura de sucursais nos Estados de Nova Iorque e Massachusetts e do reforço de sucursais em várias localidades no Estado de New Jersey. No final de 2004, o bcpbank dispunha de uma rede de 16 sucursais modernas, acolhedoras e funcionais nos EUA, distribuída pelos Estados de New Jersey, Nova Iorque e Massachussetts, através dos quais disponibilizava uma oferta alargada. Esta rede é complementada por um conjunto de canais de distribuição automáticos inovadores e de elevada conveniência internet *banking*, *call center*, ATMs e CATs).

O bcpbank acentuou a estratégia de diversificação da sua base de clientes ao longo de 2004, tendo-se verificado uma penetração crescente em outros grupos étnicos para além dos portugueses e luso-descendentes. Merece realce o aprofundamento da abordagem à comunidade brasileira residente nos EUA e no Canadá, tendo sido estabelecido um acordo com a Caixa Económica Federal do Brasil para o processamento das remessas dos emigrantes oriundos deste país.

Para além do forte impulso proporcionado pelo alargamento da rede de balcões nos EUA e pela estratégia de diversificação da base de clientes do Banco, o desenvolvimento de várias campanhas, especial-

mente dirigidas ao crédito ao consumo, contribuíram também para um significativo crescimento do número de clientes e do volume de negócios do bcpbank. O Banco assumiu a liderança de mercado no negócio das remessas de emigração entre os EUA e Portugal, com uma quota aproximada de 40% das remessas registadas pelo Banco de Portugal entre os dois países. O ano foi ainda caracterizado pela introdução de um portfólio renovado de produtos e serviços dirigido a pequenas e médias empresas, merecendo referência especial neste domínio o lançamento da linha de produtos e serviços *bcpaccess*.

A oferta disponibilizada pelos canais automáticos foi substancialmente melhorada com a introdução de funcionalidades inovadoras, contribuindo para o reforço da percepção do bcpbank como instituição inovadora. A este respeito, destaca-se a disponibilização na internet da imagem dos cheques cobrados pelos clientes, um serviço semelhante ao que foi lançado em Portugal pelo portal de internet *banking* do Millennium BCP.

O ano de 2005 afigura-se como um exercício de consolidação para o Banco nos EUA, sendo expectável que a subida da margem financeira, em linha com o ligeiro aumento das taxas de juro, e o crescimento das comissões contribuam, em conjunto com a melhoria da conta de exploração das sucursais mais recentes, para a melhoria dos seus resultados.

No Canadá, a presença do bcpbank junto das comunidades portuguesas foi reforçada através de uma nova dinâmica comercial e da abertura de um novo espaço, elevando a rede de distribuição do bcpbank neste mercado para um total de oito sucursais, modernas, acolhedoras e funcionais. Tal resultou no reforço do posicionamento do bcpbank como o único Banco na província de Ontário capaz de satisfazer as necessidades financeiras da comunidade portuguesa em ambos os lados do Atlântico, para o que também contribuiu o alargamento da proposta de valor a partir do início de 2004.

A utilização plena de uma nova plataforma informática, instalada no final de 2003, alinhou a operação canadiana do bcpbank com as restantes operações do Millennium BCP fora de Portugal e permitiu a comercialização de novos produtos e serviços. O reforço do *cross-selling* foi uma nota constante ao longo de exercício, com o banco a apostar num aprofundamento do relacionamento comercial com os seus clientes. Por outro lado, foi dada especial atenção à captação de novos clientes, nomeadamente segundas e terceiras gerações de emigrantes portugueses, resultando numa base de clientes rejuvenescida e com maior propensão para a aquisição de produtos financeiros.

Outro passo importante para a solidificação do bcpbank no Canadá foi o lançamento do canal internet, complementando o serviço de *phone banking* e os canais tradicionais (balcões). Foram ainda lançadas iniciativas a nível operacional que conduziram à racionalização de processos, permitindo uma maior agilidade comercial e operacional.

Em 2004, o volume de negócios do bcpbank no Canadá registou um crescimento sustentado. O desempenho foi particularmente expressivo no crédito hipotecário, cuja carteira quase duplicou face ao final de 2003, beneficiando do lançamento de uma campanha especialmente dirigida a este negócio. Em 2005, o bcpbank prosseguirá o esforço de captação de novos clientes no Canadá e colocará especial ênfase na intensificação do relacionamento com os clientes actuais, tendo em vista o crescimento do volume de negócios e o aumento dos níveis de rendibilidade do Banco.

África:

Moçambique:

Em Moçambique, o Millennium BCP opera através do Banco Internacional de Moçambique, um banco universal com uma oferta de produtos e serviços financeiros especializados, ajustados ao perfil e às necessidades de clientes particulares e empresas.

O aumento da penetração do crédito junto dos clientes particulares através do incremento da taxa de transformação dos recursos captados, a continuação do esforço de intensificação do *cross-selling* e da migração de transacções para os canais de banca à distância (banca electrónica e banca telefónica), a fidelização de clientes por intermédio da prática de um preçário competitivo e ajustado às circunstâncias do mercado e do lançamento de produtos inovadores e atractivos, a aplicação de uma estratégia de comunicação mais enfocada no segmento *mass market*, e o esforço de captação de negócio, com uma abordagem especialmente desenvolvida para investidores sul-africanos, constituíram os principais vectores estratégicos que orientaram a actividade do Banco Internacional de Moçambique em 2004, tendo, em paralelo, sido dada continuidade à política de contenção dos custos operativos.

Em 2004, o BIM apoiou um grande número de operações de importância estratégica para a economia moçambicana, tendo participado no financiamento de vários projectos de reabilitação de infra-estruturas (estradas, linhas férreas, portos e gasodutos) e de aproveitamento de recursos naturais, bem como em operações de grande envergadura nos sectores do açúcar e petrolífero. Merece também destaque o envolvimento do BIM como parceiro no projecto piloto para a criação de uma operação de banca rural, que contribuirá para a bancarização de 34 mil agricultores da província de Tete.

No âmbito da aposta contínua na intensificação do *cross-selling*, continuou-se a dar ênfase a uma maior integração da oferta do Grupo BIM. Neste âmbito, foi lançado o Plano de Protecção Pagamento, um seguro de vida temporário com capitais decrescentes associado ao crédito ao consumo NovaVida.Verificou-se também um aumento considerável de operações de *leasing*, quer imobiliário, quer automóvel, negócio que beneficiou da realização da campanha Carro do Mês.

O BIM procedeu a um alargamento dos serviços disponibilizados através dos canais de banca electrónica, tendo também ocorrido um importante reforço da capacidade instalada neste domínio. Ao longo de 2004, foram instaladas mais 52 ATMs e 631 POS, elevando o número total destes equipamentos na rede BIM para 164 e 1326, respectivamente. Entre as novas funcionalidades que os canais de banca electrónica do BIM passaram a disponibilizar neste ano, destacam-se o reforço do saldo dos telemóveis das duas operadoras que actuam em Moçambique, o lançamento dos POS móveis (via GSM) e a possibilidade de *revolving* do saldo dos cartões Visa.

O protagonismo que o BIM continuou a assumir em 2004 reflectiu-se na manutenção da liderança inequívoca do mercado bancário moçambicano: no final de 2004, a quota de mercado do BIM ascendeu a 33,7% no crédito e a 45,8% nos recursos. Em 2005, a actividade do BIM será orientada para obtenção de níveis crescentes de rendibilidade, eficiência e solvabilidade, privilegiando a continuação do esforço de alargamento da base de clientes e de dinamização do *cross-selling*, e a melhoria dos sistemas de gestão dos riscos.

Ásia:

Macau:

O Millennium BCP está presente na Região Administrativa Especial de Macau através do Banco Comercial de Macau, uma operação de banca universal vocacionada predominantemente para a actividade de retalho, com um relacionamento importante com empresas e clientes institucionais.

A estratégia seguida pelo Banco Comercial de Macau em 2004 caracterizou-se por um enfoque acrescido no retalho, segmento para o qual o Banco se encontra fundamentalmente vocacionado. O apelo às capacidades comerciais e de *cross-selling* do BCM, tirando pleno partido dos meios humanos e tecnológicos disponíveis, resultou num aumento e diversificação do volume de negócios, com consequências positivas em termos de exploração. O esforço de captação de novos clientes, quando em Macau começa a despontar uma geração de perfil socioprofissional mais moderno e mais capacitada de meios financeiros, ligada às indústrias em expansão e ao aprofundamento das relações económicas com o continente chinês e áreas geográficas vizinhas, constituiu outra das principais apostas do Banco em 2004.

O BCM levou à prática uma política comercial centrada em dois vectores fundamentais. No negócio do retalho, o Banco insistiu na oferta de produtos e serviços tradicionais, com destaque para o crédito para aquisição de habitação (aproveitando a recuperação do sector imobiliário) e o crédito ao consumo, e, do lado da poupança, para alternativas com flexibilidade e liquidez acrescidas, dado o baixo nível de taxas de juro. A oferta foi complementada com a disponibilização de várias modalidades de seguros, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, englobando o BCM e as seguradoras com actividade em Macau.

No segmento de negócios e empresas, o BCM acompanhou o que se afigura representar a opção económica estratégica fundamental da Região para os próximos anos, sustentada na área do turismo e do jogo, através do aprofundamento de linhas de negócios relacionadas com o apoio às principais iniciativas e projectos de investimento, já concretizados ou em vias de preparação.

Para além da rede de distribuição mais tradicional constituída por um conjunto de balcões que cobre praticamente toda a região, o BCM tem vindo a investir em canais de cariz mais tecnológico, como a banca telefónica e a internet, que representam cada vez mais um precioso instrumento na política de publicitação de produtos e serviços e das próprias acções de venda, para além da sua função de atendimento, possibilitando uma maior racionalização na gestão dos recursos. O BCM tem também colocado uma ênfase crescente na preparação tecnológica e de relacionamento pessoal dos seus colaboradores, no âmbito da qual foi prosseguido um esforço continuado de formação.

A melhoria da conjuntura económica e financeira da Região observada em 2004 e a eficácia da acção comercial proporcionaram um aumento significativo da actividade de retalho, tendo paralelamente sido captadas algumas importantes oportunidades de negócios nos segmentos de empresas e de clientes institucionais. Estes factores determinaram um bom desempenho do Banco, traduzido no crescimento do volume de negócios. Esta subida foi particularmente notória no crédito, contribuindo para o aumento da taxa de transformação dos depósitos em crédito e para a diminuição dos excessos de liquidez registados nos últimos anos.

As perspectivas para 2005 indiciam a manutenção do clima de optimismo e de progresso na Região.

O BCM continuará, neste contexto, a desenvolver esforços para defender e melhorar as suas quotas de mercado, e para corresponder de forma cada vez mais eficiente e pronta às necessidades dos clientes, tentando, ao mesmo tempo, melhorar gradualmente os resultados atingidos.

Programa Millennium

A refundação como ponto de partida

A introdução da nova marca Millennium BCP no final de 2003 foi assumida como um projecto de refundação do Banco, focalizado na vida dos seus clientes, mobilizando a energia de todos os colaboradores e recentrando a atitude corporativa no serviço e na partilha de benefícios com o cliente.

Pretendeu-se que a marca única não só reunisse as diferentes identidades autónomas anteriores, mas as superasse e projectasse no futuro o desejo de fazer mais e melhor.

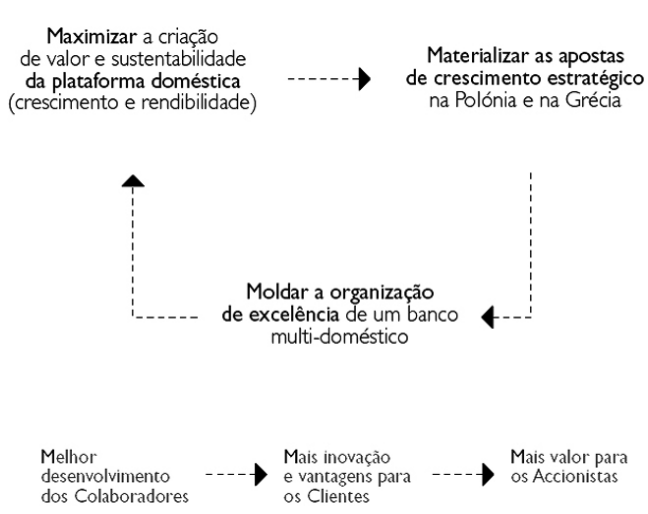
A aspiração de superação associada à ideia de refundação estabeleceu as bases para o lançamento de um programa integrado conducente à melhoria da rendibilidade consolidada e ao fortalecimento dos capitais próprios do Banco até 2006 e, por estas vias, ao aumento do valor de mercado do Banco Comercial Português, o objectivo prioritário do vasto conjunto de iniciativas, tanto de dinamização comercial como de desenvolvimento organizacional, que integram o programa.

A definição do Programa Millennium nasce, por isso, da recuperação da aspiração de desempenho superior que norteou todo o projecto de refundação, e da vontade de a materializar em resultados na perspectiva do accionista.

Esta vontade é suportada pela concretização de um maior enfoque na inovação e na criação de vantagens para os clientes, tendo em vista o incremento dos seus índices de satisfação e de envolvimento com o Millennium BCP, e decorre de uma forte aposta no desenvolvimento dos colaboradores.

A aspiração última do Millennium BCP nesta vertente é o aumento da motivação dos colaboradores através da obtenção de um melhor crescimento, visando a retenção e o desenvolvimento do talento e a criação de oportunidades de empreendedorismo e de aprendizagem, e de um maior reconhecimento do desempenho, recompensando o mérito acima da média do mercado e diferenciando entre *top* e *bottom performers* de uma forma mais explícita.

Ponto de partida para definição do Programa Millennium



Os objectivos do Programa Millennium

A maximização da criação de valor, a sustentabilidade da plataforma de negócios em Portugal, em termos de crescimento e de rendibilidade, e a concretização das apostas de crescimento nos mercados estrangeiros prioritários (Polónia e Grécia) são os vectores estratégicos essenciais do Programa Millennium, tendo em vista moldar a organização de excelência de um Banco que tenderá a assumir-se cada vez mais como multi-doméstico.

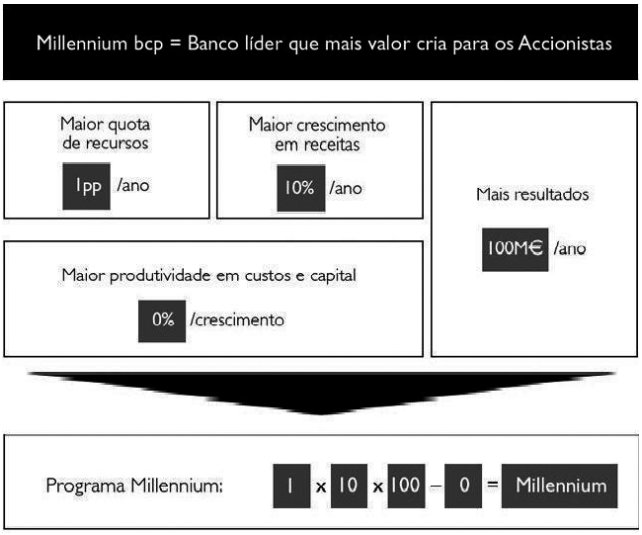
A concretização do Programa Millennium apoia-se num conjunto muito diversificado de medidas, que visa fomentar um melhor desenvolvimento dos colaboradores e proporcionar níveis crescentes de inovação e de vantagens para os clientes, levando a um maior envolvimento dos mesmos com o Banco, e materializando-se na criação de mais valor para os accionistas.

O aumento do retorno para os accionistas, visão implícita no projecto de refundação do Banco, baseia-se na aplicação de um conjunto de medidas com um expressivo impacto positivo nos resultados (100 milhões de euros por ano nos resultados antes de impostos da actividade em Portugal, de 2004 a 2006) e no fortalecimento dos capitais próprios.

Como objectivos intermédios, instrumentais para a consecução do acréscimo dos resultados e para o robustecimento dos capitais próprios, o Programa Millennium estabelece um crescimento anual de 10% nas receitas — sustentado por um incremento do volume de negócios — uma estabilização (crescimento nulo) dos custos operativos e, por forma, a tornar desnecessários aumentos de capital, uma gestão criteriosa da alocação de capital aos negócios *core*, o desinvestimento em negócios não *core* e a exploração de oportunidades de titularização.

Aspiração proposta para a refundação na perspectiva do accionista

(Actividade em Portugal)

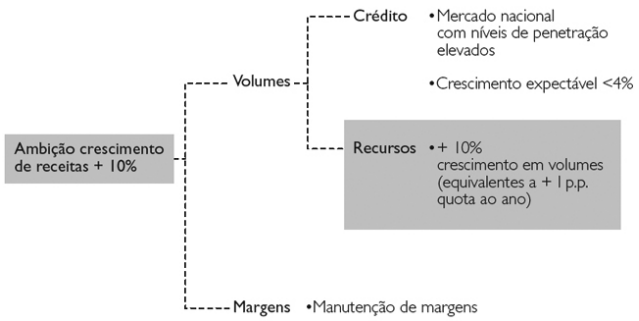


A consecução da ambição de crescimento das receitas passa por uma aposta no ganho sustentado de quota de mercado, em especial nos produtos mais fidelizadores e rendíveis.

Neste domínio, destaca-se o objectivo de crescimento dos recursos totais de clientes, onde foram identificadas importantes oportunidades de conquista de quota relacionadas com uma menor saturação relativa do mercado bancário português nos instrumentos de captação de poupanças (em comparação com o crédito) e também com o facto do Millennium BCP apresentar nestes produtos um peso relativo inferior ao que tradicionalmente evidencia noutros indicadores.

Foi assim estabelecida uma estratégia integrada para a conquista de um ponto percentual na quota de mercado do Banco neste indicador por ano, essencialmente através de uma aplicação de medidas tendo em vista o aumento do número de clientes para quem o Millennium BCP funciona como Banco principal e também da criação de estímulos a um maior envolvimento sustentado dos clientes com o Banco.

Necessidade de recuperar quota para fazer face à ambição de crescimento de receitas



As iniciativas do Programa Millennium

A concretização do Programa Millennium pressupõe a implementação eficaz de um conjunto muito vasto de medidas que têm em vista elevar a rendibilidade do negócio em Portugal de forma sustentada no período trienal compreendido entre 2004 e 2006. Estas iniciativas estão agregadas em duas grandes áreas:

Iniciativas de negócio:

Trata-se da área que reúne um maior número de iniciativas, visando 10 frentes de actuação com impacto na criação de valor para accionistas e clientes: dinâmica comercial no negócio de retalho, serviço ao cliente final, propostas de valor dos segmentos chave, competitividade da oferta, produtividade dos custos comerciais, crescimento no negócio de *private banking*, criação de valor no negócio *wholesale corporate* e empresas), produtividade dos custos centrais, produtividade do capital e gestão dos riscos.

As medidas a aplicar no âmbito do negócio têm impacto directo e mensurável no valor criado para os accionistas e para os clientes, e a eficácia do programa será avaliada através da evolução de alguns indicadores chave. No caso dos accionistas, foram escolhidos o crescimento da quota de mercado nos recursos totais e a evolução das receitas, dos custos, do capital e dos resultados como indicadores do sucesso do Programa Millennium. O comportamento futuro dos índices de envolvimento dos clientes com o Banco, medido pela evolução do número de produtos por cliente, do retorno dos investimentos dos clientes por comparação com a média do mercado e dos índices de satisfação dos clientes, avaliados por inquéritos regulares, constituem as métricas chave na vertente de clientes.

Iniciativas organizacionais:

As iniciativas organizacionais visam a actuação em três áreas prioritárias, identificadas pelo diagnóstico de desempenho organizacional efectuado previamente ao lançamento do programa: alinhamento e envolvimento da organização, conferindo aos colaboradores um sentimento de partilha de um conjunto comum de aspirações sobre o futuro da organização; responsabilização e dinamização da liderança, com o intuito de assegurar uma elevada consistência na operação do dia-a-dia em todos os processos de negócio; e reforço da cultura de mérito individual meritocracia, incrementando a capacidade da organização para se renovar face à evolução do seu contexto de actuação.

A disseminação e interiorização da visão, missão, estratégia e valores do Millennium BCP a todos os níveis da organização, tornando-os compreendidos e relevantes para todos os colaboradores, num processo plenamente participado, é o objectivo chave das medidas de actuação ao nível do alinhamento e envolvimento organizacional.

O *empowerment* pretendido com as medidas desenvolvidas tendo em vista responsabilizar e dinamizar a liderança decorre da formalização de objectivos explícitos, com base em contratos de desempenho, e da atribuição de direitos de decisão consistentes com o âmbito de responsabilidades imputado às funções exercidas.

No âmbito das iniciativas organizacionais destaca-se a criação do Programa Mil Ideias, um concurso de ideias e sugestões originais e implementáveis destinado a promover, reconhecer e premiar a inovação, o espírito de iniciativa e a participação empenhada dos colaboradores na vida da organização. Esta iniciativa, aberta a todos os colaboradores da actividade em Portugal através da intranet corporativa, apela à apresentação de sugestões nas vertentes de melhoria de oferta, do serviço ao cliente, de fidelização e *cross-selling*, de aumento de receitas e contenção de custos ou de melhoria de eficiência e processos. Todas as ideias são analisadas. De entre as que forem implementadas, as melhores serão premiadas com base no retorno que vierem a gerar para o Banco ou na redução de custos que permitam alcançar.

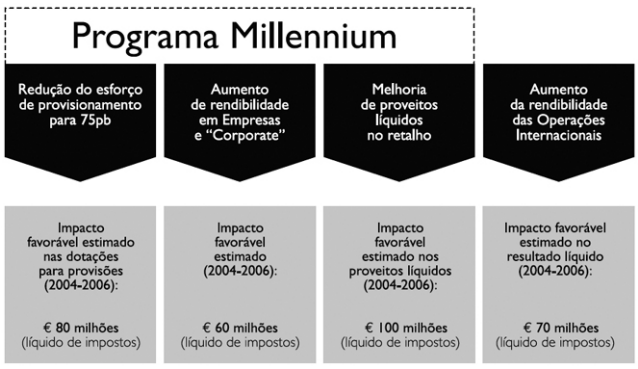
Lançado no final de Outubro de 2004, o Programa Mil Ideias tem registado uma participação muito elevada dos colaboradores, excedendo as expectativas iniciais. Até ao final de 2004, foram recebidas 1170 ideias envolvendo mais de 1200 colaboradores. As ideias recebidas apresentam, em média, uma qualidade elevada, pelo que mais de 80% das mesmas foram pré-aprovadas é submetidas à aprovação do primeiro responsável da área de aplicação. Em termos gerais, as ideias recebidas centram-se em aspectos relacionados com a melhoria da oferta, com a promoção e acção comercial, e com a melhoria de processos.

Merece também referência o desenvolvimento, em 2004, de um novo modelo de medição do desempenho individual, nomeadamente na sua vertente de avaliação do contributo para os resultados, com base numa relação mais objectiva e diferenciadora, bem como o reforço do grau de integração e da coerência das consequências (evolução de carreiras e atribuição de incentivos) que, contribuindo para definir uma relação mais directa entre o desempenho e um conjunto consistente de recompensas, reforçam a cultura de meritocracia.

Articulação com os objectivos para as operações internacionais

As iniciativas incluídas no Programa Millennium, que incidem na actividade desenvolvida em Portugal, traduzem um impacto nos resultados líquidos estimado em 240 milhões de euros (300 milhões de euros, antes de impostos), em termos acumulados no período 2004--2006. Estas iniciativas combinam-se com outras medidas de dinamização dirigidas às operações do Millennium BCP fora do território nacional, que apontam para um impacto de 70 milhões de euros nos seus resultados líquidos no mesmo período, integrando um esforço coerente com um impacto de 310 milhões de euros nos lucros consolidados neste período, conforme apresentado ao mercado em Junho de 2004 no Investors Day do Millennium BCP, que reuniu analistas financeiros e investidores institucionais.

Implementação de medidas com vista a elevar a rendibilidade do Grupo de forma sustentada em 310 milhões de euros de 2004 a 2006



Colaboradores

Prioridades e orientações da gestão de pessoas

As prioridades em termos da gestão de pessoas em 2004 continuaram a orientar-se para o desenvolvimento das capacidades organizacionais indispensáveis à eficácia das diferentes operações conduzidas pelo Millennium BCP, em subordinação e apoio à sua estratégia global. De entre as principais iniciativas empreendidas, e sem prejuízo de outros programas de carácter contínuo que se prolongam de anos anteriores, avultam o programa de formação em gestão de pessoas (liderança), a consolidação do sistema de formação de quadros directivos e chefias, o início de ambiciosos programas de formação na rede de retalho A Caminho da Excelência e nas áreas de sistemas de informação, o incremento do recurso ao *e-learning* como canal de distribuição da formação, e o lançamento de um novo processo de aconselhamento e avaliação, num contexto de refundação de uma cultura meritocrática. Estas iniciativas foram desenvolvidas no âmbito do Programa de Refundação do Millennium BCP, que orientou o conjunto das grandes

opções de fundo adoptadas em todos os domínios de actividade ao longo de 2004.

Formação e qualificação

Formação institucional (transversal):

A iniciativa mais importante do ano de 2004 foi a intensificação do programa de formação em gestão de pessoas (liderança), orientado para os *key drivers* da motivação dos colaboradores, identificados por meio de inquéritos à satisfação. Este programa alargou-se numa primeira fase a 60 supervisores das unidades de *call center* do Grupo (Centro de Contactos, Seguro Directo e Interbanco), e logo a seguir aos coordenadores, directores coordenadores e responsáveis de sucursal da rede de retalho (177 participantes), num total de cerca de 5700 horas de formação.

Em paralelo, teve continuidade um considerável esforço de formação dos quadros directivos e das chefias directas, visando proporcionar-lhes um complemento de formação com uma sólida componente conceptual. Em 2004, pela primeira vez, o Millennium BCP alinhou programas dirigidos a todos os escalões da hierarquia — chefias operacionais, quadros directivos em geral (com focalização nas categorias mais juniores), directores operacionais, e alta direcção e primeiros responsáveis.

O *Jogo Bancário* do Millennium BCP conheceu em 2004 a sua quinta edição, com 150 equipas e 713 participantes, dos quais 411 (58%) afectos a operações no estrangeiro. Após esta edição, foi decidido fazer uma pausa nesta iniciativa, que desta forma não se repetirá em 2005. Nas cinco edições realizadas desde 2000, participaram no Jogo Bancário mais de 5 mil colaboradores. Acrescente-se ainda a aprendizagem do Inglês — encarado com uma competência estratégica a desenvolver — onde se manteve o nível de investimento de anos anteriores com aproximadamente 28 mil horas de formação.

Para concluir, há que referir o Programa de Incentivo à Qualificação Académica, que visa encorajar os colaboradores com mérito e potencial adequados a completar licenciaturas e pós-graduações com interesse para as suas carreiras e para os negócios do Grupo. Para o ano lectivo de 2004-2005, estão já qualificados para este programa cerca de 170 colaboradores, com uma comparticipação média de 57% das propinas e outras despesas de formação.

Formação sectorial:

Neste domínio, destacaram-se em 2004 três grandes iniciativas: o programa A Caminho da Excelência na rede de retalho, a formação em tecnologias *web* e a prossecução do esforço de formação *online e-learning*.

O A Caminho da Excelência é um programa ambicioso e multifacetado, de carácter contínuo (prolongar-se-á nos próximos anos), que visa a melhoria das competências dos colaboradores da rede de retalho em matéria de orientação para o cliente e de capacidade de concretização de negócio. Em 2004, esta iniciativa combinou uma dinâmica de formação em cascata no terreno com um programa de medida da aprendizagem alcançada por meio de visitas de clientes mistério. Envolvendo todos os colaboradores e a cadeia hierárquica da rede de retalho, o A Caminho da Excelência excedeu 100 mil horas de formação. A julgar pelos resultados de um estudo de *benchmarking* efectuado em Setembro, que revela que a rede de retalho conseguiu progredir, num curto período de 9 meses, para o lugar cimeiro no panorama da banca de retalho nacional, em termos de qualidade de serviço, o programa A Caminho da Excelência atingiu plenamente os objectivos a que se propunha em 2004. Perante o sucesso alcançado, está prevista a sua extensão em 2005 às unidades de *back office*, dada a importância que estas têm na satisfação do cliente final.

No que respeita à formação para as áreas de sistemas de informação, as várias acções conduzidas beneficiaram cerca de 500 quadros técnicos, totalizando 10 500 horas de formação. A formação *online* continuou a registar um incremento na sua utilização (o módulo de *e-learning* sobre o novo processo de aconselhamento e avaliação, obrigatório para todos os colaboradores, conferiu-lhe um fortíssimo impulso), com uma evolução positiva nas diferentes variáveis significativas — número de participantes, taxas de conclusão e médias finais.

Gestão do desempenho, do talento e das carreiras

Embora na sua maioria resultem da continuação de projectos iniciados em anos anteriores, os destaques a assinalar neste domínio em 2004 inserem-se no contexto da refundação de uma cultura de meritocracia, baseada na medição tão objectiva quanto possível das competências, contributo efectivo, e do potencial de cada colaborador, e da utilização destes indicadores para o desenvolvimento de estratégias e métodos de gestão do desempenho, das carreiras e das remunerações.

Assim, em 2004, após um período de ensaios, teve início a aplicação de um novo processo de aconselhamento e avaliação, baseado numa estrutura funcional orientada por competências aperfeiçoadas nos anos anteriores, e permitindo uma visão mais clara e detalhada das lacunas de competências e das necessidades de formação, quer a nível individual quer a nível organizacional. Um módulo de *e-learning* especialmente desenvolvido para o efeito suportou o lançamento do processo de aconselhamento e avaliação, e permitiu a formação de 11 612 colaboradores num mês e meio. O novo processo de aconselhamento e avaliação foi já aplicado a 12 188 colaboradores.

No domínio da gestão das remunerações, o sistema de incentivos continuou a ser objecto de contínuos aperfeiçoamentos, com destaque para o pagamento por conta, em Outubro de 2004, de uma parcela da gratificação relativa ao corrente exercício. São ainda de assinalar as sessões conduzidas pelo Corporate Leadership Council sobre Leadership Strength and Succession Management e Employee Engagement.

Comunicação interna

A comunicação interna mereceu uma maior atenção em 2004, graças à disponibilização de um novo espaço dedicado à gestão de pessoas na intranet corporativa, com funcionalidades muito melhoradas. Este esforço de comunicação estendeu-se também às operações fora do território nacional e a vários fornecedores de serviços, por meio do Millennium BCP Exchange, uma rede privada virtual que permite o intercâmbio entre aqueles interlocutores para além dos limites da intranet corporativa.

Rejuvenescimento e qualificação

Dando cumprimento às orientações estratégicas que têm vindo a ser prosseguidas nos últimos anos, as contratações externas mantiveram-se em níveis muito reduzidos, não obstante o elevado número de candidaturas a admissão recebidas (mais de 8500). Sempre que possível, as necessidades de pessoal foram satisfeitas através do recurso à mobilidade interna, tomando como base quer as solicitações dos colaboradores que, por sua iniciativa, manifestaram vontade de rotação, quer as decisões e recomendações das Comissões de Formação e Desenvolvimento Profissional, com base no conhecimento da natureza das capacidades dos colaboradores e das oportunidades de desenvolvimento que o Grupo oferece.

Com o intuito de promover a imagem do Millennium BCP junto das universidades e uma maior aproximação entre estas e o sector empresarial, criando simultaneamente oportunidades de negócio, foram estabelecidos protocolos com várias universidades, tendo em vista a angariação de candidatos a estágios profissionalizantes.

Qualidade

Em 2004, o Millennium BCP continuou a desenvolver o Modelo de Gestão da Qualidade, implementado há mais de uma década, e que assenta em três grandes vertentes estratégicas: a satisfação e fidelização dos clientes externos, a satisfação dos clientes internos e a satisfação e motivação dos colaboradores. Espelhando a importância e envolvimento de toda a organização no desenvolvimento destes três vectores, foram introduzidos indicadores de qualidade no sistema de incentivos da área comercial.

Neste primeiro ano da nova marca Millennium BCP houve uma preocupação acrescida com a receptividade e adaptação dos clientes à nova realidade. Assim, continuou a monitorizar-se, com periodicidade mensal, a fidelização dos clientes e a sua satisfação com a proposta de valor do Millennium BCP. Os resultados obtidos evidenciam um comportamento positivo dos indicadores globais de satisfação, fidelização e, em particular, do atendimento. Tiveram lugar diversas iniciativas de Cliente mistério, conduzidas por uma entidade externa, que permitiram conhecer o posicionamento do Millennium BCP face à concorrência e cujos resultados foram muito positivos. Manteve-se a medição periódica dos níveis de satisfação dos clientes particulares com os serviços de internet e telefone, com os cartões de crédito e com o processo de crédito à habitação. Continuou a analisar-se os motivos de menor envolvimento de alguns clientes, e passou a analisar-se, em maior detalhe, o comportamento dos novos clientes, nomeadamente a correspondência entre o serviço prestado e as expectativas criadas.

Cientes de que um dos pilares da satisfação dos clientes externos é o bom funcionamento dos serviços internos, continuou a monitorizar-

-se, de forma sistemática, a satisfação com os serviços prestados pelos serviços centrais, unidades de produto e associadas junto dos colaboradores da rede comercial. Esta medição é suportada por inquéritos *online*, que permitem uma grande celeridade na análise e identificação de aspectos a melhorar.

Também a vertente colaboradores foi amplamente estudada em 2004, mediante a realização de um estudo que contou com o elevado envolvimento dos colaboradores, ao nível das melhores práticas internacionais. Este diagnóstico permitiu identificar os factores críticos para a satisfação e motivação dos colaboradores, analisar o impacto das actuais políticas de gestão de recursos humanos do Grupo e identificar aspectos com potencial de melhoria. A satisfação e motivação dos colaboradores evoluiu favoravelmente face ao estudo anterior, realizado em 2001, com particular destaque para a rede comercial. Os resultados foram divulgados e analisados com as estruturas respectivas, tendo sido definidas medidas a implementar por áreas.

Tecnologia

Sistemas de informação

Num contexto de racionalização e normalização do conjunto de sistemas de informação do Grupo, as acções desenvolvidas em 2004 nesta área foram muito enfocadas na melhoria dos níveis de eficácia e dos índices de disponibilidade das soluções. A continuação da política de controlo de custos, na sequência de acções iniciadas em 2003, permitiu que o peso dos custos relacionados com sistemas de informação no activo total se cifrasse em 24 *basis points* no final de 2004 para a actividade bancária em Portugal, evidenciando uma redução de 28,7 *basis points* face ao final do ano anterior.

Importa referir o Programa de Simplificação de Processos, que representa a evolução natural dos projectos de webização anteriormente desenvolvidos, com especial impacto nas áreas de operações, aprovisionamento e património. Este programa de eficiência, que incorpora o grupo de iniciativas de refundação do Millennium BCP, adquire agora a responsabilidade de desenvolver o conceito na perspectiva das sucursais de retalho.

Ainda como actividades de âmbito estruturante, destacam-se a concepção e desenho de uma arquitectura normalizada de sistemas de informação de referência para a generalidade das operações, a incorporação do Banco Expresso Atlântico no Millennium BCP e a adesão à rede SwiftNet, que potenciou a centralização deste serviço na infra-estrutura tecnológica do TagusPark para a globalidade das operações. Verificaram-se ainda acções de renovação e reestruturação nas plataformas de suporte às salas de mercados do Grupo, com a sua adequação às novas normas internacionais de reporte financeiro (IFRS), que, através de uma mesma infra-estrutura centralizada, servem agora todas as operações do Grupo. Foi também desencadeado um extenso programa de formação para os colaboradores das áreas de tecnologias de informação, de forma a reajustar os níveis de saber e experiência internos, criando assim condições para a dispensa de um significativo número de prestadores de serviço externos nestas áreas.

Dando continuidade aos processos de melhoria de eficiência e redução de custos, o Grupo assinou em Fevereiro de 2004 um contrato com a ONI, que cobre as áreas de prestação de serviços operacionais e serviços de operador. Esta operação permitiu uma expressiva redução dos custos de exploração da área de comunicações. O acordo foi rubricado por um prazo de três anos, mantendo-se no Grupo as equipas que concebem e desenham a estratégia de evolução e renovação tecnológicas nestas áreas.

Ao nível da actividade internacional, foi criada a International Systems Integration Division, uma área de integração e acompanhamento de todos os projectos na área das tecnologia de informação, que tem por missão implementar um modelo de gestão integrado dos recursos financeiros, humanos e tecnológicos nas equipas de sistemas de informação das operações no exterior.

O centro de processamento de dados do TagusPark, que concentra já um expressivo número de soluções (millenniumbcp.pt particulares e empresas, ActivoBank7 e muitos outros serviços transversais, como os motores de *workflow* e de gestão de imagens), foi configurado de forma a potenciar o aumento do grau de disponibilidade e fiabilidade dos sistemas, simplificar o modelo de recuperação em caso de desastre ou contingência, e facilitar processos de concentração e consolidação, com impacto directo na redução do risco, dos custos operacionais e do tempo necessário ao lançamento de novas soluções. Foram ainda desencadeadas acções associadas à consolidação da qualidade de serviço das soluções de internet *banking* do Grupo, mantendo-se os esforços de inovação, através da disponibilização pioneira de serviços como o extracto e as notas de lançamento em formato digital, a visualização da imagem de cheques cobrados, ou a disponibilização do serviço de prova de qualidade de emigrante.

Segurança de sistemas de informação:

Mantiveram-se importantes níveis de investimento na segurança interna e externa dos sistemas de informação do Grupo, de forma a garantir elevados padrões de fiabilidade e inviolabilidade. Para além do aperfeiçoamento das soluções, uma parte significativa deste esforço foi direccionada para a sensibilização para as questões de segurança, tanto junto dos clientes — num ano em que foram divulgados vários ataques a *sites* nacionais e estrangeiros, recorrendo a técnicas de *phishing* e *key-logging* para obtenção de dados pessoais dos utilizadores — como junto dos colaboradores.

As iniciativas desenvolvidas junto dos clientes incluíram o estabelecimento de uma parceria com a Microsoft, tendo em vista a implementação das melhores práticas no domínio da segurança informática. Este protocolo veio permitir aos clientes do Millennium BCP, utilizadores de tecnologias Microsoft, o acesso privilegiado a informação sobre segurança *online* e a um conjunto de procedimentos que asseguram uma elevada protecção contra vírus ou outros ataques aos dispositivos informáticos.

No âmbito desta colaboração, o Banco passou a enviar mensalmente aos clientes registados no portal millenniumbcp.pt — que passou a incluir uma página sobre segurança — uma *newsletter* sobre segurança dos sistemas de informação. A contribuição da Microsoft passa ainda pelo envio ao Millennium BCP, com prioridade máxima, de informação relativa a situações de emergência ou vírus.

De entre as iniciativas de consciencialização dos colaboradores para a segurança, destaca-se a realização de um conjunto de acções de formação baseadas na plataforma de *e-learning* do Grupo. Foi também introduzido um módulo sobre segurança no programa de formação de integração, dirigido aos colaboradores recém-admitidos, e foram incluídas rubricas sobre este tema na programação da Millennium BCPtv.

No domínio das soluções tecnológicas, o Banco continuou a prosseguir uma estratégia alinhada com as melhores práticas internacionais, de que é exemplo a ISO 17799, em colaboração com entidades externas. Salienta-se o forte investimento nos domínios da monitorização de segurança e da administração dos utilizadores, bem como nas tecnologias de segurança das aplicações, bases de dados, sistemas operativos, redes e comunicações. Salienta-se o início do *roll-out* da infra-estrutura interna de chaves públicas PKI para suportar serviços de segurança corporativos, como a assinatura e encriptação de correio electrónico, a encriptação de ficheiros e a autenticação forte dos utilizadores na rede, que passou a ser efectuada através de um cartão de colaborador com função tripla (identificação, controlo dos acessos físicos e controlo dos acessos lógicos).

Plataformas operativas

Operações sobre títulos

Concluída com sucesso a complexa migração do mercado português para a plataforma Euronext, 2004 foi um ano de consolidação das operativas de *clearing* e de liquidação dos negócios executados nas bolsas de Lisboa e Paris, bem como do alargamento destes serviços às bolsas de Amesterdão e Bruxelas. O Millennium BCP possui, assim, uma oferta de serviços de custódia, *clearing* e liquidação para operações negociadas em qualquer dos segmentos *cash* dos mercados Euronext, bem como para um conjunto alargado de outros mercados, com níveis de serviço alinhados pelas melhores práticas internacionais.

O ano de 2004 fica ainda marcado por um crescimento exponencial das operações de subscrição e resgate de unidades de participação em fundos de investimento estrangeiros, geridos por instituições internacionais e distribuídos em Portugal pelo Millennium BCP e pelo ActivoBank7.

No final de 2004, o Grupo disponibilizava fundos de cerca de 40 sociedades gestoras.

Ao nível das condicionantes exógenas com impacto na actividade, destaca-se a alteração legal que impôs aos Bancos custodiantes a responsabilidade pelo cálculo, cobrança e controlo das retenções fiscais sobre rendimentos de títulos, o que implicou a necessidade de criação de novas rotinas operativas e de controlo. Apesar desta alteração regulamentar e do impacto do crescimento expressivo das operações processadas, o Millennium BCP manteve um serviço de excelência nas operações sobre títulos, em grande parte devido ao impacto positivo da racionalização de processos e da entrada em produção de importantes desenvolvimentos informáticos.

Compensação, transferências e pagamentos internacionais e custódia institucional

O ano de 2004 foi marcado pelo reposicionamento do Millennium BCP na área internacional, quer ao nível do relacionamento com instituições financeiras, procurando seleccionar os melhores parceiros em cada mercado e construir relações de cooperação estáveis e duradouras, quer na procura sistemática de soluções que acrescentem valor às restantes áreas de negócio do Grupo. É de assinalar o início de actividade do Núcleo de Apoio à Internacionalização, uma estrutura especializada lançada com o objectivo de promover a internacionalização dos clientes do Grupo através da detecção e acompanhamento de oportunidades de negócio, bem como da prestação de consultoria e de informação relevante. O funcionamento do Núcleo de Apoio à Internacionalização assenta numa plataforma de actuação multilateral, que integra o Bank Millennium, o NovaBank e o BankEuropa.

No quadro das novas condições de operacionalidade dos mercados financeiros internacionais e em linha com a estratégia do Banco de procurar racionalizar e optimizar a gestão dos recursos e plataformas de actividade, foi decidido proceder à redefinição e reconversão da presença e actividade na praça de Londres, o que determinou o encerramento da sucursal e a alteração do estatuto da presença para o de escritório de representação. O Millennium BCP mantém, desta forma, a sua presença em Londres, focalizando a sua actuação nas áreas de apoio à emigração e consultoria de operações de investimento nos mercados financeiros.

Ainda na área internacional, em Fevereiro de 2004 o Millennium BCP promoveu um seminário destinado a banqueiros dos 10 países que aderiram à UE em Maio de 2004 e dos países candidatos, subordinado ao tema «O processo de integração na União Europeia: a experiência de Portugal». Esta iniciativa projectou a imagem de Portugal através da partilha da sua experiência na integração da União Europeia, constituindo um contributo para superar a distância geográfica e algum desconhecimento da realidade do nosso País.

O seminário contou com a presença de personalidades que desempenharam um papel de relevo no processo de integração de Portugal, bem como convidados estrangeiros de grande prestígio, quer ao nível político quer económico.

Instituições financeiras:

É de salientar o esforço desenvolvido no sentido do Millennium BCP se constituir como banco de compensação e liquidação para as suas sucursais e subsidiárias no estrangeiro. Essa evolução, que beneficia do facto do Millennium BCP ser membro directo dos principais sistemas de compensação do euro, permite tirar partido da plataforma existente em matéria de pagamentos domésticos e transfronteiriços e das sinergias viabilizadas pelo volume de negócios proveniente de clientes nacionais. Pretende-se ainda, através da concentração e controlo por parte do Millennium BCP, reduzir os riscos de contraparte e operacionais ligados a esta actividade.

Correspondendo às expectativas do mercado, que exigem do Millennium BCP um esforço contínuo de renovação e de apresentação de soluções inovadoras, o Banco integrou um projecto-piloto ao nível da SWIFT, denominado Swift Cash Reporting and Payments Initiation. Esta iniciativa constitui um passo importante na oferta de valor na área da gestão de tesouraria, permitindo disponibilizar a empresas nacionais e multinacionais o acesso a movimentos e saldos de contas em tempo real, bem como a iniciação de instruções de pagamentos via SWIFT, com as vantagens decorrentes da fiabilidade deste sistema, a par de garantir padrões e formatos comuns e aceites por toda a comunidade financeira.

Custódia institucional:

O Millennium BCP continuou, ao longo de 2004, a consolidar a sua actividade de custodiante para clientes institucionais, área em que mantém uma posição de liderança em Portugal, com uma quota de mercado de 44,2%, medida pelo volume de activos sob custódia de investidores estrangeiros. O volume de activos sob custódia sofreu um aumento de 31,3%, cifrando-se o seu valor total em 52,4 mil milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, dos quais 63,5% relativos a custodiantes globais e centrais de liquidação, 23,2% relacionados com companhias de seguros e fundos de pensões, 8,2% de fundos de investimento e 5,1% oriundos de outros investidores.

Com a integração e consolidação plena da Euronext Lisbon na plataforma pan-europeia Euronext, operada nos finais de 2003, o Banco alargou a sua oferta dos serviços de negociação, compensação, liquidação e custódia para clientes institucionais aos restantes mercados que integram a Euronext. O Millennium BCP continua a desempenhar um papel activo na oferta do serviço de empréstimo de títulos nacionais, contribuindo fortemente para aumentar a eficiência da liquidação das transacções de títulos em bolsa, pese embora a introdução da figura de contraparte central em mercado, assumida pela Clearnet em Novembro de 2003. Na actividade de compensação, o Millennium BCP atingiu uma quota de mercado de 9,9%, fruto da opção pelo Millennium BCP como banco de compensação no segmento Euronext Lisbon por diversos *trading members*.

No domínio do controlo interno e da gestão de risco, foi criado um grupo de trabalho para a análise e gestão de risco operacional. Com o propósito de minimizar a ocorrência e o impacto de erros, foi efectuado um levantamento dos factores de risco e definida uma metodologia de implementação de medidas de mitigação e soluções. É de destacar, ainda em 2004, o início de actividade dos serviços de custódia *online*, que podem ser acedidos através do portal de internet do Grupo. Com o objectivo de contribuir para o acréscimo da eficácia transaccional e para a fidelização da base de clientes institucionais, o Banco lançou uma ferramenta para a gestão da actividade diária e global dos mesmos.

Síntese financeira

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002	2001	Variação 2004--2003 (perc.)
Balanço:					
Activo total	71 678,5	67 688,0	61 851,6	62 960,7	5,9
Créditos sobre clientes (líquidos)	50 792,7	49 176,5	45 450,7	42 938,3	3,3
Crédito total sob gestão (*a*)	53 723,4	52 590,6	–	–	2,2
Recursos totais de clientes	54 878,5	51 375,1	47 491,4	49 068,2	6,8
Situação líquida, acções preferenciais e passivos subordinados	7 871,9	7 133,4	6 530,5	6 294,5	10,4
Demonstração de resultados:					
Margem financeira	1 416,2	1 466,0	1 326,7	1 351,9	— 3,4
Outros proveitos líquidos (*b*)	1 410,4	1 244,7	1 134,9	1 065,1	13,3
Custos de transformação (*c*)	1 621,4	1 668,5	1 487,8	1 384,3	— 2,8
Amortização extraordinária	48,6	–	–	–	–
Provisões:					
Para riscos de crédito	430,4	473,0	316,3	208,5	— 9,0
Para outros riscos	64,9	33,6	58,7	11,8	93,1
Impostos sobre lucros	60,4	37,9	55,4	84,5	59,6
Interesses minoritários	87,8	60,0	70,7	90,3	46,4
Lucro da actividade corrente	513,0	437,7	472,7	637,7	17,2

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002	2001	Variação 2004--2003 (perc.)
Provisão e custos extraordinários	–	–	200,0	66,0	–
Lucro líquido atribuível ao Banco	513,0	437,7	272,7	571,7	17,2
Produto bancário (*d*)	2 810,7	2 674,5	2 353,0	2 358,4	5,1
Cash-flow	1 390,5	1 245,2	1 147,9	1 180,5	11,7
Número médio de acções (milhares)	3 257 401	3 020 267	2 326 715	2 272 728	7,9
Resultados líquidos por acção (euros)	0,16	0,14	0,12	0,25	8,7
Rendibilidade (percentagem):					
Produto bancário/activo líquido médio (*e*)	4,1	4,1	3,8	3,8	–
Rendibilidade do activo médio (ROA)	0,8	0,7	0,4	0,9	–
Resultados antes imposto e inter. minorit./activo líq. médio (*e*)	1,0	0,8	0,7	1,2	–
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	17,2	17,4	13,8	26,2	–
Resultados antes impostos e inter. minorit./cap. próprios médios (*e*)	14,7	13,4	12,0	21,6	–
Taxa de margem financeira	2,4	2 6	2,6	2,6	–
Outros proveitos/produto bancário (*e*)	49,6	45,2	43,6	42,7	–
Custos de transform./prod. bancário (*e*)	59,4	62,4	63,2	58,7	–
Custos de transform./prod. bancário (*e*) — activ. em Portugal	51,7	54,5	58,7	56,0	–
Custos com pessoal/produto bancário (*e*)	30,3	32,3	33,3	30,8	–
Solvabilidade:					
Ratio de solvabilidade — Banco de Portugal:					
Tier one	8,1	7,2	6,6	6,5	–
Total	11,9	10,9	9,8	8,3	–
Riscos de crédito:					
Crédito total (bruto)	51 249,1	49 865,3	45 874,3	4,343 4	2,8
Crédito vencido total	462,2	919,5	667,5	726,8	— 49,7
Provisões para riscos de crédito	1 212,9	1 184,4	949,1	1 063,1	2,4
Crédito vencido a mais de 90 dias/crédito total (percentagem)	0,8	1,5	1,2	1,4	–
Crédito com incumprim./crédito total (*e*) (percentagem)	1,2	2,0	–	–	–
Crédito com incumprim., líq./crédito total, líquido (*e*) (percentagem)	0,3	0,7	–	–	–
Provisões/crédito vencido a mais de 90 dias (percentagem)	294,1	157,3	169,0	169,6	–
Provisões/crédito vencido total (percentagem)	262,4	128,8	142,2	146,3	–
Provisões/crédito com incumprimento (percentagem)	201,2	119,1	–	–	–
Produtividade:					
Sucursais em Portugal	1 008	1 077	1 088	1 139	— 6,4
Colaboradores (actividade bancária em Portugal)	12 487	13 636	14 072	14 103	— 8,4
Colaboradores/sucursal	12,4	12,7	12,9	12,4	— 2,2

Valores por acção e número médio de acções ajustados pelo efeito dos *stock-splits*.
(*a*) Crédito total (bruto), incluindo créditos titularizados.
(*b*) Rendimentos de títulos, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, outros proveitos de exploração (líquidos) e ganhos na alienação de participações financeiras e outros activos.
(*c*) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício (exclui amortização extraordinária contabilizada pelo Bank Millennium).
(*d*) Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal. Inclui margem financeira, rendimentos de títulos, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados em empresas associadas e filiais excluídas da consolidação e outros resultados de exploração.
(*e*) Calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal.

Análise financeira

A evolução positiva dos resultados consolidados do Millennium BCP no exercício de 2004, foi fundamentalmente determinada pela sua reconhecida capacidade de geração de proveitos, alicerçada na dinâmica comercial das redes de distribuição e na melhoria contínua dos processos de negócio — consubstanciada na inovação dos produtos e das capacidades de *servicing* instaladas, no aperfeiçoamento das propostas de valor e no aproveitamento das oportunidades de negócio — num enquadramento caracterizado pela manutenção de baixos níveis de taxas de juro, e pela prossecução dos esforços bem sucedidos de controlo e racionalização dos custos operacionais.

A unificação da marca e o lançamento de um conjunto de iniciativas inseridas no âmbito do Programa Millennium — tendo como objectivo central o crescimento sustentado dos negócios e que, complementando os objectivos do Programa de Melhoria de Eficiência Operacional iniciado em 2002, colocou um especial enfoque na componente de proveitos e alargou o seu domínio de intervenção às operações internacionais — revelaram-se decisivos para a melhoria do desempenho global em 2004, traduzida na evolução dos principais indicadores de actividade, designadamente o crescimento dos recursos totais de clientes e do crédito sobre clientes, em especial do crédito à habitação, bem como na trajectória positiva evidenciada pelos índices de rendibilidade, de eficiência operativa, de qualidade dos activos e de solidez da estrutura patrimonial.

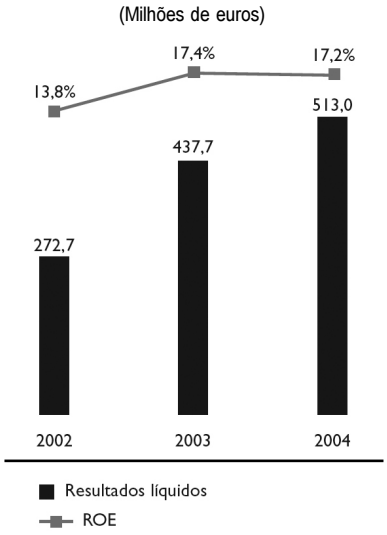
Em 2004, justifica-se uma referência ao desempenho das operações internacionais que, no seu conjunto, contribuíram positivamente para os resultados consolidados, não obstante beneficiarem de resultados obtidos em operações de alienação de activos. Este desempenho confirma a confiança na estratégia de internacionalização e reforça as expectativas de geração futura de resultados sustentados pelas operações no estrangeiro.

O Millennium BCP reforçou a sua posição patrimonial no sistema bancário nacional, com o activo consolidado a atingir 71 678,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004 (67 688 milhões de euros em 31 Dezembro de 2003), estimando-se que o respectivo peso no sistema bancário nacional tenha aumentado para 21%. O crédito sobre clientes cifrou-se em 50 792,7 milhões de euros no final de Dezembro

de 2004, que compara com 49 176,5 milhões de euros em 2003. O Millennium BCP manteve a posição de liderança na concessão de crédito, estimando-se uma quota de mercado no final do ano de 2004 de 27%. Os recursos totais de clientes, que incluem os depósitos, património sob gestão, seguros de capitalização e os débitos titulados, ascenderam a 54 878,5 milhões de euros, face a 51 375,1 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2003, prevendo-se que a quota de mercado do Millennium BCP nos depósitos tenha aumentado para 23% no final de 2004.

Os resultados líquidos consolidados ascenderam a 513,0 milhões de euros em 2004, apresentando um crescimento de 17,2% em relação aos 437,7 milhões de euros registados no ano anterior. Os principais indicadores de rendibilidade evoluíram favoravelmente, convergindo para os objectivos estratégicos estabelecidos em 2003. A rendibilidade dos capitais próprios médios elevou-se a 17,2% em 2004, comparando com 17,4% verificados em 2003. A rendibilidade do activo médio aumentou para 0,8% em 2004 face aos 0,7% apurados em 2003.

Resultados líquidos



O crescimento dos resultados líquidos foi impulsionado pelo desempenho das comissões líquidas, que registaram um aumento da sua contribuição para o produto bancário, favorecidas por iniciativas de propostas de valor mais atractivas inseridas no âmbito do Programa Millennium. A estabilização em níveis reduzidos das taxas de juro de mercado durante o ano de 2004 influenciou o comportamento da margem financeira, que registou um menor contributo para os resultados consolidados no ano em análise, não obstante o crescimento do volume de negócios. Adicionalmente, as medidas de racionalização operativa implementadas permitiram o controlo efectivo dos custos de transformação da actividade em Portugal, resultando na melhoria do *ratio* de eficiência, calculado de acordo com a instrução n.º 16/2004 do Banco de Portugal, para 51,7% valor já muito próximo dos 50%, definido como objectivo estratégico para 2006.

A política de prudência no controlo dos riscos de crédito, acompanhada por uma maior eficácia nas recuperações de crédito em 2004, contribuiu para a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito que, associada a uma diminuição significativa do crédito em incumprimento, permitiu uma redução considerável do esforço de provisionamento no ano em análise. No final de 2004, o crédito vencido representava 0,9% do total da carteira de crédito, mostrando uma melhoria considerável em relação a 2003. Paralelamente, e prosseguindo a política de níveis de cobertura elevados seguida já em anos anteriores, a cobertura do crédito vencido por provisões situou-se em 262,4%.

Pela primeira vez, o conselho de administração do Banco deliberou a distribuição aos accionistas de um dividendo antecipado de 0,03 euros por acção por conta dos lucros do exercício de 2004, realizado em Novembro de 2004, totalizando 97,7 milhões de euros. O pagamento de dividendos antecipados intercalares teve como objectivo remunerar os accionistas com maior frequência e atractividade, expressando a evolução da rendibilidade do Banco no ano em curso e sublinhando a adequação da estrutura de capitais próprios face aos investimentos programados e às perspectivas de negócio.

No prosseguimento da orientação estratégica de enfoque nos negócios *core*, e em especial no retalho bancário, e de reforço dos seus fundos próprios, o Banco anunciou em 19 Julho de 2004 a alienação de 100% do capital social das companhias Império Bonança — Companhia de Seguros, S. A., Seguro Directo Gere — Companhia de Seguros, S. A., Impergesto — Assistência e Serviços, S. A., e Servicomercial — Consultoria Informática, L.da, ao Grupo Caixa Geral de Depósitos a par da alienação, com transferência do controlo de gestão, ao Grupo Fortis de 51% das companhias de seguros Ocidental — Companhia de Seguros, S. A., Pensõesgere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A., e Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A. — Médis. Após a aprovação regulamentar das operações pelas entidades competentes, o Banco contabilizou, em Dezembro de 2004, ambas as transacções, cuja mais-valia foi registada na situação líquida.

Os indicadores de solvabilidade evidenciaram uma melhoria face ao ano anterior, influenciados pela capacidade do Grupo em gerar resultados, pelo crescimento dos activos em componentes com melhor perfil de risco, nomeadamente o crédito à habitação, pela redução da participação de 7,08% para 3% no Banco Sabadell no 2.º trimestre de 2004, pela venda da participação de 10% na companhia de seguros polaca PZU detida pelo Bank Millennium, e também pela alienação da Seguros e Pensões nos termos já referidos. Estes impactos positivos foram parcialmente compensados pelo efeito desfavorável nos fundos próprios da afectação da provisão para riscos bancários gerais a provisões para riscos de crédito, no montante de 200 milhões de euros, e pelo impacto do programa de redimensionamento do quadro de colaboradores efectuado em 2004. O *ratio* de solvabilidade consolidado, de acordo as normas do Banco de Portugal, evoluiu de 10,9% no final de 2003 para 11,9% em 31 de Dezembro de 2004.

Análise da rendibilidade

Resultados líquidos:

Os resultados líquidos consolidados do Millennium BCP em 2004 elevaram-se a 513 milhões de euros, evidenciando um crescimento de 17,2% em relação aos 437,7 milhões de euros apurados em 2003. O desempenho favorável dos resultados líquidos beneficiou do aumento em 9,5% das comissões líquidas, influenciado pelo desenvolvimento das propostas de valor dos diversos segmentos de negócio e pelo aumento do *cross-selling* envolvendo os principais produtos oferecidos pelo Millennium BCP. A estabilização das taxas de juro de mercado em níveis muito baixos ao longo de 2004 e a intensificação da concorrência no sector financeiro em Portugal originaram a redução da taxa de margem financeira no ano em análise e determinaram a diminuição da margem financeira em 2004. O menor contributo para os resultados líquidos de 2004 da margem financeira, relacionado com o efeito de estreitamento dos *spreads*, foi, no entanto, parcialmente compensado pelo aumento do volume de negócios e pela menor exposição aos segmentos de maior risco.

Os resultados em operações financeiras registados em 2004 evoluíram favoravelmente, reflectindo o aproveitamento de oportunidades no mercado de capitais e a contabilização de uma mais-valia na venda de uma carteira de crédito ao consumo gerada em pontos de venda do Bank Millennium, no 2.º trimestre de 2004.

Os resultados líquidos beneficiaram ainda da redução dos custos de transformação, consequência dos esforços de racionalização encetados, simultaneamente, nas operações em Portugal e nas operações no estrangeiro, e que se traduziram na melhoria do *ratio* de eficiência consolidado de 62,4% para 59,4%.

A análise trimestral da rendibilidade anualizada em percentagem do activo total médio explicita a evolução da rendibilidade do activo, que aumentou de 0,67% em 2003 para 0,75% em 2004. A diminuição da contribuição da margem financeira, como referido anteriormente, mais acentuada no primeiro semestre de 2004, foi influenciada pela tendência de estabilização das taxas de juro de mercado em níveis reduzidos, reflectindo-se na diminuição do peso desta rubrica no activo total médio de 2,25% em 2003 para 2,08% em 2004.

A descida contínua, ao longo de 2004, da proporção dos custos com pessoal e dos outros gastos administrativos no activo médio de 1,33% e 0,92% em 2003 para, respectivamente, 1,25% e 0,86% em 2004, realça o contributo positivo da redução destas rubricas para a rendibilidade do activo total médio do Millennium BCP, e traduz os resultados obtidos com as medidas de controlo de custos que têm vindo a ser implementadas desde 2002. O aumento do peso das amortizações do exercício no total do activo resulta do impacto da contabilização da amortização extraordinária efectuada pelo Bank Millennium no último trimestre de 2004. As provisões para riscos de crédito também evidenciaram uma diminuição do seu peso no activo total médio, cifrando-se em 0,63% no ano de 2004 (0,73% em 2003), reflectindo a menor necessidade de provisionamento já anteriormente mencionada, consequência de um maior esforço empreendido na recuperação de créditos e da melhoria do perfil de risco da carteira de crédito.

Análise trimestral da rendibilidade

(Em percentagem)

	2003	2004				
		1.º trim.	2.º trim.	3.º trim.	4.º trim.	Total
Margem financeira	2,25	2,16	2,07	2,06	2,04	2,08
Provisões:						
Para riscos de crédito	0,73	0,62	0,62	0,65	0,54	0,63
Para outros riscos	0,05	0,09	0,08	0,06	0,15	0,10
Outros proveitos líquidos:						
Rendimentos de títulos	0,19	0,17	0,27	0,09	0,05	0,05
Comissões líquidas	0,91	0,88	0,88	0,98	1,04	0,95
Resultados em operações financeiras	0,20	0,19	0,45	0,19	0,36	0,32
Outros proveitos de exploração líquidos	0,61	0,51	0,51	0,52	0,59	0,53
Ganhos na alienação de participações financeiras	–	–	–	–	0,48	0,12
	1,91	1,75	2,21	1,79	2,52	2,07
Custos de transformação:						
Custos com o pessoal	1,33	1,26	1,27	1,26	1,22	1,25
Outros gastos administrativos	0,92	0,88	0,87	0,84	0,85	0,86
Amortizações do exercício	0,31	0,28	0,28	0,27	0,54	0,34
	2,56	2,42	2,42	2,37	2,61	2,45
Lucro antes de impostos	0,82	0,78	1,06	0,77	1,26	0,97
Provisão para impostos sobre lucros	0,06	0,04	0,09	0,06	0,16	0,09
Lucro depois de impostos	0,76	0,74	0,97	0,71	1,10	0,88
Interesses minoritários	0,09	0,11	0,15	0,09	0,17	0,13
Lucro líquido atribuível ao Banco (ROA)	0,67	0,63	0,82	0,82	0,93	0,75

A actividade das principais empresas associadas caracterizou-se pela reestruturação organizacional efectuada ao longo do ano de 2004, que se traduziu na incorporação de algumas subsidiárias no Banco Comercial Português, S. A., nomeadamente, o Banco Expresso Atlântico e o CrédiBanco. A evolução dos resultados líquidos das principais subsidiárias é analisada de seguida.

Os resultados líquidos do Millennium BCP investimento evidenciaram um crescimento de 36,1%, atingindo 54,3 milhões de euros, e proporcionaram um ROE de 29,2%. Este desempenho foi impulsionado pelo aumento da margem financeira, pelo crescimento expressivo das comissões, beneficiando do forte envolvimento em operações de *project finance* e da recuperação da actividade de *trading* em 2004. Este aumento de proveitos foi acompanhado pelo controlo dos custos de transformação que demonstraram uma redução de 6,7%.

Os resultados líquidos do Banco de investimento imobiliário situaram-se em 12,6 milhões de euros em 2004, comparando com os 0,5 milhões de euros contabilizados em 2003. Para esta evolução foi determinante o esforço realizado em 2004 na recuperação de créditos vencidos e o ligeiro aumento da margem financeira, apesar do contexto adverso de manutenção das taxas de juro de mercado. De destacar ainda o elevado montante de dotações de provisões efectuadas no âmbito do aviso n.º 8/2003 do Banco de Portugal, cujos principais impactos ocorreram no 3.º trimestre de 2003 e, também, no 3.º trimestre de 2004 devido ao fim do regime transitório definido naquele aviso.

Quanto ao Interbanco, os resultados líquidos totalizaram 8,6 milhões de euros em 2004, o que representa um crescimento de 0,6% em relação a 2003. Para este desempenho contribuíram o decréscimo das necessidades de provisionamento, resultado da menor sinistralidade e da maior eficácia nas recuperações de crédito em 2004, que mais do que compensaram o impacto de menores rendimentos provenientes de uma carteira titularizada mais reduzida e do acréscimo das comissões relacionadas com a angariação de negócio.

Destaque também para a redução dos custos de transformação e para o aumento dos impostos sobre lucros, associado ao fim do reporte fiscal.

Os resultados líquidos do ActivoBank7 ascenderam a 0,7 milhões de euros, registando um crescimento de 47,3% em relação aos 0,5 milhões de euros apurados em 2003, e reflectem o impacto das acções comerciais desenvolvidas e a adesão à proposta de valor proporcionada pelo ActivoBank7. Em 2004, o ActivoBank7 alcançou a liderança do mercado português de corretagem *online* e reforçou a sua posição no segmento de comercialização de fundos estrangeiros, atingindo o primeiro lugar no mercado nacional.

Os resultados líquidos consolidados do Bank Millennium ascenderam a 52,9 milhões de euros, que comparam com 9,2 milhões de euros registados em 2003. Os impactos não recorrentes, designadamente os obtidos com a alienação da participação financeira de 10% na seguradora PZU e com a venda da carteira de crédito automóvel intermediada pela PTF, depois de deduzidos dos impostos sobre lucros e da amortização extraordinária de alguns activos, ascenderam a 37 milhões de euros em 2004. Os resultados operacionais do Bank Millennium reflectem o aumento da margem financeira e das comissões, bem como a redução dos custos com pessoal e os outros custos administrativos.

Os resultados líquidos do NovaBank (Grécia) em 2004 situaram-se em — 13,5 milhões de euros, comparando favoravelmente com os — 28 milhões de euros apurados no ano anterior. O forte crescimento da margem financeira e das comissões líquidas, impulsionadas pelo aumento do volume de negócios, e o controlo dos custos de transformação com apenas um ligeiro acréscimo face a 2003 contribuíram positivamente para a evolução dos resultados líquidos. Refira-se ainda que o NovaBank (Grécia) completou o seu quarto ano completo de actividade, tendo atingido, pela primeira vez, resultados operacionais positivos no 4.º trimestre de 2004, antecipando o *break even* em mais de um ano, o que vem confirmar as expectativas sobre a capacidade de gerar resultados futuros positivos.

Evolução dos resultados líquidos das empresas do Grupo

(Em milhões de euros)

	2004	2003	Variação (percent.)
Millennium BCP investimento	54,3	39,9	36,1
Banco de Investimento Imobiliário	12,6	0,5	–
Interbanco	8,6	8,6	0,6
ActivoBank7	0,7	0,5	47,3
Bank Millennium	52,9	9,2	472,4
NovaBank	(13,5)	(28,0)	–
Banco Comercial de Macau	6,4	5,9	8,2
Banco Internac. de Moçambique	11,3	13,7	— 17,8
Banque BCP (França)	4,4	0,9	401,3
Banque BCP (Luxemburgo)	1,2	0,7	72,4
BCPbank	(2,0)	(3,4)	–
BankEuropa	(8,9)	(8,0)	–
Banque Privée BCP	2,1	(3,9)	–

A evolução favorável dos resultados líquidos do Banco Comercial de Macau, que se cifraram em 6,4 milhões de euros em 2004, apresentando um crescimento de 8,2% face ao ano anterior, foi determinada pelo acréscimo verificado nos outros proveitos, designadamente na recuperação de créditos e em operações sobre títulos, e pela redução nos custos de transformação.

Em relação ao Banco Internacional de Moçambique, os resultados líquidos apurados durante 2004 ascenderam a 11,3 milhões de euros, representando uma redução de 17,8% face aos 13,7 milhões de euros contabilizados no ano de 2003. Esta evolução foi determinada pelo reforço do nível de provisionamento dos riscos de crédito e pela redução dos resultados extraordinários face a 2003, não obstante o bom desempenho da margem financeira, suportado pelo aumento da taxa de intermediação e pela expansão do volume de negócios, e da recuperação de juros vencidos.

Os resultados líquidos do Banque BCP (França) ascenderam a 4,4 milhões de euros (0,9 milhões de euros em 2003), impulsionados pelo desempenho positivo das comissões, destacando-se as comissões resultantes de transferências e seguros, e pela redução dos custos de transformação, reflectindo o programa de racionalização de custos, não obstante a envolvente económica desfavorável e o impacto da queda das taxas de juro na evolução da margem financeira.

O Banque BCP (Luxemburgo) evidenciou um aumento dos resultados líquidos para 1,2 milhões de euros (0,7 milhões de euros em 2003), influenciados pelo desempenho positivo da margem financeira, associado à expansão do crédito, pelo incremento das comissões líquidas e pela diminuição dos custos de transformação. Salienta-se ainda o aumento do volume de negócios, com particular enfoque no crédito imobiliário de que resultou um crescimento de 24% dos créditos sobre clientes.

Os resultados líquidos negativos obtidos em 2004 pelo bcpbank, no montante de 2,0 milhões de euros, reflectem o impacto dos investimentos efectuados no alargamento da rede de balcões e nas infra -estruturas de suporte, apresentando no entanto uma evolução favorável face a 2003 (— 3,4 milhões de euros). A expansão do volume de negócios, designadamente dos créditos sobre clientes e dos recursos de clientes, que registaram crescimentos de 54% e 41%, respectivamente, determinou o bom desempenho da margem financeira e das comissões em 2004.

O BankEuropa, cuja actividade foi iniciada em Julho de 2003, apresenta resultados negativos de 8,9 milhões de euros em 2004 (— 8 milhões de euros em 2003), reflectindo o aumento dos custos de transformação, parcialmente contrariado pela evolução positiva da margem financeira e dos outros proveitos, associada ao crescimento do volume de negócios.

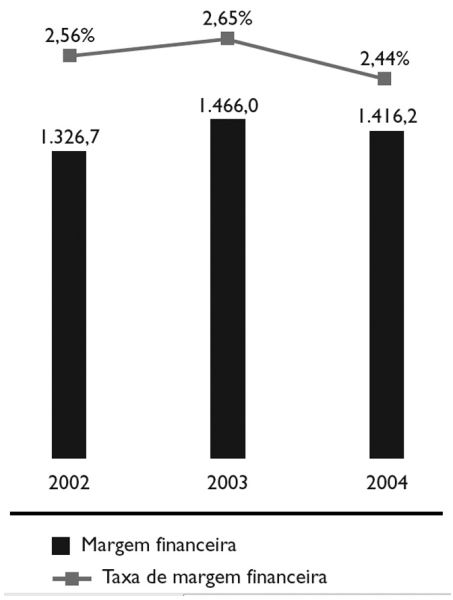
No segundo ano de actividade, o Banque Privée BCP registou um resultado positivo no montante de 2,1 milhões de euros, comparando com um prejuízo de 3,9 milhões de euros em 2003, reflectindo o impacto favorável do aumento dos volumes geridos na margem financeira e em comissões. O Banque Privée continuou a evidenciar um apreciável ritmo de crescimento dos negócios, consubstanciado na transferência de activos de clientes provenientes do Millennium BCP bem como pela captação de novos clientes. O sucesso da actividade comercial do Banque Privée BCP, em conjunto com a eficiência da sua organização, nomeadamente, o controlo efectivo de custos e a oferta de soluções de investimento e de negócio adequadas ao perfil dos clientes, permitiram atingir resultados em 2004 que excederam as expectativas.

Margem financeira:

A margem financeira consolidada do Millennnium bcp em 2004 ascendeu a 1416,2 milhões de euros, comparando com 1466 milhões de euros apurados em 2003. A diminuição da taxa de margem financeira de 2,65% em 2003 para 2,44% em 2004, associada a um forte ambiente concorrencial nos segmentos com melhor perfil de risco e à manutenção em níveis historicamente baixos das taxas de juro de mercado (em 2004 o BCE manteve as taxas directoras inalteradas, com a Euribor a três meses a atingir 2,15% no final de 2004), determinaram o desempenho da margem financeira em 2004. A evolução da taxa de margem financeira é também explicada pelo prosseguimento da adopção de uma política de selecção criteriosa das operações a financiar, o que se reflectiu positivamente na melhoria da qualidade da carteira de crédito. O efeito desfavorável da taxa de margem financeira, foi, no entanto, parcialmente compensado pela subida do volume de negócios, com especial destaque para os activos geradores de juros, impulsionados pelo crescimento do crédito a clientes, apesar do impacto das titularizações de créditos, que, em 2004, ascenderam a 2474,3 milhões de euros. Os passivos geradores de juros também registaram um aumento significativo em 2004, realçando-se o crescimento expressivo das rubricas associadas a recursos de clientes.

Margem financeira

(Milhões de euros)



Balanço médio consolidado

(Em milhões de euros)

	2004			2003		
	Balanço médio	Juros	Taxa (percent.)	Balanço médio	Juros	Taxa (percent.)
Activos geradores de juros:						
Disponibilidades sobre instituições de crédito:						
Sobre o Banco de Portugal	866,9	18,0	2,04	1 094,7	28,1	2,56
Sobre outras instituições de crédito (*a*)	3 798,4	449,4	11,64	3 397,2	517,0	15,22
Crédito líquido sobre clientes	49 588,4	2 260,9	4,48	47 573,7	2 339,7	4,92
Títulos de negociação	815,6	40,5	4,88	533,6	28,5	5,34
Títulos de investimento	2 855,5	156,8	5,40	2 732,8	143,2	5,24
Total de activos geradores de juros	57 924,8	2 925,6	4,97	55 332,0	3 056,5	5,52
Imobilizado	1 177,8			1 362,3	–	
Outros activos não geradores de juros	8 926,7			8 334,7	–	
Activo total	68 029,3			65 029,0	–	

(Em milhões de euros)

	2004			2003		
	Balanço médio	Juros	Taxa (percent.)	Balanço médio	Juros	Taxa (percent.)
Passivos geradores de juros:						
Débitos para com instituições de crédito:						
À vista	299,8	3,1	1,03	268,7	3,1	1,15
A prazo (*a*)	10 048,5	499,8	4,89	12 538,5	646,8	5,16
Débitos para com clientes:						
À vista	12 597,8	40,0	0,31	12 082,1	45,1	0,37
A prazo	18 946,2	423,6	2,20	16 793,9	405,9	2,42
Débitos representados por títulos	14 991,2	410,3	2,69	12 880,1	356,8	2,77
Passivos subordinados	3 091,3	132,6	4,22	3 049,9	132,8	4,35
Total de passivos geradores de juros	59 974,8	1 509,4	2,48	57 613,2	1 590,5	2,76
Passivos não geradores de juros	3 559,5			3 424,8		
Passivo total	63 534,3			61 038,0		
Situação líquida e interesses minoritários	4 495,0			3 991,0		
Total do passivo, situação líquida e interesses minoritários	68 029,3			65 029,0		
Margem financeira		1 416,2			1 466,0	
Taxa de margem financeira (*b*)			2,44			2,65

(*a*) Inclui os juros relacionados com operações extrapatrimoniais.
(*b*) Relação entre os valores da margem financeira e o saldo médio total de activos geradores de juros.

A evolução favorável do volume de negócios, quer do crédito sobre clientes quer dos recursos de clientes, é evidenciada na análise do balanço médio consolidado. O aumento do saldo médio dos créditos sobre clientes de 47 573,7 milhões de euros em 2003 para 49 588,4 milhões de euros em 2004, associado à forte *performance* do crédito imobiliário, foi o principal impulsionador do crescimento dos activos geradores de juros que totalizaram 57 924,8 milhões de euros em 2004 (55 332,0 milhões de euros em 2003).

O desempenho do saldo médio dos passivos geradores de juros foi determinado pelo impacto positivo dos débitos para com clientes, principalmente dos débitos a prazo que registaram uma subida de 16 793,9 milhões de euros em 2003 para 18 946,2 milhões de euros em 2004. Destaque também para a subida verificada nos débitos representados por títulos de 12 880,1 milhões de euros em 2003 para 14 991,2 milhões de euros em 2004, influenciada pelo bom desempenho dos produtos estruturados.

A decomposição dos factores determinantes da variação da margem financeira ilustra o perfil de evolução explicitada anteriormente. O efeito taxa negativo de 83,6 milhões de euros, foi determinante para a evolução da margem financeira em 2004. Por seu turno, o efeito volume positivo ascendeu a 45,5 milhões de euros, compensando em parte o efeito desfavorável de taxa de juro.

Factores determinantes da variação da margem financeira

(Em milhões de euros)

	2004			
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	Variação
Activos geradores de juros:				
Disponibilidades sobre instituições de crédito:				
Sobre o Banco de Portugal	(3,4)	(3,3)	(3,3)	(10,0)
Sobre outras instituições de crédito	35,6	(71,0)	(32,3)	(67,7)
Crédito líquido sobre clientes	57,8	(120,2)	(16,3)	(78,7)
Títulos de negociação	8,8	1,4)	4,6	12,0
Títulos de investimento	3,7	2,5	7,3	13,5
Total de activos geradores de juros	83,5	(179,4)	(35,0)	(130,9)
Passivos geradores de juros:				
Débitos para com instituições de crédito:				
À vista	0,2	(0,2)	–	–
A prazo	(74,9)	(19,5)	(52,6)	(147,0)
Débitos para com clientes:				
À vista	1,1	(4,3)	1,9)	(5,1)
A prazo	30,3	(21,3)	8,7	17,7

(Em milhões de euros)

	2004			
	Efeito volume	Efeito taxa	Efeito residual	Variação
Débitos representados por títulos	34,1	(5,9)	25,2	53,4
Passivos subordinados	1,1	(2,4)	1,2	(0,1)
Total de passivos geradores de juros	38,0	(95,8)	(23,3)	(81,1)
Margem financeira	45,5	(83,6)	(11,7)	(49,8)

Provisões:

As dotações de provisões para riscos de crédito registaram uma diminuição em relação ao montante de 473,0 milhões de euros apurados em 2003, atingindo 430,4 milhões de euros em 2004, reflectindo a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito e o maior volume de recuperações de crédito em 2004, que resultaram do esforço adicional dedicado a esta actividade e do aperfeiçoamento contínuo dos instrumentos de análise e de monitorização do risco de crédito, designadamente o arranque do novo modelo de acompanhamento e regularização do crédito.

A cobertura do crédito vencido por provisões, apresentou um aumento para 262,4% (128,8% em Dezembro de 2003), evidenciando o prosseguimento dos esforços de salvaguarda dos indicadores de cobertura dos riscos de crédito em níveis confortáveis, bem como a afectação da provisão para riscos bancários gerais, constituída em 2002, para provisões para riscos de crédito, no montante de 200 milhões de euros, antecipando a aplicação das normas internacionais de reporte financeiro (IFRS), a implementar em 2005. A secção Gestão de Risco de Crédito e Contraparte, incluída no capítulo de Gestão de Riscos deste relatório apresenta com maior detalhe a evolução da cobertura dos riscos de crédito.

Provisões para riscos de crédito

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Saldo em 1 de Janeiro:			
Provisões específicas	799,8	522,2	629,3
Provisões genéricas	495,5	525,4	567,0
	1 295,3	1 047,6	1 196,3
Transferências:			
Provisões específicas	(48,9)	295,3	56,5
Provisões genéricas	239,5	(24,1)	(47,5)
	190,6	271,2	9,0
Provisão do exercício:			
Provisões específicas	405,8	473,6	287,8
Provisões genéricas	24,6	(0,6)	28,5
	430,4	473,0	316,3
Utilização de provisões:			
Provisões específicas	(705,8)	(430,4)	(423,4)
Provisões genéricas	(3,6)	–	(21,6)
	(709,4)	(430,4)	(444,9)
Diferenças cambiais:			
Provisões específicas	22,0	(60,9)	(28,0)
Provisões genéricas	0,5	(5,2)	(1,0)
	22,5	(66,1)	(29,0)
Saldo em 31 de Dezembro:			
Provisões específicas	472,9	799,8	522,2
Provisões genéricas	756,5	495,5	525,4
	1 229,4	1 295,3	1 047,6

As dotações para outras provisões cifraram-se em 64,9 milhões de euros em 2004, comparando com 33,6 milhões de euros em 2003. Contribuíram para esta evolução os provisionamentos das menos-valias potenciais na carteira de títulos, dos imóveis recebidos em dação e das responsabilidades com pensões de reforma não cobertas pelo fundo de pensões.

As provisões utilizadas no exercício situaram-se em 709,4 milhões de euros em 2004, representando um crescimento de 65% face aos 430,4 milhões de euros apurados no ano anterior. A utilização de provisões é feita por contrapartida da anulação *write-off* do respectivo crédito quando totalmente provisionado, mesmo que o crédito seja recuperável numa perspectiva económica. O valor do crédito vencido sobre clientes anulado desta forma ascendeu a 649,4 milhões de euros em 2004 (418,2 milhões de euros em 2003) e teve especial incidência nos sectores de máquinas e equipamento, comércio por grosso, serviços e também no crédito ao consumo.

Outros proveitos líquidos:

Os outros proveitos líquidos consolidados do Millennium BCP, que incluem os rendimentos de títulos, as comissões líquidas, os resultados em operações financeiras, os outros proveitos de exploração líquidos e os ganhos relativos à alienação de participações financeiras e outros activos, registaram um aumento de 1 244,7 milhões de euros em 2003 para 1 410,4 milhões de euros em 2004. Para esta *performance* positiva salienta-se o contributo das comissões líquidas, que ascenderam a 646,5 milhões de euros em 2004 face a 590,5 milhões de euros em 2003, influenciadas pelo desempenho favorável dos proveitos em operações sobre títulos, beneficiando da recuperação do mercado de capitais, bem como pelo acréscimo dos resultados em operações financeiras que totalizaram 219,1 milhões de euros em 2004, comparando com 129,3 milhões de euros apurados em 2003.

Outros proveitos líquidos

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Rendimentos de títulos	98,6	128,3	140,0
Comissões líquidas:			
Cartões	175,6	175,2	118,5
Operações sobre títulos	76,8	41,4	30,3
Gestão de activos	80,3	91,2	112,4
Operações relacion. com crédito	202,7	185,1	158,6
Outras comissões	111,1	97,6	79,4
	646,5	590,5	499,2
Result. em operações financeiras:			
Operações cambiais	41,2	39,9	21,6
Operações sobre títulos e outros	177,9	89,4	75,2
	219,1	129,3	96,8
Outros prov. de explor. líquidos:			
Prestação de serviços e *fees*	138,2	135,1	110,3
Reembolso de despesas	24,9	28,4	30,6
Recup. de créd. e juros vencidos	255,6	198,6	107,1
Outros	(56,6)	(12,2)	65,4
	362,1	349,9	313,4
Resultados não recorrentes:			
Ganhos relat. à alien. de participações fin. e outros activos	84,1	46,7	85,5
Total	1 410,4	1 244,7	1 134,9

Os rendimentos de títulos, que incluem os dividendos recebidos dos investimentos em acções de empresas não consolidadas e a apropriação dos lucros das empresas associadas que são consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, ascenderam a 98,6 milhões de euros em 2004, face a 128,3 milhões de euros apurados em 2003. O valor contabilizado em 2003 foi influenciado pela obtenção, ao nível da Seguros e Pensões, de ganhos relacionados com o comportamento dos mercados de capitais. O contributo da Seguros e Pensões para os resultados consolidados do Grupo, após amortização do *value in force*, situou-se em 42,2 milhões de euros em 2004.

As comissões líquidas registaram uma performance positiva ao aumentarem de 590,5 milhões de euros em 2003 para 646,5 milhões de euros em 2004. A estratégia de adopção da marca única Millennium BCP para o mercado português em 2003, em conjunto com o aprofundamento da segmentação de clientes de retalho, permitiu o desenvolvimento de uma oferta de produtos financeiros mais adequada às necessidades dos clientes, que se reflectiu na melhoria dos indicadores de fidelização e numa maior eficácia comercial, traduzida no crescimento das comissões líquidas associadas a um maior volume de negócios. Salienta-se o desempenho positivo dos proveitos directamente relacionados com a prestação de serviços bancários tradicionais, designadamente os proveitos associados a operações de crédito directo e por assinatura e ao negócio de cartões, mas também ao nível das áreas de negócio da banca de investimento e da gestão de activos e corretagem.

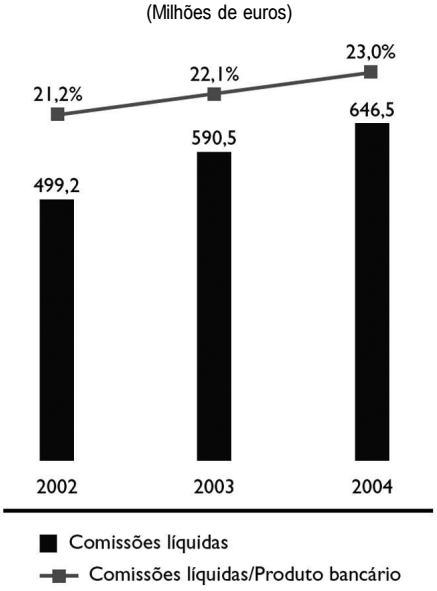
Os resultados em operações financeiras subiram de 129,3 milhões de euros em 2003 para 219,1 milhões de euros em 2004, beneficiando do impacto da contabilização de uma mais-valia obtida na venda de uma carteira de crédito ao consumo gerada em pontos de venda pelo Bank Millennium e, também, do aumento dos proveitos em operações sobre títulos de rendimento variável, associado à recuperação dos mercados de capitais em 2004.

Os outros proveitos de exploração líquidos, excluindo resultados não recorrentes proporcionados pela alienação de activos imobilizados e pela alienação de participações financeiras, aumentaram de 349,9 milhões de euros em 2003 para 362,1 milhões de euros em 2004, não obstante a relevação, na rubrica de outros, dos custos relacionados com a amortização do excesso de corredor associado ao fundo de pensões e com pré-reformas e reformas antecipadas.

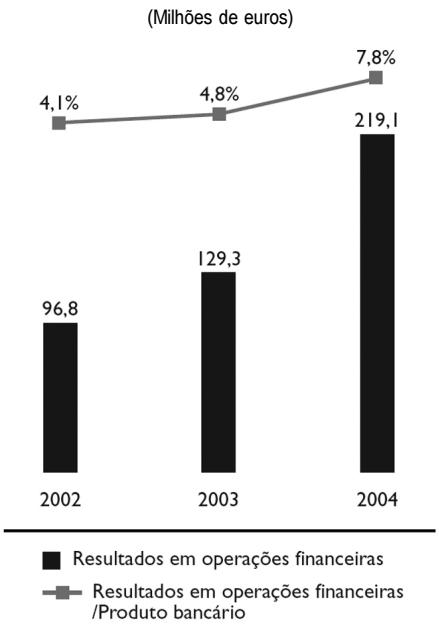
Importa contudo sublinhar o desempenho positivo das recuperações de crédito que em 2004 apresentaram um crescimento para 255,6 milhões de euros, comparando com 198,6 milhões de euros em 2003. O reforço dos meios afectos a esta actividade no final de 2003, cujos resultados se repercutiram com maior incidência no exercício de 2004, permitiram o aumento em 28,7% do volume de recuperações de crédito face ao ano anterior.

Os ganhos relativos à alienação de participações financeiras e outros activos, no montante de 84,1 milhões de euros em 2004, reflectem o impacto da mais-valia contabilística bruta obtida na alienação pelo Bank Millennium da participação de 10% no capital social da companhia de seguros polaca PZU à Eureko BV. Nos exercícios anteriores, esta rubrica reflecte os ganhos obtidos na alienação de activos imobilizados em Portugal.

Comissões líquidas



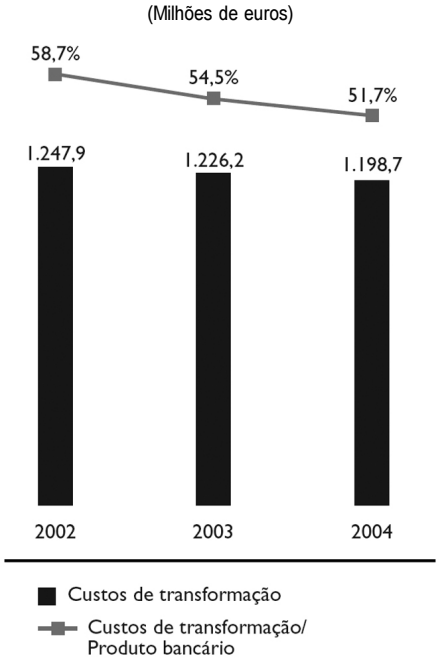
Resultados em operações financeiras



Custos de transformação:

Os custos de transformação consolidados do Millennium BCP, que incluem custos com pessoal, outros gastos administrativos e amortizações, evoluíram de 1668,5 milhões de euros em 2003 para 1621,4 milhões de euros em 2004, excluindo a amortização extraordinária registada pelo Bank Millennium. O desempenho dos custos de transformação beneficiou de uma redução dos custos com pessoal e dos gastos administrativos. A implementação de diversas iniciativas com vista ao cumprimento dos objectivos fixados no âmbito do programa de melhoria de eficiência operacional proporcionou uma contenção e uma racionalização de custos significativas, tanto a nível das operações em Portugal como a nível da actividade desenvolvida no estrangeiro. O aumento das amortizações do exercício está relacionado com a contabilização, em 2004, da amortização extraordinária de 48,6 milhões de euros pelo Bank Millennium, que resultou do ajustamento do período de amortização de determinados activos no quadro da transição para a introdução das IFRS. Se excluirmos o impacto desta operação não recorrente, os custos de transformação teriam apresentado uma redução de 2,8% face a 2003.

Custos de transformação (actividade em Portugal)



Custos de transformação

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Custos com o pessoal:			
Actividade em Portugal	664,8	677,5	674,8
Actividade no estrangeiro	187,7	186,5	109,7
Total	852,5	864,0	784,5
Outros gastos administrativos:			
Actividade em Portugal	409,1	412,2	441,3
Actividade no estrangeiro	174,5	189,2	88,0
Total	583,6	601,4	529,3
Amortizações do exercício:			
Actividade em Portugal	124,8	136,5	131,8
Actividade no estrangeiro	109,1	66,6	42,2
Total	233,9	203,1	174,0
Total:			
Actividade em Portugal	1 198,7	1 226,2	1 247,9
Actividade no estrangeiro	471,3	442,3	239,9
Total	1 670,0	1 668,5	1 487,8

O decréscimo sustentado dos custos de transformação na actividade em Portugal reflectiu-se na evolução favorável dos indicadores de eficiência, traduzida na descida do *ratio* de eficiência de 54,5% em 2003 para 51,7% em 2004, convergindo para o objectivo estratégico de 50% definido para o final de 2006.

Os custos com pessoal desceram de 864,0 milhões de euros em 2003, para 852,5 milhões de euros em 2004, beneficiando do impacto favorável do programa de redimensionamento do quadro de pessoal iniciado em 2003, nomeadamente em Portugal e na Polónia. Os custos com pessoal em Portugal diminuíram de 677,5 milhões de euros em 2003 para 664,8 milhões de euros em 2004, beneficiando da redução do quadro de colaboradores verificada ao longo de 2004. Na actividade no estrangeiro, os custos com pessoal praticamente estabilizaram, influenciados pela evolução favorável desta rubrica no Bank Millennium. Estima-se que o impacto nos custos com pessoal decorrente da redução do quadro de colaboradores na actividade bancária em Portugal, efectuada com maior expressão no final de 2004, em conjunto com a redução do quadro de colaboradores no estrangeiro, tenha maior incidência em exercício futuros.

Os outros gastos administrativos diminuíram de 601,4 milhões de euros em 2003 para 583,6 milhões de euros em 2004, reflectindo o impacto da eficácia no controlo de custos, já anteriormente mencionada, resultante da implementação do programa de melhoria de eficiência operacional. Neste âmbito destaca-se o acordo celebrado com a ONI, em Fevereiro de 2004, por um período de três anos, que cobre as áreas de prestação de serviços operacionais e serviços de operador, permitindo uma significativa redução de custos de exploração na área de comunicações, sem prejuízo da manutenção de autonomia na definição da estratégia de evolução e renovação tecnológicas nesta área. Para o desempenho dos gastos administrativos contribuíram especialmente a redução em custos com publicidade, que beneficiou de poupanças relacionadas com o lançamento da marca única em 2003, conservação, rendas (diminuição associada à redução do número de sucursais em Portugal) e economato.

As amortizações do exercício totalizaram 185,3 milhões de euros em 2004, excluindo, conforme referido anteriormente, a amortização extraordinária de 48,6 milhões de euros que resulta do ajustamento do período de amortização de determinados activos no quadro da transição para a introdução das IFRS do Bank Millennium, que comparam com 203,1 milhões de euros contabilizados em 2003. De realçar que as amortizações do exercício apuradas na actividade em Portugal revelaram uma evolução favorável, diminuindo de 136,5 milhões de euros em 2003 para 124,8 milhões de euros em 2004.

Impostos sobre lucros:

Os impostos sobre lucros consolidados, relevados em base individual pelas empresas que constituem o Grupo, cifraram-se em 60,4 milhões de euros em 2004, face a 37,9 milhões de euros contabilizados em 2003. O reporte de prejuízos fiscais apurados em exercícios anteriores, a tributação de dividendos recebidos, a relevação da apropriação de lucros decorrentes das participações em empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial, já líquidos de imposto sobre lucros, e a contabilização de outros resultados não relevantes fiscalmente determinaram uma taxa de tributação efectiva inferior à taxa nominal.

Interesses minoritários:

Os interesses minoritários incluem a parte atribuível a terceiros dos resultados de empresas não totalmente detidas pelo Grupo, e estão relacionados com as participações detidas no Bank Millennium, no NovaBank, no Banco Internacional de Moçambique, no Banco de investimento imobiliário e no Interbanco, e também com dividendos pagos referentes a acções preferenciais. Em 2004, para o maior montante dos interesses minoritários contabilizados, que totalizaram 87,8 milhões de euros (60,0 milhões de euros em 2003), contribuíram fundamentalmente o Bank Millennium e o Banco de investimento imobiliário, cujos resultados registaram desempenhos comparativamente superiores.

Análise da estrutura patrimonial

A eficácia do novo modelo de abordagem comercial do Millennium BCP, suportado no aprofundamento da segmentação do mercado, contribuiu decisivamente para o incremento do relacionamento com a base de clientes do Grupo, que se reflectiu no crescimento dos indicadores patrimoniais e na consolidação da quota de mercado nas principais variáveis do negócio financeiro. O bom desempenho comercial foi alcançado num contexto caracterizado pela manutenção de uma política rigorosa na análise, assunção e controlo dos riscos, complementada por um reforço dos níveis de provisionamento não obstante o nível de incumprimento da carteira de crédito sobre clientes ter permanecido em valores reduzidos.

O activo consolidado ascendeu a 71 678,5 milhões de euros no final de 2004, evidenciando um crescimento de 5,9% face aos 67 688 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2003, representando uma quota de mercado estimada de 21% no final de 2004. Importa sublinhar a consolidação do posicionamento competitivo do Grupo, patente em quotas de mercado estimadas em 27% nos créditos sobre clientes e de 23% nos depósitos de clientes, no final de 2004.

Activo total

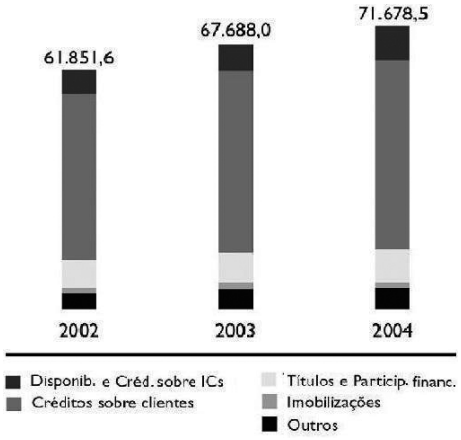
(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Disponibilidades monetárias e sobre instituições de crédito	7 523,4	5 913,3	5 355,4
Crédito sobre clientes	50 792,7	49 176,5	45 450,7
Títulos e participações financeiras	7 480,2	6 727,9	6 123,9
Imobilizações	1 084,3	1 283,1	1 285,2
Outros activos e contas de regularização	4 797,9	4 587,2	3 636,4
Total	71 678,5	67 688,0	61 851,6

Os fundos próprios do Millennium BCP mantiveram-se em níveis adequados ao longo do exercício, no quadro da prioridade estratégica de rigor na gestão dos riscos e de disciplina na gestão de capital, designadamente a afectação criteriosa de capital às diferentes unidades de negócio, tanto em Portugal como no estrangeiro. O *ratio* de solvabilidade situou-se em 11,9% de acordo com as normas do Banco de Portugal.

Activo total

(Milhões de euros)

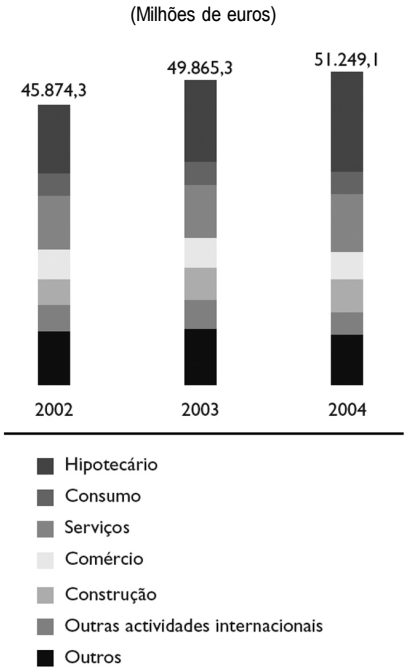


Créditos sobre clientes:

Os créditos sobre clientes (bruto) do Millennium BCP cifraram-se em 51 249,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, representando um aumento de 2,8% face aos 49 865,3 milhões de euros apurados em 31 de Dezembro de 2003.

O forte desempenho do crédito hipotecário, que em termos de nova produção em Portugal, registou um aumento de 9,2% face ao que foi realizado no exercício anterior, revelou-se determinante para este crescimento e para a melhoria do perfil de risco da carteira de crédito.

Créditos sobre clientes (crédito bruto)



Este bom desempenho permitiu que o Millennium BCP tenha alcançado uma quota estimada de 26% no crédito hipotecário em termos de produção nova. O comportamento do crédito concedido a empresas, que decresceu de 32 657,0 milhões de euros no final de 2003 para 31 150,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, reflectiu a selecção criteriosa das propostas de concessão de crédito submetidas a aprovação, visando a prossecução dos objectivos de redução da exposição nos maiores envolvimentos e de melhoria da rendibilidade do capital afecto a este segmento de negócio.

No final de 2004, o saldo de créditos cedidos em operações de titularização ascendia a 2474,3 milhões de euros (2725,3 milhões de euros no final de 2003).

Em Novembro de 2004, foi lançada uma operação de securitização sintética de créditos a empresas no montante de 3,5 mil milhões de euros. Tratando-se de uma operação que revestiu a forma sintética, a primeira do género realizada em Portugal, a carteira de crédito permaneceu no balanço do Banco embora beneficiando da cobertura de risco de crédito através de um instrumento derivado *credit default swap*. Esta operação possibilitou ao Millennium BCP uma utilização mais eficiente do capital afecto ao financiamento de empresas portuguesas de pequena e média dimensão e uma melhoria da qualidade do risco da carteira de crédito com impacto positivo no *ratio* de solvabilidade.

Créditos sobre clientes

(Em milhões de euros)

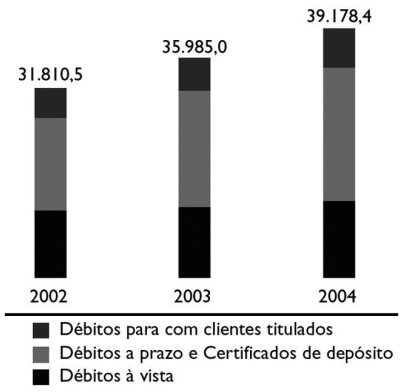
	2004	2003	2002
Particulares:			
Crédito hipotecário	16 429,8	13 443,4	11 240,6
Crédito ao consumo	3 669,1	3 764,9	3 694,8
	20 098,9	17 208,3	14 935,4
Empresas:			
Serviços	9 444,1	8 694,9	8 813,1
Comércio	4 521,1	4 805,0	4 905,2
Construção	5 450,9	5 299,7	4 229,5
Outras actividades internacionais	3 635,0	4 702,2	4 244,1
Outros	8 099,1	9 155,2	8 747,0
	31 150,2	32 657,0	30 938,9
	51 249,1	49 865,3	45 874,3
Provisão específica	(456,4)	(688,8)	(423,6)
Total	50 792,7	49 176,5	45 450,7

A secção Gestão de Risco de Crédito e Contraparte, incluída no capítulo dedicado à análise da Gestão de Riscos deste relatório e contas, analisa a evolução da qualidade da carteira de crédito e da cobertura do crédito vencido por provisões.

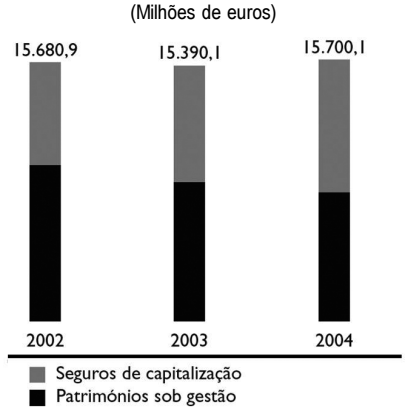
Recursos de clientes:

Os recursos totais de clientes situaram-se em 54 878,5 milhões de euros no final de 2004, comparando com 51 375,1 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003. O reforço da notoriedade do Banco associado à unificação da marca ocorrida no final do exercício anterior, a par da gestão criteriosa e disciplina do *pricing*, reflectiram-se no desempenho favorável dos recursos captados de clientes tanto em Portugal como através das operações no estrangeiro, com destaque para os recursos a prazo que registaram um crescimento de 12,0%. Importa, igualmente, destacar a evolução dos débitos para com clientes titulados, que aumentaram de 5353,4 milhões de euros no final de 2003 para 5562,8 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004.

Recursos de clientes de balanço



Recursos de clientes fora do balanço



A competitividade da oferta do Millennium BCP em matéria de instrumentos alternativos aos depósitos bancários tradicionais, reflectiu-se no desempenho da componente fora do balanço — patrimónios sob gestão e seguros de capitalização — cujos níveis de colocação se mantiveram em patamares relativamente elevados, num contexto que se revelou pouco favorável à propensão à poupança e ao investimento por parte das famílias e dos agentes económicos. O saldo de patrimónios sob gestão decresceu 6,1%, evoluindo de 8287,9 milhões de euros no final de 2003 para 7779,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004. Não obstante o contexto competitivo menos favorável, os montantes aplicados em seguros de capitalização registaram um acréscimo de 11,5%, de 7102,2 milhões de euros no final de 2003 para 7920,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004.

Recursos totais de clientes

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Rec. de clientes do balanço:			
Débitos à vista	13 496,5	12 668,8	12 308,3
Débitos a prazo e certificados de depósito	20 119,1	17 962,8	14 789,5
Débitos para com clientes titulados	5 562,8	5 353,4	4 712,7
	39 178,4	35 985,0	31 810,5
Rec. de clientes fora do balanço:			
Patrimónios sob gestão	7 779,2	8 287,9	9 229,6
Seguros de capitalização	7 920,9	7 102,2	6 451,3
	15 700,1	15 390,1	15 680,9
Total	54 878,5	51 375,1	47 491,4

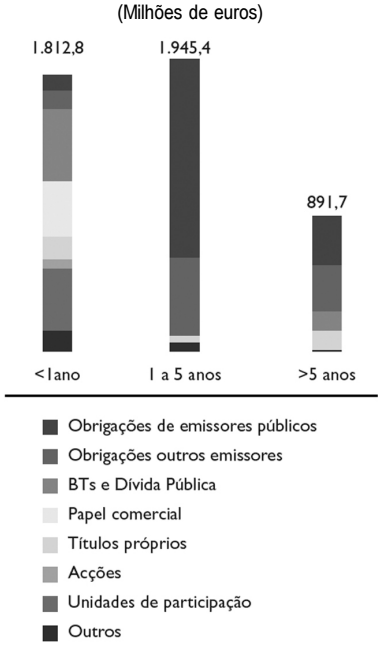
Aplicações e recursos de instituições de crédito:

O crescimento do crédito sobre clientes a ritmo inferior ao registado em anos anteriores e a desaceleração dos níveis de desintermediação do passivo, traduzido no aumento dos recursos de clientes à vista e a prazo e no abrandamento da canalização de poupanças dos particulares para aplicações alternativas fora do balanço, determinaram a diminuição das necessidades líquidas de financiamento interbancário da actividade do Millennium BCP (débitos para com instituições de crédito deduzidos das disponibilidades à vista sobre instituições de crédito e outros créditos sobre instituições de crédito), que diminuíram de 6957,5 milhões de euros no final de 2003 para 4263,0 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004.

Carteira de títulos:

Tendo em vista a obtenção de níveis de rendibilidade ajustados aos graus de risco implícitos e aos prazos das aplicações efectuadas, a gestão da carteira de títulos do Millennium BCP foi conduzida, ponderadas as necessidades de liquidez inerentes ao desenvolvimento da actividade comercial, de modo a tirar partido das oportunidades de mercado e da evolução prevista das taxas de juro nos mercados monetários e de capitais.

Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2004



A carteira de títulos consolidada do Millennium BCP totalizava 4649,9 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, correspondentes a 6,5% do activo consolidado, que compara com um saldo de 4186,6 milhões de euros no final de 2003 (6,2% do activo total). A remuneração média da carteira de títulos era de 4,70% no final de 2004, revelando-se decisivo para este desempenho o impacto das taxas relativamente elevadas proporcionadas por algumas categorias de títulos, em especial as obrigações e outros títulos de dívida de emissores públicos estrangeiros. No final de 2004, a carteira de títulos apresentava um perfil com predominância de maturidades de curto e médio prazo, com os títulos com maturidade até 5 anos a representarem 80,8% do total da carteira, sendo predominantemente constituída por títulos de rendimento fixo, que representavam 87,3% em 31 de Dezembro de 2004.

Carteira de títulos em 31 de Dezembro de 2004

(Em milhões de euros)

	Até um ano		De um a cinco anos		Mais de cinco anos		Total	
	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)
Títulos de rendimento fixo:								
Obrigações de emissores públicos:								
Nacionais	20,00	5,34	371,00	2,55	2,00	4,38	393,00	2,70
Estrangeiros	83,50	10,22	956,50	6,99	330,50	6,54	1 370,50	7,08
Obrigações de outros emissores:								
Nacionais	87,80	2,67	195,60	3,60	–	283,40	3,26	–
Estrangeiros	38,10	9,08	325,00	5,18	305,60	4,88	668,70	4,88
Bilhetes do Tesouro e outros títulos de dívida pública	484,20	6,49	38,30	3,66	132,60	10,69	655,10	7,18
Papel comercial	366,90	2,90	–	–	–	–	366,90	2,90
Títulos próprios	152,90	2,18	2,00	5,03	126,10	3,99	281,00	3,02
Outros títulos de rendimento fixo	19,30	2,41	21,50	3,72	–	–	40,80	3,10
	1 252,70	4,91	1 909,90	5,24	896,80	6,33	4 059,40	5,38

(Em milhões de euros)

	Até um ano		De um a cinco anos		Mais de cinco anos		Total	
	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)	Montante	Taxa (perc.)
Títulos de rendimento variável:								
Acções	57,70	–	–	–	–	–	57,70	–
Unidades de participação	416,90	–	–	–	–	–	416,90	–
Outros títulos de rendimento variável	115,50	–	37,30	–	7,00	–	159,80	–
	590,10	–	37,30	–	7,00	–	634,40	–
Mais/(menos)-valias não realizadas	0,80	–	–	–	–	–	0,80	–
Provisões para títulos de investimento	(30,80)	–	(1,80)	–	(12,10)	–	(44,70)	–
Total	1 812,80	3,39	1 945,40	5,14	891,70	6,36	4 649,90	4,70

Participações financeiras:

O saldo das participações financeiras relevado nas contas consolidadas ascendeu a 2.830,3 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, representando um acréscimo de 11,5% face aos 2538,6 milhões de euros registados no final do ano anterior. Na carteira de participações financeiras do Millennium BCP destacam-se as participações detidas no Grupo EDP, Friends Provident e Intesa, as quais representavam em conjunto 48% do total da carteira consolidada e evidenciavam menos-valias de 436,8 milhões de euros calculados com base nas cotações de final do ano de 2004.

Nos termos do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal, em vigor desde Junho de 2002, a constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão a constituir deverá corresponder no mínimo a 40% do valor que exceda os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios. O Aviso n.º 4/2002 estabelece um regime transitório para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, permitindo o registo contra reservas das provisões constituídas em 2002, 2003 e 2004.

No 2.º trimestre de 2004, o Millennium BCP e o Banco Sabadell acordaram, no âmbito do realinhamento da parceria estratégica, redefinir as linhas de orientação que presidiam à mesma e, simultaneamente, proceder à redução da participação do Millennium BCP no capital do Banco Sabadell de 7,08% para 3,0%, passando, deste modo, as duas Instituições a deter participações cruzadas de idêntica expressão percentual. A redução da participação do Millennium BCP envolveu a alienação de cerca de 12 milhões de acções do Banco Sabadell, tendo a transacção gerado um acréscimo patrimonial consolidado de 85 milhões de euros.

Menos-valias em participações financeiras (*a*)

(Em milhões de euros)

	Cotação média diária do 2.º semestre (aviso n.º 4/2002)		Cotação de fecho (31 de Dezembro de 2004)	
	Valor de mercado	Menos-valia	Valor de mercado	Menos-valia
Grupo EDP	431,4	362,1	430,7	362,9
Banca Intesa	397,4	73,8	440,9	30,2
Friends Provident	105,8	54,3	116,5	43,7
Total	934,6	490,2	988,1	436,8

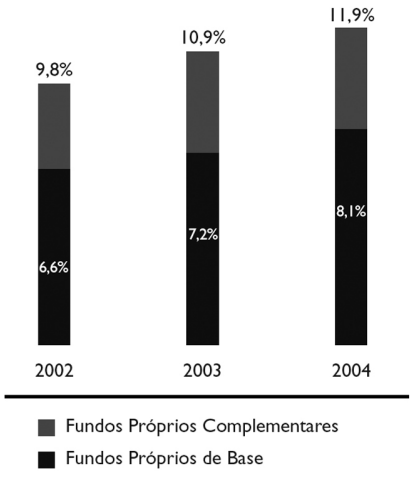
(*a*) Menos-valias líquidas de provisões.

No âmbito da parceria estratégica existente entre os Grupos BCP e EDP, o Millennium BCP subscreveu o aumento de capital reservado a accionistas no montante correspondente à participação de 5,05% do capital social da EDP — Energias de Portugal detida pelo Banco, a que correspondeu um investimento adicional de 61 milhões de euros realizado em 2004.

Solvabilidade:

O *ratio* de solvabilidade, calculado em base consolidada de acordo com os princípios do Banco de Portugal, situou-se em 11,9% no final de 2004, comparando favoravelmente com os 10,9% registados em 31 de Dezembro de 2003, situando-se a componente representada por fundos próprios de base *Tier I* capital em 8,1%. O reforço dos indicadores de solvabilidade consolidados reflectiu o efeito conjugado da capacidade de gerar resultados, da optimização da carteira de activos não estratégicos, do abrandamento do crescimento de requisitos de fundos próprios por via da menor ponderação dos elementos activos de acordo com o respectivo grau de risco, associada nomeadamente ao crescimento expressivo do crédito hipotecário, e da prossecução dos esforços de afectação eficiente do capital aos diferentes segmentos de negócio. Também contribuiu para a evolução positiva do *ratio* de solvabilidade o impacto da contabilização na situação líquida da alienação da totalidade das participações na Império Bonança e na Seguro Directo e de 51% das participações na Companhia de Seguros Ocidental, na Pensõesgere e na Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde Médis. Acresce ainda o efeito da venda da participação de 10% no capital social na companhia de seguros polaca PZU pelo Bank Millennium. Estes impactos positivos foram parcialmente contrariados pelo efeito desfavorável nos fundos próprios da afectação da provisão para riscos bancários gerais a provisões para riscos de crédito, no montante de 200 milhões de euros, e pelo impacto resultante do programa de redimensionamento do quadro de efectivos, que se consubstanciou na celebração de acordos de pré-reforma e reforma antecipada de 978 colaboradores.

***Ratio* de solvabilidade (BdP)**



No 1.º semestre de 2004 foi lançada uma emissão de acções preferenciais para o Millennium BCP com dividendo não cumulativo e sem direito a voto, no montante de 500 milhões de euros, através do BCP Finance Company (subsidiária do Banco Comercial Português, S. A.). Esta emissão destinou-se ao refinanciamento de outras duas emissões de acções preferenciais realizadas, em Junho de 1999, pelo BCP Finance Company e Mello Capital, Ltd. (subsidiária do ex-Banco Mello, entretanto fundido no Banco Comercial Português). Esta nova emissão de acções preferenciais integra os fundos próprios de base do Millennium BCP em base consolidada, tal como sucedia com as duas emissões reembolsadas, não tendo contudo qualquer impacto no capital social do Banco. Todavia, esta nova emissão permitiu ao Millennium BCP manter a sua estrutura de fundos próprios de base e reduzir o respectivo custo de financiamento, beneficiando de condições favoráveis do mercado.

Ratio de solvabilidade

(Em milhões de euros)

	2004	2003	2002
Activos ponderados:			
Caixa e bancos	1 018,8	641,4	505,0
Créditos sobre clientes	35 881,1	36 411,0	32 958,6
Títulos (acções e obrigações)	1 150,6	1 410,8	1 404,5
Participações financeiras	2 107,5	1 976,0	1 818,1
Outros activos	3 996,1	3 632,0	3 790,5
Total (1)	44 154,1	44 071,2	40 476,7
Elementos extrapatrimoniais ponderados:			
Garantias e avales	3 918,3	5 040,1	4 747,1
Outros	2 313,8	2 138,6	2 258,7
Total (2)	6 232,1	7 178,7	7 005,8
(Provisões para riscos gerais de crédito) (3)	(756,5)	(495,5)	(525,5)
Activos e elementos extrapatrimoniais ponderados (4) = (1 + 2 + 3)	49 629,7	50 754,4	46 957,0
Requisitos de fundos próprios:			
Activos e extrapatrimoniais ponderados x 8%	3 970,5	4 060,4	3 756
Carteira de negociação	24,4	19,2	17,9
Operações de titularização	222,0	171,1	174,2
Total (5)	4 216,9	4 250,7	3 948,7
Fundos próprios:			
Base	4 244,9	3 816,1	3 270,2
Dos quais: acções preferenciais	1 191,8	1 159,0	1 198,2
Complementares	2 735,3	2 569,9	2 354,1
(Interesses em instituições financeiras e excedentes dedutíveis)	(730,6)	(572,1)	(776,2)
Total (6)	6 249,6	5 813,9	4 848,1
Ratio de solvabilidade (Banco de Portugal) (*a*) (percentagem)	11,9	10,9	9,8
Ratio de solvabilidade (BdP) (percentagem):			
Tier One	8,1	7,2	6,6
Tier Two	3,8	3,7	3,2

(*a*) *ratio* de solvabilidade = fundos próprios/(requisitos de fundos próprios x 12,5).

Transição para as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS)

No âmbito do disposto no Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Comercial Português, S. A. (Grupo), devem cumprir com as Normas Internacionais de Reporte Financeiro (IFRS) para os exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2005.

Enquadramento:

As demonstrações financeiras do Grupo, com referência a 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal de acordo com o Plano de Contas para o Sector Bancário e estabelecido pelo Banco de Portugal (normas locais). Esta nota tem como objectivo principal apresentar uma análise sintética das diferenças entre as normas locais e as IFRS, que poderão ter impacto nas demonstrações financeiras consolidadas.

A presente informação não deve ser considerada como uma análise exaustiva de todas as diferenças entre as normas locais e as IFRS que poderão, potencialmente, gerar impactos nas demonstrações financeiras consolidadas. Consequentemente, esta nota não tem o objectivo de apresentar todas as diferenças ao nível da divulgação, classificação ou apresentação das transacções ou acontecimentos resultantes do processo de conversão.

Plano de conversão para as IFRS:

Durante o 2.º semestre de 2003, o Grupo iniciou o seu plano de conversão com vista à preparação das suas demonstrações financeiras de acordo com as IFRS a partir de 1 de Janeiro de 2005. O plano de conversão foi estruturado em quatro fases principais:

Análise preliminar e formação:

Nesta fase foi realizado um diagnóstico preliminar, com vista a determinar os principais impactos resultantes da aplicação das IFRS no Grupo.

Esta fase compreendeu, ainda, a realização de várias sessões deformação técnica sobre as IFRS, em Portugal e no estrangeiro, tendo envolvido diversos serviços internos do Banco e das várias subsidiárias do Grupo.

Avaliação contabilística e de divulgação:

Esta fase teve como objectivo a análise detalhada das diferenças de princípios contabilísticos entre as normas locais e as IFRS, e da informação necessária para o cumprimento das regras de divulgação, definidas pelas várias normas.

Dada a complexidade e abrangência de algumas matérias, foram constituídas várias equipas de trabalho especializadas e foram determinadas as necessidades do Grupo ao nível dos seus sistemas de informação.

Plano da conversão:

Esta fase consistiu na preparação de um plano detalhado de implementação no qual foram incluídas as necessidades de reporte de informação contabilística, com base nas políticas contabilísticas definidas no âmbito das IFRS, bem como a definição do plano de intervenção ao nível dos sistemas informáticos do Grupo.

Implementação e quantificação dos ajustamentos de transição:

Nesta fase de implementação foram testados os vários processos que sofreram alterações, incluindo a conversão de sistemas e os procedimentos de reporte de informação financeira ao nível das empresas do Grupo. Tendo em vista garantir a total convergência para os princípios definidos pelas IFRS, esta fase incluiu o teste aos processos e sistemas implementados no âmbito da conversão, bem como a quantificação dos ajustamentos de transição para as IFRS.

Análise sintética das diferenças entre as normas locais e as IFRS:

As principais diferenças actualmente identificadas entre as normas locais e as IFRS que poderão, potencialmente, gerar impactos significativos nas Demonstrações Financeiras consolidadas são apresentadas conforme segue:

a) Pensões de reforma e outros benefícios dos empregados:

No âmbito da convergência para as IFRS e de acordo com o definido na IFRS 1 o Grupo poderá adoptar as seguintes alternativas para registo dos ganhos e perdas actuariais passadas: (1) reconstituir os cálculos actuariais desde a data da constituição do seu Fundo de Pensões, de forma a poder recalcular para cada ano os ganhos e perdas actuariais incluindo custos de reformas antecipadas e saúde; ou (2) abater a capitais próprios os ganhos/perdas actuariais diferidos de acordo com as normas locais.

Também de acordo com o estabelecido na IFRS 1 (norma de transição), na data da transição, 1 de Janeiro de 2004, os pressupostos actuariais utilizados para o cálculo das responsabilidades com pensões de reforma de acordo com as IFRS deverão ser consistentes com os que foram aplicados na preparação das demonstrações financeiras preparadas de acordo com as normas locais no exercício imediatamente anterior à data de transição. Para efeitos de aplicação desta regra, o Grupo considerou o disposto na IAS 19, que estabelece que a taxa de desconto a aplicar pelas instituições no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma, deve ser determinada com referência às taxas de mercado de longo prazo, aplicáveis na data de balanço, com base no rendimento de *high quality corporate bonds*.

Nesta base, em 31 de Dezembro de 2003, nas suas contas preparadas de acordo com as Normas Locais, o Grupo decidiu reduzir a taxa de desconto utilizada no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma. Por outro lado, e face à tendência decrescente do *yield* das Obrigações *(bonds)* da zona Euro durante o ano de 2004, o Grupo procedeu a nova alteração dos pressupostos utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões, com referência a 31 de Dezembro de 2004, de forma a garantir o seu enquadramento nas tendências actuais do mercado onde se insere.

Relativamente aos restantes critérios definidos pelo aviso n.º 12/2001 do Banco de Portugal sobre responsabilidades com pensões, e comparativamente com a IAS 19, as principais diferenças apuradas resultarão do reconhecimento por contrapartida de reservas das responsabilidades com os benefícios de saúde concedidos aos colaboradores na idade da reforma, benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma e dos custos de reestruturação resultantes de reformas antecipadas. De acordo com as normas locais, os custos relativos a reformas antecipadas eram amortizados por um período de 10 anos e de acordo com a IAS 19 passarão a ser reconhecidos no ano em que as referidas reformas são negociadas com os colaboradores.

b) Opções associadas aos planos de remuneração com acções *stock options*:

A contabilização e reconhecimento das responsabilidades resultantes da atribuição aos colaboradores de opções associadas aos planos de remuneração com acções não está definida nas normas locais.

De acordo com o estabelecido na IFRS 2, os planos de remuneração cuja data de atribuição *grant date* é posterior a 7 de Novembro de 2002, devem ser considerados no âmbito dos ajustamentos de transição em 1 de Janeiro de 2004. A IFRS 2 prevê que o justo-valor das opções atribuídas, determinado na *grant date*, deve ser reconhecido em resultados do exercício por contrapartida de capitais próprios, durante o período do direito de subscrição *vesting period* tendo por base o seu valor de mercado calculado na data de atribuição.

c) Valorização dos investimentos:

De acordo com as normas locais, os títulos de investimento de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período.

Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos. De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas. As mais-valias potenciais não são reconhecidas.

Os títulos de investimentos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento do disposto no aviso n.º 3/95 de 30 de Junho.

As menos-valias potenciais no valor dos investimentos existentes em 31 de Dezembro de 2002 em companhias em que o Grupo detenha uma participação inferior a 20% do respectivo capital social são provisionadas de forma diferida por um período entre 5 e 10 anos, conforme definido no aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal.

De acordo com as IFRS, os títulos de investimento são valorizados ao seu justo-valor, sendo a diferença face ao custo de aquisição registada por contrapartida de reservas. Estes activos financeiros deverão ser sujeitos a testes de imparidade. Caso se verifique uma perda por imparidade esta é registada por contrapartida de resultados.

d) Imparidade da carteira de crédito:

Nas contas preparadas de acordo com as normas locais, a provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir risco específico de crédito. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente. A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 7/00, de 27 de Outubro, e n.º 8/03, de 30 de Janeiro.

Por outro lado, a provisão para riscos gerais de crédito constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

Segundo a IAS 39, a carteira é valorizada ao seu custo amortizado e sujeita a testes de imparidade (tanto para o crédito vincendo como para o crédito vencido), com base nos seguintes aspectos:

Um activo é considerado em situação de imparidade quando o seu valor recuperável é inferior ao valor contabilístico;

Para os activos não sujeitos a imparidade individual deve ser analisada a imparidade em ter mos colectivos *collective assessment*.

Para carteiras homogéneas (ex.: consumo e habitação) a análise pode ser efectuada de forma agregada para a carteira;

Valor recuperável estimado com base numa análise económica;

Valor actual dos *cash-flows* futuros «DCF» considerando o valor recuperável;

Estimativa do valor da imparidade ocorrida durante o exercício, mas ainda não reconhecida «IBNR», tendo por base probabilidades de perda «PDs» e a diferença temporal *confirmation period* entre o período de ocorrência da imparidade e o seu reconhecimento.

Face à política seguida pelo Grupo nas normas locais, a adopção da IAS 39 não introduz alterações substanciais à forma de avaliação do risco associado à carteira de crédito ou aos critérios de imparidade utilizados, excepto no que se refere à introdução do método do DCF no cálculo da imparidade.

e) Taxa efectiva:

No âmbito da conversão das demonstrações financeiras para as IFRS, a partir de 1 de Janeiro de 2005 o Grupo tem que passar a considerar o juro sobre os seus activos e passivos financeiros com base na aplicação da taxa efectiva. Nesta base e considerando o disposto na IAS 18 no que respeita aos critérios de elegibilidade de custos e proveitos para o cálculo da taxa efectiva, o Grupo considerará os referidos custos e proveitos elegíveis para a determinação do ajustamento de transição.

f) Desreconhecimento de activos e entidades de finalidade especial (SPEs):

De acordo com as normas locais, os activos, créditos e títulos cedidos pelo Grupo no âmbito das operações de titularização (securitização), são desreconhecidos. Os títulos adquiridos no âmbito destas

operações são contabilizados como títulos de investimento e provisionados de acordo com as regras definidas pelo aviso n.º 27/2000 do Banco de Portugal. Em conformidade com a IFRS 1, o critério de desreconhecimento seguido nas demonstrações financeiras individuais do Banco de acordo com as normas locais não sofrerá alterações para todas as operações realizadas até 1 de Janeiro de 2004.

Todas as operações efectuadas a partir desta data terão que ser analisadas no âmbito das regras de desreconhecimento de acordo com a IAS 39. Nesta base, se forem transferidos uma parte substancial dos riscos e benefícios associados aos activos ou se for transferido o controlo sobre os referidos activos, estes activos deverão ser desreconhecidos.

Adicionalmente, e mesmo para os activos que sejam elegíveis para desreconhecimento no âmbito da IAS 39, a consolidação dos veículos «SPEs» adquirentes dos activos, créditos e títulos cedidos pelo Grupo no âmbito das operações de titularização (securitização) foi analisada à luz da SIC 12, nomeadamente se em substância:

As actividades do SPE estão a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento do SPE;

O Grupo tem os poderes de tomada de decisão, para obter a maioria dos benefícios das actividades do SPE ou, ao estabelecer o mecanismo de *autopilot* o Grupo delegou estes poderes de tomada de decisão;

O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios do SPE e consequentemente estar exposto a riscos inerentes às actividades do SPE;

O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos ao SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

De acordo com a IAS 39, os títulos residuais resultantes das operações de titularização e detidos pelo Grupo, são registados ao seu valor de mercado. A diferença entre o valor contabilístico dos títulos residuais registado de acordo com as normas locais e o seu valor de mercado, será registada como um ajustamento de transição.

g) Acções próprias:

De acordo com as normas locais, as acções próprias detidas pelo Grupo são registadas no activo ao seu custo de aquisição, sendo as valias realizadas registadas por contrapartida de resultados.

De acordo com a IAS 32, as acções próprias são registadas como dedução aos capitais próprios, em rubrica específica criada para o efeito, bem como as valias realizadas, cujo registo deverá ser igualmente efectuado por contrapartida de capitais próprios. Considerando que o Grupo não detinha acções próprias, com referência a 31 de Dezembro de 2004, não existe lugar ao registo de qualquer ajustamento de transição.

Por outro lado, relativamente às carteiras de títulos detidas por SPEs de clientes que incluam acções e outros títulos emitidos pelo Grupo e que sejam por este financiados, as mesmas foram analisadas à luz da SIC 12, nomeadamente ao nível da titularidade *ownership* da maior parte dos benefícios e obrigações por parte do Grupo.

h) Impostos diferidos:

A IAS 12 define os critérios de reconhecimento de impostos diferidos activos, quando seja provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis). De acordo com as normas locais, o reconhecimento de impostos diferidos activos não é permitido.

i) Contabilização de operações de cobertura e derivados embutidos:

Actualmente, as normas locais não requerem o registo do valor de mercado dos derivados em balanço quando estes são classificados como de cobertura, enquanto que as IFRS exigem o registo de toda a carteira de derivados, incluindo os de cobertura, ao justo valor em balanço.

A adopção da IAS 39 terá um impacto significativo ao nível dos procedimentos e sistemas do Grupo BCP, resultante dos seguintes aspectos principais: (*i*) classificação das operações no âmbito de regras complexas aplicáveis a cada tipo de operações; (*ii*) complexidade no cumprimento dos critérios; (*iii*) maior exigência valorimétrica; e (*iv*) requisitos subjacentes à nova contabilidade de cobertura e derivados embutidos.

Tendo em consideração o exposto, o Grupo procedeu à identificação das operações de cobertura para efeitos das normas locais e simultaneamente procedeu à identificação dos modelos de cobertura a adoptar no âmbito da IAS 39. Assim, face à actual política de cobertura de riscos definida pelo Grupo e ao objectivo de minimização da volatilidade dos resultados do exercício, foram adoptados os seguintes modelos de cobertura:

1 — Modelo de cobertura de *fair value* para activos e passivos financeiros que geram rendimentos fixos e para os quais o Grupo pretende diminuir a sua exposição em relação às variações de *fair value*. A adopção deste modelo implicará que o instrumento de cobertura seja reavaliado e as suas variações de justo valor registadas em resultados do exercício, assim como as variações de justo valor associadas ao risco coberto são registadas por contrapartida de resultados do exercício;

2 — Modelo de cobertura de *net investment* para as situações em que o Grupo detém participações financeiras em moeda estrangeira e pretende reduzir a volatilidade em relação às diferenças cambiais daí resultantes. As variações cambiais do instrumento de cobertura serão registadas contra capitais próprios do Grupo BCP. A parte inefectiva da relação de cobertura será registada em resultados do exercício;

3 — Macro coberturas de risco de taxa de juro associado a conjuntos de activos e passivos financeiros. As variações do justo valor dos instrumentos de cobertura serão registadas em resultados do exercício. As variações de justo valor associadas ao risco de taxa de juro dos instrumentos financeiros cobertos serão registadas numa única linha no activo ou passivo por contrapartida de resultados do exercício.

Considerando o princípio de que uma cobertura é considerada efectiva se, desde a data da sua constituição até à sua maturidade, as alterações ao seu valor compensam alterações do instrumento financeiro coberto num intervalo compreendido entre 80% e 125% (teste a efectuar sempre que o Grupo preste contas, ou seja numa base trimestral) o Grupo sujeitou as operações actualmente existentes a testes de efectividade, sendo a eficácia da cobertura medida através de modelos estatísticos.

De referir também que o Grupo alterou os procedimentos de forma que toda a documentação das relações de cobertura esteja de acordo com as exigências da norma IAS 39, implicando que na data de início de cada relação de cobertura essa documentação esteja adequadamente preparada. Deverá ter-se em consideração também, que apenas serão considerados instrumentos de cobertura aqueles cujas contrapartes são externas ao Grupo BCP.

De acordo com as normas locais não existe a obrigatoriedade de separação dos derivados embutidos. Contudo, de acordo com a norma IAS 39 os derivados embutidos com riscos e características distintas do contrato principal têm sempre que ser analisados separadamente e as variações do justo valor desta componente reconhecidas em resultados do exercício.

A nova forma de apresentação e valorização dos derivados embutidos implicará um conhecimento profundo das operações e capacidade valorimétrica, de modo a permitir a separação entre o contrato principal e o derivado embutido. Nesta base, o Grupo BCP procedeu a significativas alterações de sistemas e operativas tendo identificado, separado e valorizado os derivados embutidos existentes na data de transição.

Gestão de riscos

A actividade do Millennium BCP encontra-se sujeita a riscos de diferente natureza, entre os quais contam-se os relacionados com o enquadramento macroeconómico e dos principais mercados em que actua, designadamente os mercados monetários, cambiais, obrigacionistas e bolsistas, em termos globais e à escala europeia, e particularmente em Portugal, induzidos pela evolução futura das taxas de juro e de câmbio e do preço dos instrumentos financeiros.

Os riscos decorrentes de uma evolução futura desfavorável da economia nacional, com eventuais repercussões na diminuição da procura de produtos e serviços financeiros e na menor qualidade dos activos, a par da evolução das taxas de poupança e de endividamento das empresas e das famílias portuguesas, pelos potenciais impactos tanto ao nível do grau de incerteza dos retornos esperados sobre os activos detidos e do seu provisionamento adequado, como da capacidade de assegurar a estrutura e as condições de financiamento mais adequadas às características dos negócios, poderão afectar a situação financeira e os resultados do Millennium BCP.

A intensificação da concorrência em várias áreas de negócio bancário e financeiro por parte de instituições nacionais e estrangeiras, o comportamento das margens de intermediação, a crescente afirmação de canais remotos e plataformas tecnológicas de *e-banking* na prestação de serviços financeiros e o eventual insucesso em manter elevados índices de fidelização da sua base de clientes são igualmente factores susceptíveis de afectar as condições de exploração.

Possíveis desenvolvimentos políticos que ocorram em Portugal ou noutros países, especialmente naqueles em que opera, e alterações do enquadramento regulamentar, designadamente em matéria de cobertura de riscos e de requisitos de capital, a eventualidade de o nível de responsabilidades do fundo de pensões vir a revelar-se insuficiente, em consequência da evolução dos mercados accionistas globais e de desvios face aos pressupostos assumidos, assim como os riscos de natureza operacional e tecnológica, relacionados tanto com factores internos como externos, presentes nas actividades desenvolvidas pelo

Millennium BCP, podem vir também a condicionar a sua situação financeira e resultados.

Objectivos da política de risco:

A permanente adequação dos níveis de capitais próprios ao âmbito da actividade desenvolvida, assim como a avaliação do perfil risco/retorno de cada linha de negócio, constituem os objectivos fundamentais da política de gestão de risco do Grupo.

Neste contexto, a implementação de uma metodologia integrada de cálculo de capital económico, compatível com as exigências de Basileia II, e que tenha em consideração as correlações existentes entre os diferentes tipos de riscos incorridos, constitui uma prioridade da actividade de gestão de riscos.

A complexidade deste processo atendendo, designadamente, aos diferentes tipos de risco envolvidos e à diversidade dos mercados de actuação, justificaram a alteração, no final do exercício de 2003, do modelo de organização interna que sustenta o processo de avaliação e gestão de riscos, com a criação da comissão de risco e do *risk office*.

Estas alterações contribuíram para acelerar a uniformização dos processos e metodologias de avaliação e gestão de riscos ao nível de todo o Grupo, constituindo um importante passo na prossecução dos objectivos anteriormente enunciados, sendo evidentes os desenvolvimentos já alcançados em 2004.

Organização interna:

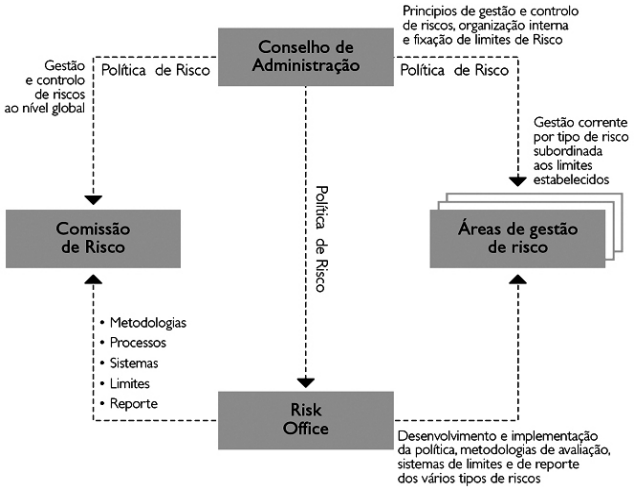
Compete ao conselho de administração do Banco Comercial Português definir os princípios gerais de gestão e controlo de riscos, aprovar a respectiva política de gestão e criar ao nível da organização uma estrutura com os recursos apropriados à identificação, avaliação e limitação dos mesmos em todas as suas vertentes — crédito, mercados, liquidez e operacional.

Com o objectivo de garantir a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação dos riscos de todas as unidades de negócio, incluindo as filiais e sucursais no exterior, a responsabilidade pela implementação das políticas de risco foi concentrada numa estrutura transversal e totalmente independente das áreas envolvidas nos processos de originação de riscos — o *risk office*.

Constituem atribuições do *risk office* desenvolver, propor, implementar e controlar a aplicação de um conjunto de metodologias e métricas de avaliação capazes de permitir a correcta avaliação dos riscos incorridos.

As metodologias atrás referidas encontram-se documentadas através de normas e regulamentos internos sendo o cálculo dos valores de risco suportados por um conjunto de sistemas informáticos que, conjuntamente, permitem obter uma visão integrada dos riscos incorridos quer ao nível individual de cada unidade de negócio, quer ao nível consolidado.

O *risk office* é, ainda, responsável por apoiar o funcionamento da comissão de risco e dos comités que lhe estão subordinados para a gestão dos diferentes tipos de risco incorridos pelo Grupo Banco Comercial Português:



A comissão de risco, liderada pelo presidente do conselho de administração, integra os restantes membros do conselho de administração, o *risk officer* e os primeiros responsáveis das direcções directamente envolvidas nos processos de gestão de risco, sendo o órgão responsável por acompanhar os níveis globais de risco.

Nesta qualidade, compete à comissão de risco zelar pela contínua melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, garantindo que os mesmos se encontram permanentemente adequados à natureza da actividade do Grupo e em linha, quer com os objectivos estratégicos definidos, quer com as melhores práticas do mercado nesta área.

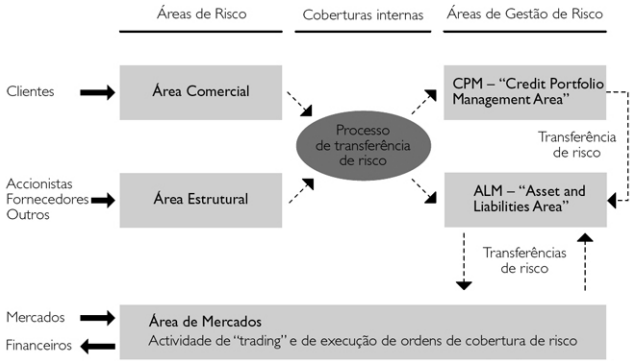
A gestão dos diferentes tipos de risco (crédito, mercado, liquidez e operacional), numa base especializada, é delegada nos respectivos comités de gestão, que se encontram subordinados na sua actuação às orientações da comissão de risco. Todos os comités são presididos por um membro do conselho de administração e integram o *risk officer* e os responsáveis das áreas mais directamente envolvidas no acompanhamento de cada um dos tipos de risco.

As entidades incluídas no perímetro de consolidação do Banco Comercial Português regem a sua actuação em observância aos princípios e decisões tomadas ao nível da comissão de risco e dos comités que lhe estão subordinados, dotando as suas estruturas internas dos recursos que, em função dos riscos incorridos na sua actividade, se mostrem necessários para apoiar o *risk office* na sua missão.

Sempre que for considerado adequado poderão ser constituídos, ao nível de cada entidade, comités locais de acompanhamento de risco.

Modelo de avaliação e gestão de riscos:

O modelo de avaliação e acompanhamento de risco do Millennium BCP pressupõe a divisão da actividade em cinco áreas que assumem funções distintas no processo de gestão de riscos — comercial, estrutural, mercados, *asset and liability management* (ALM) and *credit portfolio management* (CPM):



As áreas comercial, de mercados e estrutural englobam o conjunto de operações realizadas com entidades externas ao Grupo, incluindo-se neste âmbito os contratos efectuados com clientes (comercial), as operações resultantes da actuação nos mercados financeiros (mercados) e as operações de carácter estrutural (estrutural), como, por exemplo, as emissões de capital e de dívida subordinada e as aquisições de participações financeiras.

As áreas de *credit portfolio management* (CPM) e de *asset and liability management* (ALM) assumem o papel de áreas de gestão macro dos riscos de crédito e de mercados, respectivamente, sendo as posições de risco destas duas áreas originadas por operações internas de transferência de riscos das três áreas anteriormente mencionadas (comercial, estrutural e de mercados).

Por princípio, as áreas comercial e estrutural não gerem riscos, pelo que os riscos originados no âmbito da respectiva actividade são integralmente transferidos, através de operações internas, concretizadas a preços de mercado, para as áreas de gestão de risco (CPM e ALM). As posições transferidas para as áreas de gestão de riscos são, a partir desse momento, incluídas nas suas carteiras próprias, sendo, consequentemente, elegíveis para efeitos de avaliação e controlo dos respectivos limites de risco.

As áreas de mercados actuam, simultaneamente, como áreas de *trading* (carteira própria) e de execução das decisões tomadas ao nível da comissão de risco e, ou, dos comités de gestão de Risco tendo, neste último caso, a responsabilidade de contratar operações com o mercado com o objectivo de ajustar os níveis globais de risco às orientações aí aprovadas.

Nestas condições, os riscos de crédito e de mercado do Banco concentram-se em três áreas:

Mercados — inclui as posições de risco de mercado (taxa de juro, cambial e de liquidez) resultantes da actividade de *trading* e de gestão de liquidez;

ALM — engloba as posições de risco de mercados resultantes das transferências internas de riscos originados nas áreas comerciais e estrutural, líquidas das decisões de cobertura e das posições de risco assumidas ao nível do Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO);

CPM — abrange as posições de risco de crédito originadas nas restantes áreas — comercial, estrutural e de mercados, líquidas das respectivas decisões de cobertura.

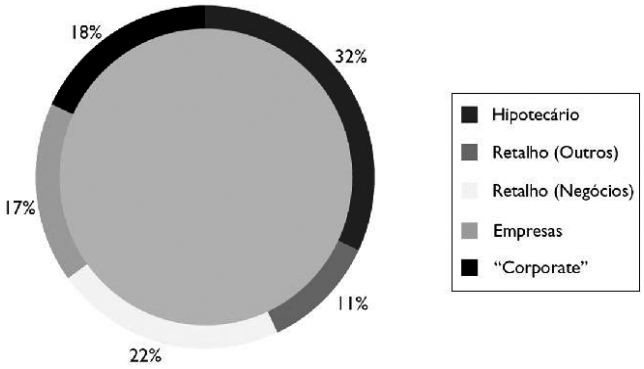
Gestão de risco de crédito e contraparte

O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza dos retornos esperados, por incapacidade quer do tomador de um empréstimo (e seu garante se existir), quer do emissor de um título ou da contraparte de um contrato em cumprir com as suas obrigações.

Composição da carteira de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2004, a carteira de crédito da actividade doméstica apresentava a estrutura ilustrada no gráfico, de acordo com as classes de crédito de Basileia II.

Composição da carteira de crédito (classes de crédito — Basileia II)



Avaliação de risco de crédito:

A avaliação do risco de crédito no Millennium BCP baseia-se em modelos que, no caso de clientes do segmento Retalho, são essencialmente de índole comportamental e, no caso de clientes empresas, combinam informação económico-financeira com dados de natureza qualitativa, como a qualidade da gestão e organização da empresa, o posicionamento no mercado em que se insere e as perspectivas de evolução.

Atendendo à actual realidade empresarial, é dada especial atenção ao relacionamento inter-empresas, dispondo o Banco de informação actualizada sobre grupos económicos, sendo a avaliação de risco efectuada em base consolidada.

O grau de risco da generalidade dos clientes particulares e dos empresários em nome individual é avaliado pelo modelo (TRIAD), um sistema de apoio às decisões de crédito implementado em 2000, que efectua de forma automática uma pré-atribuição de limites de crédito e de graus de risco a cada cliente com base no respectivo historial financeiro.

Este sistema possibilita, simultaneamente, um elevado nível de serviço, traduzido em aprovações de créditos simples e rápidas, e um acompanhamento rigoroso da qualidade da carteira de crédito, permitindo também uma maior eficácia dos esforços de *marketing*, através do desenvolvimento de campanhas especificamente direccionadas a clientes com um determinado perfil de risco.

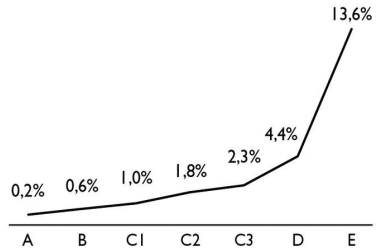
Os clientes são, deste modo, submetidos a processos internos de *rating*, estando a decisão creditícia a cargo de comissões cuja constituição e competências estão perfeitamente definidas por regulamentos específicos.

De acordo com o sistema de *rating* interno, a cada cliente é atribuído um determinado grau de risco, segundo a seguinte escala:

Grau de risco	Significado	Aplicação
A	Risco de crédito desprezível	Clientes com excelente solidez financeira, que dificilmente entrarão em incumprimento.
B	Risco de crédito baixo	Clientes com solidez financ. muito acima da média e com muito boa capac. de cumprimento.
C 1	Risco de crédito médio baixo	Clientes com solidez financeira acima da média e com boa capacidade de cumprimento.
C 2	Risco de crédito médio	A solidez financeira situa-se na média e a capacidade de cumprimento é satisfatória.
C 3	Risco de crédito aceitável, ainda que superior ao risco médio	Capacidade de cumprimento ainda aceitável. Alguma vulnerabilidade a situações de mercado adversas ou a uma conjuntura económica menos favorável.
D	Risco de crédito elevado	Clientes com considerável probabilidade de incumprimento.
E	Risco de crédito excessivo	Clientes com uma situação económico-financeira frágil e que apresentam alta probabilidade de incumprimento.

As probabilidades de incumprimento determinadas segundo os critérios de Basileia II mostram o bom poder discriminante dos sistemas de *rating* utilizados internamente.

Probabilidade de incumprimento (PD) por grau de risco



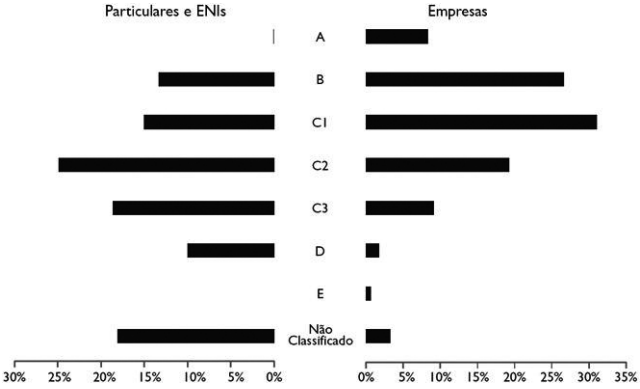
Para além dos modelos de *rating*, existe um sistema de controlo preventivo, com o objectivo de assegurar a detecção precoce de situações de incumprimento. Esse sistema assenta num conjunto de sinais de alerta, conduzindo, em função da respectiva frequência, gravidade e correlação, à atribuição de classificações de risco e à definição de planos de acção mandatórios, com vista a minimizar as situações de incumprimento. Todos estes instrumentos são revistos periodicamente, de modo a que a sua capacidade preditiva seja assegurada.

Sempre que possível, recorre-se a instrumentos de mitigação — colaterais e garantias — que forneçam adequada protecção contra os riscos inerentes à concessão de crédito. O Grupo tem procedido à adequação desses instrumentos às exigências de Basileia II, estabelecendo-se, em função do risco da contraparte e do nível de protecção fornecido pelo colateral, o grau de risco da operação e repercutindo-se no *pricing* o custo associado à respectiva expectativa de perda.

Regularmente procede-se à análise da qualidade da carteira de crédito do Banco, segundo diversas ópticas, das quais se destacam a evolução dos perfis de risco das várias redes comerciais e a concentração de responsabilidades, quer por sector de actividade, quer por cliente, neste caso ao nível dos grupos económicos.

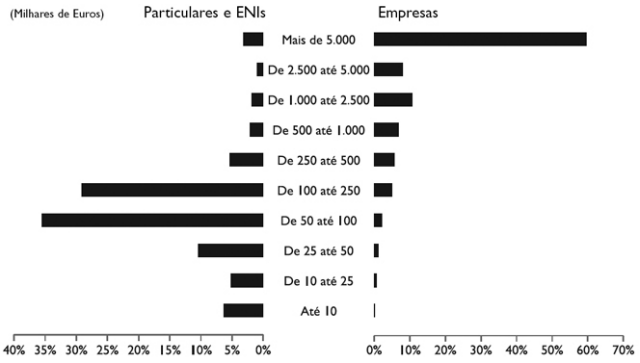
A repartição do saldo de crédito concedido relacionado com a actividade em Portugal por grau de risco, de acordo com os sistemas de *rating* anteriormente descritos, evidencia uma carteira de baixo risco, tanto para os clientes do segmento retalho como para as empresas. Em 31 de Dezembro de 2004, 66% do crédito assumia características de bom risco (grau de risco de, pelo menos, C 1) sendo de salientar ainda a presença insignificante de créditos com grau de risco D e E.

Repartição do crédito por grau de risco (actividade em Portugal)



Em relação à repartição do crédito por montante, relativo à actividade desenvolvida em Portugal, é notória uma maior concentração (35%) no escalão dos créditos superiores a 5 milhões de euros, determinado pelo elevado peso que os créditos deste tipo representam no total de crédito concedido a empresas (60%), e nos escalões dos créditos de 50 milhares de euros até 250 milhares de euros, reflectindo a elevada concentração dos créditos concedidos a particulares e a empresários em nome individual, onde se inclui a maior parte dos créditos hipotecários. No final de 2004, do total de créditos concedidos a particulares e a empresários em nome individual em Portugal 65% diziam respeito a operações de montantes situados entre 50 milhares de euros e 250 milhares de euros.

Repartição do crédito por montante (actividade em Portugal)



Qualidade da carteira de crédito:

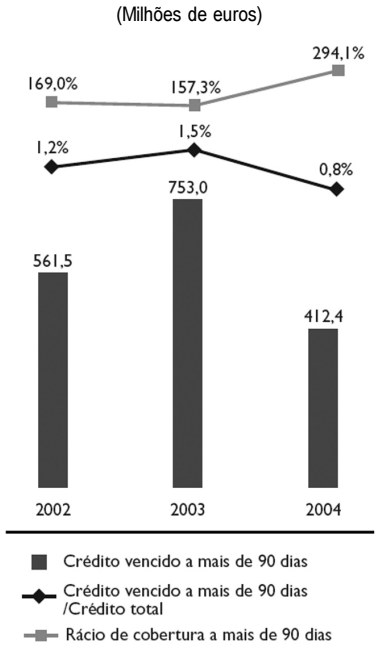
O Millennium BCP prosseguiu em 2004 uma abordagem muito criteriosa na concessão de crédito, no quadro de uma postura de grande rigor no seu acompanhamento, suportada por adequados mecanismos de análise e gestão dos riscos e pela disponibilização sistemática de informação de gestão, tendo em vista limitar a ocorrência de situações de incumprimento. Paralelamente, foi prosseguida uma política de provisionamento orientada para a obtenção de níveis confortáveis de cobertura de risco de crédito.

O crédito vencido totalizou 462,2 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, que compara com 919,5 milhões de euros na mesma data de 2003. O seu peso, em percentagem do total da carteira de crédito, situou-se em 0,90% no final de 2004 (1,84% no final do ano anterior), enquanto que a proporção do crédito vencido há mais de 90 dias no total da carteira de crédito situou-se em 0,80% (1,51% em 31 de Dezembro de 2003).

Os indicadores da qualidade da carteira de crédito confirmaram a tendência de melhoria, evidenciada ao longo de todo o exercício de 2004, com o crédito com incumprimento, calculado de acordo com a carta circular 99/03, de 5 de Novembro, do Banco de Portugal, a atingir 1,2% da carteira de crédito em 31 de Dezembro de 2004 (2,0% em 31 de Dezembro de 2003). A cobertura por provisões do crédito com incumprimento foi reforçada de 119,1% em 31 de Dezembro de 2003 para 201,2% em 31 de Dezembro de 2004, beneficiando da afectação da provisão para riscos bancários gerais para riscos gerais de crédito, constituída em 2002, no montante de 200 milhões de euros, antecipando a aplicação das normas internacionais de reporte financeiro (IFRS), a implementar já em Janeiro de 2005. O crédito vencido a mais de 90 dias apresentou uma redução expressiva ao evoluir de 753 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2003 para 412,4 milhões de euros em 31 de Dezembro 2004, com a respectiva cobertura por provisões a atingir 294,1% na mesma data (157,3% no final de 2003).

O crédito a particulares apresentou um grau de cobertura de 294,2%, com um *ratio* de crédito vencido sobre o crédito total de 0,8%, tendo o crédito a empresas evidenciado um grau de cobertura de 245,2% e um *ratio* de crédito vencido sobre o crédito total de 1,0%.

Qualidade do crédito



Crédito vencido e provisões em 31 de Dezembro de 2004

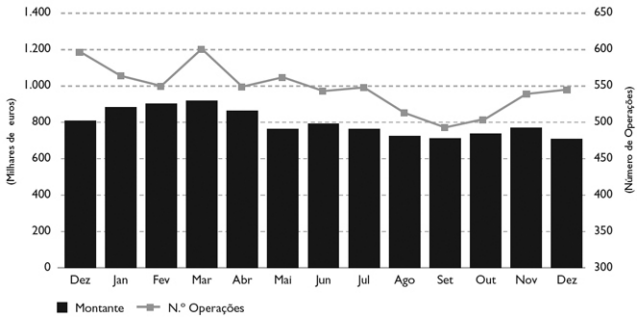
(Em milhões de euros)

	Crédito vencido	Provisões riscos de crédito	Crédito vencido/ crédito total (percent.)	Grau de cobertura (percent.)
Particulares:				
Crédito hipotecário	67,1	297,4	0,4	443,5
Crédito ao consumo	95,3	180,2	2,6	189,1
	162,4	477,6	0,8	294,2
Empresas:				
Serviços	39,2	176,8	0,4	450,7
Comércio	68,0	125,3	1,5	184,4
Construção	68,9	143,3	1,3	207,9
Outras actividades internacionais	13,1	63,0	0,4	480,9
Outros	110,6	226,8	1,4	205,0
	299,8	735,2	1,0	245,2
Total	462,2	1 212,8	0,9	262,4

Carteira de crédito internacional:

A concessão de crédito internacional está subordinada a regras pré-estabelecidas, constantes do Regulamento de Crédito Internacional, e depende da apreciação em comités organizados segundo quatro níveis de decisão e responsabilidade. A política de crédito é assumidamente conservadora, sendo fundamentalmente enquadrada por dois documentos: *Limites País* e *Limites Banco*. A atribuição de limites, tanto de países como de bancos, é efectuada com base na avaliação de um conjunto de indicadores de natureza quantitativa e qualitativa, nomeadamente as notações de *rating* atribuídas pelas principais agências. O controlo de exposição a países e contrapartes, bem como de observância dos limites de exposição é realizado com base em informação que é fornecida sistematicamente pelas entidades que realizam operações de crédito internacional, designadamente as sucursais do Millennium BCP no exterior, entre outras, e controlada por órgãos centrais.

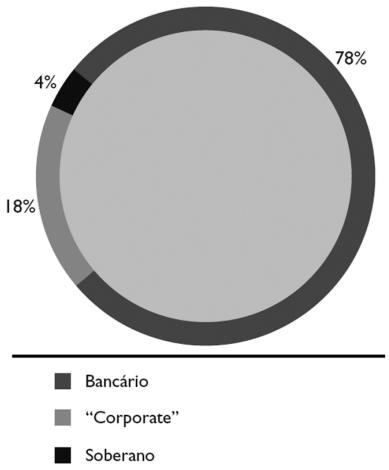
Carteira de crédito internacional
(Evolução Dezembro 2003 — Dezembro 2004)



A carteira de crédito internacional (risco soberano, bancário e *corporate* de risco de transferência, apresentava um montante de 707,5 milhões de euros em 31 de Dezembro de 2004, o que traduz um decréscimo de 12,5% relativamente ao valor reportado a 31 de Dezembro de 2003 (808,5 milhões de euros). A estrutura desta carteira por tipo de riscos, por distribuição geográfica, ou ainda por prazos de vencimento, reflecte uma política de concessão de crédito conservadora e prudente.

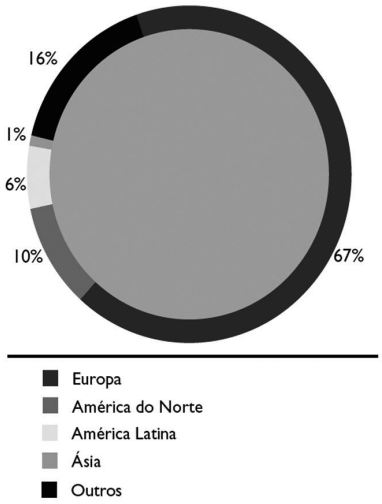
Carteira de crédito internacional

(Tipos de risco)



Carteira de crédito internacional

(Distribuição geográfica)



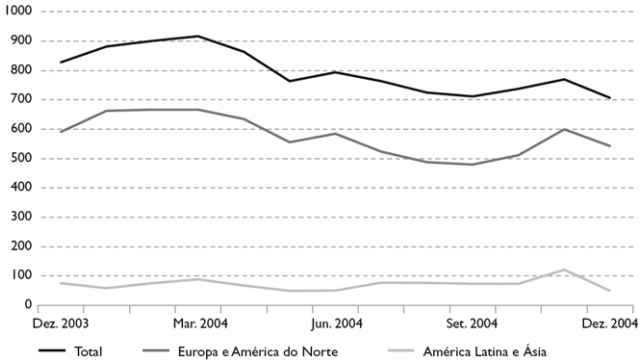
No que se refere aos tipos de risco, é notória a posição dominante de operações cuja contraparte são Bancos num total de 546 milhões de euros, que representam 78% do total da carteira, em 31 de Dezembro de 2004. Em conjunto, os riscos bancário e soberano representam a larga maioria do total da carteira de crédito internacional (82%).

No que respeita à distribuição geográfica, em 31 de Dezembro de 2004, o risco país concentrava-se em países da Europa Ocidental e América do Norte, os quais representavam, em conjunto, 77% do total da carteira internacional (72% no final do ano anterior), no montante de 542,6 milhões de euros.

O volume da carteira de crédito internacional diminuiu ao longo do ano, sobretudo devido à evolução do crédito concedido na América do Norte e na Europa, que mantém um peso significativo no total da carteira de crédito internacional.

Carteira de crédito internacional

(Evolução Dezembro 2003 — Dezembro 2004)



A carteira de crédito em países da América Latina e da Ásia totalizava, no final de Dezembro de 2004, o montante de 49,9 milhões de euros (7% do total da carteira). As operações de crédito com vencimento até três anos efectuadas nestas zonas geográficas totalizaram 31,8 milhões de euros, representando 64% do total, cifrando-se os créditos a mais de três anos em 18,1 milhões de euros.

Carteira de créditos na América Latina e Ásia por prazos de vencimento

(Em milhões de euros)

	Até seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de três anos	Total
América Latina	11,8	5,6	11,6	12,6	41,6
Ásia	0,4	0,4	2,0	5,5	8,3
Total	12,2	6,0	13,6	18,1	49,9

Gestão de risco de mercado

O risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem, considerando quer as correlações existentes entre eles quer as respectivas volatilidades.

Medidas de avaliação de riscos de mercado:

O Grupo utiliza o conceito de capital em risco VaR — *Value at Risk* como principal medida de controlo da exposição a riscos de mercado.

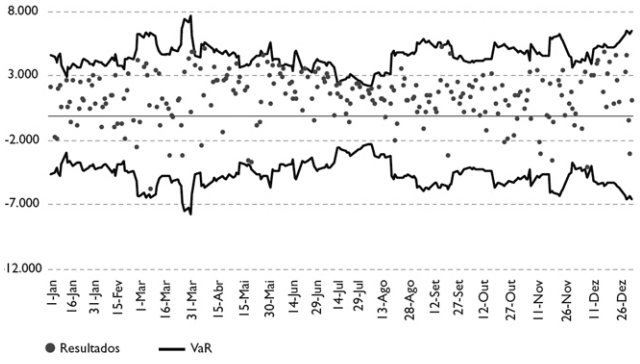
O cálculo do VaR é efectuado com base na aproximação analítica definida na metodologia desenvolvida pela Risk Metrics, sendo calculado considerando um horizonte temporal de 10 dias úteis e um intervalo de confiança estatístico *one tail* de 99%. No cálculo das volatilidades associadas a cada vector de risco o modelo assume uma ponderação maior para as condições de mercado verificadas nos dias mais recentes, de modo a assegurar que o VaR reflecte correctamente as condições de mercado vigentes em cada momento.

O cálculo de capital em risco é efectuado considerando a repartição das posições existentes por área geográfica, moeda e natureza dos riscos (taxa de juro, cambial e de acções), sendo calculado quer numa base individual para cada um dos centros de responsabilidade com intervenção no processo de tomada de riscos de mercado, quer numa base consolidada considerando o efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

A avaliação da adequação do modelo de VaR à natureza dos riscos envolvidos nas carteiras avaliadas é efectuada com base num processo de *backtesting*, realizado numa base diária, através do qual os indicadores de VaR são comparados com os resultados efectivamente verificados. Os resultados deste processo situam-se dentro dos limites de significância do modelo.

VaR — *BackTest*/áreas de mercados

(Milhares de euros)



Em complemento da metodologia de VaR, são utilizados outros indicadores de risco para acompanhar e limitar a tomada de posições em instrumentos em que os riscos de mercado não possam ser correctamente avaliados pela metodologia de VaR adoptada (aproximação paramétrica), como por exemplo a exposição a risco de opcionalidade. A carteira de posições em aberto neste tipo de instrumentos assume uma dimensão residual no conjunto de posições de risco do Banco, pelo que a aproximação seguida no cálculo de VaR se considera adequada ao perfil dos riscos incorridos.

O processo de cálculo do VaR é efectuado centralmente para as principais participadas do Grupo com actividade nas áreas de mercado (Millennium BCP, BCP Investimento, Bank Millennium, NovaBank e BankEuropa) e é suportado por um *software* desenvolvido com base numa tecnologia *web*, permitindo às respectivas áreas de *trading* o acesso *on-line* aos valores de risco da respectiva carteira.

Evolução dos indicadores de VAR:

O VaR é utilizado como medida de avaliação, quer dos riscos incorridos pelas áreas de mercados (carteira de *trading*, quer dos riscos abrangidos pela carteira de ALM, que engloba quer as posições decididas no âmbito do Comité de Gestão de Activos e Passivos — ALCO, quer as posições de cobertura interna dos riscos associados a operações originadas no âmbito da área estrutural, conforme anteriormente definido.

VaR — Áreas de mercados (actividade de *trading*)

(Em milhões de euros)

VaR (*a*)	Final de 2004	Estatísticas 2004			Final de 2003 (*c*)
		Média	Máx.	Mín.	
Valores agregados (*b*)	6,50	4,60	7,70	2,20	3,90
Risco de taxa de juro	6,60	4,60	7,70	2,20	3,80
Risco cambial	0,20	0,20	0,80	0,05	0,50
Risco de acções	0,10	0,20	1,00	0,07	0,10
Efeito diversificação (–)	0,40	0,40	1,80	0,07	0,60

(*a*) Período de detenção das posições de 10 dias úteis e nível de confiança estatístico de 99%.

(*b*) Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias de Lisboa (inclui posições de Nova Iorque e Macau), Polónia (BankMillennium), Grécia (NovaBank) e Turquia (BankEuropa).

(*c*) Os dados de 2003 não incluem as posições do BankMillennium.

Os indicadores de VaR acima referidos reflectem globalmente um baixo nível de exposição a riscos de mercado, 4,6 milhões de euros em termos médios, em consequência quer da postura conservadora assumida pelas áreas de *trading*, quer do efeito de diversificação existente entre as diferentes carteiras.

A análise por tipo de risco demonstra, por sua vez, que as posições são maioritariamente assumidas em instrumentos de taxa de juro, assumindo o risco cambial e sobretudo o de acções, valores inexpressivos.

VaR — Área de ALM

(Em milhões de euros)

VaR (*a*)	Final de 2004	Estatísticas 2004			Final de 2003 (*c*)
		Média	Máx.	Mín.	
Valores agregados (*b*)	43,90	23,20	43,90	7,00	7,50
Risco de taxa de juro	43,90	23,20	43,90	7,00	7,50
Risco cambial	–	–	–	–	–
Risco de acções	–	–	–	–	–
Efeito diversificação (–)	–	–	–	–	–

(*a*) Período de detenção das posições de 10 dias úteis e nível de confiança estatístico de 99%.

(*b*) Valores consolidados das posições assumidas pelas Tesourarias de Lisboa (inclui posições de Nova Iorque e Macau), Polónia (BankMillennium), Grécia (NovaBank) e Turquia (BankEuropa).

(*c*) Os dados de 2003 não incluem as posições do BankMillennium.

O VaR da carteira de ALM regista valores superiores aos verificados em anos anteriores, mas claramente abaixo dos limites de risco estabelecidos para esta área.

Para os níveis de risco apresentados contribuem significativamente as posições de risco originadas pela inclusão nesta carteira de *deals* internos que reflectem o risco de taxa de juro associado a um conjunto de passivos emitidos a taxa fixa, sem que os respectivos riscos se encontrem cobertos por operações com o mercado. A inclusão destas posições nesta carteira visa a manutenção do princípio anteriormente enunciado de concentração de riscos nas áreas de *trading* e ou, de ALM, em conformidade com o modelo de gestão de risco implementado no Grupo.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro:

A avaliação do risco de taxa de juro decorrente das operações contratadas fora do âmbito da actuação nos mercados financeiros é apurada por via de um processo da análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro efectuado mensalmente para o conjunto de operações que integram o balanço consolidado do Grupo à data de análise.

O processo de análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro tem por base a informação com as características financeiras dos contratos à data de análise, disponível nos sistemas de informação. Estes dados são modelizados tendo em vista a geração dos *cash-flows* futuros esperados para cada um dos contratos, de acordo com as respectivas datas de *repricing*.

A agregação, para cada uma das moedas analisadas, da totalidade dos *cash-flows* esperados em cada um dos intervalos de tempo, permite determinar os respectivos *gaps* de taxa de juro por prazo de *repricing*.

A comparação entre o valor actual do *mismatch* de taxa de juro descontado às taxas de juro de mercado e o valor descontado dos

mesmos *cash-flows* simulando um deslocamento paralelo da curva de taxa de juro de mercado de + 100 b. p., traduz a alteração de valor patrimonial estimada em resultado de uma variação paralela das taxas de juro de mercado de 1%. Os impactos estimados, de acordo com a análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro assim calculada, reportados a 31 de Dezembro de 2004, seriam de + 177 milhões de euros e + 7 milhões de euros, para as moedas em que o Grupo detém posições mais significativas, respectivamente euros e dólares.

Mismatch de taxa de juro por prazo de *repricing* (euros)

(Áreas comercial e estrutural)

(Em milhões de euros)

Áreas de risco	Total	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a dois anos	De dois anos a três anos	De três anos a cinco anos	De cinco anos a sete anos	Mais de sete anos
Comercial	(6,3)	(22,4)	(12,1)	29,1	13,9	27,7	3,0	(6,6)	(38,9)
Estrutural	252,2	6,6	1,1	17,1	3,6	12,2	39,4	100,1	72,1
Operações de cobertura	(256,4)	56,4	16,4	(42,6)	(17,0)	(42,6)	(42,6)	(95,2)	(36,2)
Mismatch	(10,6)	(10,4)	5,4	2,4	0,5	(2,7)	(1,7)	1,7)	(3,0)

Com base nos resultados da análise de sensibilidade descrita são, mensalmente, realizadas operações com o mercado tendo em vista a anulação, em cada um dos prazos de *repricing*, das posições de risco associadas à carteira de operações pertencentes às áreas comercial e estrutural.

As posições de risco que não sejam objecto de cobertura com o mercado, são transferidas através de operações internas para as áreas de mercados (posições de risco em prazos inferiores a um ano) e para a área de ALM (posições de risco superiores a um ano) passando a partir desse momento a fazer parte integrante das respectivas carteiras que são objecto de uma avaliação diária com base na metodologia de VaR.

Gestão de risco de liquidez

O risco de liquidez reflecte a incapacidade de o Grupo cumprir com as suas obrigações no momento do respectivo vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de financiamento (risco de financiamento) e ou de venda dos seus activos por valores inferiores ao valores de mercado (risco de liquidez do mercado).

O crescimento da carteira de crédito registado nos últimos anos, particularmente no que respeita à componente de crédito à habitação, atingiu níveis consideravelmente superiores aos verificados na captação de recursos de clientes, com os consequentes impactos ao nível da posição de liquidez do Grupo.

Em consequência da tendência de evolução da actividade comercial atrás enunciada, parte dos activos do Grupo são hoje financiados por recurso a outras fontes de financiamento, destacando-se pela sua importância as operações de securitização de activos (créditos e títulos), as emissões de títulos ao abrigo do programa de *Euro Medium Term Notes* (EMTN) e as operações de financiamento de médio e longo prazos contratadas junto de instituições financeiras.

O recurso a novas fontes de financiamento, com prazos de maturidade mais longos, a par da alteração da estrutura de recursos de clientes, com o aumento do peso relativo dos produtos estruturados, também eles emitidos a prazos mais longos, permitiu manter o equilíbrio da posição de liquidez do Grupo, tanto em termos de diversidade de fontes de financiamento, como de adequação dos respectivos prazos de vencimento à natureza dos activos a financiar.

A gestão da liquidez do Grupo encontra-se centralizada em Lisboa, o que implica que, quer as necessidades de financiamento quer os eventuais excessos de fundos das participadas, sejam geridos através da realização de operações com o Banco, o que contribui para uma gestão mais eficiente das necessidades de financiamento do Grupo em base consolidada.

A política de financiamento das participadas encontra-se definida ao nível de um regulamento interno que estabelece um conjunto de regras a respeitar em termos de *gaps* máximos de liquidez por intervalo de tempo, com o objectivo de garantir que a estrutura de financiamento das mesmas se encontra, em base individual, adequada às características da respectiva carteira de activos.

Medidas de avaliação do risco de liquidez:

A avaliação do risco de liquidez do Grupo é efectuada através da utilização de indicadores regulamentares definidos pelas autoridades de supervisão, assim como de indicadores internos para os quais se encontram igualmente definidos limites de exposição.

A evolução da situação de liquidez do Grupo, para horizontes temporais de curto prazo (até três meses) é efectuada diariamente com base em dois indicadores definidos internamente, liquidez imediata e liquidez trimestral, que medem as necessidades máximas de tomada de fundos que podem ocorrer num só dia, considerando as projecções de *cash-flows* para períodos de três dias e três meses, respectivamente.

O cálculo destes indicadores é feito adicionando à posição de liquidez do dia de análise os *cash-flows* futuros estimados para cada um dos dias do horizonte temporal respectivo (três dias ou três meses) para o conjunto de operações intermediadas pelas áreas de mercados, incluindo-se neste âmbito as operações realizadas com clientes das redes *corporate* e *private banking* que, pela sua dimensão, são obrigatoriamente cotadas pela Sala de Mercados. Ao valor assim calculado é adicionado o montante de activos altamente líquidos existentes na carteira de títulos do Banco, determinando-se o *gap* de liquidez acumulado em cada um dos dias do período em análise. Estes valores são reportados diariamente às áreas responsáveis pela gestão da posição de liquidez do Grupo e confrontados com os limites de exposição definidos no manual de gestão de riscos de mercado e de liquidez.

Paralelamente a esta análise, é efectuado, numa base mensal, o apuramento da evolução da posição de liquidez do Grupo, identificando todos os factores que justificam as variações ocorridas, sendo esta análise submetida à apreciação do ALCO, visando a tomada de decisões que conduzam à manutenção do nível de financiamento em condições adequadas à prossecução da actividade do Grupo.

O cálculo do indicador de liquidez instituído pelo Banco de Portugal registava, em base consolidada e reportado a 31 de Dezembro de 2004, um valor de 103%, que compara com um valor de 108% reportado a 31 de Dezembro de 2003, reflectindo uma estabilidade na posição de liquidez do Grupo.

Gestão de risco operacional

O risco operacional deve ser entendido como a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

Metodologia de gestão do risco operacional:

A gestão do risco operacional é, pelas suas próprias características, descentralizada em toda a estrutura da instituição devendo os diferentes participantes cumprir com as principais actividades do processo de gestão: identificação, avaliação, controlo e mitigação.

O Millennium BCP tem adoptado um conjunto de princípios e melhores práticas que garantem uma gestão eficiente do risco operacional, nomeadamente através da definição e documentação desses princípios e a implementação dos respectivos mecanismos de controlo, incluindo: segregação de funções, linhas de responsabilidade e respectivas autorizações, atribuição de limites de exposição, códigos deontológicos e de conduta, indicadores chave, controlos ao nível informático, acessos físicos e lógicos, actividades de reconciliação e relatórios de excepção. As normas de funcionamento e características do sistema de controlo interno estão devidamente documentados e divulgados por forma a permitir o acesso a todos os colaboradores.

Sem prejuízo da referida responsabilização de toda a estrutura na gestão do risco operacional, foi criado um departamento, integrado na estrutura orgânica do *risk office*, dedicado em exclusividade à gestão

do risco operacional, com a missão de reforçar as capacidades do Grupo Banco Comercial Português, tendo em vista a adopção a prazo das metodologias mais avançadas propostas por Basileia II ao nível do Risco Operacional: AMA — *Advanced Measurement Approaches*.

No conjunto das iniciativas realizadas em 2004, importa destacar o lançamento de um exercício de *self risk assessment* visando a identificação dos riscos, dos controlos, e das formas de mitigação associadas aos vários processos em cada uma das diferentes áreas de actividade, designadas por macro processos: crédito, produtos de passivo, desenvolvimento de produtos e serviços, tesouraria, ALM e mercados e contabilidade. Esta actividade enquadra-se num projecto mais alargado visando o reforço do actual sistema de controlo interno, projecto este liderado pelo *risk office* e pela auditoria interna.

No âmbito da definição de planos de contingência, foi constituída uma equipa dedicada à construção de um Plano de Continuidade de Negócio (PCN), permitindo ao Millennium BCP fazer face a situações de crise de forma planificada e garantindo a retoma das actividades dentro de prazos definidos e considerados aceitáveis.

Basileia II

Desde a primeira participação num *quantitative impact study* em 2001, o Grupo BCP tem vindo a desenvolver um conjunto de iniciativas internas tendentes à implementação das propostas de Basileia II, cuja versão final foi apresentada em Junho de 2004. Entre as actividades a decorrer destacam-se o progressivo alargamento de metodologias de classificação de clientes a todos os segmentos de negócio e o respectivo alinhamento com os requisitos do acordo, a introdução de melhorias significativas na gestão de garantias e colaterais de forma a potenciar uma maior eficácia na mitigação do risco e o lançamento de um *self risk assessment* no âmbito do risco operacional.

Paralelamente, está em curso um projecto de avaliação do nível de prontidão para melhor acomodar os requisitos necessários aos Pilares I, II e III de Basileia II, em todo o perímetro de actividade do Grupo. Este exercício tem como objectivo obter uma visão integrada da situação actual sobre diversas vertentes: organização; políticas e procedimentos; modelos e tecnologias de informação. Pretende-se não apenas um *compliancy check*, mas também tirar partido das alterações que terão de ser efectuadas aderindo às melhores práticas de gestão de risco, permitindo assim criação de valor, quer ao nível de *business benefits*, quer ao nível de redução de consumo de capital como ajustamentos de negócio (custos, *pricing*, etc.).

Ao nível do cálculo dos requisitos de capital, Pilar I, numa primeira avaliação foram definidas abordagens para os diversos tipos de risco, admitindo-se, no entanto, que possa decorrer do estudo acima mencionado, alterações à metodologia a adoptar.

Risco de crédito:

O Grupo BCP reconhece as vantagens induzidas pela adopção dos métodos de *ratings* internos traduzidas pela potencial redução dos requisitos de fundos próprios, face aos resultados observados periodicamente em diferentes exercícios internos de simulação do acordo. Prevê-se que, numa primeira fase, seja adoptada a abordagem IRB Foundation, visando no futuro a adopção dos métodos mais avançados.

Riscos de mercado:

O Banco tem vindo a utilizar consistentemente, ao longo dos últimos anos, a metodologia de VaR para a avaliação dos riscos de mercado, efectuando diariamente um processo de *backtesting* que permite comprovar da adequação do modelo na avaliação dos riscos incorridos, pelo que será de admitir a possibilidade de recurso a métodos internos. Os sistemas operacionais de avaliação de riscos de mercado, designadamente o de cálculo do VaR, estão a ser expandidos a todas as entidades do Grupo BCP.

Risco operacional:

O nível de exigência para a implementação do AMA obrigará a alterações significativas em termos processuais, organizativos e informáticos. Sem perder de vista este objectivo, afigura-se recomendável começar pelas abordagens menos sofisticadas, nomeadamente pela *standard*.

Demonstrações financeiras consolidadas — síntese

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Activo:		
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 724 360	1 510 355
Disponibilidades à vista sobre instituições de créditos	793 329	967 489
Outros créditos sobre instituições de créditos	5 005 694	3 435 488
Créditos sobre clientes	50 792 704	49 176 508
Obrigações, acções e outros títulos	4 649 903	4 186 566
Acções próprias	–	2 742
Participações financeiras	2 830 250	2 538 550
Imobilizações incorpóreas	112 646	154 048
Imobilizações corpóreas	971 622	1 129 018
Outros activos	1 704 183	1 217 112
Contas de regularização	3 093 804	3 370 148
	71 678 495	67 687 984
Passivo:		
Débitos para com instituições de crédito:		
À vista	180 398	173 092
A prazo	9 881 658	11 187 389
Débitos para com clientes:		
À vista	13 496 543	12 668 775
A prazo	20 111 667	17 955 203
Débitos representados por títulos	15 756 353	13 894 663
Outros passivos	686 304	581 813
Contas de regularização	2 187 315	2 742 738
Provisão para riscos e encargos	1 112 828	1 016 382
Passivos subordinados	3 074 888	3 123 258
Total do passivo	66 487 954	63 343 313

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Situação líquida:		
Capital subscrito	3 257 401	3 257 401
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	528 207	528 207
Prémios de emissão	674 435	674 435
Reservas e resultados acumulados	(854 768)	(1 608 835)
Total da situação líquida	3 605 275	2 851 208
Interesses minoritários em subsidiárias	393 496	334 493
Interesses minoritários em acções preferenciais	1 191 770	1 158 970
Total de interesses minoritários	1 585 266	1 493 463
	71 678 495	67 687 984

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Juros e proveitos equiparados	2 925 630	3 056 494
Juros e custos equiparados	1 509 424	1 590 483
Margem financeira	1 416 206	1 466 011
Provisão para riscos de crédito	430 412	473 044
Margem financeira após provisão para riscos de crédito	985 794	992 967
Outros proveitos:		
Rendimentos de títulos	98 642	128 257
Comissões líquidas	646 466	590 480
Resultados em operações financeiras	219 065	129 269
Outros proveitos de exploração	537 809	545 373
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas	84 096	–
	1 586 078	1 393 379
Outros custos:		
Custos com o pessoal	852 520	864 032
Outros gastos administrativos	583 598	601 418
Amortizações do exercício	233 945	203 056
Outras provisões	64 865	33 597
Outros custos de exploração	175 666	148 704
	1 910 594	1 850 807
Lucro antes de impostos	661 278	535 539
Impostos sobre lucros	60 443	37 883
Lucro depois de impostos	600 835	497 656
Interesses minoritários	87 833	60 002
Lucro do período	513 002	437 654

Proposta de aplicação de resultados

1 — Considerando as disposições legais e estatutárias relativas a reserva legal e reservas especiais.

Considerando o adiantamento sobre lucros do exercício no montante global de 97 722 024,81 euros, que correspondeu a um dividendo antecipado ilíquido de 0,03 euros por acção colocado a pagamento em 8 de Novembro de 2004.

Considerando ainda a política, aliás prevista estatutariamente, que o Banco sempre tem mantido, no sentido de fazer participar os empregados nos resultados do exercício.

Nos termos da alínea *f*) do n.º 2 do artigo 66.º, do n.º 1 do artigo 294.º e da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, bem como do artigo 35.º dos estatutos, propõe-se a seguinte aplicação dos resultados do exercício no montante de 432 940 984,36 euros, acrescidos de 19 363,74 euros, referentes aos dividendos do exercício de 2003 não distribuídos, e correspondentes às acções próprias em carteira à data do respectivo pagamento:

50 000 000,00 euros para reforço da reserva legal;

12 000 000,00 euros para reforço da reserva para estabilização de dividendos;

135 229 294,34 euros para reforço de reservas livres;

24 000 000,00 euros para distribuição pelos empregados;

211 731 053,76 euros para atribuição de dividendos, correspondendo 97 722 024,81 euros ao dividendo antecipado posto a pagamento em 8 de Novembro de 2004, e 114 009 028,95 euros ao remanescente agora a atribuir.

2 — Considerando que a verba global de 211 731 053,76 euros prevista no n.º 1 para dividendos foi calculada, como é tradicional, na base de um dividendo unitário por acção emitida (no caso de 0,065 euros por acção), e que não é possível determinar com exactidão o número

de acções próprias que estarão em carteira à data do pagamento de dividendos sem limitar a capacidade de intervenção da sociedade no acréscimo da liquidez dos seus títulos;

Considerando o dividendo antecipado de 0,03 euros já pago em 8 de Novembro de 2004.

Propõe-se que se delibere, relativamente à aplicação de resultados constante do número anterior, que:

a) A cada acção emitida seja agora pago o dividendo unitário remanescente de 0,035 euros;

b) Não seja pago, registando-se em conta de resultados transitados, o quantitativo unitário correspondente às acções que, no primeiro dia do período de pagamento de dividendos, pertencerem à própria sociedade.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal.

Órgãos sociais

Mesa da assembleia geral:

Presidente: Luís Manuel de Faria Neiva dos Santos.
Secretário: o secretário da sociedade (por inerência de funções).

Conselho fiscal:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogal efectivo: Mário Augusto de Paiva Neto.
Revisor oficial de contas: Mário Branco Trindade.
Revisor oficial de contas suplente: José Eduardo de Faria Neiva dos Santos.

Conselho superior:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves.
Vice-presidentes:

João Alberto Pinto Basto.
Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte.
Vasco Maria Guimarães José de Mello.
Gijsbert J. Swalef.

Vogais:

Ângelo Ludgero da Silva Marques.
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha.
Dimitrios Contominas.
E. Alexandre Soares dos Santos.
Francisco de La Fuente Sánchez.
Giovanni Boccolini.
Henrique Jaime Welsh.
Herculano José Fernandes.
Hipólito Mendes Pires.
Jaime de Sousa Lima.
Jassim Mohamed Al-Bahar.
João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho.
Jorge Augusto Caetano Silva José de Mello.
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.
José Manuel Pita Goes Ferreira.
Josep Oliu Creus.
José de Sousa Cunhal Melero Sendim.
Keith Satchell.
Manuel Roseta Fino.
Mário da Graça Machungo.
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha.
O presidente da mesa da assembleia geral (por inerência de funções).
O presidente do conselho fiscal (por inerência de funções).
O presidente do conselho de administração (por inerência de funções).

Membros suplentes:

José João Neves Ferreira de Magalhães.
Luís Zeferino Pereira Nazaré Marques dos Santos.
Luís Filipe Ferreira Baptista Mota.
Rogério Manuel Farrajota Condessa.
Salvador Fernandes Caetano.

Conselho de auditoria:

Presidente: Ricardo Manuel Simões Bayão Horta.
Vogais:

Vasco Maria Guimarães José de Mello.
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.

Conselho de administração:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.
Vice-presidentes:

Filipe de Jesus Pinhal.
Christopher de Beck.

Vogais:

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.
Alípio Barrosa Pereira Dias.
Alexandre Alberto Bastos Gomes.
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.
Boguslaw Jerzy Kott.

Secretário da sociedade: Paulo Jorge de Assunção Rodrigues Teixeira Pinto.
Secretário da sociedade suplente: José Joaquim Coelho Toscano.

Anexo ao relatório do conselho de administração

Participações qualificadas

Em 31 de Dezembro de 2004, eram os seguintes os accionistas com participações superiores a 2% do capital social do Banco Comercial Português, S. A.:

Accionistas	Número de acções	Capital social (percent.)	Direitos de voto (percent.)
Grupo Banca Intesa:			
Banca Intesa Spa	159 787 413	4,91	4,91
IntesaBCI Holding Internationa	82 140 240	2,52	2,52
Total	241 927 653	7,43	7,43
Grupo BPI:			
BPI Pensões — Fundos Pensões geridos pelo Banco BP	81 842 676	2,51	2,51
Banco BPI	54 524 010	1,67	1,67
BPI Vida — Companhia de Seguros de Vida	54 165 502	1,66	1,66
Fundos de Investimento geridos pela BPI Fundos — Sociedade Gestora de FIM	4 781 569	0,15	0,15
Banco Português de Investimento, S. A	2 424 604	0,07	0,07
Banco Português de Investimento, S. A. (clientes)	1 998 741	0,06	0,06
Total (*a*)	199 737 102	6,13	6,13

Accionistas	Número de acções	Capital social (percent.)	Direitos de voto (percent.)
Grupo Eureko:			
Eureko BV	65 151 938	2,00	2,00
Achmea Holding NV	82 142 072	2,52	2,52
Eureko Portugal SGPS	36 312 037	1,11	1,11
Eureko Participations APS	5 953 166	0,18	0,18
Império Assurances (France)	28 000	–	–
Total	189 587 213	5,82	5,82
EDP — Participações SGPS	142 096 224	4,36	4,36
Grupo Teixeira Duarte (*b*):			
Teixeira Duarte SGPS, S. A.	122 196 492	3,75	3,75
TDG — SGPS	17 150 000	0,53	0,53
Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, S. A.	105 046 492	3,22	3,22
TEDAL — SGPS	75 400 675	2,31	2,31
Teixeira Duarte — Gestão de Part. Inv. Imob., S. A.	29 645 817	0,91	0,91
Outros (membros dos órgãos sociais)	981 866	0,03	0,03
Total	123 178 358	3,78	3,78
Grupo José de Mello:			
José de Mello — SGPS, S. A.	106 693 276	3,28	3,28
Imperholding — SGPS, S. A.	681 600	0,02	0,02
Outros (membros dos órgãos sociais)	319 573	0,01	0,01
Total (*c*)	106 693 276	3,31	3,31
Bansabadell Holding SL	101 521 394	3,12	3,12
Grupo Friends Provident:			
Friends Provident Life and Pensions, Ltd.	51 347 731	11,58	11,58
Friends Provident Investment Holdings, Ltd.	46 022 450	1,41	1,41
Total	97 370 181	2,99	2,99
Grupo Caixa Geral de Depósitos:			
Caixa Geral de Depósitos	84 698 237	2,60	2,60
Companhia de Seguros Fidelidade-Mundial, S. A.	34 658	–	–
Total (*d*)	84 732 895	2,60	2,60

(*a*) Posição accionista em 31 de Dezembro de 2004 reportada pelo Banco BPI em 31 de Janeiro de 2005.
(*b*) Posição accionista em 31 de Dezembro de 2004 reportada pelo Grupo Teixeira Duarte em 20 de Janeiro de 2005. A posição da sociedade Teixeira Duarte — Sociedade Gestora de Participações Sociais, S. A., resulta do total das participações detidas pela TDG — SGPS e pela Teixeira Duarte — Engenharia e Construções, sendo que esta detém as sociedades TEDAL — SGPS e Teixeira Duarte — GPII.
(*c*) Posição accionista em 31 de Dezembro de 2004 reportada pelo Grupo José de Mello em 20 de Janeiro de 2005.
(*d*) Posição accionista em 31 de Dezembro de 2004 reportada pelo Grupo Caixa Geral de Depósitos em 11 de Janeiro de 2005.

Fonte. — Ficheiro de accionistas com referência à data de 31 de Dezembro de 2004 fornecido pela Interbolsa.

Os direitos de voto acima reportados resultam das participações directas e indirectas dos accionistas no capital social do Banco Comercial Português, sendo que não foram comunicadas ou apuradas quaisquer outras imputações de direitos de voto previstos no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 724 360	–	1 724 360	1 510 355
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	793 329	–	793 329	967 489

(Em milhares de euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	5 022 218	16 524	5 005 694	3 435 448
4 — Créditos sobre clientes	51 249 108	456 404	50 792 704	49 176 508
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	4 059 533	22 067	4 037 466	3 624 013
a) De emissores públicos	2 418 670	1 350	2 417 320	1 440 369
b) De outros emissores	1 359 881	20 717	1 339 164	1 452 055
c) Títulos próprios	280 982	–	280 982	731 589
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	635 190	22 753	612 437	562 553
7 — Partes de capital em empresas associadas	23 429	223	23 206	27 057
8 — Partes de capital em empresas filiais excluídas da consolidação	1 085 866	–	1 085 866	611 439
9 — Outras participações financeiras	1 925 919	204 741	1 721 178	1 900 054
10 — Imobilizações incorpóreas	347 102	234 456	112 646	154 048
11 — Imobilizações corpóreas	2 184 097	1 212 475	971 622	1 129 018
(Das quais: imóveis)	(1 212 890)	(438 952)	(773 938)	(860 495)
12 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	–	–	–	–
13 — Diferenças de consolidação	–	–	–	–
14 — Capital subscrito não realizado	–	–	–	–
15 — Acções próprias	–	–	–	2 742
16 — Outros activos	1 815 302	111 119	1 704 183	1 217 112
17 — Contas de regularização	3 093 804	–	3 093 804	3 370 148
Total do activo	73 959 257	2 280 762	71 678 495	67 687 984

PASSIVO

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito	10 062 056	11 360 481
a) À vista	180 398	173 092
b) A prazo	9 881 658	11 187 389
2 — Débitos para com clientes	33 608 210	30 623 978
a) Depósitos de poupança	5 706 135	2 874 416
b) Débitos à vista	13 496 543	12 668 775
c) Débitos a prazo	14 405 532	15 080 787
3 — Débitos representados por títulos	15 756 353	13 894 663
a) Obrigações em circulação	13 051 995	11 760 027
b) Outros	2 704 358	2 134 636
4 — Outros passivos	686 304	581 813
5 — Contas de regularização	2 187 315	2 742 738
6 — Diferenças de reavaliação — equivalência patrimonial	–	–
7 — Diferenças de consolidação	–	–
8 — Provisão para riscos e encargos	1 102 409	705 977
a) Provisões para pensões e encargos similares	223 797	193 357
b) Outras provisões	878 612	512 620
9 — Fundo para riscos bancários gerais	10 419	310 405
10 — Passivos subordinados	3 074 888	3 123 258
11 — Capital subscrito	3 257 401	3 257 401
12 — Prémios de emissão	674 435	674 435
13 — Reservas	(839 582)	(1 518 282)
15 — Resultados transitados	19	–
16 — Interesses minoritários em subsidiárias	1 585 266	1 493 463
17 — Lucro consolidado do período	513 002	437 654
Total do passivo e dos capitais próprios	71 678 495	67 687 984

Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	2004	2003
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	9 226 577	9 200 489
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	–	–
1.2 — Garantias e avales	7 812 735	7 626 768
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	353 814	213 083
1.4 — Outros	1 060 028	1 360 638
2 — Compromissos	9 852 354	8 870 453
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	29 928	29 928
	19 078 931	18 070 942

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	1 509 424	1 590 483
2 — Comissões	116 833	103 038
3 — Prejuízos em operações financeiras	738 179	834 194
4 — Gastos gerais administrativos	1 436 118	1 465 450
4.1 — Custos com o pessoal	852 520	864 032
4.2 — Outros gastos administrativos	583 598	601 418
5 — Amortizações do exercício	233 945	203 056
6 — Outros custos de exploração	25 136	21 845
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	741 768	978 958
8 — Provisões para imobilizações financeiras	7 153	1 148
9 — Perdas extraordinárias	110 888	89 856
10 — Impostos sobre lucros	60 443	37 883
11 — Outros impostos	39 607	36 705
12 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	35	298
13 — Interesses minoritários	87 833	60 002
14 — Lucro consolidado do período	513 002	437 654
	5 620 364	5 860 570

CRÉDITO

	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	2 925 630	3 056 494
2 — Rendimentos de títulos	37 556	27 661
3 — Comissões	763 299	693 518
4 — Lucros em operações financeiras	957 244	963 463
5 — Reposições e anulações de provisões	253 644	473 465
6 — Resultados em empresas associadas e em filiais excluídas da consolidação	61 086	100 596
7 — Outros proveitos de exploração	495 141	419 282
8 — Ganhos extraordinários	126 764	126 091
9 — Interesses minoritários	–	–
10 — Prejuízo consolidado do período	–	–
	5 620 364	5 860 570

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em milhares de euros)

	2004			2003
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
1 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1 302 065	–	1 302 065	1 161 944
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	617 746	–	617 746	706 246
3 — Outros créditos sobre instituições de crédito	10 123 181	16 331	10 106 850	9 135 863
4 — Créditos sobre clientes	40 240 554	260 724	39 979 830	38 621 037
5 — Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	2 832 884	20 128	2 812 756	3 365 454
a) De emissores públicos	516 651	182	516 469	452 807
b) De outros emissores	2 316 233	19 946	2 296 287	2 912 647
(Dos quais: títulos próprios)	(203 586)	–	(203 586)	(661 051)
6 — Acções e outros títulos de rendimento variável	392 701	16 436	376 265	266 105
7 — Participações	1 186 908	181 104	1 005 804	919 286
8 — Partes de capital em empresas coligadas	1 689 278	163 488	1 525 790	1 724 307
9 — Imobilizações incorpóreas	60 662	38 175	22 487	25 015
10 — Imobilizações corpóreas	1 424 023	804 105	619 918	710 749
(Das quais: imóveis)	(871 268)	(340 692)	(530 576)	(609 302)
11 — Capital subscrito não realizado	–	–	–	–
12 — Acções próprias	–	–	–	–
13 — Outros activos	5 506 853	92 890	5 413 963	5 005 347
15 — Contas de regularização	2 154 992	–	2 154 992	1 978 838
Total do activo	67 531 847	1 593 381	65 938 466	63 620 191

PASSIVO

	2004	2003
1 — Débitos para com instituições de crédito	24 941 376	24 195 678
a) À vista	1 053 370	711 771
b) A prazo	23 888 006	23 483 907
2 — Débitos para com clientes	24 838 028	23 398 720
a) Depósitos de poupança	5 689 933	2 850 022
b) Outros débitos	19 148 095	20 548 698
ba) Débitos à vista	10 579 641	10 623 434
bb) Débitos a prazo	8 568 454	9 925 264
3 — Débitos representados por títulos	2 881 795	2 703 348
a) Obrigações em circulação	2 881 795	2 703 348
b) Outros	–	–
4 — Outros passivos	466 047	323 282
5 — Contas de regularização	1 474 075	1 458 029
6 — Provisão para riscos e encargos	1 081 063	729 860
a) Provisões para pensões e encargos similares	216 988	182 733
b) Outras provisões	864 075	547 127
6-A — Fundo para riscos bancários gerais	3 580	233 188
8 — Passivos subordinados	4 569 940	4 977 114
9 — Capital subscrito	3 257 401	3 257 401
10 — Prémios de emissão	674 435	674 435
11 — Reservas	1 317 766	1 280 331
13 — Resultados transitados	19	–
14 — Lucro do período	432 941	388 805
Total do passivo e dos capitais próprios	65 938 466	63 620 191

Rubricas extrapatrimoniais

(Em milhares de euros)

	2004	2003
1 — Garantias prestadas e passivos eventuais	21 346 026	18 798 972
Dos quais:		
1.1 — Aceites e endossos	–	–
(Dos quais: aceites e compromissos por endosso de efeitos redescontados)	–	–
1.2 — Garantias e avales	10 092 132	9 178 510
1.3 — Cauções e activos dados em garantia	170 461	180 593
1.4 — Outros	11 083 433	9 439 869
2 — Compromissos	8 527 599	8 809 685
Dos quais:		
2.1 — Resultantes de operações de venda com opção de recompra	29 928	29 928
	29 873 625	27 608 657

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

DÉBITO

(Em milhares de euros)

	2004	2003
1 — Juros e custos equiparados	1 581 059	1 646 346
2 — Comissões	78 237	64 073
3 — Prejuízos em operações financeiras	129 199	216 685
4 — Gastos gerais administrativos	1 015 491	952 736
4.1 — Custos com o pessoal	448 076	456 834
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	(315 757)	(313 686)
(— encargos sociais)	(130 262)	(141 763)
Dos quais:		
(— com pensões)	(52 555)	(66 330)
4.2 — Outros gastos administrativos	567 415	495 902
5 — Amortizações do exercício	76 113	80 563
6 — Outros custos de exploração	8 927	11 352
7 — Provisões para crédito vencido e para outros riscos	534 326	515 463
8 — Provisões para imobilizações financeiras	3 376	1
10 — (Resultado da actividade corrente)	(524 830)	(473 938)
11 — Perdas extraordinárias	78 819	74 437
13 — Impostos sobre lucros	20 727	20 684
14 — Outros impostos	3 083	3 162
15 — Lucro do período	432 941	388 805
	3 962 298	3 974 307

CRÉDITO

	2004	2003
1 — Juros e proveitos equiparados	2 557 963	2 648 334
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	(103 621)	(157 679)
2 — Rendimentos de títulos	201 252	116 053
a) Rendimento de acções, de quotas e outros títulos de rendimento variável	2 224	2 434
b) Rendimento de participações	26 833	21 291
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	172 195	92 328

(Em milhares de euros)

	2004	2003
3 — Comissões	524 764	485 916
4 — Lucros em operações financeiras	273 926	315 930
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões por passivos eventuais e por compromissos	23 390	90 540
6 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham o carácter de imobilizações financeiras, a participações e a partes de capital em empresas coligadas	1	–
7 — Outros proveitos de exploração	370 262	304 384
9 — Ganhos extraordinários	10 740	13 150
11 — Prejuízo do período	–	–
	3 962 298	3 974 307

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

Indicações obrigatórias constantes do Plano de Contas para o Sistema Bancário e Normas do Banco de Portugal, no âmbito dos anexos às instruções n.º 4/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — VII e n.º 71/96 (BNBP n.º 1, 17 de Junho de 1996) — II:

1 — Não existem alterações de critérios que afectem a comparabilidade de valores. As demonstrações financeiras consolidadas abrangem o universo das empresas subsidiárias e associadas.

2 — Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço poderiam, no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — As políticas e critérios valorimétricos estão apresentados nas políticas contabilísticas, nota n.º 1 às demonstrações financeiras.

4 — Não se verificaram derrogações dos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

5 — As menos-valias referentes aos títulos de negociação, títulos de investimento e investimentos estratégicos registados ao custo histórico decorrentes de diferenças entre o custo de aquisição e o valor de mercado (flutuação) são contabilizadas de acordo com as políticas contabilísticas referidas na notas n.º 1 alínea *b*) e n.º 1 alínea *h*), respectivamente, às demonstrações financeiras, e são apresentadas nas notas n.os 6 e 7.

6 — As participações financeiras superiores ou iguais a 20%, assim como os respectivos capitais próprios das empresas detidas directamente pelo Banco à data de 31 de Dezembro de 2004, encontram-se apresentadas na nota n.º 7 às demonstrações financeiras.

7 — O valor das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, com vencimento no decurso do ano de 2005, encontra-se referido na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

8 — À data de 31 de Dezembro de 2004, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, totalizam o montante de 18 220 000 euros.

9 — À data de 31 de Dezembro de 2004, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 2 a 5 do activo, são analisados na nota n.º 45 às demonstrações financeiras.

10 — O inventário da carteira de títulos e de participações, consta no final deste anexo às demonstrações financeiras.

11 — O desenvolvimento das imobilizações corpóreas e incorpóreas, encontra-se detalhado nas notas n.os 8 e 9 às demonstrações financeiras.

12 — Os montantes referentes a activos com carácter de subordinação, incluídos na rubrica de obrigações e outros títulos de rendimento fixo, no Grupo e Banco, são de 143 284 000 euros e de 192 133 000 euros, respectivamente.

13 — Os montantes referentes a activos cedidos com acordo de recompra firme, incluídos na rubrica de débitos para com clientes a prazo, no Grupo e Banco, são de 244 219 000 euros e de 1 000 euros, respectivamente.

14 — A decomposição por prazos residuais das rubricas de outros créditos sobre instituições de crédito e créditos sobre clientes, constam nas notas n.os 4 e 5 às demonstrações financeiras, respectivamente.

15 — As reavaliações efectuadas pelo Grupo reportam-se a períodos anteriores à aquisição do Banco Português do Atlântico, S. A., Banco Mello, S. A., e Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., pelo Banco Comercial Português, S. A., tendo sido consideradas como reservas de pré-aquisição nas contas consolidadas deste último.

16 — Os valores de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento, estão incluídos na nota n.º 8 às demonstrações financeiras.

17 — Não existem, no Banco e no Grupo, situações determinadas por correcções de valor excepcional introduzidas no activo não imobilizado, motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — As decomposições dos débitos sobre instituições de crédito, sobre clientes e representados por títulos em função do prazo residual encontram-se representadas nas notas n.os 12, 13 e 14 às demonstrações financeiras, respectivamente.

19 — O valor dos débitos representados por títulos, com vencimento no decurso do ano de 2005 consta na nota n.º 14 às demonstrações financeiras.

20 — À data de 31 de Dezembro de 2004, os débitos detidos pelo Banco sobre empresas participadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, totalizam o montante de 686 000 euros.

21 — À data de 31 de Dezembro de 2004, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas 1, 2, 3 e 8 do passivo do Banco, são analisados na nota n.º 46 às demonstrações financeiras.

22 — Relativamente à rubrica 8 do passivo, nomeadamente passivos subordinados, a apresentação das diversas emissões de obrigações é desenvolvida na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

23 — Os montantes dos compromissos, incluindo os assumidos mediante a prestação de garantias, estão descriminados na nota n.º 38 às demonstrações financeiras.

24 — Os saldos, bem como os respectivos movimentos das contas de provisões do Grupo e do Banco, encontram-se desenvolvidos nas seguintes notas às demonstrações financeiras:

Provisões específicas para aplicações em instituições de crédito — nota n.º 4 às demonstrações financeiras;

Provisões específicas para crédito concedido — nota n.º 5 às demonstrações financeiras;

Provisões para a carteira de títulos de negociação e de investimento — nota n.º 6 às demonstrações financeiras;
Provisões para participações financeiras — nota n.º 7 às demonstrações financeiras;
Provisões para outros activos — nota n.º 10 às demonstrações financeiras;
Provisões para riscos gerais de crédito — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;
Provisões para pensões de reforma, complemento de pensões de reforma e de sobrevivência — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;
Provisões para riscos bancários gerais — nota n.º 17 às demonstrações financeiras;
Provisões para outros riscos e encargos — nota n.º 17 às demonstrações financeiras.

25 — Os critérios utilizados para distinguir entre os títulos de negociação, os de investimento e os da carteira a vencimento constantes das rubricas 5 e 6 do activo, estão expressos nas políticas contabilísticas apresentadas na nota n.º 1, alínea *h*), às demonstrações financeiras.

26 — Durante 2004 não foram efectuadas pelo Grupo e pelo Banco, aquisições ou alienações de títulos a vencimento.

27 — As rubricas de acréscimos e diferimentos de proveitos e de custos, estão discriminadas nas notas n.os 11 e 16 às demonstrações financeiras.

28:

a) Montantes ainda não imputados a resultados:

Os montantes ainda não imputados a custos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor superior ao seu valor de reembolso ascenderam, em de 31 de Dezembro de 2004, a 10 488 000 euros.
Os montantes ainda não imputados a proveitos resultantes de títulos de investimento adquiridos pelo Banco por valor inferior ao seu valor de reembolso ascenderam, em 31 de Dezembro de 2004, a 643 000 euros.

b) Valor de mercado dos títulos de investimento:

A análise dos títulos de investimento, nomeadamente entre o valor contabilístico e o valor de mercado é apresentada na nota n.º 6 às demonstrações financeiras.

c) Títulos de negociação:

A data de 31 de Dezembro de 2004, para o Banco, a diferença entre o valor por que estão contabilizados os títulos de negociação no Banco e o que lhes corresponderia se a avaliação se efectuasse ao valor de custo (juros corridos e valias), totaliza o montante de 2 526 000 euros.

d) Lucros e prejuízos não realizados:

Os montantes dos lucros e dos prejuízos não realizados são apresentados na nota n.º 6.

29 — Os aumentos de capital social do Banco ocorridos durante o ano encontram-se expressos na nota n.º 19 às demonstrações financeiras.

30 — As partes de capital beneficiárias de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares, são referidas na nota n.º 23 às demonstrações financeiras.

31 — O desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos, está expresso nas notas n.os 10 e 15 às demonstrações financeiras.

32 — Não existem fundos incluídos ou não no balanço administrados pelo Grupo e Banco, em nome próprio por conta de outrem. Relativamente aos fundos administrados pelo Grupo e não reflectidos no balanço, os mesmos são analisados na nota n.º 40 às demonstrações financeiras.

33 — As operações a prazo efectuadas e não vencidas, têm a sua desagregação apresentada na nota n.º 38 às demonstrações financeiras.

34 — O efectivo médio de trabalhadores ao serviço e respectiva ventilação por grandes categorias profissionais encontra-se referida na nota n.º 32 às demonstrações financeiras.

35 — As remunerações dos órgãos de administração e fiscalização estão expressos na nota n.º 32 às demonstrações financeiras. Relativamente aos membros dos órgãos de administração, da direcção e de fiscalização do Banco Comercial Português, S. A. por categoria verifica-se:

	Órgãos de administração	Órgãos de fiscalização	Direcção
Remunerações	31 323	2 043	8 385
Dotações para fundos de pensões e seguros de reforma	6 724	–	5 774
Créditos	–	–	21 047

36 — Os proveitos referentes à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros não excede 5% do total de proveitos.

37 — Os contravalores do activo e do passivo expressos em moeda estrangeira para o Grupo e Banco, à data de 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Activos	13 134 834	11 407 337	10 834 008	10 655 619
Passivos	12 258 091	10 635 233	10 757 238	10 577 484

38 — A distribuição dos proveitos por segmentos e por mercados geográficos encontram-se referidos na nota n.º 47 às demonstrações financeiras.

39 — As principais componentes das rubricas de outros custos e proveitos de exploração bem como das rubricas de perdas e ganhos extraordinários, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Outros custos de exploração:				
Quotizações e donativos	5 723	5 272	3 840	4 095
Menos-valias em bens de locação financeira	1 958	1 620	489	358
Outros custos de exploração	17 455	14 953	4 598	6 899
	25 136	21 845	8 927	11 352
Perdas extraordinárias:				
Menos-valias em imobilizações	25 804	15 304	2 702	2 255
Perdas de exercícios anteriores	17 266	9 898	10 724	3 210
Outras perdas extraordinárias	67 818	64 654	65 393	68 972
	110 888	89 856	78 819	74 437

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Outros proveitos de exploração:				
Prestação de serviços	94 838	95 974	32 751	29 711
Recuperação de créditos e de juros vencidos	255 612	198 641	227 437	176 596
Venda de cheques e reembolso de despesas	44 878	46 610	35 484	33 357
Proveitos de locação financeira	4 787	4 021	3 623	1 386
Rendimentos de imóveis	1 485	1 893	10 084	13 310
Outros proveitos de exploração	93 541	72 143	60 883	50 024
	495 141	419 282	370 262	304 384
Ganhos extraordinários:				
Mais-valias em imobilizações	103 488	62 469	3 073	1 844
Outros ganhos de exercícios anteriores	3 317	12 280	1 018	5 397
Outros ganhos extraordinários	19 959	51 342	6 649	5 909
	126 764	126 091	13 150	13 150

40 — Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados na nota n.º 18 às demonstrações financeiras.

41 — A diferença entre a carga fiscal imputada ao exercício e aos dois exercícios anteriores e a carga fiscal já paga ou a pagar com referência a estes exercícios, está referida na nota n.º 36 às demonstrações financeiras.

42 — Não existe tratamento fiscal diferenciado entre os resultados correntes e os resultados extraordinários.

43 — As contas do Banco não são objecto de consolidação pelo método integral em qualquer empresa.

44 — O Banco não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da Comunidade Europeia dispensadas da fiscalização e da publicação da demonstração de resultados.

45 — As operações de locação financeira realizadas pelo Banco, na óptica do locatário, em 31 de Dezembro de 2004 atingiram o montante de 1 783 000 euros e as amortizações acumuladas respectivas ascenderam a 1 783 000 euros.

46 — Não foram identificados montantes resultantes das compensações entre saldos devedores e credores em contas de terceiros e em contas internas de regularização efectuadas ao abrigo de contratos de compensação a que se refere a parte final do ponto 1.3 do Capítulo II — Normas e Princípios Contabilísticos.

47 — Os montantes incluídos nos resultados do Banco provenientes de transacções realizadas com entidades em relação às quais existem relações de domínio, no âmbito da instrução n.º 7/98 — (BNBP n.º 5, 15 de Maio de 1998), totalizam 1 008 000 euros de ganhos que foram anuladas em consolidação.

48 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre as operações de titularização efectuadas no exercício, são apresentadas na nota n.º 37 às demonstrações financeiras.

49 — As informações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre a cobertura das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, são apresentadas na nota n.º 44 às demonstrações financeiras.

50 — Informação detalhada das participações financeiras ao abrigo do aviso n.º 4/2002, para o Grupo e para o Banco:

(Em milhares de euros)

	Valor contabilístico	Provisões	Valor de balanço	Valor de mercado	Mais/(menos)-valias
Participações financeiras (Grupo):					
Banca Intesa, S.p.A. (*a*)	489 522	1 151	471 151	397 346	(73 805)
EDP — Electricidade de Portugal (*a*)	641 580	39 628	601 952	413 280	(188 672)
Fogeca — Gestão e Controle — SGPS, S. A. (*b*)	10 500	6	10 494	8 909	(1 585)
Friends Provident PLC (*a*)	172 360	12 201	160 159	105 835	(54 324)
ONI — SGPS, S. A. (*b*)	310 900	115 630	195 270	18 155	(177 115)
PIM — Parque Industrial da Matola (*b*)	150	4	146	114	(32)
	1 625 012	185 840	1 439 172	943 639	(495 533)
Participações financeiras (Banco):					
EDP — Electricidade de Portugal (*a*)	641 580	39 628	601 952	413 280	(188 672)
Friends Provident PLC (*a*)	172 360	12 201	160 159	105 835	(54 324)
ONI — SGPS, S. A. (*a*)	310 900	195 270	195 270	18 115	(177 115)
PIM — Parque Industrial da Matola (*b*)	150	4	146	114	(32)
Seguros & Pensões Gere — SGPS, S. A. (*b*)	935 993	161 780	774 213	1 491 408	717 195
	2 060 983	329 243	1 731 740	2 028 792	297 052

Critério adoptado relativo ao valor de mercado:

(*a*) Cotação média dos últimos seis meses.
(*b*) 1,5 x capitais próprios.

51 — Não existem outras informações de natureza significativa, para além das apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas, que impliquem uma apreciação diferente da situação financeira do Banco.

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2004

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
A) Títulos — negociação						*1 223 440 747*
Títulos de rendimento fixo — de emissores públicos						863 029 033
De dívida pública portuguesa						246 047 967
A curto prazo						113 909 487
Bilhetes do Tesouro — 04/18-3-2005 — 5	44 047 660	1,00	EUR	99,59	99,59	43 866 643
Bilhetes do Tesouro — 04/18-11-2005 — 9	38 580 000	1,00	EUR	98,07	98,07	37 835 375
Bilhetes do Tesouro — 04/21-1-2005 — 4	32 238 252	1,00	EUR	99,90	99,90	32 207 469
A médio e a longo prazos						132 138 480
OT 11,875% — 95/23-2-2005	252 622	0,01	EUR	111,52	101,36	281 712
OT 3% — 03/17-7-2006	4 080	0,01	EUR	102,34	100,96	4 176
OT 3,25% — 04/15-7-2008	98 622 000	0,01	EUR	102,83	101,31	101 411 226
OT 3,95% — 99/15-7-2009	844 475	0,01	EUR	105,72	103,88	892 743
OT 4,375% — 03/16-6-2014	1 466 000	0,01	EUR	107,92	105,54	1 582 170
OT 4,875% — 02/17-8-2007	335 000	0,01	EUR	107,39	105,56	359 742
OT 5% — 02/15-6-2012	1	0,01	EUR	113,00	110,08	1
OT 5,15% — 01/15-6-2011	8	0,01	EUR	113,38	110,60	9
OT 5,25% — 00/14-10-2005	19 088 606	0,01	EUR	103,42	102,28	19 740 730
OT 5,375% — 98/23-6-2008	48 344	0,01	EUR	89,57	108,30	53 722
OT 5,45% — 98/23-9-2013	142 944	0,01	EUR	113,921	113,92	164 975
OT 5,85% — 00/20-5-2010	2 135	0,01	EUR	116,85	113,23	2 495
OT 6,625% — 97/23-2-2007	2 145	0,01	EUR	105,61	108,52	2 450
OT 9,5% — 96/23-2-2006	6 582 862	0,01	EUR	116,09	107,97	7 642 329
De outros emissores públicos estrangeiros						616 981 066
A curto prazo						206 407 970
AODNTBT0000-181	701500	1 000,00	AKZ	8,57	8,57	6 011 655
AODNTBT0000-182	400 100	1 000,00	AKZ	8,57	8,57	3 428 742
NBP 140105	67 843	10 000,00	PLN	2 442,11	2 442,11	165 679 765
TB 160305	349	10 000,00	PLN	2 416,56	2 416,56	843 381
TB 170805	150	10 000,00	PLN	2 352,94	2 352,94	352 94
TB 200405	6 811	10 000,00	PLN	2 401,68	2 401,68	16 357 848
TB 230205	289	10 000,00	PLN	2 425,36	2 425,36	700 929
TB 250505	265	10 000,00	PLN	2 387,22	2 387,22	632 614
TB 301105	17	10 000,00	PLN	2 311,66	2 311,66	39 298
TB050112	1 003	10 000,00	PLN	2 443,16	2 443,16	2 450 487
TB050119	5	10 000,00	PLN	2 440,18	2 440,18	12 201
TB050209	5	10 000,00	PLN	2 431,26	2 431,26	12 156
TB050302	368	10 000,00	PLN	2 422,42	2 422,42	891 45
TB050309	531	10 000,00	PLN	2 419,49	2 419,49	1 284 748
TB050330	741	10 000,00	PLN	2 410,73	2 410,73	1 786 353

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
TB050406	1 865	10 000,00	PLN	2 407,51	2 407,51	4 490 012
TB051026	19	10 000,00	PLN	2 325,26	2 325,26	44 180
TB260105	570	10 000,00	PLN	2 437,21	2 437,21	1 389 209
A médio e a longo prazos						410 573 096
DK0809	80 200	1 000,00	PLN	243,22	243,22	19 506 554
DS0509	113 290	1 000,00	PLN	242,75	242,75	27 500 805
DS1013	20 000	1 000,00	PLN	230,46	230,46	4 609 132
DS1015	2 500	1 000,00	PLN	253,72	253,72	634 288
DS1110	8 300	1 000,00	PLN	245,15	245,15	2 034 714
DZ0109	150 337	1 000,00	PLN	253,91	253,91	38 172 237
DZ0110	146 686	1 000,00	PLN	255,72	255,72	37 510 964
DZ0406	3 322	1 000,00	PLN	247,25	247,25	821 370
DZ0706	12 980	1 000,00	PLN	248,70	248,70	3 228 078
DZ0708	26 388	1 000,00	PLN	252,76	252,76	6 669 842
DZ0709	16 867	1 000,00	PLN	254,65	254,65	4 295,65
DZ0811	227 215	1 000,00	PLN	245,54	245,54	55 789 918
DZ1006	3 184	1 000,00	PLN	250,48	250,48	797 539
EDBR — 2014/01	500	4 079,00	EUR	1 048,99	1 048,99	524 493
OK0405	16 347	1 000,00	PLN	240,37	240,37	3 929 363
OK0406	406 140	1 000,00	PLN	226,17	226,17	91 857 544
OK0805	2 574	1 000,00	PLN	235,79	235,79	606 933
OK0806	36 567	1 000,00	PLN	221,52	221,52	8 100 336
OK 1206	11 000	1 000,00	PLN	217,77	217,77	2 395 520
POL — USD0114	43	2 990,40	USD	756,40	756,40	32 525
POL — 2012/07	367	2 990,40	USD	807,77	807,77	296 502
POL — 2013/02	1 158	4 079,00	EUR	1 047,84	1 047,84	1 213 395
POL — 2024/10P	35	2 990,40	USD	653,43	653,43	22 870
POL — 2024/10R	91	2 000,05	USD	699,19	699,19	63 626
PS0205	66 622	1 000,00	PLN	245,15	245,15	16 332 136
PS0206	104 187	1 000,00	PLN	250,17	250,17	26 063 968
PS0506	17 020	1 000,00	PLN	251,02	251,02	4 272 398
PS0507	678	1 000,00	PLN	256,53	256,53	173 928
PS0605	27 550	1 000,00	PLN	246,66	246,66	6 795 599
PS0608	139 605	1 000,00	PLN	241,60	241,60	33 728 050
PS1005	33 243	1 000,00	PLN	248,23	248,23	8 251 927
PS1106	1 000	1 000,00	PLN	253,84	253,84	253 838
UST — USD0814	2 500	2 990,40	USD	731,79	731,79	1 829 477
AOBNATBC028	100 000	1 000,00	AKZ	8,57	8,57	856 97
AOBNATBC181	163 500	1 000,00	AKZ	8,57	8,57	1 401 148
De rendimento fixo — de outros emissores						82 626 482
Emitidos por residentes						57 401 292
A médio e a longo prazos						57 401 292
Brisa 98/29-5-2008 — Infl. Rvn.	44 361 599	5,00	EUR	128,00	128,00	56 782 847
EDP 98/23-11-2008 — 25 em.	1	0,01	EUR	74 0,0	99,90	1

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Electricidade de Portugal — 97/5-1-2005	83	0,01	EUR	100,52	902 500	83
Gás de Portugal — 97/25-6-07	9 100	0,01	EUR	99,93	99,89	9 094
Montepio Geral — 95/23-1-2005	1	0,01	EUR	109,00	99,97	1
Somague — 98/16-5-2005 — s/ warr.	378 556	5,00	EUR	98,72	98,50	373 71
Sport Lisboa e Benfica 5% — 4/2-4-2007	1 100	5,00	EUR	95,48	94,27	1 0510
Sporting SAD — rendimento fixo 2005	237 280	5,00	EUR	98,83	98,49	234 505
Emitidos por organismos financeiros internacionais					627 657	
A médio e a longo prazos						627 657
BEI 3,25% — 03/15-7-13 — Multicp.	575 000	1 000,00	EUR	99,36	97,85	571 34
BEI 8,5% — 96/19-6-2006	49 880	880,00	EUR	112,90	50 307	56 316
Emitidos por não residentes						24 597 533
A médio e a longo prazos						24 597 533
BNP Paribas 7% — 01/5-10-2006 — Perp.	83 000	1 000,00	EUR	5 089,79	106,50	89 796
BPI Cap. Fin. — 03/12-8-2013 — Stepup Perp.	285 000	1 000,00	EUR	105,02	104,50	299 298
CA Pref. Fund. Trust II 7% 03/Perp.	10 000	1 000,00	USD	77,41	104,25	7 741
Caixa Geral Dep. Fin. 04/Perp. Step. — Call 2	7 160 000	1 000,00	EUR	100,48	100,45	7 194 589
Dresdner BK — 97/21-07-2005 — ZC	1 396 634	49 880,00	EUR	128,31	128,31	1 792 02
DZ Bank Capital — 03/11-11-08 — Perp.	4 009 000	1 0050,00	EUR	103,54	102,88	4 150 782
DZ Bank Capital — 04/22-11-11 — Perp.	1 674 000	1 0050,00	EUR	99,17	98,75	1 660 098
HBOS CFLP 6,85% 03 — Perpetual.	2 113 000	1 000,00	USD	75,65	102,88	1 598 357
JPMorgan 7% — 99/15-11-2009	50 000	1 000,00	USD	81,95	112,09	41 474
MBS Magellan M Series 1 Class A	68 794	68 794,00	EUR	100,56	100,44	69 176
MBS Tagus Glob. Series 1 Class A	447 263	17 891,00	EUR	100,31	100,00	448 629
MBS Tagus Glob. Series 2 Class A2	191 246	27 321,00	EUR	100,41	100,00	192 036
MBS Tagus Glob. Series 2 Class C	1 100 000	50 000,00	EUR	99,84	99,33	1 098 288
NBOG Fund Ltd 04 Perp.	4 250 000	1 000,00	EUR	101,26	100,25	4 303 420
NBOG Funding Perpetual	1 476 000	1 000,00	EUR	105,64	104,75	1 558 959
Skandinacisk Enskilda 04 Perp.	125 000	1 000,00	USD	74,29	99,88	92 869
De rendimento variável						44 253 550
Emitidos por residentes						37 068 307
Acções						15 566 550
Banco Espírito Santo	69 026	5,00	EUR	13,30	13,30	918 046
BPI — SGPS	217 581	1,00	EUR	2,98	2,98	648 391
Brisa	123 846	1,00	EUR	6,75	6,75	835 960
Cimpor	94 809	1,00	EUR	4,15	4,15	393 457
Cofina SGPS, S. A.	36 799	0,50	EUR	3,64	3,64	133 948
Corticeira Amorim SGPS	15 301	1,00	EUR	1,06	1,06	16 219
EDP — Electricidade Portugal	1 108 721	1,00	EUR	2,23	2,23	2 472 448
Gescartão SGPS, S. A.	2 253	5,00	EUR	10,60	10,60	23 882
Grupo Média Capital — SGPS, S. A.	19 043	0,09	EUR	5,45	5,45	103 784

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Impresa — SGPS	14 495	1,00	EUR	5,80	5,80	84 071
Jerónimo Martins Filhos	15 640	5,00	EUR	9,70	9,70	151 708
Novabase — SGPS, S. A.	3 268	0,50	EUR	6,27	6,27	20 490
Papelaria Fernandes	34 000	5,00	EUR	3,65	3,65	124 100
Pararede — SGPS	86 282	0,01	EUR	0,37	0,37	31 924
Portugal Telecom	218 150	1,00	EUR	9,10	9,10	1 985 165
PT Multimédia	379 283	0,50	EUR	18,49	18,49	7 012 943
Semapa — SGPS	13 613	1,00	EUR	4,10	4,10	55 813
Sonae — SGPS	460 171	1,00	EUR	1,07	1,07	492 383
Sonaecom — SGPS, S. A.	16 268	1,00	EUR	3,80	3,80	61 818
Títulos de participação						4 599 904
Banco Totta Açores — 87/29-7-2049	60 890	0,01	EUR	97,15	98,00	60 180
CPP 88/19-11-2049 — CALL — 14-3-2005	471 152	0,01	EUR	96,39	98,01	463 140
TP CPP 89 Perp.	1 252 860	0,01	EUR	95,91	99,90	1 266 515
UP Super Inv. Seguro Império 05 EN	1 723 277	5,00	EUR	144,67	140,56	2 807 185
UP Super Rend. Garan. Império 2005	1 496	5,00	EUR	174,54	140,56	2 884
Unidades de participação						16 894 607
FI AF Portfólio Imobiliário CIP	311 735	5,00	EUR	7,17	7,17	2 234 579
Fundo Invest. Aberto Port. Imobil.	139 079	5,00	EUR	7,17	7,17	996 946
UP AF Valor Futuro 2005	125 804	50,00	EUR	48,13	48,13	6 054 947
UP F Inv. Fech. Nova Economia 2005	156 546	50,00	EUR	48,60	48,60	7 608 135
Outros valores						7 246
Certif. DAX — 9-11-2005	100	31,00	EUR	42,76	42,76	4 276
Certif. Eurostoxx 50 — 03-6-2005	100	40,00	EUR	29,70	29,70	2 970
Emitidos por não residentes						7 185 243
Acções						3 908 470
Abbey Nat. 7,375% 02 Perp. PFD	74	25,00	USD	17,99	24,99	1 331
ABN Amro 6,08% — 4/18-2-2009 Perp.	4 000	25,00	USD	16,31	23,00	65 230
Bank FU ARB 7,125 — 2-9-2007 PFD	1 400	25,00	EUR	26,30	26,30	36 820
BBVA CF 6,35% 98/03 PFD Perp. SD	60	51,00	EUR	50,90	50,90	3 054
BBVA Intern LTD 7% 01/PFD Perp.	3 335	100,00	EUR	105,50	105,50	351 842
BCI US FT II — 98/15.07 — Perp. FL 2	230	1 000,00	EUR	1 015,00	1 015,00	233 450
BSCH 6.15 — 98-08/2003 — PFD Serie M	1 850	25,00	EUR	25,00	25,00	46 250
Cersanit	169	10,00	PLN	28,50	28,50	4 816
CSFB Cap. — 99/29-6-2004 — PFD USD	9 250	25,00	USD	18,35	24,90	169 698
DEPFA — 00/30-6-2005 — Perp. PFD	2 285	100,00	EUR	100,50	100,50	229 643
Echo	130	10,00	PLN	19,88	19,88	2 584
ESF Group — 30-6-1998 — Perp. PFD	600	511,00	EUR	513,85	513,85	308 308
ESF Group 98 DEM 6,8% — Pref. Shares	189	511,00	EUR	554,26	554,26	104 755
Intl. Business Machines Corp.	100	0,20	USD	72,49	98,74	7 249
Júpiter	3 711	10,00	PLN	1,05	1,05	3 899

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Lloyds Bank 6,625% — PFD Perpétua	920	25,00	EUR	26,65	26,65	24 518
MMO2 PLC	12	0,01	GBP	1,75	1,23	21
Morgan Stanley 6,25% — 03/1-3-2008	2 000	25,00	USD	18,03	23,79	36 062
Nokia	380	0,06	EUR	11,62	11,62	4 416
Optimus	4 100	10,00	PLN	2,27	2,27	9 312
Pfizer	84 000	0,05	USD	19,78	26,94	1 661 376
PKN	4 000	10,00	PLN	9,36	9,36	37 434
Prosper	1 600	10,00	PLN	2,87	2,87	4 592
RaboBank 7% — 99/31-12-2004 — PFD	11 536	25,00	EUR	25,22	25,22	290 938
Redan	1 000	10,00	PLN	2,91	2,91	2 911
Telefonica Data Brasil — ADR	420	0,01	USD	–	–	–
ZREW	290	10,00	PLN	24,64	24,65	7 147
Zurich Financial 7,125% — 99 PFD	10 200	25,00	EUR	25,57	25,57	260 814
Unidades de participação						3 276 773
Aris Fund PCC, Ltd.	15 775	0,01	EUR	141,78	141,78	2 236 548
Jed. Uczest. FIO	40 000	100,00	PLN	26,01	26,01	1 040 225
Títulos subordinados						17 067 472
Emitidos por residentes						56 530
Banco Totta — 96/15-7-2006	1	0,01	EUR	65,00	100,00	1
BES Sub. — 96/20-5-2006	1	0,01	EUR	64,00	98,87	1
CPP 97/12 Tops Perp. Step	63 374	0,01	EUR	85,25	85,05	54 028
Lusoleasing Ob. Cx. Sub. 95	2 494	0,01	EUR	100,24	99,90	2 500
Emitidos por não residentes						17 010 942
Alpha Group — 02-12-2012 — Perp. Sub.	30 000	1 000,00	EUR	109,05	108,70	32 714
Banco Santander Sub. — 12-4-2005	100	0,01	EUR	100,09	99,90	100
Banif Fin., Ltd — 04/22-12-2014	2 197 000	1 000,00	EUR	100,10	100,00	2 199 169
Banque Fed. Cred. Mu. 04/Perp. Sub.	500 000	1 000,00	EUR	99,69	99,55	498 429
Cred. Suisse — 98/11-02-08 — Perp.	81 807	5 113,00	EUR	101,78	101,35	83 264
CS Fin Prod. — 98/08-5-08 — Perp. Sub.	160 000	10 000,00	USD	73,40	99,75	117 442
Deutsche Post Fund 04 — Perp. Sub. II	13 110 000	1 000,00	EUR	99,38	99,25	13 029 155
Dresdner Bank — 97/26-03-2007	49 880	49 880,00	EUR	100,86	99,49	50 307
Royal BK Scot. 04/Perp. A	1 003 000	1 000,00	EUR	99,74	99,25	1 000 362
Títulos próprios — rendimento fixo						61 912 912
Emitidos por residentes						61 912 912
B. Mello Inv. — 95/30-6-2005 — Sub.	525 066	0,01	EUR	100,11	100,10	525 630
ENBCPI Biotecnolog. — 00/04-8-2005	6 000 000	100 000,00	EUR	97,25	97,25	5 835 000
ENBCPI CG 33 Plus Fev. 2002-2005	7 926 350	50,00	EUR	98,68	98,68	7 821 722
ENBCPI CG Biofarmacéuticas 2005	1 456 700	50,00	EUR	97,69	97,69	1 423 050
ENBCPI CG Mais Outubro 2005	329 600	50,00	EUR	96,15	96,15	316 910
ENBCPI CG Rend. 24 Mar. 2002-2005	7 056 950	50,00	EUR	101,38	101,38	7 154 336
ENBCPI Economia Mundial Abr. 2005	5 789 350	50,00	EUR	100,07	98,69	5 793 596
ENBCPI Inv. Duplo Var. Ago. 2005	1 499 300	50,00	EUR	98,81	98,81	1 481 458

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
ENBCPI Inv. Duplo Var. Jul. 2005	2 353 100	50,00	EUR	101,80	101,80	2 395 456
ENBCPI Inv. Mais Agosto 2005	1 978 900	50,00	EUR	104,56	104,56	2 069 138
ENBCPI-CG Econ. Global — 050301	4 110 900	50,00	EUR	97,50	97,50	4 008 128
ENBCPI-CG Média 05 — 170400	3 299 100	50,00	EUR	96,16	96,16	3 172 415
ENBCPI-CG Sel. Emp. Mun. 2005	4 090 750	50,00	EUR	102,14	102,14	4 178 292
ENBCPI-CG Tel. Móveis 05 — 200300	4 346 500	50,00	EUR	96,50	96,50	4 194 372
ENBCPI-CG Telecoms 2005 — 010200	7 573 600	50,00	EUR	98,83	98,83	7 484 989
ENBCPS Ob Eur. Inc. Bo. Eq. St. 12/05	25 000	100,00	EUR	102,64	102,64	25 660
ENBMI-Biotech 00/3-3-2005 1T	4 100 000	50 000,00	EUR	98,36	98,36	4 032 760
Títulos próprios — rendimento variável						154 551 298
Emitidos por não residentes						154 551 298
BCP Fin. Comp. — Pref. Shares-Series C	100 000	100,00	EUR	112,44	109,31	112 438
BCP Fin. Comp. 00/28-09 Pref. Sh. Sr. B	50 565	100,00	EUR	100,25	100,25	5 069 141
Certif. DAX 9-11-2005	747 285	31,00	EUR	42,76	42,76	31 953 907
Certif. DJ Ind. Avg. 3-6-2005	484 033	105,00	EUR	79,90	79,90	38 674 236
Certif. Eurostoxx 50 3-6-2005	1 394 044	40,00	EUR	29,70	29,70	41 403 107
Certificados PSI20 28-9-2006	309 505	60,00	EUR	78,15	78,15	24 187 816
VME s/ acções Aris Fund PCC, Ltd.	1 281 990	10,00	EUR	10,26	10,26	13 150 653
B) Títulos — investimento						*3 463 211 082*
De rendimento fixo — de emissores públicos						1 555 640 017
De dívida pública portuguesa						566 495
A médio e a longo prazos						566 495
Consolidado 2,75% 1943 Perp.	544	0,01	EUR	72,36	49,00	394
Consolidado 3% 1942 Perp.	123 701	0,01	EUR	62,70	78,10	77 384
Consolidado 3,5% 1941 Perp.	33 101	0,01	EUR	64,07	34,48	16 185
Consolidado 4% 1940 Perp.	175 238	0,01	EUR	81,03	75,32	152 093
OT 3,25% 04/15-7-2008	93 000	0,01	EUR	100,29	101,31	93 271
OT 3,95% 99/15-7-2009	176 000	0,01	EUR	104,48	103,88	183 888
OT 9,5% 96/23-2-2006	41 000	0,01	EUR	105,56	107,97	43 280
De outros emissores públicos nacionais						260 404 160
A médio e a longo prazos						260 404 160
RAM 96/10-7-2006 TV	129 687 453	0,01	EUR	100,00	100,00	129 687 453
RAM 96/30-12-2006 TV	16 959 129	0,01	EUR	100,00	100,00	16 959 128
RAM 97/30-6-2007 1/3 S	113 605 921	0,01	EUR	100,01	100,00	113 637 579
RAM 97/30-6-2007 1/3 S	120 000	0,01	EUR	100,00	100,00	120 000
De outros emissores públicos estrangeiros						1 294 669 362
A curto prazo						178 182 757
52GTB — 2005/01	10	1 000,00	EUR	999,51	999,51	9 995
Canadian Government 4,25% 09/09	1 000	3 000,00	CAD	1 872,42	1 872,42	1 872 422

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Canadian Govt. 4,25% 9-1-2008	1 000	3 000,00	CAD	1 876,22	1 876,22	1 876 218
Canadian Govt. 4,5% 9-1-2007	1 000	2 000,00	CAD	1 251,22	1 251,22	1 251 218
Canadian Govt. 7,0%12-1-2006	1 000	2 000,00	CAD	1 305,43	1 305,43	1 305 434
Estado Moçambicano	3 694 210	66 500,00	MZM	2,67	2,56	9 885 062
Estado Moçambicano	2 740 250	66 985,56	MZM	2,57	2,57	7 035 598
Estado Moçambicano	2 122 110	99 973,81	MZM	3,94	3,94	8 354 133
Estado Moçambicano	100 000	100 000,00	MZM	3,94	3,94	394 368
Estado Moçambicano	210 890	100 500,00	MZM	3,96	3,96	835 159
TB 100805	2 500	10 000,00	PLN	2 355,74	2 355,74	5 889 356
TB 121005	6	10 000,00	PLN	2 330,74	2 330,74	13 984
TB 130705	50	10 000,00	PLN	2 366,66	2 366,66	118 333
TB 160205	1 214	10 000,00	PLN	2 428,31	2 428,31	2 947 966
TB 170805	15	10 000,00	PLN	2 352,94	2 352,94	35 294
TB 180505	2 520	10 000,00	PLN	2 390,10	2 390,10	6 023 054
TB 191005	1 100	10 000,00	PLN	2 328,00	2 328,00	2 560 798
TB 200705	8 000	10 000,00	PLN	2 363,81	2 363,81	18 910 505
TB 220605	477	10 000,00	PLN	2 375,23	2 375,23	1 132 984
TB 310805	3 929	10 000,00	PLN	2 347,35	2 347,35	9 222 738
TB050302	510	10 000,00	PLN	2 422,42	2 422,42	1 235 434
TB050413	4 349	10 000,00	PLN	2 404,59	2 404,59	10 457 577
TB050427	2 508	10 000,00	PLN	2 398,78	2 398,78	6 016 128
TB050601	1 381	10 000,00	PLN	2 383,86	2 383,86	3 292 115
TB050608	15 636	10 000,00	PLN	2 380,98	2 380,98	37 228 969
TB050615	4 700	10 000,00	PLN	2 378,11	2 378,11	11 177 091
TB050629	269	10 000,00	PLN	2 372,36	2 372,36	638 166
TB050706	2 696	10 000,00	PLN	2 369,51	2 369,51	6 388 192
TB050727	1 590	10 000,00	PLN	2 361,37	2 361,37	3 754 580
TB050803	564	10 000,00	PLN	2 358,55	2 358,55	1 330 224
TB050824	3 376	10 000,00	PLN	2 350,14	2 350,14	7 934 075
TB050914	111	10 000,00	PLN	2 341,79	2 341,79	259 938
TB051102	2 652	10 000,00	PLN	2 322,53	2 322,53	6 159 340
TB051116	1 089	10 000,00	PLN	2 317,08	2 317,08	2 523 302
TB051214	49	10 000,00	PLN	2 306,27	2 306,27	113 007
A médio e a longo prazos						1 116 486 605
500097	1	66 855,82	USD	49 968,83	69 893,61	49 969
500217	1	140 432,20	USD	104 324,68	144 547,85	104 325
500250	1	141 483,75	USD	104 586,23	145 996,23	104 586
500347	1	115 229,19	USD	86 340,02	121 382,43	86 340
500351	1	23 197,37	USD	17 030,59	24 601,55	17 031
500452	1	55 031,23	USD	41 238,68	57 578,90	41 239
500490	1	37 471,97	USD	28 189,59	39 576,21	28 190
500815	1	124 305,82	USD	94 260,00	131 754,72	94 260
500841	1	90 045,17	USD	66 107,61	90 888,08	66 108
500911	1	67 621,89	USD	51 162,70	71 605,09	51 163
500932	1	55 645,12	USD	41 314,19	56 969,03	41 314
500984	1	73 797,80	USD	55 086,59	76 467,73	55 087
501203	1	57 417,73	USD	43 559,94	61 040,96	43 560
501203	1	104 007,32	USD	78 987,14	110 570,49	78 987
501225	1	52 656,99	USD	39 871,54	55 979,80	39 872

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
501247	1	71 278,04	USD	53 176,10	73 528,36	53 176
501261	1	65 447,66	USD	49 659,31	69 271,90	49 659
501261	1	98 171,49	USD	74 442,12	103 907,85	74 442
501329	1	369 182,94	USD	289 019,80	388 423,28	289 020
501349	1	54 173,08	USD	41 194,89	57 520,49	41 195
501381	1	89 327,62	USD	67 872,41	93 513,15	67 872
501399	1	119 468,65	USD	90 732,51	126 685,75	90 733
501620	1	82 212,17	USD	62 856,46	87 436,42	62 856
501777	1	98 277,49	USD	72 086,65	99 204,25	72 087
502292	1	302 330,12	USD	221 509,54	301 941,02	221 510
502389	1	365 173,56	USD	267 509,54	363 978,71	267 510
502506	1	68 223,34	USD	50 043,01	68 141,40	50 043
502519	1	113 740,75	USD	83 482,74	113 636,11	83 483
502573	1	108 989,00	USD	80 924,97	110 651,52	80 925
502607	1	45 113,38	USD	33 091,95	45 601,10	33 092
502865	1	505 593,23	USD	394 530,51	533 739,10	394 531
502919	1	97 737,30	USD	71 692,97	98 473,26	71 693
503057	1	203 733,30	USD	149 494,19	203 592,72	149 494
503113	1	771 721,27	USD	566 021,49	771 197,27	566 021
503152	1	297 834,12	USD	218 546,00	297 638,74	218 546
503251	1	147 862,46	USD	108 098,86	147 290,82	108 099
503274	1	254 245,38	USD	185 951,80	253 265,26	185 952
503409	1	539 357,44	USD	395 578,04	539 026,81	395 578
503424	1	1 674 758,54	USD	1 228 296,90	1 673 752,01	1 228 297
503428	1	841 176,61	USD	626 430,25	855 883,74	626 430
503432	1	1 510 567,22	USD	1 107 360,98	1 509 656,35	1 107 361
503467	1	1 391 579,02	USD	1 021 642,33	1 390 773,30	1 021 642
503492	1	2 181 977,09	USD	1 600 221,30	2 180 661,36	1 600 221
503521	1	440 667,03	USD	323 189,63	440 402,19	323 190
503637	1	239 661,44	USD	175 949,96	239 518,36	175 950
503639	1	353 898,78	USD	259 290,79	350 838,97	259 291
503869	1	376 866,52	USD	276 680,51	373 600,22	276 681
504177	1	467 265,16	USD	343 047,62	462 989,22	343 048
504197	1	2 007 296,37	USD	1 478 903,54	1 990 453,15	1 478 904
504339	1	181 864,16	USD	136 360,53	183 202,50	136 361
504490	1	2 167 609,55	USD	1 591 373,28	2 146 533,88	1 591 373
504654	1	1 822 225,61	USD	1 332 781,21	1 805 433,80	1 332 781
504711	1	415 944,22	USD	305 083,55	417 385,05	305 084
504712	1	707 628,52	USD	519 055,36	709 430,85	519 055
504782	1	787 569,83	USD	578 202,65	787 515,49	578 203
504787	1	767 918,77	USD	563 775,62	771 281,49	563 776
504788	1	831 471,19	USD	610 433,29	833 588,12	610 433
504834	1	992 234,02	USD	728 459,01	992 451,32	728 459
504920	1	864 538,02	USD	637 722,14	864 199,12	637 722
505184	1	398 879,67	USD	292 841,69	395 229,12	292 842
505271	1	1 091 324,93	USD	804 895,20	1 098 370,52	804 895
505589	1	652 989,94	USD	484 193,67	657 586,99	484 194
52GGB-2006/02H	40 000 000	0,01	EUR	0,01	0,01	436 807
52GGB-2006/06H	34 000	1 000,00	EUR	1 017,29	1 017,29	34 587 893
52GGB-2007/04	24	1 000,00	EUR	1 025,23	1 025,23	24 606

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
52GGB-2007/06A	24	1 000,00	EUR	1 023,60	1 023,60	24 567
52GGB-2009/04	5	1 000,00	EUR	1 035,33	1 035,33	5 177
52GGB-2012/05	38	1 000,00	EUR	1 106,52	1 106,52	42 048
52GGB-2013/05B	30	1 000,00	EUR	1 035,96	1 035,96	31 079
52GGB-2014/05	4	1 000,00	EUR	1 051,34	1 051,34	4 205
B Greece GRD-2005/121 (Bond192/04)	1	8 862 771,87	USD	6 506 696,92	9 262 757,63	6 506 697
B. Greece GRD-2005/12 (Bond191/04)	1	4 956 598,07	USD	3 638 938,45	5 179 491,33	3 638 938
Brasil Disc. ZL 94/15-4-2024	500	500,00	USD	73,42	92,25	367
Brasil EI-L 94/15-4-2006 VN 400	6 840	120,00	USD	72,58	100,16	4 964
Brasil Flrb 94/15-4-09 USD	21 462	692,00	USD	66,51	90,13	14 275
Brasil Par. 94/15-4-24 USD	500	500,00	USD	73,42	93,13	367
City of Vancouver	1 000	3 000,00	CAD	1 988,30	1 988,30	1 988 304
DS0509	272 472	1 000,00	PLN	242,75	242,75	66 141 749
DS1015	85 000	1 000,00	PLN	253,72	253,72	21 565 798
DZ0108	28 002	1 000,00	PLN	251,98	251,98	7 055 860
DZ0109	620 108	1 000,00	PLN	253,91	253,91	157 452 321
DZ0110	180 826	1 000,00	PLN	255,72	255,72	46 241 340
DZ0406	7 876	1 000,00	PLN	247,25	247,25	1 947 354
DZ0708	196 679	1 000,00	PLN	252,76	252,76	49 712 670
DZ0811	384 699	1 000,00	PLN	245,54	245,54	94 458 227
DZ1006	16 180	1 000,00	PLN	250,48	250,48	4 052 823
Estado Moçambicano	10 000 000	100 000,00	MZM	9,30	9,30	92 992 113
Estado Sul Africano	15 000	1 000,00	ZAR	133,16	133,16	1 997 383
ETR0702/05	1 000 000	400,00	EUR	442,09	217,84	442
ETR1002/14	1 000 000	12 444,00	EUR	13 953,89	6 777,04	13 954
ETR1801/11	1 000 000	1 600,00	EUR	2 003,46	871,36	2 003
ETR2109/09	1 000 000	11 298,00	EUR	11 815,70	6 152,92	11 816
FFCB	3 000	1 000,00	USD	734,38	734,38	2 203 142
FHLB	18 000	1 000,00	USD	734,32	734,32	13 218 102
FHLB 2009/02A (47/04)	1	5 000 000,00	USD	3 669 816,88	4 998 000,00	3 669 817
FHLB 2009/03 (79/04)	1	10 000 000,00	USD	7 341 604,87	10 226 500,00	7 341 605
FHLB 2009/11 (228/04)	1	2 000 000,00	USD	1 464 321,59	1 991 800,00	1 464 322
FHLB 3.83 08-04	1	5 000 000,00	USD	3 670 802,44	4 942 000,00	3 670 802
FHLB-2017/12 (244/04)	1	10 000 000,00	USD	7 341 604,87	10 000 000,00	7 341 605
FHLMC	2 000	1 000,00	USD	733,81	733,81	1 467 626
FHR 2649 FU	3 862	1 000,00	USD	734,55	734,55	2 836 835
FNMA	8 000	1 000,00	USD	734,35	734,35	5 875 119
FNMA 2009/03A (76/04)	1	2 920 000,00	USD	2 143 748,62	2 918 248,00	2 143 749
FNMA 2009/10 (109/04)	1	5 000 000,00	USD	3 669 808,26	4 977 000,00	3 669 808
FNR 2003-59 FQ	2 967	1 000,00	USD	733,41	733,41	2 176 025
FNR 2004-85 KF	5 077	1 000,00	USD	734,09	734,09	3 726 997
Grécia GRD-2005/07 (Bond193/04)	1	10 862 186,68	USD	7 974 588,27	11 098 754,24	7 974 588
Grécia GRD-2006/01 (Bond195/04)	1	7 509 997,07	USD	5 513 543,11	7 827 602,36	5 513 543
Grécia GRD-2006/011 (Bond194/04)	1	8 066 907,25	USD	5 922 404,56	8 404 499,25	5 922 405
Instcr. Float 97/13-10-2005	1 246 995	5,00	EUR	100,00	100,11	1 246 995
MAGA 3A2	1	5 000 000,00	USD	3 670 802,45	5 058 750,00	3 670 802
MMT 2000-3	1	10 000 000,00	USD	7 341 604,87	9 882 315,00	7 341 605
NBP KRN 0312	1 613 118	100,00	PLN	24,17	24,17	38 981 902
OK0406	130 000	1 000,00	PLN	226,33	226,33	29 427 499
OK0806	432 000	1 000,00	PLN	221,52	221,52	95 696 804

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
OK1206	670 000	1 000,00	PLN	217,77	217,77	145 908 923
OT 98/23-6-2007	2 011 594	5,00	EUR	100,00	93,86	2 011 594
OT 98/23-6-2008	19 507 766	5,00	EUR	100,00	90,56	19 507 766
OT 98/23-6-2008	192 100	5,00	EUR	100,00	90,56	192 100
Prov. of Ontario 5,7% 12-1-08	1 000	2 000,00	CAD	1 304,39	1 304,39	1 304 394
SLMA 2001-1 B	1	6 000 000,00	USD	4 404 962,92	6 018 229,20	4 404 963
Small Business Admin. Pool 502875	787	1 000,00	USD	734,16	734,16	577 941
Small Business Admin. Pool 503124	2 881	1 000,00	USD	734,16	734,16	2 114 825
Small Business Admin. Pool 503491	2 732	1 000,00	USD	734,16	734,16	2 005 791
Small Business Admin. Pool 504750	3 415	1 000,00	USD	734,16	734,16	2 507 304
Small Business Admin. Pool 504878	4 197	1 000,00	USD	736,41	736,41	3 090 725
Small Business Admin. Pool 505109	2 856	1 000,00	USD	740,11	740,11	2 113 758
TRB060405T13	1 000 000	47 492,65	TRL	44 877,25	25 864,64	44 877
TRB090205T12	1 000 000	39 022,44	TRL	38 219,82	21 251,74	38 220
TRB100805T13	1 000 000	58 727,81	TRL	51 388,92	31 983,34	51 389
TRB230205T14	1 000 000	32 455,61	TRL	31 613,70	17 675,42	31 614
TRB270705T15	1 000 000	18 256,73	TRL	16 302,84	9 942,67	16 303
TRB280905T12	1 000 000	53 646,66	TRL	45 970,46	29 216,13	45 970
TRB290605T14	1 000 000	15 425 815,82	TRL	13 815 106,09	8 400 945,33	13 815 106
TRT050706T10	1 000 000	3 457 556,37	TRL	2 606 824,12	1 882 995,52	2 606 824
TRT051005T16	1 000 000	53 319,36	TRL	45 415,61	29 037,88	45 416
TRT060705T10	1 000 000	4 435 217,84	TRL	4 015 883,63	2 415 432,87	4 015 884
TRT070905F13	1 000 000	769 043,11	USD	742 972,53	418 823,17	742 973
TRT071205T12	1 000 000	1 095 492,32	TRL	905 601,19	596 608,39	905 601
TRT110505T23	1 000 000	3 236,03	TRL	3 242,51	1 762,35	3 243
TRT120406T14	1 000 000	74 524,02	TRL	57 713,59	40 586,00	57 714
TRT130705F17	1 000 000	1 505 873,47	USD	1 440 160,95	820 103,19	1 440 161
TRT130906T18	1 000 000	14 189 205,97	TRL	14 372 165,28	7 727 483,92	14 372 165
TRT140606T10	1 000 000	10 920 468,90	TRL	11 046 921,23	5 947 319,95	11 046 921
TRT150306T12	1 000 000	33 773,55	TRL	33 468,91	18 393,18	33 469
TRT160205F19	1 000 000	35 832,89	USD	35 647,34	19 514,70	35 647
TRT160205F27	1 000 000	1 600,00	EUR	1 588,27	871,36	1 588
TRT161105T12	1 000 000	44 028,97	TRL	46 118,78	23 978,31	46 119
TRT171007T10	1 000 000	2 817 160,44	TRL	3 083 619,79	1 534 233,98	3 083 620
TRT180106T11	1 000 000	14 805,58	TRL	15 186,87	8 063,16	15 187
TRT190105T11	1 000 000	2 464,33	TRL	2 587,54	1 342,08	2 588
TRT191005F16	1 000 000	453 112,68	USD	456 337,11	246 766,52	456 337
TRT191005T10	1 000 000	15 507,57	TRL	16 273,24	8 445,47	16 273
TRT210307F19	1 000 000	73 708,95	USD	73 327,16	40 142,11	73 327
TRT210307F19	1 000 000	2 386 456,81	USD	2 333 916,89	1 299 671,50	2 333 917
TRT210905F15	1 000 000	408 508,04	USD	409 705,17	222 474,70	409 705
TRT210905F23	1 000 000	1 086 856,00	EUR	1 108 258,07	591 905,02	1 108 258
TRT220206T14	1 000 000	17 078,75	TRL	13 575,54	9 301,14	13 576
TRT220605F17	1 000 000	446 879,66	USD	435 814,15	243 372,00	435 814
TRT230305T13	1 000 000	15 289,18	TRL	14 499,91	8 326,53	14 500
TRT240506T19	1 000 000	55 243,44	TRL	42 284,24	30 085,74	42 284
TRT240805T17	1 000 000	1 133 416,84	TRL	974 806,72	617 262,19	974 807
TRT250505T19	1 000 000	44 228,84	TRL	40 788,62	24 087,16	40 789
TRT260105T12	1 000 000	16 164,36	TRL	15 945,16	8 803,16	15 945
TRT260406F14	1 000 000	11 673,88	USD	11 085,23	6 357,63	11 085

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
TRT270405T18	1 000 000	17 430,56	TRL	16 375,91	9 492,73	16 376
US Treasury Security	3 500	1 000,00	USD	749,00	749,00	2 636 527
UTR1402/34	1 000 000	4 962,19	USD	5 308,01	2 702,42	5 308
UTR1501/14	1 000 000	3 416,05	USD	4 129,96	1 860,39	4 130
UTR1501/30	1 000 000	3 668,60	USD	5 511,80	1 997,93	5 512
UTR1503/15	1 000 000	40 593,92	USD	42 687,53	22 107,57	42 688
UTR3006/11	1 000 000	7 114,01	USD	7 989,65	3 874,31	7 990
WZ0307	2 000	1 000,00	PLN	244,59	244,59	489 189
De rendimento fixo — de outros emissores						1 083 368 124
Emitidos por residentes						582 889 382
A médio e a longo prazos						216 004 815
Auto-Industrial 01/30-4-2005 — 1.ª emissão	750 000	1,00	EUR	100,00	100,08	750 000
Banco Mais 02/23-9-07	11 250 000	38,00	EUR	100,00	100,14	11 250 000
Cofipsa 96/22102006 TV RVN	37 924 000	2,00	EUR	100,00	100,11	37 924 000
CP 95/22-12-2005 TV	620 505	0,01	EUR	99,96	99,87	620 249
Fab. Tex. Vizela 4% 97/280905	87 184	4,00	EUR	100,00	100,00	87 184
Focor 00/21-7-2005 TV	4 987 950	50,00	EUR	100,00	100,13	4 987 950
Jerónimo Martins, SGPS 03/03-10-2008	20 000 000	5,00	EUR	100,00	100,06	20 000 000
JMR 03/12-6-2008 FRN	57 500 000	5,00	EUR	100,00	100,09	57 500 000
Lisnave 91/15-11-2006	90	0,01	EUR	97,16	98,00	87
Lisnave 92/30-5-2007	70 724	0,01	EUR	99,44	98,51	70 331
Metroplitano Lisboa 95/27-7-07	10 104 750	5,00	EUR	99,51	98,95	10 055 011
Recheio 98/14-08-2005 1S	63 483 375	0,01	EUR	99,10	100,00	62 912 563
Solidal 98/301005 TV N RVN	6 611 750	2,00	EUR	99,48	100,11	6 603 940
Sopete 95/15-10-2005 TV Nova	748 500	5,00	EUR	100,00	100,11	748 500
Vista Alegre 98/161205	2 495 000	5,00	EUR	100,00	100,00	2 495 000
Papel Comercial						366 884 567
P. Com. 130704-210605 07/21-6-2005	4 166 667	1,00	EUR	100,00	–	4 166 663
P. Com. 270704B Climaespaço — 29.ª emissão	995 748	1,00	EUR	100,00	–	995 748
P. Com. A. Nac. Farmácias 04/05 — 1.ª emissão	88 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	88 000 000
P. Com. Cifial 04/28-6-2005 — 1.ª emissão	4 700 000	50 000,00	EUR	100,00	–	4 700 000
P. Com. Compta 04/27-6-2005 — 1.ª emissão	6 500 000	50 000,00	EUR	100,00	–	6 500 000
P. Com. C.P. 04/27-6-2005 — 27.ª emissão	1 246 995	49 880,00	EUR	100,00	–	1 246 995
P. Com. CUF 04/17-1-2005 — 17.ª emissão	22 445 906	49 880,00	EUR	100,00	–	22 445 906
P. Com. EDA 04-270105 — 23.ª emissão	2 493 990	49 880,00	EUR	100,00	–	2 493 990
P. Com. ETE 04/21-1-2005	5 000 000	1,00	EUR	100,00	–	5 000 000
P. Com. Evicar 04/25-11-2005 — 9.ª emissão	1 745 793	49 880,00	EUR	100,00	–	1 745 793
P. Com. J. Mello 04/28-1-2005 — 30.ª emissão	25 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	25 000 000
P. Com. J. Mach. Almeida 04/05 — 33.ª emissão	4 987 979	49 880,00	EUR	100,00	–	4 987 979
P. Com. JP Vinhos 04/05 — 33.ª emissão	2 493 990	49 880,00	EUR	100,00	–	2 493 990
P. Com. JP Vinhos 04/17-5-05 — 34.ª emissão	4 987 979	49 880,00	EUR	100,00	–	4 987 979
P. Com. Lactogal 04/03-5-2005 — 39.ª emissão	1 600 000	50 000,00	EUR	100,00	–	1 600 000
P. Com. Lactogal 04/10-2-2005 — 4.ª emissão	12 250 000	50 000,00	EUR	100,00	–	12 250 000
P. Com. Lactogal 04/15-2-2005 — 40.ª emissão	800 000	50 000,00	EUR	100,00	–	800 000
P. Com. Lameirinho 04/09-3-05 — 51.ª emissão	1 530 000	1 530 000,00	CHF	64,81	–	991 639

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
P. Com. Lameirinho 04/09-3-05 — 52.ª emissão	1 010 000	5 000,00	GBP	141,83	–	1 432 523
P. Com. Lisgráfica 04/05 — 31.ª emissão	625 000	25 000,00	EUR	100,00	–	625 000
P. Com. Lisgráfica 04/05 — 90.ª emissão	2 238 580	1,00	EUR	100,00	–	2 238 580
P. Com. Mestre Maço 04/05 — 8.ª emissão	2 500 000	1,00	EUR	100,00	–	2 500 000
P. Com. Monte & Monte 04/05 — 1.ª emissão	5 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	5 000 000
P. Com. Monte & Monte 0405 — 2.ª emissão	2 500 000	50 000,00	EUR	100,00	–	2 500 000
P. Com. MTO 04 / 01-9-05 — 2.ª emissão	750 000	50 000,00	EUR	100,00	–	750 000
P. Com. MTO, SGPS 04 — 1.ª emissão	1 850 000	50 000,00	EUR	100,00	–	1 850 000
P. Com. MTO, SGPS 04/05 — 3.ª emissão	300 000	50 000,00	EUR	100,00	–	300 000
P. Com. Pap. Fernandes 04/05 — 1.ª emissão	7 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	7 000 000
P. Com. Pavicentro 04/05 — 11.ª emissão	2 493 990	49 880,00	EUR	100,00	–	2 493 990
P. Com. Pescanova 04/14-02-05 — 32.ª emissão	997 596	49 880,00	EUR	100,00	–	997 596
P. Com. Procme 04/10-1-05 — 26.ª emissão	4 988 000	49 880,00	EUR	100,00	–	4 988 000
P. Com. Quimigal 04/30-6-2005 — 12.ª emissão	798 077	49 880,00	EUR	100,00	–	798 077
P. Com. Singer 04/09-3-2005 — 31.ª emissão	2 493 990	49 880,00	EUR	100,00	–	2 493 990
P. Com. Sovena 02-7-04A — 1.º leilão	13 500 000	1,00	EUR	100,00	–	13 500 000
P. Com. Tecnicre 04/09-5-2005 — 10.ª emissão	10 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	10 000 000
P. Com. Tertir 04/02-2-05 — 14.ª emissão	6 564 180	1,00	EUR	100,00	–	6 564 180
P. Com. Vicaima 04/24-1-2005 — 91.ª emissão	1 246 995	1,00	EUR	100,00	–	1 246 995
P. Com. Portucel 22-4-04 — 52.ª emissão	40 198 954	1,00	EUR	100,00	–	40 198 954
P. Com. Sonae 17-12-04-C — 32.ª emissão	69 000 000	50 000,00	EUR	100,00	–	69 000 000
Por organismos financeiros internacionais						21 381 641
A médio e a longo prazos						21 381 641
BEI 5,625% 98/15-02-2028	20 336 000	8,00	EUR	99,19	99,19	20 172 244
BEI 8% 96/11-10-2016	44 982	4,99	EUR	5,30	6,92	238 560
BEI 8% 96/11-10-2016	6 983	5,00	EUR	113,19	113,82	7 904
BEI 96/2016	199 919	4,99	EUR	4,82	6,92	962 933
Por outros não residentes						479 097 101
A médio e a longo prazos						479 097 101
52ABG — 2014/08	1	10 000,00	EUR	1 002,29	1 002,29	1 002
52ARIA — 2013/01	1 650	10 000,00	EUR	7 923,00	7 923,00	13 072 958
52BEI — 2005/04	482	8,00	EUR	8,22	8,22	3 961
52BEI — 2005/10B	299	1 000,00	EUR	1 014,76	1 014,76	303 413
52BEI — 2006/04	68 500	8,00	EUR	8,52	8,52	583 488
52BEI — 2006/09	25	1 000,00	USD	766,87	766,87	19 172
52BEI — 2007/01	225	1 000,00	EUR	1 064,54	1 064,54	239 521
52BEI — 2007/12	24	1 000,00	USD	756,98	756,98	18 168
52BEI — 2008/04	87 200	1,00	EUR	1,10	1,10	96 222
52BEI — 2008/09	43	1 000,00	USD	792,88	792,88	34 094
52BEI — 2008/10	64	1 000,00	EUR	1 011,78	1 011,78	64 754
52BEI — 2009/04	195	1 000,00	EUR	1 056,57	1 056,57	206 031
52HELS — 2008/01	60	100 000,00	EUR	60 018,64	60 018,64	3 601 119
52IBRD — 2007/12	18	1 000,00	USD	800,31	800,31	14 406
52NBGF — 2012/06	55	1 000,00	EUR	1 006,38	1 006,38	55 351
BIAL — PO0606B	2	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	48 966

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
BIAL — PO0907B	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
BIAL — PO1008B	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
BIAL — PO1105A	3	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	73 448
BIAL — PO1206A	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
BRZE — PO1207A	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
BRZE — PO1208A	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
BRZE — PO1209A	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
BRZE — PO1210A	8	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	195 862
BRZE — PO1210B	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
BRZE — PO1211B	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
BRZE — PW1210B	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
BRZE — PW1211B	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
Cimentos de Moçambique SARL	1 279 167	100 000,00	MZM	3,94	3,94	5 044 631
Cimentos de Moçambique, SARL	83 333	100 000,00	MZM	3,94	3,94	328 639
CSFB — PLN1115	550 000	1 000,00	PLN	57,09	57,09	31 397 889
EFH	500	960,00	PLN	235,03	235,03	117 517
Efl	1	101 474 082,00	PLN	23 877 536,13	23 877 536,13	23 877 536
Eureko B.V. 01/30-10-2006 FRN	190 000 000	100 000,00	EUR	100,00	99,97	190 000 000
FHLMC 1506 FD	1	216 797,25	USD	161 015,35	218 441,01	161 015
FHR 2725FB (34/04)	1	4 109 808,90	USD	3 027 390,10	4 113 463,34	3 027 390
FHR 2745FH	1	9 999 511,40	USD	7 356 205,21	9 758 102,20	7 356 205
FHR 2764 FC (106/04)	1	1 849 300,44	USD	1 357 683,31	1 835 366,33	1 357 683
FHR 2858 HF (204/04)	1	4 933 250,00	USD	3 621 797,22	4 939 802,34	3 621 797
FHR 2863 GF (226/04)	1	12 561 595,76	USD	9 223 668,24	12 511 843,05	9 223 668
FHR 2876 FH (234/04)	1	7 979 026,62	USD	5 847 845,33	7 966 932,81	5 847 845
FHR 2880 BF (235/04)	1	13 633 655,06	USD	10 009 290,85	13 616 997,46	10 009 291
FHR 2880 FB (237/04)	1	2 780 716,31	USD	2 041 492,04	2 783 500,92	2 041 492
FHR 2909 DK (243/04)	1	7 716 953,00	USD	5 655 746,41	7 766 444,91	5 655 746
FNMA 2001-57 F (3/01)	1	762 815,15	USD	560 028,74	769 447,68	560 029
FNR 2003-124 FG (108/04)	1	7 774 718,46	USD	5 707 891,09	7 831 365,06	5 707 891
FNR 2003-76YA (104/04)	1	2 514 248,76	USD	1 845 862,10	2 469 694,76	1 845 862
FNR 2003-85QT (47/04)	1	5 000 000,00	USD	3 670 802,44	4 983 497,00	3 670 802
FNR 2004-24XC (103/04)	1	1 602 550,10	USD	1 176 528,96	1 579 070,98	1 176 529
GMAC — 2006/02	10 000	4 079,00	EUR	1 023,50	1 023,50	10 235 019
GNR 2003 — 112 PF (196/04)	1	10 000 000,00	USD	7 341 604,87	10 060 644,00	7 341 605
GODO — PO0605A	1	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	24 483
GODO — PO0606A	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
GODO — PO0707A	7	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	171 380
GODO — PO0908A	12	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	293 794
GODO — PO1209A	10	100 000,00	PLN	24 924,52	24 924,52	249 245
Guimarães Mello 04/31-3-2009	25 000 000	100,00	EUR	100,00	100,08	25 000 000
GWLK — M-1105A	100	100 000,00	PLN	24 562,82	24 562,82	2 456 282
GWLK-M-1106A	100	100 000,00	PLN	24 668,68	24 668,68	2 466 419
JARO — PO0907A	44	50 000,00	PLN	12 357,43	12 357,43	546 048
JARO — PO0908A	44	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	538 622
JARO — PO1205A	26	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	318 276
JARO — PO1206A	24	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	293 794
KART — PO0908A	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
KART — PO0909A	2	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	48 966
KART — PO1007A	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
KOSC — GM0506A	5	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	61 207
KOSC — GM0807B	10	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	122 414
KOSC — GM1108C	15	50 000,00	PLN	12 241,40	12 241,40	183 621
LEZA — PO0705B	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
LEZA — PO0706B	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
LEZA — PO0707B	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
LEZA — PO0708C	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
LEZA — PO0709C	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
LEZA — PO0710C	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
LUBL — W-1206A	42 000	100,00	PLN	24,62	24,62	1 034 000
MBS DMPL-I-C 00/15-9-2034	6 000 000	1,00	EUR	100,00	113,13	6 000 000
MBS Magellan M. Series 2 Class D	1 500 000	10 000,00	EUR	100,00	101,33	1 500 000
Navigator Strips S10 97/23-2-07	1 259 426	5,00	EUR	100,00	87,83	1 259 426
Navigator Strips S8 97/23-2-05	1 259 426	5,00	EUR	100,00	99,15	1 259 426
Navigator Strips S9 97/23-2-06	1 259 426	5,00	EUR	100,00	93,40	1 259 426
NIEP — MG0408B	35	100 000,00	PLN	24 921,03	24 921,03	870 904
NIEP — MG0705A	35	100 000,00	PLN	24 607,23	24 607,23	859 305
PGNI — 2006/10	20 000	4 079,00	EUR	1 011,23	1 011,23	20 224 561
PILVA — GM1205A	13	100 000,00	PLN	24 483,40	24 483,40	318 284
PILVA — GM1205B	24	100 000,00	PLN	24 527,73	24 527,73	589 474
PILVA — GM1205C	14	100 000,00	PLN	24 519,80	24 519,80	343 277
PILVA — GM1206A	10	100 000,00	PLN	24 643,36	24 643,36	246 434
PILVA — GM1206B	24	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	587 587
PILVA — GM1206C	14	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	342 759
PILVA — GM1207B	22	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	538 622
PILVA — GM1207C	14	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	342 759
PILVA — GM1208C	14	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	342 759
PUCK — PO0107C	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
PUCK — PO0507B	7	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	171 380
PUCK — PO0606A	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
PUCK — PO0705A	2	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	48 966
PUCK — PO0707A	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
PUCK — PO0708C	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
PUCK — PO0809C	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
PUCK — PO1008B	7	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	171 380
PUCK — PO1009B	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
PUCK — PO1108A	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
PUCK — PO1109A	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
STWO — PO0805A	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
STWO — PO0908A	8	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	195 862
STWO — PO1007A	7	100 000,00	PLN	24 484,41	24 484,41	171 399
STWO — PO1105A	5	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	122 414
STWO — PO1206A	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
SWID — GM0205B	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
SWID — GM0207C	3	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	73 448
SWID — GM0506B	8	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	195 862
SWID — GM0708C	10	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	244 828
SWID — GM1107B	6	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	146 897
SWIE — PO0407B	7	200 000,00	PLN	48 965,60	48 965,60	342 759
SWIE — PO0509D	8	200 000,00	PLN	48 965,60	48 965,60	391 725

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
SWIE — PO0607B	8	200 000,00	PLN	48 965,60	48 965,60	391 725
SWIE — PO0806A	8	200 000,00	PLN	48 965,60	48 965,60	391 725
SWIE — PO1005A	5	200 000,00	PLN	49 008,63	49 008,63	245 173
TOMA — PO1207A	3	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	73 448
TOMA-PO1208B	4	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	97 931
TOMA-PW1208B	2	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	48 966
TPSA-2006/03	13 000	4 079,00	EUR	1 024,68	1 024,68	13 324 687
TPSA-2008/10	30 900	2 990,40	USD	792,86	792,86	23 759 992
Bank Boston 2005/08	1	8 000 000,00	USD	5 873 283,90	8 015 200,00	5 873 284
Bank of America 2005/05	1	8 000 000,00	USD	5 873 283,90	8 009 200,00	5 873 284
JP Morgan 2006/12	1	5 000 000,00	USD	3 670 802,44	5 004 500,00	3 670 802
ZARY — PO0809A	10	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	244 828
ZARY — PO0810A	10	100 000,00	PLN	24 482,80	24 482,80	244 828
Certificados de depósito						25 351 294
61ABBE-2006/01	2	1 000 000,00	HKD	97 756,13	91 695,17	195 513
61ABBE-2006/03	1	500 000,00	HKD	49 321,85	45 847,58	49 322
61ABBE2006/03A	2	500 000,00	HKD	48 028,83	45 847,58	96 058
61ABBE-2007/01	2	1 000 000,00	HKD	94 908,29	91 695,17	189 817
61ABBE-2007/02	26	500 000,00	HKD	47 154,94	45 847,58	1 226 028
61ANZB-2005/01	3	1 000 000,00	HKD	94 489,02	91 695,17	283 467
61ANZB-2005/05	3	500 000,00	HKD	48 237,50	45 847,58	144 712
61ANZB-2005/09	2	1 000 000,00	HKD	94 875,31	91 695,17	189 751
61ANZB-2005/12	1	1 000 000,00	HKD	97 253,78	91 695,17	97 254
61ANZB-2007/03	20	1 000 000,00	HKD	93 794,23	91 695,17	1 875 885
61BAM-2006/10	1 400	1 000,00	USD	750,98	91,70	1 051 370
61BAM-2008/01	100	1 000,00	USD	743,12	91,70	74 312
61BAUS-2005/04	2	500 000,00	HKD	47 995,15	45 847,58	95 990
61BBVGF2005/06	3 000	1 000,00	HKD	95,89	91,70	287 662
61BNS-2005/03	1 000	1 000,00	HKD	94,68	91,70	94 676
61BYLA-2007/08	4	500 000,00	HKD	48 055,43	45 847,58	192 222
61CBA-2005/05	1 000	1 000,00	HKD	95,38	91,70	95 377
61CBA-2005/07	1	500 000,00	HKD	47 132,76	45 847,58	47 133
61CBA-2005/08	12	500 000,00	HKD	47 403,31	45 847,58	568 840
61CBA-2006/01	12 000	1 000,00	HKD	95,67	91,70	1 147 980
61CBA-2006/09	1	500 000,00	HKD	47 371,47	45 847,58	47 371
61DEPF-2005/09	2	500 000,00	HKD	47 235,61	45 847,58	94 471
61DEPF-2005/10	16 000	1 000,00	HKD	94,39	91,70	1 510 283
61DEPF-2007/08	1 000	1 000,00	HKD	98,29	91,70	98 287
61DEUT-2005/08	2	500 000,00	HKD	47 111,32	45 847,58	94 223
61DEUT2005/09A	11 000	1 000,00	HKD	94,89	91,70	1 043 767
61DEUT-2007/03	6	1 000 000,00	HKD	95 964,17	91 695,17	575 785
61DEXC-2005/07	8	500 000,00	HKD	47 782,39	45 847,58	382 259
61DEXC-2007/04	9 000	1 000,00	HKD	94,02	91,70	846 162
61DEXC-2007/08	2 000	1 000,00	HKD	98,09	91,70	196 177
61DNBK-2005/01	2	500 000,00	HKD	47 223,36	45 847,58	94 447
61HBOS-2005/06	10 000	1 000,00	HKD	94,69	91,70	946 932
61HBOS-2005/09	1	1 000 000,00	HKD	94 765,89	91 695,17	94 766
61HBOS-2006/01	10	100 000,00	HKD	9 427,09	9 169,52	94 271

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
61HBOS2006/01B	1 000	1 000,00	HKD	95,12	91,70	95 118
61HBOS-2006/02	4	1 000 000,00	HKD	94 940,44	91 695,17	379 762
61HBOS-2007/02	20	500 000,00	HKD	47 186,69	45 847,58	943 734
61HBOS-2007/09	1	500 000,00	HKD	53 612,35	45 847,58	53 612
61HKMT-2005/06	1	1 000 000,00	HKD	95 258,43	91 695,17	95 258
61HKMT-2006/02	10	50 000,00	HKD	4 865,72	4 584,76	48 657
61HKMT2006/021	14	50 000,00	HKD	4 886,46	4 584,76	68 410
61HSBC-2005/01	2	500 000,00	HKD	47 254,11	45 847,58	94 508
61HSBC-2005/03	4	500 000,00	HKD	47 793,97	45 847,58	191 176
61IBRD-2005/05	250	1 000,00	USD	737,76	91,70	184 441
61IBRD-2006/07	300	1 000,00	USD	753,84	91,70	226 153
61IFC-2007/08	1 600	1 000,00	USD	765,34	91,70	1 224 542
61JPM-2005/08A	350	1 000,00	USD	755,49	91,70	264 420
61JPM-2005/11	2	500 000,00	HKD	47 403,48	45 847,58	94 807
61JPM-2006/02	1 700	1 000,00	USD	763,97	91,70	1 298 747
61JPM-2006/08	200	1 000,00	USD	764,37	91,70	152 874
61JPM-2007/05	1 000	1 100,00	USD	838,51	100,86	838 512
61NAB-2006/01	1 000	1 000,00	HKD	94,86	91,70	94 857
61NDLB-2005/01	2	500 000,00	HKD	47 229,10	45 847,58	94 458
61RABO-2006/11	3	500 000,00	HKD	47 223,01	45 847,58	141 669
61RBS-2007/12	1	1 000 000,00	HKD	97 982,01	91 695,17	97 982
61SPIN-2005/03	2	500 000,00	HKD	47 223,01	45 847,58	94 446
61SPIN-2005/09	5	500 000,00	HKD	48 188,89	45 847,58	240 944
61VENM-2008/08	5 000	1 000,00	USD	734,43	91,70	3 672 162
61WSTP-2006/02	5	1 000 000,00	HKD	97 603,66	91 695,17	488 018
61WSTP-2007/09	1	1 000 000,00	HKD	98 914,98	91 695,17	49 457
De rendimento variável						436 480 446
Emitidos por residentes						424 534 011
Acções						32 073 245
A Flor do Campo	145 203	5,00	EUR	4,99	4,99	724 270
Beira Vouga 1000 Mts	4 685	5,00	EUR	0,36	–	1 683
Bordalima Ind. Bord.	18	5,00	EUR	1,00	1,00	18
CNB Camac Comp. Nacional Borracha	33 600	5,00	EUR	0,01	–	168
Com. Aveirense Moagens — Gérmen	10	5,00	EUR	4,00	3,99	40
Comp. Agrícola Bela Vista	10	0,50	EUR	–	–	–
Companhia Aurifícia	1	7,00	EUR	–	0,01	–
Comundo — Cons. Mund. Exp. Import.	22 562	0,50	EUR	0,65	–	14 580
Cooperativa Consumo S. Miguel	150	0,50	EUR	0,50	0,50	75
Copinaque Equip. Desenvolv. Emp.	5	5,00	EUR	5,00	0,33	25
Eurominas Electro. Metalurgia	18	5,00	EUR	5,00	–	90
Fabricas Vasco Gama	93	5,00	EUR	8,80	8,80	818
Fenalu — Soc. Mediação Imobiliária	5 000	5,00	EUR	0,01	–	25
Fiacção Tecidos Torres Novas	8	5,00	EUR	10,00	0,20	80
Fiaco — Fiação Algodões Coimbra	5 450	5,00	EUR	0,00	–	27
FIEP — Fund. Int. Emp. Port., SGPS, S. A.	500 000	5,00	EUR	3,19	3,19	1 593 989
Fipar — SGPS	676 030	5,00	EUR	8,88	8,88	6 000 000

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
FIT — Fomento Indústria Tomate	9	5,00 EUR	16,89	16,87	152
Fitor Comp. Port. Têxteis	41	2,00 EUR	2,00	0,56	82
Fosforeira Portuguesa	10	5,00 EUR	5,00	4,99	50
Grupo Dimensão — Act. Ind. Com. Edi.	1	5,00 EUR	5,00	0,65	5
Ilídio Monteiro Construções	214 684	5,00 EUR	4,99	4,99	1 070 839
Imob. Const. Grão Pará	1	2,00 EUR	3,00	3,13	3
Imobiliária Aviz	1 180	5,00 EUR	7,11	7,11	8 387
Inapa	1 748 187	5,00 EUR	5,72	2,72	9 999 630
Incal — Ind. Comércio Alimentação	2 995	1,00 EUR	1,60	1,60	4 802
Inforgal — Informática de Gestão	3 168	5,00 EUR	–	–	–
Laboratórios Azevedo	48	5,00 EUR	2,50	2,50	120
Lisgarante — Soc. Garantia Mútua	75 700	1,00 EUR	1,00	1,00	75 518
Macedo Coelho — SGPS	11 870	5,00 EUR	8,54	0,03	101 406
Margueira — Soc. Gestão Fnd. Inv. Imo.	7 848	5,00 EUR	4,99	4,99	39 146
Matrena — Soc. Ind. Papéis	83 332	5,00 EUR	10,47	–	872 891
Matur — Soc. Empreend. Tur. Madeira	5 803	5,00 EUR	7,90	7,90	45 842
Metalúrgica Casal, S. A.	34	5,00 EUR	2,50	2,49	85
Norgarante — Soc. Garantia Mútua	27 300	1,00 EUR	1,00	1,00	27 234
Nova Comp. Hotel. Felgueira — SGPS	5 640	5,00 EUR	0,00	–	28
PEC Nordeste	14 375	5,00 EUR	4,99	4,64	71 702
Pirites Alentejanas	103	1,00 EUR	2 189,24	2 189,24	225 492
Porto Cavaleiros — SGPS	12 163	5,00 EUR	7,23	–	87 973
Portugália Comp. Port. Trans. Aéreos	124 000	5,00 EUR	14,97	14,97	1 855 992
Procapital — Soc. Gest. Inv. Imob.	99 000	5,00 EUR	6,88	–	680 807
Procapital — Soc. Gest. Inv. Imob. Caut.	76 104	5,00 EUR	6,88	–	523 355
Procope — Prom. Est. Merc. Public.	4 050	2,00 EUR	1,93	–	7 811
Progado — Soc. Prod. Rações, S. A.	10	5,00 EUR	29,50	29,46	295
Prosica — Soc. Est. Plan. Realiz. Inst.	40	5,00 EUR	15,85	12,16	634
Retur — Residências Turísticas	3	5,00 EUR	0,67	0,83	2
Salvor Investimento Hoteleiro	5	5,00 EUR	5,00	4,99	25
Santos Guimarães Oliveira	10	5,00 EUR	5,00	4,99	50
Seguro Directo Gere	2 150 000	5,00 EUR	3,18	3,18	6 845 712
SNI — Soc. Nacional Imobiliária, S. A.	7 500	5,00 EUR	4,99	4,99	37 410
Soc. Nac. Promoc. Empresa S. A. R. L.	150	2,50 EUR	0,50	0,50	75
Soc. Port. Empreend. Port.	3 338	5,00 EUR	9,98	9,98	33 304
Soc. Port. Empreend. Port. A/C	661	5,00 EUR	9,98	9,98	6 595
Soc. Têxtil Lopes da Costa	2 650	5,00 EUR	–	–	–
Soc. Empreendimentos Ténis, S. A.	4	150,00 EUR	3 990,50	3 990,39	15 962
Soc. Portuguesa Novembal	2 218	5,00 EUR	4,97	4,97	11 013
Somotel Soc. Port. Móteis — Série B	300	2,00 EUR	17,46	17,46	5 237
Sonae — SGPS	20 000	1,00 EUR	0,84	1,07	16 800
Soponate — Soc. Portug. Navi. Tanq. S. A.	300	5,00 EUR	0,01	0,01	2
Sorefame — Soc. Reúnidas Fab. Meta.	9	5,00 EUR	10,22	10,25	92
SPGM — Soc. Investimento	245 200	1,00 EUR	1,00	1,00	244 610
Sport Lisboa e Benfica SAD — Cat. B	230	5,00 EUR	–	5,00	–
Têxteis Atma	27 973	5,00 EUR	2,86	2,86	80 123
Torralta Clube Inter. Férias	200	5,00 EUR	4,99	4,99	998
Unifer — Ind. Metalúrgicas, S. A.	44	5,00 EUR	3,18	–	140
Unisotra — Soc. Fab. Mat. Plast.	166	5,00 EUR	4,92	4,91	816
Vialitoral Conces. Rodov. Madeira	4 750	150,00 EUR	155,39	150,00	738 110

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Títulos de participação						1
BFN Tit. Part. 87 — 2.ª emissão	76	0,01	EUR	68,00	100,00	1
Unidades de Participação						392 460 765
CaixaGest Multivalor	927	5,00	EUR	5,50	5,51	5 103
FI Capital de Risco M. Inovação	170	25 000,00	EUR	24 939,89	24 939,89	4 239 782
FRIE IPE Capital-Retex/Paiep	174	24 940,00	EUR	24 939,89	24 939,89	4 339 541
Fundo de Gestão Imobiliária	700	4,99	EUR	6,26	6,79	4 380
Fundo Imob. Fechado Renda Predial	31 672	5,00	EUR	5,00	5,00	158 360
Fundo Imosotto Acumulação	48 105 000	5,00	EUR	4,88	4,74	234 812 615
Fundo Inc. Imob. Fech. PME Inv. FRIE	174	24 940,00	EUR	24 939,89	24 939,89	4 339 541
Fundo Inv. Imob. Fechado Margueira	20 328 715	5,00	EUR	4,99	4,99	101 399 204
Fundo Inv. Imob. Imorenda	78 929	5,00	EUR	5,00	5,00	394 645
Fundo Invest. AF Mil. Gest. Din.	299 950	50,00	EUR	50,01	50,01	14 999 690
Fundo Invest. Gestão Imobiliária	3 681 263	5,00	EUR	6,73	6,77	24 769 371
PME Cap. Retex — FRIE Norpedip	40	24 940,00	EUR	24 939,90	24 939,89	997 596
PME FRIE IPE Capital Retex	40	24 940,00	EUR	24 939,90	24 939,89	997 596
PME Inv. Retex - FRIE Sulpedip	40	24 940,00	EUR	24 939,90	24 939,89	997 596
UP F. Inv. Fech. Nova Economia 2005	150	50,00	EUR	38,30	48,60	5 745
Emitidos por não residentes						11 946 435
Acções						6 907 470
Banco Sul Brasileiro S. A.	4 932	0,01	EUR	0,12	0,22	6
Comp. Diamantes Angola Diamang	16 181	2,00	EUR	6,67	6,67	107 970
Comp. Diamantes de Angola	3 000	2,00	EUR	7,89	7,89	23 681
Comp. Têxtil do Pungue, S. A. R. L.	3 000	5,00	EUR	–	–	–
Deutsche Telekom	1 600	1,00	EUR	63,83	16,65	102 128
DIAS	11 570	29,35	EUR	29,35	29,35	339 576
Novenergia 2010	121	50 000,00	EUR	52 334,79	52 340,00	6 332 509
Swift	1	1 630,48	EUR	1 600,00	1 600,00	1 600
Unidades de participação						4 346 395
Eureko	969	49,88	EUR	51,18	51,18	49 594
Nova Bank America Equity	400 000	2,93	EUR	1,95	1,95	780 800
Nova Bank Blue Chips Equity	400 000	2,93	EUR	2,34	2,34	935 600
Nova Bank Europa Equity	400 000	2,93	EUR	2,17	2,17	867 960
Nova Bank Small Cap. Equity	400 000	2,93	EUR	2,01	2,01	803 560
Nova Bank US Value	400 000	2,93	EUR	2,25	2,25	899 680
Phoenix Shannon PLC Spon	30 400	1,00	USD	–	–	1
Prime Sicav	880	49,88	EUR	10,45	10,45	9 200
Outros títulos						692 570
Federal Reserve Bank Stock	18 867	50,00	USD	36,71	36,71	692 570

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Títulos subordinados						143 284 089
Emitidos por residentes						1 832 605
A médio e a longo prazos						1 832 605
Banco Totta 97/12 Perp. Tops	59 251	0,01	EUR	99,38	90,00	58 885
CPP 97/12 Tops Perp. Step	1 785 711	0,01	EUR	99,36	85,05	1 773 720
Emitidos por não residentes						141 451 484
A médio e a longo prazos						141 451 484
MBS Nova 01/10.11.2010 Ser. 2 Class D	10 655 700	10 655 700,00	EUR	100,00	100,00	10 655 700
MBS Nova 01/10.11.2010 Ser. 2 Res. C.	50	5,00	EUR	100,00	100,00	50
MBS Nova 02/15.10.2011 Ser. 3 Classe E	9 600 000	10 000,00	EUR	100,00	100,00	9 600 000
MBS Nova 02/19.10.2011 Ser. 3 Res. C.	6 165 000	308 250,00	EUR	100,00	100,00	6 165 000
MBS Tagus Glob. Series 1 Class C	24 898 965	1,00	EUR	106,63	106,90	26 549 067
MBS Tagus Glob. Series 2 Class D1	80 210 703	47 659,00	EUR	110,31	112,64	88 481 667
Títulos próprios — rendimento fixo						219 068 758
Emitidos por residentes						219 068 758
A médio e a longo prazos						219 068 758
BCP Leasing Ob. CX. Sub. 2003/2013	20 000 000	50,00	EUR	100,00	100,00	20 000 000
BCP Leasing OB. Perp. Sub. 2001	30 014 000	5,00	EUR	101,27	99,92	30 395 748
BPA Perp. Sub. 97/30-06-2012	2 105 000	0,01	EUR	102,07	99,47	2 148 633
Banco Sotto 1997 Perp. Tops 1S e 2S	2 458 288	0,01	EUR	97,91	85,00	2 406 966
Banco Mello Imo. 97/26.06.2012 1.ª emissão	49 879 790	0,01	EUR	102,48	100,41	51 118 888
BCPI 5.72% Nov. 08 00/22-11-2008	350 000	50,00	EUR	106,09	109,12	371 300
BCPI 5.825% Nov. 08 00/22-11-2008	750 000	50,00	EUR	106,46	109,50	798 435
BCPI 5.825% Nov. 08 00/27-11-2008	180 000	50,00	EUR	106,33	109,54	191 394
BCPI Ob. Cx. 5,72% 2000/27-11-2008	60 000	50,00	EUR	105,96	109,16	63 576
Comercial Leasing Obr. Cx. /2000 1S	15 000 000	10,00	EUR	100,02	100,04	15 003 062
Credibanco Ob. Cx. Sub. 2003/2013	20 000 000	50,00	EUR	100,00	100,06	20 000 000
ENBCPI — Ob. Cx. Rend. Seg. 00/08	540 000	50,00	EUR	100,00	97,06	540 000
ENBMI — Biotech. 00/16.02.2005 USD	5 000 000	100 000,00	USD	73,42	100,00	3 670 802
ENBMI — Biotech. 1% 00/03.03.2005 2T	10 000 000	50 000,00	EUR	98,47	98,60	9 847 197
Leasing Atlântico Ob. Cx. 2000	50 000 000	10,00	EUR	100,02	100,05	50 010 205
Nacional Leasing Ob. Cx. 2000 1S	12 500 000	10,00	EUR	100,02	100,04	12 502 552
Títulos próprios — rendimento variável						18 354
Emitidos por não residentes						18 354
A médio e a longo prazos						18 354
MTN BCP Fin. Bank — Alt. W. USD /09	25	1 000,00	USD	734,16	734,16	18 354

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
C) Títulos a vencimento						–
D) Imobilizações financeiras						*3 247 219 309*
Participações						1 949 348 748
Em instituições de crédito no país						7 394 342
Acções						7 394 342
Unicre — Cartão Crédito Intern., S. A.	515 340	5,00	EUR	14,35	–	7 394 342
Em instituições de crédito no estrangeiro						588 285 313
Acções						588 285 313
Banca Intesa, S. P. A.	124 544 187	0,52	EUR	3,93	3,54	489 522 151
Banco Sabadell, S. A.	9 180 103	0,50	EUR	10,67	17,20	97 916 234
Novo Banco, S. A. R. L.	231 000	100 000,00	MZM	3,67	–	846 928
Em outras empresas no País						1 018 452 849
Acções						1 018 421 574
AENOR — Auto-Estradas do Norte, S. A.	374 854	0,01	EUR	0,01	–	3 749
Ambelis Ag. Modernização Lisboa	4 000	4,99	EUR	4,99	–	19 952
APOR — Agência Mod. Porto	1 200	4,99	EUR	4,99	–	5 986
BCP — Assessores Financeiros, L.da	1	349,00	EUR	349,00	–	349
Blue Digit	25 000	0,50	EUR	0,50	–	12 500
Brisal — Auto-Estradas do Litoral S. A.	249 531	1,00	EUR	1,00	–	249 531
Chipidea Microelectrónica, S. A.	179 033	0,50	EUR	6,91	–	1 236 555
Citeve	20	0,01	EUR	498,80	–	9 976
Clínica Particular do Porto, S. A.	43 282	5,00	EUR	5,28	–	228 360
Copinaque Eq. Desenv. Empr., S. A.	20 000	4,99	EUR	11,23	–	224 559
Corte Fino — Transf. Com. Carnes, S. A.	100 000	5,00	EUR	5,00	–	500 000
David Ferreira da Silva & Filhos, S. A.	40 500	5,00	EUR	5,51	–	223 293
Edifícios Atlântico	625 000	1,00	EUR	0,21	–	128 125
EDP — Electricidade Portugal	184 995 602	1,00	EUR	3,47	2,23	641 579 797
FIEP — Fundo Inter. Emp. Port., SGPS	1 500 000	4,99	EUR	3,19	–	4 781 968
Fiandeira Castanheirense — Ind. Têxtil, S. A	48 000	4,99	EUR	4,99	–	239 637
Finangeste	874 500	5,00	EUR	16,36	–	14 311 050
Fogeca — Gestão e Controlo, SGPS, S. A.	8 400 000	1,00	EUR	1,67	–	14 000 000
Garval — Soc. Garantia Mútua, S. A.	50 300	1,00	EUR	1,00	–	50 300
Lograsol — Sociedade Imobiliária, S. A.	279 628	5,00	EUR	5,00	–	1 398 140
Lusoscut — Auto-Estradas da Beira Litoral Alta, S. A.	382 500	0,01	EUR	0,01	–	3 825
Lusoscut — Auto-Estradas do Grande Porto, S. A.	279 750	0,02	EUR	0,02	–	5 595
Lusoscut — Auto-Estradas, S. A.	166 500	0,03	EUR	0,03	–	4 995
Lusoscut — Oper Auto-Estradas, S. A.	750	1,00	EUR	1,00	–	750
Margueira	14 505	4,99	EUR	4,99	–	72 351
Marina do Parque das Nações	6 940 596	1,00	EUR	1,00	–	6 940 596
MTS — Portugal S. G. M. Esp. Dív. Pública	33 654	1,00	EUR	0,99	–	33 197

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
NET — Novas Empresas Tecnológicas, S. A.	5 050	4,99	EUR	2,80	–	14 147
ONI — Op. Nac. Interactivo — SGPS, S. A.	91 327 344	1,00	EUR	3,40	–	310 899 623
Operadora Lusoscut BLA	750	1,00	EUR	1,00	–	750
Operadora Lusoscut GP	2 250	1,00	EUR	1,00	–	2 250
Operanor — Manutenção de Auto-Estradas	667	1,00	EUR	1,00	–	667
Pinto Basto III, S. A.	900	6,67	EUR	–	–	–
Pinto Basto — SGPS, S. A.	19 200	4,99	EUR	17,13	–	328 984
PME Capital — Soc. Port. Cap. Risco, S. A.	501 000	5,00	EUR	5,00	–	2 505 019
PME Investimentos — Soc. Invest., S. A.	502 000	5,00	EUR	4,99	–	2 504 961
Previsão — Soc. Gestão Fundos Pensões	20 000	5,00	EUR	8,35	–	167 088
Scottwool Port. Malhas e Confecções, S. A.	18 000	5,00	EUR	4,99	–	89 784
SDEM — Soc. Des. Emp. Madeira,SGPS	937 500	1,00	EUR	1,00	–	937 500
SIBS	1 081 411	5,00	EUR	11,58	–	12 524 105
Sotima — Soc. Transf. Ind. Madeiras, S. A.	1 798	5,00	EUR	4,99	–	8 968
Taguspark Soc. Lisboa Nom.	435 000	5,00	EUR	4,99	–	2 172 592
Quotas					31 275	
E Seguros, SGPS, L.da	1	100,00	EUR	100,00	–	100
RS Auto, Lda.	5 000	1 000,00	EUR	6,24	–	31 175
Em outras empresas no estrangeiro					335 216 244	
Acções					335 216 244	
Airplus, S. A. R. L.	11 030	100 000,00	MZM	16,10	–	177 622
AR Pomorza Gdanskiego	1	100,00	PLN	9 793,00	–	9 793
Aratus	198	127,56	PLN	5 762,58	–	1 140 990
ARR Agroreg Nowa Ruda, S. A.	1	100,00	PLN	2 448,00	–	2 448
ARR Ostroleka, S. A.	1	100,00	PLN	2 448,00	–	2 448
ARR Rzeszow	1	100,00	PLN	489,00	–	489
ARR Wloclawek	1	100,00	PLN	2 448,00	–	2 448
ARR Zielona Gora	1	100,00	PLN	489,00	–	489
Bank Przemyslowy	1	100,00	PLN	32 709,00	–	32 709
BG Leasing S. A.	7 400	100,00	PLN	29,78	–	220 345
Biuro Informacji Kredytowej	1	–		97 931,00	–	97 931
CPTTM	3	4 951,00	MOP	4 584,67	–	13 754
Cetrel	197	250,00	EUR	386,92	–	76 224
Cifko	190	100,00	PLN	24,48	–	4 652
Cimpan	250	100 000,00	MZM	3,94	–	986
Clube Financiero de Vigo	1	1 000,00	ESP	17 780,00	–	17 780
Comitur — Imob. Turística	70	100 000,00	MZM	4,06	–	284
Companhia Seguros Macau Vida, S. A. R. L.	5	99,00	MOP	99,00	–	495
Computerland	40 255	100,00	PLN	10,47	–	421 452
Credicar	220	100 000,00	MZM	3,95	–	868
CTO	36 421	100,00	PLN	0,94	–	34 286
Eba-Abe. Clearing, S. A. S.	1	1 000,00	EUR	1 000,00	–	1 000
Elmor	1	100,00	PLN	21 155,00	–	21 155
Emis	7 000	200,00	KZ	7,34	–	51 375

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário		Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Eureko B.V.	9 033 137	1,00	EUR	13,67	–	123 443 586
Friends Provident PLC	53 333 333	0,10	GBP	3,68	2,18	196 528 352
GPW	10	100,00	PLN	710,00	–	7 100
Hevelius Management Sp. z o.o.	9 387	100,00	PLN	25,04	–	235 020
Huta L.W.	1	100,00	PLN	345 354,00	–	345 354
Imbondeiro Development Corporation	10 427	1,00	EUR	0,77	–	8 028
International Factors Group	1	100,00	PLN	6 178,00	–	6 178
Jetco — Joint Elect. Teller Services, Ltd.	8	10,00	HKD	71 194,88	–	569 559
KIR	1	100,00	PLN	76 509,00	–	76 509
Lodzka ARR	1	100,00	PLN	7 345,00	–	7 345
Losango	1	1 000,00	EUR	399,00	–	399
Lubuskie Fabryki Mebli, S. A.	134 001	50,00	PLN	12,24	–	1 640 360
Macquillan Polska	1	100,00	PLN	245,00	–	245
Malopolska Gielda Towarowa	1	100,00	PLN	1 224,00	–	1 224
Mozambique Investment Company	2 800	1,00	USD	192,86	–	539 997
MP Plaza Sp. Zoo	100	500,00	PLN	122,41	–	12 241
Multiwave Networks Inc.	1 060 607	0,01	EUR	1,87	–	1 985 929
PIM — Parque Industrial da Matola	1 932 540	1 000,00	MZM	0,10	–	199 090
PKB Pol. — Building	1	100,00	PLN	1 020,00	–	1 020
Plurifinaces Inc.	15	1,00	EUR	1,00	–	15
Pomorskie Hurt. Cent. Rolno — Spozywcze	8 200	1 000,00	PLN	244,83	–	2 007 590
Pth Trybunalskie	1	100,00	PLN	65 369,00	–	65 369
Publicom	10	50,00	PLN	12,20	–	122
Pzl Krosno	1	100,00	PLN	81 388,00	–	81 388
Rees Trading Sp. z o.o.	1 000	100,00	PLN	24,48	–	24 483
Rzps Radoskor	1	100,00	PLN	34 836,00	–	34 836
Seguradora Int. Moçambique, S. A. R. L.	166 500	1 000,00	MZM	11,41	–	1 900 374
SPC, S. A.	1	100,00	PLN	8 079,00	–	8 079
SWIFT	170	124,00	EUR	946,15	–	160 846
Towarzystwo Handlowe Weiman i S-ka	40	1,00	PLN	0,25	–	10
Towarzystwo Kupieckie	72	100,00	PLN	193,07	–	13 901
Visalux	8	250,00	EUR	926,50	–	7 412
Volenti	50 000	5,00	EUR	5,00	–	250 000
World Trade Centre	750	99,00	MOP	61,13	–	45 848
Wschodni Bank Cukrownictwa, S. A.	1	100,00	PLN	2 676 412,00	–	2 676 412
Partes de capital em empresas coligadas						1 085 865 418
Em outras empresas no País						1 079 201 662
Acções						1 071 147 412
Seguros & Pensões Gere — SGPS, S. A.	76 153 000	5,00	EUR	14,07	–	1 071 147 412
Quotas						8 054 250
Soc. Imobiliária Rua Castilho	1	486 000,00	EUR	2 424,00	–	2 424
VSC — Aluguer Veíc. sem Condutor, L.da	1	6 250 000,00	EUR	8 051 826,00	–	8 051 826

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Em outras empresas no estrangeiro					6 663 756
Acções					6 663 756
Accon Services Sp. z o.o.	2 000	100,00 PLN	31,22	–	62 432
Companhia de Seguros de Macau, S. A. R. L.	7 501	99,00 MOP	879,52	–	6 597 306
Organizacion Densinger, C. A.	1 750	1,00 EUR	2,30	–	4 018
Outras imobilizações financeiras					212 005 143
Action B Credit Logement Developpement	–	–	–	–	1 708
AENOR — Auto-Estradas do Norte, S. A.	–	–	–	–	8 507 532
Airplus — S. A.R. L.	–	–	–	–	43 479
Blue Digit	–	–	–	–	3 242 186
Brisal	–	–	–	–	1 242 582
Caução de Luanda	–	–	–	–	36 042
Cauções Diversas	–	–	–	–	5 916
Cauções Macau	–	–	–	–	50 160
Cavalleri & Vasconcelos Carnes, S. A.	–	–	–	–	500 000
Corte Fino	–	–	–	–	500 000
David Fereira Silva	–	–	–	–	246 905
EMIS	–	–	–	–	82 200
Fonds de Garanttie Nat. Sofaris	–	–	–	–	351
JETCO — Joint Elec. Teller Services, Ltd.	–	–	–	–	188 892
Lusoscut — Auto-Estradas da Beira Litoral Alta, S. A.	–	–	–	–	3 710 412
Lusoscut — Auto-Estradas da Costa da Prata, S. A.	–	–	–	–	2 921 130
Lusoscut — Auto-Estradas do Grande Porto, S. A.	–	–	–	–	1 548 420
MNet Comunicações ACE	–	–	–	–	150
MNet	–	–	–	–	353 872
ONI — SGPS, S. A.	–	–	–	–	37 927 618
Outras	–	–	–	–	110 793
Propaço, L.da	–	–	–	–	15 776 070
Seguros & Pensões Gere — SGPS, S. A.	–	–	–	–	125 000 000
Shopping Direct	–	–	–	–	1 615 949
TDI/Codevi	–	–	–	–	6 494 327
Vialitoral — Conces. Rodoviárias Madeira	–	–	–	–	1 148 449
Volenti	–	–	–	–	750 000
E) Títulos vencidos					*8 071 352*
Emitidos por residentes					8 071 352
A médio e a longo prazos					8 071 352
Aldeimor 94	–	–	–	–	249 398
Amadeu Gaudêncio/92/95	–	–	–	–	539
Arrancar 88	–	–	–	–	293
Atlanpesca	–	–	–	–	49 880
Beira Vouga 88 — Série B	–	–	–	–	648
Beira Vouga 88/92	–	–	–	–	43

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal unitário	Valor médio de aquisição (euros)	Valor de cotação (euros)	Valor contabilístico (euros)
Cabel	–	–	–	–	37 410
Cetec 88 — Série B	–	–	–	–	19 833
CIE 92/97	–	–	–	–	299 278
Comp. Portuguesa Cobre/87 — Série C	–	–	–	–	195
Costa & Sousa	–	–	–	–	206 883
Dívida Interna Brasil	–	–	–	–	13
FTOF/99	–	–	–	–	47 698
Fapobol, S. A.	–	–	–	–	561 468
Fiação de Tecidos Oliv. Ferreira	–	–	–	–	58 306
FOC 88	–	–	–	–	217
Gap — 92/97	–	–	–	–	499
Garça Real/89	–	–	–	–	50 077
H. R. Metal Ramalho	–	–	–	–	399 039
Highlight	–	–	–	–	39 904
Inforgal/88	–	–	–	–	1 171
João Brogueira	–	–	–	–	93 525
Obrig. João Brogueira/93	–	–	–	–	21 563
Pinto & Bulhosa	–	–	–	–	126 096
Rio Confecções	–	–	–	–	192 288
Sabena	–	–	–	–	1 673 102
Soberana Corticeira	–	–	–	–	997 595
Sobrinca/95	–	–	–	–	79 224
Soc. Constr. ERG — 88/93	–	–	–	–	131
Soc. Têxtil Cuca/88	–	–	–	–	126 493
Somec	–	–	–	–	1 995 191
Sousa Resende — 89/92	–	–	–	–	70
Têxteis Luís Correia	–	–	–	–	52 839
Têxtil Luís Correia/88	–	–	–	–	4 059
Transbrotense	–	–	–	–	473 857
Transbrotir	–	–	–	–	54 868
Vilatêxtil/88	–	–	–	–	2 694
Vilatêxtil — conv. Obrig./91	–	–	–	–	154 965
Total de títulos e particip. financ. do Grupo					7 941 942 490
Total de provisões para títulos do Grupo					44 819 982
Total de provisões para particip. financ. do Grupo					220 079 104
Total de títulos e particip. financ. após provisões do Grupo					7 677 043 404

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Activo:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1 724 360	1 510 355
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	793 329	967 489
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	5 005 694	3 435 448
Créditos sobre clientes	5	50 792 704	49 176 508
Obrigações, acções e outros títulos	6	4 649 903	4 186 566
Acções próprias	22	–	2 742
Participações financeiras	7	2 830 250	2 538 550
Imobilizações incorpóreas	8	112 646	154 048
Imobilizações corpóreas	9	971 622	1 129 018
Outros activos	10	1 704 183	1 217 112
Contas de regularização	11	3 093 804	3 370 148
		71 678 495	67 687 984
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		180 398	173 092
A prazo	12	9 881 658	11 187 389
Débitos para com clientes:			
À vista		13 496 543	12 668 775
A prazo	13	20 111 667	17 955 203
Débitos representados por títulos	14	15 756 353	13 894 663
Outros passivos	15	686 304	581 813
Contas de regularização	16	2 187 315	2 742 738
Provisão para riscos e encargos	17	1 112 828	1 016 382
Passivos subordinados	18	3 074 888	3 123 258
Total do passivo		66 487 954	63 343 313
Situação líquida:			
Capital subscrito	19	3 257 401	3 257 401
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	19	528 207	528 207
Prémio de emissão	19	674 435	674 435
Reservas e resultados acumulados	21	(854 768)	(1 608 835)
Total da situação líquida		3 605 275	2 851 208
Interesses minoritários	23	1 585 266	1 493 463
		71 678 495	67 687 984

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos resultados consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Juros e proveitos equiparados	24	2 925 630	3 056 494
Juros e custos equiparados	25	1 509 424	1 590 483
Margem financeira		1 416 206	1 466 011
Provisão para riscos de crédito	26	430 412	473 044
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		985 794	992 967
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos	27	98 642	128 257
Comissões líquidas	28	646 466	590 480
Resultados em operações financeiras	29	29 269	129 269
Outros proveitos de exploração	30	537 809	545 373
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas	31	84 096	–
		1 586 078	1 393 379

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Outros custos:			
Custos com o pessoal	32	852 520	864 032
Outros gastos administrativos		583 598	601 418
Amortizações do exercício	45	233 945	203 056
Outras provisões	34	64 865	33 597
Outros custos de exploração	35	175 666	148 704
		1 910 594	1 850 807
Lucro antes de impostos		661 278	535 539
Impostos sobre lucros	36	60 443	37 883
Lucro depois de impostos		600 835	497 656
Interesses minoritários	23	87 833	60 002
Lucro do exercício		513 002	437 654
Número médio de acções (unidades)		3 257 400 827	3 020 267 147
Lucro do período por acção (euros)		0,14	0,14

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos fluxos de caixa consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	3 709 472	3 523 466
Recebimentos por prestação de serviços	136 833	175 741
Pagamento de juros e comissões	(1 616 471)	(1 785 004)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	255 612	198 641
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1 769 222)	(1 636 701)
	716 224	476 143
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(2 385 442)	(501 554)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	(19 022)	111 787
Fundos adiantados a clientes	(2 301 070)	(4 469 951)
Títulos negociáveis a curto prazo	(320 209)	(305 742)
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	7 306	(227 152)
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	(1 305 731)	(1 553 197)
Débitos para com clientes — à vista	827 768	360 490
Débitos para com clientes — a prazo	2 156 464	3 175 444
	(2 623 712)	(2 933 732)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	2 489	(21 259)
	(2 621 223)	(2 954 991)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Cedência de participações financeiras	676 899	26 796
Aquisição de participações financeiras	(172 131)	(275 925)
Dividendos recebidos	51 336	46 979
Juros recebidos de títulos de investimento	147 402	122 046
Venda de títulos de investimento	48 370 930	45 764 499
Compra de títulos de investimento	(53 490 038)	(49 591 295)
Vencimentos de títulos de investimento	5 367 683	4 989 286
Compra de imobilizações	(114 240)	(228 234)
Venda de imobilizações	80 971	159 653
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	149 069	(384 829)
	1 067 881	628 976
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Emissão de dívida subordinada	41 588	402 535
Reembolso de dívida subordinada	(89 958)	(532 832)

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Emissão de empréstimos obrigacionistas	4 250 051	2 818 099
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(2 893 934)	(2 124 878)
Emissão de papel comercial	9 226 597	9 798 951
Reembolso de papel comercial	(8 629 228)	(8 694 325)
Aumento de capital	–	930 686
Prémio de emissão	–	(40 682)
Certificados de depósito	(216)	(2 124)
Dividendos pagos e bónus a empregados	(212 726)	(236 304)
Dividendos antecipados pagos e bónus antecipados a empregados	(111 297)	–
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo e interesses minoritários	(278 464)	185 308
	1 302 413	2 504 434
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	11 551	10 019
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(239 378)	188 438
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 536 781	1 348 343
Caixa	504 074	569 292
Outros investimentos de curto prazo	793 329	967 489
Caixa e seus equivalentes no fim do período	1 297 403	1 536 781

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Mapa de alterações na situação líquida consolidada em 31 de Dezembro de 2003 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados	*Goodwill*
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	2 188 421	2 326 715	528 207	715 117	281 308	820 567	(2 483 493)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	–	–	–	–	29 000	(29 000)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	9 000	(9 000)	–
Dividendos distribuídos	(232 671)	–	–	–	–	(232 671)	–
Bónus aos empregados	(3 633)	–	–	–	–	(3 633)	–
Lucro do exercício	437 654	–	–	–	–	437 654	–
Aumento de capital por emissão de 930 685 950 acções reservado a accion. em Março de 2003	930 686	930 686	–	–	–	–	–
Encargos com o aumento de capital	(40 682)	–	–	(40 682)	–	–	–
Goodwill resultante de aquisições (nota n.º 21)	(400 087)	–	–	–	–	–	(400 087)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	10 019	–	–	–	–	10 019	–
Provisões para particip. financ. ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal (nota n.º 7)	(24 082)	–	–	–	–	(24 082)	–
Outras reservas de consolidação (nota n.º 21)	(14 417)	–	–	–	–	(14 417)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	2 851 208	3 257 401	528 207	674 435	319 308	955 437	(2 883 580)
Constituição de reservas:							
Reserva legal	–	–	–	–	38 885	(38 885)	–
Reserva estatutária	–	–	–	–	10 000	(10 000)	–
Dividendos distribuídos	(195 393)	–	–	–	–	(195 393)	–
Bónus aos empregados	(17 333)	–	–	–	–	(17 333)	–
Lucro do exercício	513 002	–	–	–	–	513 002	–
Alien. de 4,08% do Banco Sabadell (nota n.º 21)	85 261	–	–	–	–	–	85 261
Alien. de 51% da activ. seguradora — canal bancário e 100% da activ. seguradora — canal não bancário da Seguros & Pensões (nota n.º 21)	366 450	–	–	–	–	–	366 450
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	11 551	–	–	–	–	11 551	–
Provisões para particip. financ. ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal (nota n.º 7)	1 140	–	–	–	–	1 140	–
Outras reservas de consolidação (nota n.º 21)	(10 611)	–	–	–	–	(10 611)	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	3 605 275	3 257 401	528 207	674 435	368 193	1 208 908	(2 431 869)

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Balanço em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Activo:			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	2	1 302 065	1 161 944
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	3	6 246	706 246
Outros créditos sobre instituições de crédito	4	10 106 850	9 135 863
Créditos sobre clientes	5	39 979 830	38 621 037
Obrigações, acções e outros títulos	6	3 189 021	3 631 559
Acções próprias	22	–	–
Participações financeiras	7	2 531 594	2 643 593
Imobilizações incorpóreas	8	22 487	25 015
Imobilizações corpóreas	9	619 918	710 749
Outros activos	10	5 413 963	5 005 347
Contas de regularização	11	2 154 992	1 978 838
		65 938 466	63 620 191
Passivo:			
Débitos para com instituições de crédito:			
À vista		1 053 370	711 771
A prazo	12	23 888 006	23 483 907
Débitos para com clientes:			
À vista		10 579 641	10 623 434
A prazo	13	14 258 387	12 775 286
Débitos representados por títulos	14	2 881 795	2 703 348
Outros passivos	15	466 047	323 282
Contas de regularização	16	1 474 075	1 458 029
Provisão para riscos e encargos	17	1 084 643	963 048
Passivos subordinados	18	4 569 940	4 977 114
Total do passivo		60 255 904	58 019 219
Situação líquida:			
Capital subscrito	19	3 257 401	3 257 401
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	19	528 207	528 207
Prémio de emissão	19	674 435	674 435
Reservas e resultados acumulados	21	1 222 519	1 140 929
Total da situação líquida		5 600 972	5 600 972
		65 938 466	63 620 191

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Juros e proveitos equiparados	24	2 557 963	2 648 334
Juros e custos equiparados	25	1 581 059	1 646 346
Margem financeira		976 904	1 001 988
Provisão para riscos de crédito	26	401 430	389 778
Margem financeira após provisão para riscos de crédito		575 474	612 210
Outros proveitos:			
Rendimentos de títulos	27	201 252	116 053
Comissões líquidas	28	446 527	421 843
Resultados em operações financeiras	29	144 727	99 245
Outros proveitos de exploração	30	379 994	317 534
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e em associadas		1 008	–
		1 173 508	954 675

(Em milhares de euros)

	Notas	2004	2003
Outros custos:			
Custos com o pessoal	32	448 076	456 834
Outros gastos administrativos		567 415	495 902
Amortizações do exercício	55	76 113	80 563
Outras provisões	34	112 881	35 146
Outros custos de exploração	35	90 829	88 951
		1 295 314	1 157 396
Lucro antes de impostos		453 668	409 489
Impostos sobre lucros	36	20 727	20 684
Lucro do exercício		432 941	388 805
Número médio de acções (unidades)		3 257 400 827	3 020 267 147
Lucro do período por acção (euros)		0,13	0,13

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Demonstração dos fluxos de caixa individuais em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fluxos de caixa de actividades operacionais:		
Juros e comissões recebidas	3 160 287	3 277 368
Recebimentos por prestação de serviços	111 585	43 559
Pagamento de juros e comissões	(1 719 548)	(1 854 710)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	227 437	176 596
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1 202 649)	(1 039 903)
	577 112	602 910
Diminuição/(aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(1 223 424)	(2 114 549)
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	64 278	209 747
Fundos adiantados a clientes	(2 042 091)	(1 175 587)
Títulos negociáveis a curto prazo	(5 362)	58 969
Aumento/(diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito — à vista	341 599	(614 769)
Débitos para com instituições de crédito — a prazo	404 099	(25 303)
Débitos para com clientes — à vista	(43 793)	(564 217)
Débitos para com clientes — a prazo	1 483 101	1 969 468
	(444 481)	(1 653 331)
Impostos sobre o rendimento (pagos)/recebidos	8 845	5 620
	(435 636)	(1 647 711)
Fluxos de caixa de actividades de investimento:		
Cedência de participações financeiras	28 754	121 440
Aquisição de participações financeiras	(165 399)	(1 051 198)
Dividendos recebidos	201 252	116 053
Juros recebidos de títulos de investimento	106 775	167 091
Venda de títulos de investimento	1 903 027	697 080
Compra de títulos de investimento	(4 062 100)	(3 260 623)
Vencimentos de títulos de investimento	2 706 458	3 998 139
Compra de imobilizações	(41 474)	(34 922)
Venda de imobilizações	61 745	6 067
Aumento/(diminuição) em outras contas do activo	(97 380)	694 722
	641 658	1 453 849
Fluxos de caixa de actividades de financiamento:		
Emissão de dívida subordinada	500 000	400 000
Reembolso de dívida subordinada	(932 661)	(439 544)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	1 602 010	521 351
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(1 423 119)	(1 276 539)

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Aumento de capital	–	930 686
Prémio de emissão	–	(40 682)
Dividendos pagos e bónus a empregados	(210 580)	(236 301)
Dividendos antecipados pagos e bónus antecipados a empregados	(105 708)	–
Aumento/(diminuição) noutras contas de passivo	220 939	(39 839)
	(349 119)	(180 868)
Variação líquida em caixa e seus equivalentes	(143 097)	(374 730)
Caixa e seus equivalentes no início do período	1 136 554	1 511 284
Caixa	375 711	430 308
Outros investimentos de curto prazo	617 746	706 246
Caixa e seus equivalentes no fim do período	993 457	1 136 554

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Mapa de alterações na situação líquida em 31 de Dezembro de 2003 e 2004

(Em milhares de euros)

	Total da situação líquida	Capital	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas livres e resultados acumulados
Saldos em 31 de Dezembro de 2002	4 699 728	2 326 715	528 207	715 117	48 381	848 381
Constituição de reservas:						
Reserva legal	–	–	–	–	29 000	(29 000)
Reserva estatutária	–	–	–	–	9 000	(9 000)
Dividendos distribuídos	(232 671)	–	–	–	–	(232 671)
Bónus aos empregados	(3 630)	–	–	–	–	(3 630)
Lucro do exercício	388 805	–	–	–	–	388 805
Aumento de capital por emissão de 930 685 950 acções reservado a accion. em Março de 2003	930 686	930 686	–	–	–	–
Encargos com o aumento de capital	(40 682)	–	–	(40 682)	–	–
Reserva de fusão da Tecnilease — Comércio e Aluguer de Equipamentos, S. A.	20	–	–	–	–	20
Reserva de fusão da BCP Leasing, S. A.	(30 997)	–	–	–	–	(30 997)
Reserva de fusão da Chemical, SGPS, S. A.	(55)	–	–	–	–	(55)
Reserva de fusão da AF Investimentos — Gestão de Patrimónios, S. A.	326	–	–	–	–	326
Provisões para particip. financ. ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal (nota n.º 7)	(110 858)	–	–	–	–	(110 858)
Outras reservas	300	–	–	–	–	300
Saldos em 31 de Dezembro de 2003	5 600 972	3 257 401	528 207	674 435	319 308	821 621
Constituição de reservas:						
Reserva legal	–	–	–	–	38 885	(38 885)
Reserva estatutária	–	–	–	–	10 000	(10 000)
Dividendos distribuídos	(195 393)	–	–	–	–	(195 393)
Bónus aos empregados	(15 187)	–	–	–	–	(15 187)
Lucro do exercício	432 941	–	–	–	–	432 941
Reserva de fusão do Banco Expresso Atlântico, S. A.	(188)	–	–	–	–	(188)
Reserva de fusão da Leasefactor SGPS, S. A.	(38 155)	–	–	–	–	(38 155)
Reserva de fusão do Credibanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A.	(29 466)	–	–	–	–	(29 466)
Provisões para particip. financ. ao abrigo do aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal (nota n.º 7)	(72 962)	–	–	–	–	(72 962)
Saldos em 31 de Dezembro de 2004	5 682 562	3 257 401	528 207	674 435	368 193	854 326

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

1 — Políticas contabilísticas:

a) *Bases de apresentação*. — O Banco Comercial Português, S. A. (o Banco), é um banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as contas agora apresentadas reflectem os resultados das suas operações para os meses findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, tendo sido preparadas em concordância com o princípio fundamental do custo histórico.

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário, estabelecido pelo Banco de Portugal, incluindo a aplicação da 4.ª Directiva Comunitária n.º 86/635/CEE relativa à prestação de contas dos bancos e de outras instituições financeiras e da 7.ª Directiva 83-349-CEE relativa à consolidação de contas.

b) *Bases de consolidação*:

Datas de referência:

As demonstrações financeiras consolidadas reflectem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, tal como definido na nota n.º 49, bem como o resultado atribuível às participações financeiras em empresas associadas, relativamente aos meses findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003.

Participações financeiras em subsidiárias:

As participações financeiras em empresas subsidiárias do sector financeiro, que representam 50% ou a maioria do capital ou direitos de voto e em que o Grupo exerce o controlo, são consolidadas pelo método da consolidação integral.

As participações financeiras em empresas subsidiárias excluídas da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade face à actividade do Grupo ou à sua imaterialidade, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial. Nesta base a participação financeira no Grupo Seguros & Pensões é contabilizada pelo método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transacções significativos existentes entre empresas do Grupo são eliminados.

Participações financeiras em empresas associadas:

As participações financeiras em empresas associadas, cuja participação representa entre 20% e 50% do capital social e nas quais o Grupo exerce influência significativa, são contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial, pelo que o valor contabilístico da participação corresponde ao valor proporcional da participação em capital, reservas e resultados da empresa associada.

Nas empresas em que o Grupo exerce controlo em conjunto com outros accionistas é aplicado o método proporcional.

Diferenças de consolidação e de reavaliação — *goodwill*:

O *goodwill* resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor de custo e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Até 31 de Dezembro de 1998, foi adoptada a política de capitalização do *goodwill* como imobilizado incorpóreo, sendo amortizado pela sua vida útil estimada, não excedendo 20 anos. No âmbito da alteração da política contabilística efectuada em 1999, para as aquisições efectuadas a partir de 1 de Janeiro de 1999, o *goodwill* passou a ser anulado por contrapartida de reservas no ano em que ocorre a aquisição da participação.

No âmbito da alteração da política contabilística em 1999, em 1 de Janeiro de 2000, o valor de *goodwill* não amortizado a essa data referente a aquisições efectuadas até 31 de Dezembro de 1998, foi anulado por contrapartida de prémio de emissão e reservas.

Participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro:

Na consolidação, o valor dos activos e passivos de subsidiárias residentes no estrangeiro são registados pelo seu contravalor em euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em euros da situação patrimonial no início do ano e a taxa de câmbio em vigor na data de balanço a que se reportam as contas consolidadas, devem ser relevadas por contrapartida de reservas consolidadas. As diferenças cambiais resultantes das operações de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são anuladas no processo de consolidação, por contrapartida das diferenças cambiais registadas em relação aquelas participações financeiras nas reservas. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada mantém-se nas reservas consolidadas.

Os resultados destas subsidiárias são consolidados pelo seu contravalor em euros, à taxa de câmbio média ponderada do exercício. As diferenças cambiais resultantes da conversão em euros dos resultados do exercício, à taxa de câmbio oficial na data de balanço, são registadas em reservas.

Outros investimentos:

Até 31 de Dezembro de 2001, os investimentos em companhias com participação inferior a 20% do capital social e em que o Grupo não exercia influência significativa, mas que considerava como investimentos estratégicos, eram contabilizados ao custo de aquisição, sendo o proveito desses investimentos reconhecido quando recebido.

A partir de 30 de Junho de 2002, entrou em vigor o aviso n.º 4/2002 do Banco de Portugal que estabelece as regras de provisionamento destes investimentos, apresentadas como segue:

A constituição de provisões é exigível sempre que as menos-valias potenciais sejam superiores a 15% do valor do investimento. A provisão mínima a constituir deverá corresponder a 40% do valor que exceder os 15% do investimento, sendo o montante não provisionado deste excesso deduzido aos fundos próprios;

De acordo com o referido aviso, a constituição das provisões acima referidas correspondentes a 40% do valor de menos-valias que exceda os 15% do investimento, para as participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, e tendo em conta a actividade das companhias participadas é diferida pelos seguintes períodos:

Investimento	Período	Percentagem
Empresas financeiras e seguradoras	2002 a 2011	10 por ano
Empresas não financeiras	2002 a 2004	25 por ano
	2005	15
	2006	10

No âmbito do referido aviso e da alteração subsequente de acordo com o aviso n.º 4/2004, as provisões constituídas nos exercícios de 2002 a 2004, relativas às participações adquiridas até 31 de Dezembro de 2001, poderão ser registadas contra reservas.

c) *Reconhecimento de custos e proveitos*. — Os custos e os proveitos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. De acordo com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, os juros sobre crédito vencido há mais de 90 dias que não estejam cobertos por garantias reais são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

Numa base individual, os resultados obtidos com a alienação de activos a entidades em que exista uma relação de domínio são reconhecidos desde que os mesmos resultem de transacções cujos termos negociais correspondam aos que seriam acordados em condições normais de mercado. Estes resultados são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

d) *Provisão específica para crédito concedido*. — A provisão específica para crédito concedido é baseada na avaliação dos créditos vencidos, incluindo os créditos vincendos associados, e créditos objecto de acordos de reestruturação, destinando-se a cobrir créditos de risco específico, sendo apresentada como dedução ao crédito concedido. A avaliação desta provisão é efectuada periodicamente pelo Banco tomando em consideração a existência de garantias reais, o período de incumprimento e a actual situação financeira do cliente.

A provisão específica assim calculada assegura o cumprimento dos requisitos estabelecidos pelo Banco de Portugal através dos avisos n.º 3/95, de 30 de Junho, n.º 7/00, de 27 de Outubro, e n.º 8/03, de 30 de Janeiro.

e) *Provisão para riscos gerais de crédito*. — Esta provisão destina-se a cobrir riscos potenciais existentes em qualquer carteira de crédito concedido, incluindo os créditos por assinatura, mas que não foram

identificados como de risco específico, encontrando-se registada no passivo.

A provisão para riscos gerais de crédito é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, aviso n.º 2/99, de 15 de Janeiro, e aviso n.º 8/03, de 30 de Janeiro, do Banco de Portugal.

f) *Provisão para risco país*. — A provisão para risco país é constituída de acordo com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho do Banco de Portugal, sendo calculada segundo as directrizes da instrução n.º 94/96, de 17 de Junho, do *Boletim de Normas e Instruções do Banco de Portugal*, incluindo as alterações, de Outubro de 1998, ao disposto no n.º 2.4 da referida instrução.

g) *Operações de titularização*. — Os activos, créditos e títulos, cedidos no âmbito das operações de titularização (securitização), são eliminados do activo consolidado sendo a respectiva mais ou menos-valia gerada, calculada como a diferença entre o valor da cedência e o valor contabilístico dos activos cedidos, reconhecida como um ganho ou perda do exercício.

Os títulos adquiridos pelo Grupo na sequência destas operações são contabilizados como títulos de investimento, de acordo com a política contabilística aplicável aos títulos de rendimento fixo e descrita na nota n.º 1, alínea *h*).

Os outros activos adquiridos são contabilizados pelo respectivo valor de aquisição.

De acordo com o disposto nas instruções n.º 27/2000 e n.º 18/2003 do Banco de Portugal, são constituídas provisões nas contas do Grupo, para os títulos adquiridos, em montante equivalente às provisões para riscos gerais e riscos específicos a que estariam sujeitos os créditos e títulos cedidos caso estes se mantivessem no activo. Caso as instituições cedentes sejam detentoras de *clean-up calls* que não prevejam explicitamente que os créditos são recomprados pelo seu valor de mercado, o limite máximo para a constituição de provisões é o maior dos seguintes valores:

O valor de aquisição dos títulos ou de outros valores adquiridos no âmbito de operações de titularização;

O montante dos créditos a que corresponde o exercício da *clean-up call*.

h) *Obrigações, acções e outros títulos*:

Estes títulos são classificados de acordo com os seguintes critérios:

Títulos de negociação:

Consideram-se títulos de negociação aqueles que são adquiridos com o objectivo de serem transaccionados num prazo que não deverá exceder os seis meses.

Os títulos de rendimento fixo são reavaliados diariamente à cotação de mercado, incluindo os juros corridos. Os juros e as diferenças de reavaliação são registados como proveitos ou custos do exercício. Na ausência de cotação, o valor dos títulos corresponde ao valor de aquisição, acrescido dos juros corridos até essa data, calculados à taxa de juro nominal.

Os títulos cujo rendimento é variável são valorizados ao valor de mercado ou, na sua ausência, ao menor dos valores de aquisição ou presumível de mercado.

Títulos de investimento:

Consideram-se títulos de investimento aqueles cuja aquisição não tem como objectivo a sua transacção num prazo inferior a seis meses.

Os títulos de rendimento fixo emitidos com base no valor nominal são registados ao custo de aquisição. A periodificação dos juros é feita com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

Os títulos de rendimento variável são registados ao custo de aquisição, sendo constituídas provisões para menos-valias potenciais quando o valor de mercado é inferior ao seu valor contabilístico, em cumprimento com o disposto no aviso n.º 3/95, de 30 de Junho.

De acordo com o estabelecido com o Plano de Contas do Sistema Bancário, as referidas provisões são apresentadas no balanço como deduções às carteiras de títulos.

Carteira a vencimento:

Consideram-se títulos da carteira a vencimento aqueles que o Banco pretende manter até ao seu reembolso, sendo constituída exclusivamente por títulos de rendimento fixo, com taxa de juro invariável e conhecida no momento da emissão, incluindo os títulos de cupão zero, com data de reembolso determinada e que tenham sido emitidos por entidades enumeradas no ponto 1.1 do n.º 15 do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal.

Os títulos com *call option* apenas poderão integrar a carteira a vencimento desde que o *call price* não seja inferior ao valor de reembolso na data do vencimento.

Os títulos da carteira a vencimento são registados ao custo de aquisição sendo os juros periodificados com base no valor nominal e na taxa de juro aplicável ao período. Existindo prémio ou desconto, este é periodificado pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

De acordo com o disposto nos parágrafos 10.º e 20.º do aviso n.º 3/95, de 30 de Junho, do Banco de Portugal, as menos-valias potenciais resultantes da diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado são integralmente provisionadas.

A transferência de títulos de negociação para a carteira a vencimento é realizada com base no valor de mercado. A transferência de títulos de investimento para a carteira a vencimento é realizada pelo valor pelo qual se encontram registados, líquidos das respectivas provisões constituídas. Nas transferências de títulos das carteiras de negociação e investimento as diferenças, entre o valor de reembolso e o valor pelo qual os títulos foram registados na carteira a vencimento, são periodificadas pelo prazo que decorrerá até à amortização dos títulos, por contrapartida de proveitos ou custos.

i) *Transacções em moeda estrangeira e operações de derivativos*:

Os activos, passivos e compromissos expressos em moeda estrangeira são contabilizados de acordo com os seguintes critérios:

Posição à vista:

A posição à vista é constituída pelo saldo líquido de activos e passivos da mesma moeda, dos resultados em moeda estrangeira, assim como das operações à vista a aguardar liquidação e das operações a prazo com vencimento nos dois dias úteis subsequentes.

A posição à vista é reavaliada diariamente ao câmbio médio informativo do Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Posição a prazo:

A posição a prazo é constituída pelo saldo líquido dos contratos de operações a prazo que aguardam liquidação, com exclusão dos que se vençam dentro dos dois dias úteis subsequentes.

Os contratos relativos a estas operações são reavaliados às taxas de câmbio a prazo de mercado ou, na sua ausência, através do seu cálculo com base nas taxas de juro aplicáveis ao prazo residual da operação.

As diferenças entre os contravalores em euros às taxas de reavaliação a prazo aplicadas e os contravalores em euros às taxas contratadas, são registadas como proveitos ou custos do exercício.

Notas e moedas estrangeiras:

As notas e moedas estrangeiras são reavaliadas diariamente com base nos câmbios médios indicativos divulgados pelo Banco de Portugal. As diferenças cambiais apuradas são registadas como custos ou proveitos do exercício.

Operações de *swap* de moeda:

Os segmentos à vista e a prazo destas operações não são reavaliados. O prémio ou desconto de cada operação é amortizado até à data de vencimento por contrapartida de proveitos ou custos.

Os *swap* de moeda são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Operações de *swap* de taxa de juro:

Os juros a receber ou a pagar são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações. As operações de *swap* de taxa de juro, de negociação, são reavaliadas com base na actualização dos fluxos futuros considerando as taxas praticadas no mercado.

Os *swap* de taxa de juro são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRA — Forward Rate Agreement):

Os contratos de negociação são reavaliados ao valor de mercado, sendo as respectivas reavaliações reconhecidas em contas de resultados. Tais reavaliações são calculadas no período compreendido entre a data de contratação e a data de liquidação das operações.

Os contratos utilizados para cobertura de riscos *hedging* não são reavaliados ao valor de mercado, sendo os respectivos resultados periodificados durante o prazo da operação, por contrapartida de proveitos ou custos. Os FRAs são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Futuros e opções:

As posições de negociação em contratos de futuros e opções, transaccionados em mercados organizados, são valorizadas com base nas cotações de mercado, sendo as diferenças positivas ou negativas reconhecidas em resultados do exercício. Os prémios recebidos por opções vendidas são registados como proveitos diferidos até à data de execução dos contratos.

Os prémios pagos por opções compradas são registados em custos diferidos, sendo posteriormente adicionados ao custo de aquisição ou subtraídos ao valor de venda dos activos subjacentes, se a opção for exercida ou reflectidos em custos, se a opção não for exercida. Os contratos de opção vendidos em mercado de balcão são reavaliados, sendo as respectivas perdas potenciais registadas em resultados. As opções compradas são contabilizadas ao custo de aquisição até à execução ou venda do contrato.

As posições de cobertura de riscos *hedging* não são reavaliadas e os seus resultados são relevados de acordo com a política contabilística dos elementos patrimoniais cobertos. Os contratos de futuros e de opções são registados em contas extrapatrimoniais pelo montante implícito dos contratos, sendo o registo anulado na data de liquidação de cada operação.

Caps e *floors*:

As importâncias recebidas e pagas são periodificadas, respectivamente, por contrapartida de proveitos, tratando-se de operações sobre taxas activas, e por contrapartida de custos, tratando-se de operações sobre taxas passivas.

Outros derivados:

Estas operações são reavaliadas diariamente, sendo os presumíveis prejuízos assumidos como custos e os potenciais proveitos registados apenas quando realizados.

j) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo respectivo custo de aquisição ou pelos valores resultantes das reavaliações efectuadas legalmente em Portugal, líquidas de amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, e previstas no Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, de acordo com os seguintes períodos, que não diferem substancialmente da vida útil esperada:

	Número de anos
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

k) *Imobilizações incorpóreas*:

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento:

Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e amortizados em três anos sempre que forem satisfeitos os seguintes requisitos:

O produto/processo esteja claramente definido e os custos que lhe são atribuíveis possam ser identificados separadamente;

Tenha sido demonstrada a exequibilidade técnica do produto ou processo;

O conselho de administração tenha indicado a intenção de desenvolver, comercializar ou utilizar o produto ou processo;

Exista uma clara indicação de um mercado futuro para o produto ou processo, ou que possa ser demonstrada a sua utilidade;

Existam recursos adequados para completar o projecto e comercializar o produto ou processo.

Despesas de estabelecimento e trespasses:

De acordo com as normas do Banco de Portugal, as despesas de estabelecimento e os trespasses são amortizadas durante um período de três anos.

l) *Locação financeira*:

Como locatário:

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Como locador:

Os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) *Pensões de reforma*. — O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e pensões de reforma por invalidez nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

Com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 1998, o Grupo agregou os diversos fundos de pensões num único fundo denominado de Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, nos termos do qual, desde que verificado determinado condicionalismo em cada exercício, poderão ser atribuídos complementos de reforma aos colaboradores de todo o Grupo de forma idêntica, salvaguardadas as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva (plano complementar).

A responsabilidade com pensões de reforma relativa aos colaboradores do Banco Mello e do Banco Pinto & Sotto Mayor, adquiridos pelo Grupo em 2000, encontra-se coberta pelo Fundo de Pensões do Banco Mello e pelo Fundo de Pensões do Banco Pinto & Sotto Mayor, respectivamente. Em 2002 estes fundos foram integrados no Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português.

Os benefícios previstos nos planos de pensões são os abrangidos pelo ACT — Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT), pelo Plano ACTQ — Acordo Colectivo dos Quadros (ACTQ) e pelo Plano CCT — Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora (CCT).

A responsabilidade do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada anualmente, à data de fecho de contas, para cada plano separadamente.

O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pelo Banco de Portugal, os quais se encontram descritos na nota n.º 44.

Os pagamentos aos fundos são efectuados por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do plano complementar quando atribuído, e com o objectivo de cumprir os níveis mínimos de financiamento exigidos pelo Banco de Portugal. Com a entrada em vigor do aviso n.º 12/2001, o financiamento mínimo das responsabilidades passou a ser de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Até ao exercício de 2000, inclusive, a insuficiência do Fundo em relação às responsabilidades com serviços passados, determinada com base na avaliação actuarial efectuada anualmente, era financiada pelas empresas do Grupo e considerada como um custo do exercício. O excesso resultante desta análise era em primeiro lugar utilizado para a cobertura de responsabilidades com serviços passados não financiados, incluindo as decorrentes do plano complementar, sendo o valor remanescente considerado como um proveito do exercício.

Conforme estabelecido no aviso n.º 12/2001, o Grupo determinou a insuficiência do valor do fundo de pensões em 31 de Dezembro de 2001, relativamente aos valores mínimos de financiamento das responsabilidades resultantes da aplicação do aviso n.º 6/95, a qual resulta dos ganhos e perdas actuariais decorrentes das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente observados, e reconheceu tal montante como um passivo e um activo, a ser imputado a custos do exercício, a partir de 2002, com base no método do corredor.

De acordo com o referido aviso o valor dos ganhos e perdas actuariais é actualizado anualmente, sendo imputado a custos do exercício de acordo com o método do corredor.

De acordo com o método do corredor, e conforme os avisos n.º 12/2001 e n.º 7/2002, o valor acima do corredor é registado em despesas antecipadas e será reconhecido em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior.

As despesas incorridas anualmente com reformas antecipadas são registadas no activo, numa rubrica de despesas antecipadas, e reconhecidas em resultados do exercício durante um período de 10 anos.

n) *Fiscalidade*. — As empresas do Grupo com sede em Portugal estão sujeitas ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC — Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas.

Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultante das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites, para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos num futuro próximo.

o) *Distribuição de resultados pelos empregados*. — De acordo com os estatutos do Banco, os accionistas, em assembleia geral, poderão fixar uma percentagem dos lucros a ser distribuída pelos colaboradores, competindo ao conselho de administração fixar os respectivos critérios.

Em substância, estes montantes a pagar aos colaboradores são considerados distribuição de resultados na mesma base dos dividendos a pagar aos accionistas, por serem uma transferência do direito aos dividendos dos accionistas para os colaboradores.

Esta distribuição de resultados é debitada em conta de situação líquida do exercício em que o pagamento é efectuado.

Na opinião do conselho de administração do Banco, a contabilização da distribuição de resultados pelos colaboradores é apropriada, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

2 — Caixa e disponibilidades em bancos centrais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Caixa	504 074	569 292	375 711	430 308
Bancos centrais	1 220 286	941 063	926 354	731 636
	1 724 360	1 510 355	1 302 065	1 161 944

A rubrica de bancos centrais inclui o saldo junto do Banco de Portugal que visa satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas.

O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da zona do euro, obriga à manutenção de um saldo em depósito no Banco de Portugal, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas.

3 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Em instituições de crédito no País	13 966	14 920	11 332	12 551
Em instituições de crédito no estrangeiro	214 463	289 974	81 594	76 363
Valores a cobrar	564 900	662 595	524 820	617 332
	793 329	967 489	617 746	706 246

A rubrica de valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

4 — Outros créditos sobre instituições de crédito:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Banco de Portugal	–	260 201	–	258 996
Mercado monetário interbancário	40 000	251 970	40 000	202 000
Aplicações sobre outras instituições de crédito no País	252 235	189 334	2 926 674	2 660 541
Aplicações sobre instituições de crédito no estrangeiro	4 728 111	2 764 137	7 156 507	6 079 811
	5 020 346	3 465 642	10 123 181	9 201 348
Crédito vencido — menos de 90 dias	2	276	–	–
Crédito vencido — mais de 90 dias	1 870	80 429	–	7 918
	5 022 218	3 546 347	10 123 181	9 209 266
Provisão específica para riscos de crédito	(16 524)	(110 899)	(16 331)	(73 403)
	5 005 694	3 435 448	10 106 850	9 135 863

A rubrica de outros créditos sobre instituições de crédito — Banco de Portugal, correspondia, em 31 de Dezembro de 2003, aos títulos de depósito emitidos pelo Banco de Portugal, subscritos pelo Grupo e pelo Banco, respectivamente, que se venceram em Novembro de 2004. Os referidos títulos foram subscritos na sequência da alteração do regime de constituição de reservas de caixa, introduzido pelo aviso n.º 7/94, de 19 de Outubro, do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Até três meses	4 779 294	2 891 742	7 072 990	7 004 065
De três meses a um ano	133 597	482 176	662 014	1 606 481
De um ano a cinco anos	81 951	29 120	2 133 925	396 430
Mais de cinco anos	25 504	62 604	254 252	194 372
Duração indeterminada	1 872	80 705	–	7 918
	5 022 218	3 546 347	10 123 181	9 209 266

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito sobre instituições de crédito, no Grupo e Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito:				
Saldo em 1 de Janeiro	41 449	500	3 959	–
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	(53 487)	11 776	–	–
Outras transferências	20 732	34 452	–	2 295
Provisão do exercício	(2 151)	8 525	(1 145)	9 582
Utilização de provisões	(8 712)	(12 160)	(2 814)	(7 918)
Diferenças cambiais	2 357	(1 644)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	188	41 449	–	3 959
Provisão específica para risco país:				
Saldo em 1 de Janeiro	69 450	98 007	69 444	98 001
Transferências	–	(7 030)	–	(7 030)
Provisão do exercício	(337)	(3 243)	(336)	(3 243)
Utilização de provisões	(47 698)	–	(47 698)	–
Diferenças cambiais	(5 079)	(18 284)	(5 079)	(18 284)
Saldo em 31 de Dezembro	16 336	69 450	16 331	69 444
	16 524	110 899	16 331	73 403

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

A rubrica de provisão específica para crédito vencido e vincendo associado sobre instituições de crédito — transferências resultante de alterações na estrutura do Grupo inclui o efeito da aquisição, por parte do Bank Millennium do remanescente do capital da Prolim, sociedade que era registada em exercícios anteriores pelo método de equivalência patrimonial, passando em 2004 a ser consolidada pelo método integral.

5 — Créditos sobre clientes:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito ao sector público	700 859	562 985	592 605	452 539
Crédito com garantias reais	25 832 362	21 827 972	18 483 800	15 603 467
Crédito com outras garantias	11 264 573	12 902 455	10 638 432	12 050 646
Crédito sem garantias	4 677 672	4 836 920	3 912 038	4 260 781
Crédito sobre o estrangeiro	3 792 122	4 709 149	2 737 351	3 189 890
Crédito tomado em operações de *factoring*	919 090	794 276	785 487	647 709
Capital em locação	3 600 244	3 312 090	2 829 699	2 379 967
	50 786 922	48 945 847	39 979 412	38 584 999
Crédito vencido — menos de 90 dias	49 757	166 519	35 305	74 295
Crédito vencido — mais de 90 dias	412 429	752 983	225 837	347 591
	51 249 108	49 865 349	40 240 554	39 006 885
Provisão específica para riscos de crédito	(456 404)	(688 841)	(260 724)	(385 848)
	50 792 704	49 176 508	39 979 830	38 621 037

A análise do crédito sobre clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Curto prazo:				
Crédito descontado titulado por efeitos	1 471 340	1 563 757	1 455 403	1 545 417
Crédito em conta corrente	7 587 370	7 819 182	7 000 474	7 366 033
Descobertos em depósitos à ordem	3 081 154	4 440 387	2 916 696	4 092 960
Empréstimos	5 543 378	6 003 500	2 267 575	2 986 567
Crédito tomado em operações de *factoring*	919 090	794 276	785 487	647 709
	18 602 332	20 621 102	14 425 635	16 638 686
A médio e a longo prazos:				
Crédito descontado titulado por efeitos	177 286	166 663	177 285	166 619
Empréstimos	11 583 947	10 874 468	10 484 029	9 430 153
Crédito imobiliário	16 823 113	13 971 524	12 062 764	9 969 574
Capital em locação	3 600 244	3 312 090	2 829 699	2 379 967
	32 184 590	28 324 745	25 553 777	21 946 313
	50 786 922	48 945 847	39 979 412	38 584 999
Crédito vencido — menos de 90 dias	49 757	166 519	35 305	74 295
Crédito vencido — mais de 90 dias	412 429	752 983	225 837	347 591
	51 249 108	49 865 349	40 240 554	39 006 885
Provisão específica para riscos de crédito	(456 404)	(688 841)	(260 724)	(385 848)
	50 792 704	49 176 508	39 979 830	38 621 037

A análise do crédito sobre clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Agricultura e silvicultura	380 588	381 344	335 152	327 236
Indústrias extractivas	167 403	227 563	151 935	168 363
Alimentação, bebidas e tabaco	607 747	688 026	524 547	607 877
Têxteis	845 886	979 602	788 414	901 720
Madeira e cortiça	292 940	343 681	275 599	323 736
Papel, artes gráficas e editoras	365 114	401 456	346 647	388 312
Químicas	946 424	1 131 144	888 460	1 052 940
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1 011 517	1 112 328	893 672	924 993
Electricidade, água e gás	601 765	647 115	438 263	499 113
Construção	5 450 925	5 299 693	3 594 245	3 674 727
Comércio a retalho	1 987 072	2 108 909	1 648 511	1 804 774
Comércio por grosso	2 534 032	2 696 133	2 335 788	2 466 480
Restaurantes e hotéis	781 145	765 758	703 103	699 533
Transportes e comunicações	1 350 222	1 393 753	1 029 611	1 103 896
Serviços	9 444 070	8 694 856	8 443 152	7 832 257
Crédito ao consumo	3 669 053	3 764 875	2 555 483	1 856 539
Crédito hipotecário	16 429 826	13 443 413	12 073 562	9 918 179
Outras actividades nacionais	748 384	1 083 483	682 469	1 010 163
Outras actividades internacionais	3 634 995	4 702 217	2 531 941	3 446 047
	51 249 108	49 865 349	40 240 554	39 006 885
Provisão específica para riscos de crédito	(456 404)	(688 841)	(260 724)	(385 848)
	50 792 704	49 176 508	39 979 830	38 621 037

A rubrica de crédito ao consumo inclui para o Banco, em 31 de Dezembro de 2004, o efeito da fusão por incorporação do Crédibanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A., conforme referido na nota n.º 42. O valor do crédito incorporado por fusão foi de 508 936 000 euros.

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	225 141	79 694	70 385	375 220
Indústrias extractivas	97 005	44 922	22 018	163 945
Alimentação, bebidas e tabaco	364 746	139 240	89 807	593 793

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Têxteis	512 464	241 189	57 432	811 085
Madeira e cortiça	228 379	47 401	13 354	289 134
Papel, artes gráficas e editoras	127 144	197 324	38 421	362 889
Químicas	522 909	265 788	153 874	942 571
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	560 165	291 654	138 744	990 563
Electricidade, água e gás	144 449	212 346	244 384	601 179
Construção	2 705 158	2 059 177	617 673	5 382 008
Comércio a retalho	1 205 755	450 686	310 239	1 966 680
Comércio por grosso	1 719 848	598 923	167 698	2 486 469
Restaurantes e hotéis	327 138	240 105	205 767	773 010
Transportes e comunicações	579 153	424 237	337 556	1 340 946
Serviços	5 496 445	2 508 492	1 399 916	9 404 853
Crédito ao consumo	2 397 544	999 471	176 747	3 573 762
Crédito hipotecário	101 733	2 120 656	14 140 381	16 362 770
Outras actividades nacionais	468 116	105 073	170 993	744 182
Outras actividades internacionais	902 162	523 294	196 407	3 621 863
	20 685 454	11 549 672	18 551 796	50 786 922

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por sectores de actividade, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Agricultura e silvicultura	212 893	71 102	47 251	331 246
Indústrias extractivas	93 130	38 705	18 746	150 581
Alimentação, bebidas e tabaco	328 381	115 321	78 585	522 287
Têxteis	473 900	227 228	55 586	756 714
Madeira e cortiça	217 042	42 596	13 246	272 884
Papel, artes gráficas e editoras	115 529	192 218	37 322	345 069
Químicas	491 324	242 814	153 122	887 260
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	511 120	247 909	125 354	884 383
Electricidade, água e gás	135 775	160 300	142 077	438 152
Construção	2 398 306	765 534	404 600	3 568 440
Comércio a retalho	952 052	405 635	281 582	1 639 269
Comércio por grosso	1 606 025	535 056	162 263	2 303 344
Restaurantes e hotéis	301 066	211 747	187 221	700 034
Transportes e comunicações	536 643	274 280	213 537	1 024 460
Serviços	5 410 558	2 000 188	1 010 193	8 420 939
Crédito ao consumo	2 059 719	367 287	62 325	2 489 331
Crédito hipotecário	50 701	1 850 467	10 131 810	12 032 978
Outras actividades nacionais	467 286	98 478	114 336	680 100
Outras actividades internacionais	2 075 650	397 289	59 002	2 531 941
	18 437 100	8 244 154	13 298 158	39 979 412

A análise do crédito sobre clientes no Grupo, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público	602 026	27 976	70 857	700 859
Crédito com garantias reais	3 535 845	7 559 119	14 737 398	25 832 362
Crédito com outras garantias	9 031 208	757 198	1 476 167	11 264 573
Crédito sem garantias	3 797 090	469 459	411 123	4 677 672
Crédito sobre o estrangeiro	2 692 446	965 544	134 132	3 792 122
Crédito tomado em operações de *factoring*	914 099	4 991	–	919 090
Capital em locação	112 740	1 765 385	1 722 119	3 600 244
	20 685 454	11 549 672	18 551 796	50 786 922

A análise do crédito sobre clientes no Banco, excluindo o crédito vencido, por prazos de maturidade e por tipo de crédito, para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Crédito vincendo			
	Até um ano	De um ano a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Crédito ao sector público	592 605	–	–	592 605
Crédito com garantias reais	2 565 852	5 522 696	10 395 252	18 483 800
Crédito com outras garantias	8 862 855	497 982	1 277 595	10 638 432
Crédito sem garantias	3 651 501	255 027	5 510	3 912 038
Crédito sobre o estrangeiro	1 974 701	728 782	33 868	2 737 351
Crédito tomado em operações de *factoring*	785 487	–	–	785 487
Capital em locação	4 099	1 239 667	1 585 933	2 829 699
	18 437 100	8 244 154	13 298 158	39 979 412

A carteira de crédito sobre clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos e alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Agricultura e silvicultura	17 450	27 288	16 282	21 215
Indústrias extractivas	4 878	3 501	4 553	2 834
Alimentação, bebidas e tabaco	11 530	13 309	4 466	6 458
Têxteis	30 442	50 965	25 923	49 684
Madeira e cortiça	2 527	6 447	2 461	6 260
Papel, artes gráficas e editoras	2 180	2 120	1 019	1 019
Químicas	6 018	2 791	4 564	1 748
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	21 402	85 380	10 544	33 130
Electricidade, água e gás	109	291	–	–
Construção	49 511	49 511	28 807	39 411
Comércio a retalho	24 082	19 459	20 079	14 207
Comércio por grosso	34 988	34 102	27 967	25 941
Restaurantes e hotéis	16 925	14 495	9 869	5 888
Transportes e comunicações	20 623	29 520	7 383	7 245
Serviços	77 508	59 427	48 380	31 865
Crédito ao consumo	39 634	45 606	33 786	39 029
Crédito hipotecário	11 053	3 272	–	–
Outras actividades nacionais	15 014	14 999	2 299	1 195
Outras actividades internacionais	2 319	2 474	–	–
	388 296	464 957	248 378	287 129

A análise do crédito vencido por sectores de actividade, para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Agricultura e silvicultura	5 368	29 064	3 906	16 235
Indústrias extractivas	3 458	7 046	1 354	2 725
Alimentação, bebidas e tabaco	13 954	32 128	2 260	11 674
Têxteis	34 801	52 505	31 700	42 911
Madeira e cortiça	3 806	10 976	2 715	7 903
Papel, artes gráficas e editoras	2 225	7 055	1 578	3 876
Químicas	3 853	11 533	1 200	4 329
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	20 954	97 995	9 289	29 160
Electricidade, água e gás	586	1 401	111	86
Construção	68 917	140 041	25 805	40 428
Comércio a retalho	20 392	35 644	9 242	21 595
Comércio por grosso	47 563	102 779	32 444	70 322
Restaurantes e hotéis	8 135	17 506	3 069	6 579
Transportes e comunicações	9 276	23 938	5 151	10 915
Serviços	39 217	72 627	22 213	34 352
Crédito ao consumo	95 291	135 554	66 152	53 189
Crédito hipotecário	67 056	948 800	40 584	51 010
Outras actividades nacionais	4 202	16 526	2 369	14 597
Outras actividades internacionais	13 132	30 402	–	–
	462 186	919 502	261 142	421 886

A análise do crédito vencido por tipo de crédito para o Grupo e para o Banco, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito com garantias reais	241 551	538 137	132 730	208 006
Crédito com outras garantias	62 142	108 085	47 681	85 085
Crédito sem garantias	132 075	164 442	78 716	77 213
Crédito sobre o estrangeiro	2 891	5 118	1 157	4 027
Crédito tomado em operações de *factoring*	1 253	11 646	–	–
Capital em locação	22 274	92 074	858	47 555
	462 186	919 502	261 142	421 886

Os movimentos da provisão específica para riscos de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisões específicas para riscos de crédito:				
Saldo em 1 de Janeiro	569 071	376 755	343 890	237 374
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	10 705	137 752	–	–
Outras transferências	50 048	42 971	38 777	71 438
Provisão do exercício	407 091	470 597	367 775	360 417
Utilização de provisões	(649 370)	(418 196)	(496 531)	(323 370)
Diferenças cambiais	25 176	(40 808)	(670)	(1 969)
Saldo em 31 de Dezembro	412 721	569 071	253 241	343 890
Provisões específicas para crédito reestruturado:				
Saldo em 1 de Janeiro	97 227	23 417	19 457	22 537
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	–	79 326	–	–
Outras transferências	(61 050)	(4 035)	(19 457)	(3 080)
Provisão do exercício	–	(1 481)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	36 177	97 227	–	19 457
Provisões específicas para risco país:				
Saldo em 1 de Janeiro	22 543	23 470	22 501	23 381
Transferências	(15 833)	(25)	(15 833)	(19)
Provisão do exercício	1 248	(722)	1 267	(681)
Diferenças cambiais	(452)	(180)	(452)	(180)
Saldo em 31 de Dezembro	7 506	22 543	7 483	22 501
	456 404	688 841	260 724	385 848

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições. Em conformidade com as normas estabelecidas pelo Banco de Portugal, e de acordo com a política contabilística referida na nota n.º 1, alínea *c*), o Grupo considera que os juros sobre crédito vencido há mais de 30 dias, que não estejam cobertos por garantias reais, são reconhecidos como proveitos apenas quando recebidos.

O quadro seguinte apresenta, para o Grupo, a desagregação da provisão específica para riscos de crédito existente em 31 de Dezembro de 2004:

(Em milhares de euros)

	Classes de incumprimento					
	Até três meses	De três meses a seis meses	De seis meses a um ano	De um ano a três anos	Mais de três anos	Total
Crédito vencido com garantia	23 231	27 294	66 016	158 136	40 785	315 462
Provisão específica existente	337	5 045	20 412	104 657	29 266	159 717
Crédito vencido sem garantia	26 526	46 820	42 624	14 966	15 788	146 724
Provisão específica existente	626	9 024	26 584	14 966	15 788	66 988
Total de crédito vencido	49 757	74 114	108 640	173 102	56 573	462 186
Total da provisão específica para crédito vencido	963	14 069	46 996	119 623	45 054	226 705
Total da provisão específica para riscos de crédito						186 016
Total da provisão específica para crédito reestruturado						36 177
Total da provisão específica para risco país						7 506
Total da provisão específica para riscos de crédito						456 404

As provisões específicas por tipo de crédito são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito com garantias reais	245 631	371 195	143 550	177 890
Crédito com outras garantias	63 884	103 649	40 344	84 071
Crédito sem garantias	104 430	136 717	68 098	74 187
Crédito sobre o estrangeiro	11 381	28 431	8 375	26 660
Crédito tomado em operações de *factoring*	144	10 859	–	–
Capital em locação	30 934	37 990	357	23 040
	456 404	688 841	260 724	385 848

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por sector de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Agricultura e silvicultura	25 101	13 483	20 956	10 781
Indústrias extractivas	3 398	3 713	3 384	3 574
Alimentação, bebidas e tabaco	17 385	12 916	12 550	7 587
Têxteis	54 959	39 559	54 355	35 438
Madeira e cortiça	7 519	9 731	7 179	8 337
Papel, artes gráficas e editoras	6 638	3 215	4 023	3 026
Químicas	6 376	1 270	4 356	962
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	87 515	32 001	33 705	16 802
Electricidade, água e gás	2	1 107	2	1 107
Construção	59 417	32 124	48 800	26 750
Comércio a retalho	20 736	17 903	18 151	14 654
Comércio por grosso	81 412	65 613	69 022	59 141
Restaurantes e hotéis	13 448	5 872	10 305	5 142
Transportes e comunicações	13 326	8 861	10 596	5 560
Serviços	89 419	42 153	69 683	37 091
Crédito ao consumo	134 575	110 794	112 476	75 853
Crédito hipotecário	9 515	9 427	4 643	5 981
Outras actividades nacionais	12 587	7 418	12 345	5 584
Outras actividades internacionais	6 042	1 036	–	–
	649 370	418 196	496 531	323 370

A anulação contabilística de crédito é feita pela utilização da respectiva provisão, quando esta, de acordo com as normas do Banco de Portugal, corresponda a 100% do valor do crédito, mesmo que esse crédito não seja considerado totalmente irrecuperável numa óptica económica. As recuperações posteriores destes créditos são contabilizadas como proveitos do exercício em que ocorram (v. nota n.º 30).

A anulação de crédito por utilização da respectiva provisão, analisada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito com garantias reais	274 147	99 220	178 135	68 231
Crédito com outras garantias	125 915	106 244	122 370	97 748
Crédito sem garantias	205 307	150 450	160 341	124 891
Crédito sobre o estrangeiro	36 121	43 517	35 685	32 500
Crédito tomado em operações de *factoring*	–	1 565	–	–
Capital em locação	7 880	17 200	–	–
	649 370	418 196	496 531	323 370

A recuperação de créditos e de juros anulados, efectuada no decorrer de 2004 e 2003, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Agricultura e silvicultura	12 578	10 746	12 180	10 623
Indústrias extractivas	2 432	2 089	2 427	2 053
Alimentação, bebidas e tabaco	3 599	3 289	3 976	3 261
Têxteis	12 716	5 181	12 548	5 021
Madeira e cortiça	2 207	11 399	2 196	11 296

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Papel, artes gráficas e editoras	2 879	1 624	2 502	1 526
Químicas	3 858	5 189	3 417	5 067
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	10 752	8 911	8 725	8 490
Electricidade, água e gás	4	1 461	4	1 461
Construção	38 860	20 002	34 393	19 422
Comércio a retalho	11 456	8 357	10 901	7 631
Comércio por grosso	30 488	24 421	29 038	23 939
Restaurantes e hotéis	8 886	19 904	7 661	19 379
Transportes e comunicações	4 191	3 934	3 678	3 151
Serviços	24 989	26 929	19 229	25 756
Crédito ao consumo	72 348	36 028	66 558	22 303
Crédito hipotecário	7 925	4 066	5 332	3 058
Outras actividades nacionais	3 746	3 918	3 1572	3 159
Outras actividades internacionais	1 738	1 186	–	–
	255 612	198 641	227 437	176 596

A análise da recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2004 e 2003, apresentada por tipo de crédito, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito com garantias reais	77 609	45 644	64 179	44 474
Crédito com outras garantias	64 942	54 470	61 923	51 770
Crédito sem garantias	104 345	88 654	93 776	75 350
Crédito sobre o estrangeiro	7 626	99	7 559	57
Capital em locação	1 090	9 774	–	4 945
	255 612	198 641	227 437	176 596

6 — Obrigações, acções e outros títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	2 417 320	1 440 369	516 469	452 807
De outros emissores	1 339 164	1 452 055	2 092 701	2 251 596
Títulos próprios	280 982	731 589	203 586	661 051
	4 037 466	3 624 013	2 812 756	3 365 454
Títulos vencidos	8 071	7 369	6 350	5 480
Provisão específica para títulos vencidos	(8 071)	(7 369)	(6 350)	(5 480)
	4 037 466	3 624 013	2 812 756	3 365 454
Acções e outros títulos de rendimento variável	612 437	562 553	376 265	266 105
	4 649 903	4 186 566	3 189 021	3 631 559

Nos títulos de negociação, as mais e menos-valias não realizadas referem-se à diferença entre o custo de aquisição e o valor de mercado. Os títulos de investimento são provisionados conforme política contabilística referida na nota n.º 1, alínea *h*).

Conforme referido na política contabilística n.º 1, alínea *g*), os títulos que foram adquiridos pelo Grupo na sequência de operações de titularização são contabilizados como títulos de investimento.

Conforme referido na nota n.º 37, em 31 de Dezembro de 2004, os títulos detidos pelo Grupo ascendem a 141 451 000 euros (2003: 183 942 000 euros) e a provisão associada é de 9 897 000 euros (2003: 21 625 000 euros).

No decurso do exercício de 2004, o Grupo procedeu à alienação dos títulos residuais relativos a duas das operações de titularização realizadas (Magellan Mortgages n.º 1 e n.º 2) pelo valor de 49 555 000 euros, tendo gerado uma mais-valia de 20 578 000 euros, conforme referido nas notas n.os 29 e 37.

As mais e menos-valias realizadas durante o exercício na alienação de títulos de investimento foram as seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Mais-valias realizadas	61 447	42 032	22 911	15 929
Menos-valias realizadas	(33 214)	(8 892)	(462)	(567)
	28 233	33 140	22 449	15 362

O valor dos títulos de rendimento fixo com vencimento no decurso do ano de 2005 são os seguintes:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Emissores públicos	58 574	58 574
Outros emissores	656 875	822 639
	1 244 587	881 213

A análise da carteira de títulos por tipo, nomeadamente títulos de negociação e de investimento, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Títulos de negociação:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	132 138	42 257	126 542	14 238
Estrangeiros	408 315	255 892	–	–
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	57 458	24 111	27 001	34 062
Estrangeiros	42 348	26 766	3 880	41
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra	322 576	113 232	11 699	7 312
Acções de empresas:				
Nacionais	15 435	39 421	–	–
Estrangeiras	3 803	11 971	1 661	2 336
Unidades de participação	19 723	12 097	3 174	621
Outros títulos	4 327	2 121	8	12
	1 006 123	527 868	173 965	58 622
Mais-valias não realizadas	854	286	59	15
Menos-valias não realizadas	(96)	(219)	–	–
	1 006 881	527 935	174 024	58 637
Títulos de investimento:				
Obrigações de emissores públicos:				
Nacionais	260 971	323 175	259 601	321 701
Estrangeiros	962 166	622 215	103 392	83 794
Obrigações de outros emissores:				
Nacionais	225 909	375 967	1 183 062	1 397 944
Estrangeiros	626 513	701 732	519 693	548 090
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública:				
Sem acordo de recompra	332 504	84 837	15 417	26 266
Papel comercial	366 885	244 253	363 593	238 473
Acções de empresas:				
Nacionais	32 073	28 902	18 263	21 913
Estrangeiras	6 907	5 133	126	198
Unidades de participação	396 807	352 172	369 410	259 190
Certificados de depósito	25 351	22 621	–	–
Outros títulos	16 109	89 732	15 418	62 612
	3 252 195	2 850 739	2 847 975	2 960 181
Provisões para títulos de investimento	(44 724)	(52 050)	(36 564)	(48 310)
	3 207 471	2 798 689	2 811 411	2 911 871
Títulos próprios:				
De rendimento fixo	280 982	731 589	203 586	661 051
De rendimento variável	154 569	128 353	–	–
	435 551	859 942	203 586	661 051
	4 649 903	4 186 566	3 189 021	3 631 559

À data de 31 de Dezembro de 2004 e de 2003, não existiam títulos contabilizados na carteira a vencimento do Grupo e do Banco.

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2004, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	260 912	59	260 971	22	(59)	260 934
Estrangeiros	960 875	1 291	962 166	8 997	(1 291)	969 872
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	215 551	10 358	225 909	8 185	(10 358)	223 736
Estrangeiros	616 154	10 359	626 513	7 062	(10 359)	623 216
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública sem acordo de recompra	332 504	–	332 504	57	–	332 561
Papel comercial	366 885	–	366 885	–	–	366 885
Acções de empresas:						
Nacionais	16 487	15 586	32 073	9	(15 586)	16 496
Estrangeiras	6 700	207	6 907	1	(207)	6 701
Unidades de participação	389 943	6 864	396 807	160	(6 864)	390 103
Certificados de depósito	25 351	–	25 351	–	–	25 351
Outros títulos	16 109	–	16 109	541	–	16 650
	3 207 471	44 724	3 252 195	25 034	(44 724)	3 232 505

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Grupo, à data de 31 de Dezembro de 2003, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	323 072	103	323 175	1 033	(103)	324 105
Estrangeiros	621 079	1 136	622 215	2 529	(1 136)	623 608
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	368 007	7 960	375 967	430	(7 960)	368 437
Estrangeiros	677 643	24 089	701 732	8 686	(24 089)	686 329
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública sem acordo de recompra	84 837	–	84 837	124	–	84 961
Papel comercial	244 253	–	244 253	–	–	244 253
Acções de empresas:						
Nacionais	18 813	10 089	28 902	10	(10 089)	18 823
Estrangeiras	4 943	190	5 133	1	(190)	4 944
Unidades de participação	343 932	8 240	352 172	197	(8 240)	344 129
Certificados de depósito	22 621	–	22 621	–	–	22 621
Outros títulos	89 489	243	89 732	–	(243)	89 489
	2 798 689	52 050	2 850 739	13 010	(52 050)	2 811 699

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2004, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	259 546	55	259 601	16	(55)	259 562
Estrangeiros	103 265	127	103 392	2 662	(127)	105 927
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	1 173 670	9 392	1 183 062	6 867	(9 392)	1 180 537
Estrangeiros	509 139	10 554	519 693	4 431	(10 554)	513 570

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública sem acordo de recompra	15 417	–	15 417	57	–	15 474
Papel comercial	363 593	–	363 593	–	–	363 593
Acções de empresas:						
Nacionais	8 816	9 447	18 263	6	(9 447)	8 822
Estrangeiras	–	126	126	1	(126)	1
Unidades de participação	362 548	6 862	369 410	18	(6 862)	362 566
Outros títulos	15 417	1	15 418	21	(1)	15 438
	2 811 411	36 564	2 847 975	14 079	(36 564)	2 825 490

Os títulos de investimento para os quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado no Banco, à data de 31 de Dezembro de 2003, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Valor de balanço	Provisões	Valor contabilístico	Mais-valias não realizadas	Menos-valias não realizadas	Valor de mercado
Obrigações de emissores públicos:						
Nacionais	321 612	89	321 701	923	(89)	322 535
Estrangeiros	83 379	415	83 794	2 529	(415)	85 908
Obrigações de outros emissores:						
Nacionais	1 391 209	6 735	1 397 944	87	(6 735)	1 391 296
Estrangeiros	525 440	22 650	548 090	4 616	(22 650)	530 056
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da dívida pública sem acordo de recompra	26 266	–	26 266	–	–	26 266
Papel comercial	238 473	–	238 473	–	–	238 473
Acções de empresas:						
Nacionais	11 963	9 950	21 913	3	(9 950)	11 966
Estrangeiras	19	19	198	1	(19)	180
Unidades de participação	250 979	8 211	259 190	10	(8 211)	250 989
Outros títulos	62 371	241	62 612	109	(241)	62 480
	2 911 871	48 310	2 960 181	8 278	(48 310)	2 920 149

A análise da carteira de títulos do Grupo, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Obrigações	Acções	Outros títulos	Títulos vencidos	Total bruto
Indústrias extractivas	–	397	–	–	397
Alimentação, bebidas e tabaco	–	73	7 482	–	7 555
Têxteis	87	808	7 413	882	9 190
Madeira e cortiça	–	–	1 247	998	2 245
Papel, artes gráficas e editoras	–	11 015	47 230	–	58 245
Químicas	–	37	1 596	561	2 194
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	9 556	325	7 194	447	17 522
Electricidade, água e gás	2	12 757	3 490	–	16 249
Construção	55 566	2 045	12 488	1 996	72 095
Comércio a retalho	–	–	–	207	207
Comércio por grosso	5 738	1 810	49 465	506	57 519
Restaurantes e hotéis	–	57	–	–	57
Transportes e comunicações	10 544	4 759	6 564	2 202	24 069
Serviços	792 857	24 888	685 033	272	1 503 050
Outras actividades internacionais	69 807	5	–	–	69 812
	944 157	58 976	829 202	8 071	1 840 406
Títulos públicos	1 763 590	–	655 080	–	2 418 670
Títulos próprios	280 982	–	154 569	–	435 551
	2 988 729	58 976	1 638 851	8 071	4 694 627

A análise da carteira de títulos do Grupo, por sector da actividade à data de 31 de Dezembro de 2003, é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Obrigações	Acções	Outros títulos	Títulos vencidos	Total bruto
Indústrias extractivas	–	397	2 665	–	3 062
Alimentação, bebidas e tabaco	–	73	11 464	–	11 537
Têxteis	492	805	4 064	573	5 934
Madeira e cortiça	–	–	1 247	998	2 245
Papel, artes gráficas e editoras	–	10 884	47 442	–	58 326
Químicas	646	17	1 870	–	2 533
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	21 241	472	17 769	447	39 929
Electricidade, água e gás	–	31 659	1 222	–	32 881
Construção	675	2 568	11 660	1 996	16 899
Comércio a retalho	–	17	–	207	224
Comércio por grosso	7 988	2 495	17 968	506	28 957
Restaurantes e hotéis	–	52	–	–	52
Transportes e comunicações	10 499	8 489	11 112	2 370	32 470
Serviços	1 077 147	27 489	594 512	272	1 699 420
Outras actividades internacionais	2 519	77	1	–	2 597
	1 121 207	85 494	722 996	7 369	1 937 066
Títulos públicos	1 243 539	–	198 069	–	1 441 608
Títulos próprios	731 589	–	128 353	–	859 942
	3 096 335	85 494	1 049 418	7 369	4 238 616

Os movimentos nas provisões para títulos de negociação e para títulos de investimento, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisão para títulos de negociação:				
Saldo em 1 de Janeiro	219	–	–	–
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	–	227	–	–
Outras transferências	237	(505)	–	–
Provisão do exercício	(360)	530	–	–
Diferenças cambiais	–	(33)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	96	219	–	–
Provisão para títulos de investimento:				
Saldo em 1 de Janeiro	52 051	83 666	48 310	64 335
Transferências	10 922	(1 448)	5 159	4
Provisão do exercício	4 698	2 383	4 981	3 033
Utilização de provisões	(22 684)	(32 118)	(21 763)	(18 707)
Diferenças cambiais	(263)	(432)	(123)	(355)
Saldo em 31 de Dezembro	44 724	52 051	36 564	48 310
	44 820	52 270	36 564	48 310

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

7 — Participações financeiras:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Participações financeiras em subsidiárias:				
Instituições de crédito residentes	–	–	109 750	216 203
Instituições de crédito não residentes	–	–	509 642	508 843
Outras subsidiárias residentes	1 079 202	607 747	1 058 466	1 082 728
Outras subsidiárias não residentes	6 664	3 692	11 420	9 562
	1 085 866	611 439	1 689 278	1 817 336

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Participações financeiras em associadas e outras:				
Instituições de crédito residentes	7 394	7 238	2 229	1 611
Instituições de crédito não residentes	588 285	673 280	–	76 671
Outras empresas residentes	1 018 453	857 842	986 213	815 098
Outras empresas não residentes	335 216	593 739	198 466	198 415
	1 949 348	2 132 099	1 186 908	1 091 795
	3 035 214	2 743 538	2 876 186	2 909 131
Provisão específica para participações financeiras:				
Em empresas subsidiárias	–	–	(163 488)	(93 029)
Em empresas associadas e outras participações financeiras	(204 964)	(204 988)	(181 104)	(172 509)
	(204 964)	(204 988)	(344 592)	(265 538)
	2 830 250	2 538 550	2 531 594	2 643 593

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% do capital social das empresas detidas directamente pelo Banco, à data de 31 de Dezembro de 2004, eram as seguintes:

(Em milhares de euros)

Empresas subsidiárias e associadas	Sede	Participação do Banco (percent.)	Capitais próprios em 31 de Dez. de 2004	Valor proporcional nos capitais próprios *A*	Custo da participação *B*	Diferença *A–B*
Banco Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	69,90	142 796	99 814	109 750	(9 936)
Bank Millennium, S. A.	Varsóvia	50,00	488 408	244 204	442 521	(198 317)
Banque BCP, S. A. S.	Paris	100,00	54 991	54 991	66 299	(11 308)
BCP Particip. Financeiras, SGPS — Soc. Unipessoal, L.da	Lisboa	100,00	173 355	173 355	119 933	53 422
BCP Internacional II — Soc. Unipessoal, SGPS, L.da	Funchal	100,00	41 233	41 233	208	41 208
B. C. Português — Escrit. de Repres. e Serviços, S/C, L.da	São Paulo	100,00	1 252	1 252	9 617	(8 365)
BIM Leasing, S. A. R. L.	Maputo	25,00	5 769	1 442	799	643
Caracas Financial Services, Ltd.	George Town	100,00	8	8	27	(19)
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.da	Porto	100,00	137	137	132	5
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	Porto	100,00	526	526	796	(270)
Managerland, S. A.	Barcelona	50,00	–	–	1 708	(1 708)
Millennium BCP — Serv. de Comércio Electrónico, S. A.	Lisboa	100,00	234	234	885	(651)
Mozambique Investment Company, Ltd.	Maputo	24,20	2 302	579	1 579	(1 022)
Paço da Palmeira — Soc. Agrícola e Comercial, L.da	Braga	100,00	79	79	68	11
Pinto Totta International Finance, Ltd.	George Town	50,00	183 577	91 789	23	91 766
Seguros & Pensões Gere, SGPS, S. A.	Lisboa	89,00	898 530	799 692	935 993	(136 301)
Servitrust — Trust Management and Services, S. A.	Funchal	100,00	383	383	100	283
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	21,50	57 078	12 272	5 602	5 602
UNICRE — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	Lisboa	30,00	24 392	7 318	2 229	5 089
Unilong — Soc. de Aluguer de Longa Duração, S. A.	Lisboa	100,00	(126)	(126)	598	(724)
				1 529 160	1 699 752	(170 592)

O movimento da provisão específica para participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisão para participações financeiras:				
Saldo em 1 de Janeiro	204 988	175 067	265 538	150 668
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	–	2 582	–	–
Provisão por contrapartida de reservas	(1 140)	24 082	72 962	110 858
Outras transferências	647	3 961	4 507	4 187
Provisão do exercício	160	(116)	1 706	1
Utilização de provisões	(71)	(142)	(121)	(176)
Diferenças cambiais	380	(446)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	204 964	204 988	344 592	265 538

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

Conforme referido na política contabilística n.º 1, alínea *b*), de acordo com o disposto no aviso n.º 4/2002 o Grupo efectuou a reposição, com referência a 31 de Dezembro de 2004, de provisões para participações financeiras estratégicas, no montante de 1 140 000 euros em resultado da alienação de participações que se encontravam ao abrigo do referido aviso (2003: constituição de 24 082 000 euros).

Em base individual a provisão constituída ascendeu a 72 962 000 euros (2003: 110 858 000 euros), que inclui o montante de 68 780 000 euros (2003: 93 000 000 euros) relativa à participação do Banco na Seguros & Pensões e que é anulada em base consolidada.

Os investimentos em participações financeiras, do Grupo e do Banco, que são consolidadas pelo método integral e proporcional, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	–	–	–	69 130
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	–	–	109 750	109 750
Bank Millennium, S. A.	–	–	442 521	442 521
Banque BCP, S. A. S.	–	–	66 299	66 299
BCP Participações Financeiras, SGPS — Soc. Unipessoal, L.da	–	–	119 933	50 803
BCP — BS, Holding BV	–	–	–	221
BCP Internacional II — Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da	–	–	25	25
B. C. Português — Escritório de Representações e Serviços, S/C L.da	–	–	9 063	9 063
BIMLeasing, S. A. R. L.	–	–	799	–
Caracas Financial Services, Ltd.	–	–	27	27
Comercial Imobiliária, S. A.	–	–	–	25 128
Leasefactor — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	–	–	–	106 453
Managerland, S. A.	–	–	1 708	250
NovaBank, S. A.	–	–	–	75 418
Pinto Totta International Finance, Ltd.	–	–	23	23
Servitrust — Trust Management and Services, S. A.	–	–	100	100
Outras	–	–	2 479	1 545
	–	–	753 281	956 756
Outras participações financeiras	3 035 214	2 743 538	2 122 905	1 952 375
Provisões para participações financeiras	(204 964)	(204 988)	(344 592)	(265 538)
	2 830 250	2 538 550	1 778 313	1 686 837
	2 830 250	2 538 550	2 531 594	2 643 593

O valor das outras participações financeiras é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Participações financeiras em filiais excluídas e empresas associadas registadas pelo método da equivalência patrimonial:				
Intertrust, S. A.	–	6 104	–	–
Seguros & Pensões Gere — SGPS, S. A.	1 071 147	600 622	935 993	935 993
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	12 524	11 299	6 700	5 201
Unicre — Cartão Internacional de Crédito, S. A.	7 238	7 238	2 229	1 611
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.da	8 052	7 122	–	–
Outras	10 178	6 653	1 580	523
	1 109 295	639 038	946 502	943 328
Outras participações financeiras registadas ao custo de aquisição:				
Banca Intesa, S.p.A	489 522	487 249	–	–
Banco Sabadell, S. A.	97 916	184 243	–	–
Eureko, B.V.	123 444	123 444	–	–
Grupo EDP	952 480	788 479	952 480	788 479
Finangeste — Empresa Financeira Gestão e Desenvolvim., S. A.	14 311	14 311	13 822	9 243
Friends Provident PLC	196 528	196 528	196 528	196 528
PZU, S. A.	–	255 038	–	–
Soponata — Sociedade Portuguesa de Navios Tanques, S. A.	–	15 236	–	–
TagusPark — Parque de Ciência e Tecnologia, S. A.	2 173	2 173	2 173	2 173
Outras	49 545	37 799	11 400	12 624
	1 925 919	2 104 500	1 176 403	1 009 047
Provisões para participações financeiras	(204 964)	(204 988)	(344 592)	(265 538)
	2 830 250	2 538 550	1 778 313	1 686 837

Em Julho de 2004, o Grupo celebrou dois conjuntos de contratos com vista à alienação das participações financeiras detidas em companhias de seguros integradas no Grupo Seguros & Pensões, com o Grupo Caixa Geral de Depósitos e com o Grupo Fortis sujeitos à condição suspensiva de não oposição por parte das entidades reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram

subsequentemente obtidas ainda durante o exercício de 2004, criando condições para a execução dos contratos, tendo estes assumido definitivamente o carácter de contratos de venda irrevogáveis. De acordo com as cláusulas dos referidos contratos, a gestão das referidas companhias por parte do Grupo passou a estar condicionada às condições aí estabelecidas.

Conforme referido na nota n.º 21, no âmbito da alienação das referidas participações financeiras foi determinada uma mais-valia consolidada de 366 450 000 euros, líquida de custos de transacção de 66 000 000 euros e do *write-off* do *value in force* associado às respectivas companhias alienadas no montante de 97 446 000 euros.

De acordo com as regras do Banco de Portugal em relação às mais-valias geradas na alienação de subsidiárias, o referido valor foi registado por contrapartida de reservas, já que no momento de aquisição das empresas o *goodwill* respectivo tinha igualmente sido debitado por contrapartida de reservas.

Em Novembro de 2004, na sequência do aumento de capital da EDP — Energias de Portugal, o Banco Comercial Português, S. A., subscreveu a parcela do aumento de capital que lhe permite manter a percentagem de participação no capital social da EDP.

No âmbito do acordo estabelecido entre o Bank Millennium, S. A. (Polónia) e a sua subsidiária BIG BG Inwestycje, S. A., com a Eureko B.V., foi alienada a participação detida por esta subsidiária do Bank Millennium, correspondente a 10% do capital social da companhia de seguros polaca PZU, S. A., pelo montante mínimo de 390 milhões de euros (PLN 1600 milhões), gerando uma mais-valia contabilística de 84 milhões de euros (PLN 382 milhões), cujo registo foi efectuado nos resultados consolidados de 2004.

O valor mínimo de venda, no montante de 390 milhões de euros (PLN 1600 milhões) será pago em duas *tranches*: (*i*) 293 milhões de euros (PLN 1200 milhões) e cujo recebimento já ocorreu em Dezembro de 2004; e (*ii*) 97 milhões de euros (PLN 400 milhões), que será recebida até ao final de 2005 e que se encontra garantida pelo penhor das acções vendidas.

O valor mínimo de venda das acções da PZU, S. A. referido no acordo de venda pode aumentar no montante:

De 80% da diferença entre o preço médio das acções da PZU, S. A. e o valor mínimo de venda. O preço médio (ponderado pelo volume diário de transacções) será calculado por um período de quatro semanas com início na segunda semana de cotação, na eventualidade da cotação das acções PZU, S. A., na Bolsa de Valores de Varsóvia;

Da diferença positiva entre o preço de venda obtido pela Eureko, B.V. e o valor mínimo de venda, no pressuposto de que as acções sejam alienadas pela Eureko B.V. a uma terceira entidade até ao final de 2005;

Da diferença positiva entre o valor de avaliação atribuído por um banco de investimento independente e o valor mínimo de venda, caso as acções da PZU, S. A., não sejam cotados em bolsa até 30 de Junho de 2005.

Conforme estabelecido contratualmente, caso entre a data do acordo de venda e a data da liquidação da transacção a PZU, S. A. proceder ao pagamento de dividendos que excedam o valor médio dos dividendos dos últimos três exercícios, o excesso (na proporção das acções abrangidas pelo acordo) reverterá a favor do Bank Millennium, S. A. (Polónia).

Em Junho de 2004, o Banco Comercial Português alienou 4,08% do capital social do Banco Sabadell, S. A., tendo resultado numa mais-valia de 85 261 000 euros que foi creditada em reservas, no exercício de 2004, dado que no momento da aquisição o *goodwill* respectivo tinha sido igualmente debitado por contrapartida de reservas em 2000.

Após esta operação, a participação remanescente detida pelo Banco Comercial Português no Banco Sabadell, S. A., é de 3%.

As demonstrações financeiras consolidadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal incluem os activos, passivos e resultados do Banco Comercial Português, S. A., e das suas empresas subsidiárias, com actividade financeira. A relação das empresas do Grupo é apresentada na nota n.º 49.

As principais participações financeiras para as quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2004, são analisadas como se segue:

(Em milhares de euros)

	Valor contabilíst.	Flutuação cambial	Provisões	Valor de balanço	Valor de mercado
Participações financeiras:					
Banca Intesa, S.p.A.	489 522	–	18 371	471 151	440 886
Banco Sabadell, S. A.	97 916	–	–	97 916	157 898
EDP — Electricidade de Portugal	641 580	–	39 628	601 952	412 540
Friends Provident, Plc	196 528	(24 168)	12 201	160 159	116 493
ONI — SGPS, S. A.	310 900	–	115 630	195 270	18 155
	1 736 446	(24 168)	185 830	1 526 448	1 145 972

As principais participações financeiras para as quais o valor contabilístico é diferente do valor de mercado, em 31 de Dezembro de 2003, são analisadas como se segue:

(Em milhares de euros)

	Valor contabilíst.	Flutuação cambial	Provisões	Valor de balanço	Valor de mercado
Participações financeiras:					
Banca Intesa, S.p.A.	487 249	–	18 371	468 878	368 130
Banco Sabadell, S. A.	184 243	–	–	184 243	294 957
EDP — Electricidade de Portugal	580 197	–	37 979	542 218	316 919
Friends Provident Plc	196 528	(24 107)	9 757	162 664	99 886
ONI — SGPS, S. A.	208 282	–	115 630	92 652	18 155
	1 656 499	(24 107)	181 737	1 450 655	1 098 047

Conforme referido na nota n.º 1 alínea *b*), a partir de 31 de Março de 2003, o Grupo passou a consolidar a sua participação no Grupo Seguros & Pensões pelo método de equivalência patrimonial. A análise comparativa entre o *goodwill* estimado, com referência a 31 de Dezembro de 2002, e o valor registado nas demonstrações financeiras consolidadas com referência a 31 de Dezembro de 2003, é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)

	2003
Valor contabilístico correspondente a 20,86% da Eureko	648 000
Valor em numerário a pagar pelo Banco Comercial Português	150 000
	798 000
Aumento de capital da Seguros & Pensões	118 000
Custo de aquisição da Seguros & Pensões	916 000

(Em milhares de euros)

	2003
Situação líquida prevista da Seguros & Pensões (antes do aumento de capital)	232 000
Aumento de capital efectuado em Dezembro 2002	118 000
Situação líquida prevista da Seguros & Pensões (após aumento de capital)	350 000
Value in force estimado da carteira vida	236 000
Situação líquida prevista da Seguros & Pensões + *value in force* em 31 de Dezembro de 2002	586 000
Goodwill estimado a registar em 2003	330 000
Resultado líquido do 1.º trimestre de 2003 da Seguros & Pensões	(83 287)
Outras variações	6 535
Goodwill registado em 31 de Dezembro de 2003	406 752

De acordo com as instruções do Banco de Portugal, o valor relativo ao *value in force* que, em 31 de Março de 2003, foi fixado em 246 100 000 euros, está a ser amortizado linearmente por um período de seis anos, com início em 1 de Abril de 2003.

Em base consolidada, o investimento no Grupo Seguros & Pensões, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Valor da equivalência patrimonial do Grupo Seguros & Pensões (1)	994 272	385 285
Value in force	246 100	246 100
Write-off do *value in force* contra as mais-valias das alienações de 51% do ramo vida e de 100% do ramo não vida da Seguros & Pensões	(97 446)	–
Amortização acumulada	(30 763)	(30 763)
Value in force por amortizar (2)	76 875	215 337
Total (1) + (2)	1 071 147	600 622

Durante o ano de 2004, o valor amortizado foi de 41 016 000 euros (2003: 30 763 000 euros).

8 — Imobilizações incorpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Despesas de estabelecimento	6 246	6 079	301	3 294
Despesas de investigação e desenvolvimento	89	526	–	–
Software	263 772	268 463	48 722	41 151
Outras imobilizações incorpóreas	76 995	54 701	11 639	8 914
	347 102	329 769	60 662	53 359
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(98 727)	(65 893)	(14 007)	(12 949)
Relativas a exercícios anteriores	(109 828)	(109 828)	(24 168)	(15 395)
	(234 456)	(175 721)	(38 175)	(28 344)
	112 646	154 048	22 487	25 015

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas, durante o ano de 2004, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Custo:						
Despesas de estabelecimento	6 079	470	(4 598)	4 315	(20)	6 246
Investigação e desenvolvimento	526	–	–	(453)	16	89
Software	268 463	34 559	(45 118)	249	5 619	263 772
Outras imobilizações incorpóreas	54 701	17 939	(2 861)	(233)	7 449	76 995
	329 769	52 968	(52 577)	3 878	13 064	347 102

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	3 887	1 496	(4 602)	4 315	(147)	4 949
Investigação e desenvolvimento	73	16	–	(6)	–	83
Software	156 034	55 331	(44 845)	(27)	3 579	170 072
Outras imobilizações incorpóreas	15 727	41 884	(1 157)	18	2 718	59 352
	175 721	98 727	(50 604)	4 462	6 150	234 456

Os movimentos da rubrica de imobilizações incorpóreas durante o ano de 2004, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Custo:						
Despesas de estabelecimento	3 294	–	(2 993)	–	–	301
Software	41 151	5 751	(3 889)	5 872	(163)	48 722
Outras imobilizações incorpóreas	8 914	6 382	(4 081)	438	(14)	11 639
	53 359	12 133	(10 963)	6 310	(177)	60 662
Amortizações acumuladas:						
Despesas de estabelecimento	3 273	20	(2 993)	–	–	300
Software	22 227	13 441	(3 846)	2 966	(116)	34 672
Outras imobilizações incorpóreas	2 844	546	(187)	–	–	3 203
	28 344	14 007	(7 026)	2 966	(116)	38 175

9 — Imobilizações corpóreas:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Imóveis	1 170 623	1 211 955	859 708	906 000
Equipamento:				
Mobiliário	138 691	137 554	110 398	108 380
Máquinas	47 224	36 429	19 643	18 959
Equipamento informático	349 335	353 742	187 926	214 974
Instalações interiores	255 110	240 568	111 722	103 299
Viaturas	14 778	14 778	4 030	4 979
Equipamento de segurança	88 723	87 270	81 426	80 401
Obras em curso	54 783	69 255	17 238	23 523
Outras imobilizações corpóreas	65 470	60 649	31 932	30 912
	2 184 097	2 212 200	1 424 023	1 491 427
Amortizações acumuladas:				
Relativas ao exercício corrente	(135 218)	(137 163)	(62 106)	(67 614)
Relativas a exercícios anteriores	(1 077 257)	(946 019)	(741 999)	(713 064)
	(1 212 475)	(1 083 182)	(804 105)	(780 678)
	971 622	61 129 018	619 918	710 749

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas durante o ano de 2004, para o Grupo, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Custo:						
Imóveis	1 211 955	17 635	(104 300)	23 328	22 005	1 170 623
Equipamento:						
Mobiliário	137 554	3 427	(4 324)	1 902	132	138 691
Máquinas	36 429	2 769	(3 570)	9 721	1 875	47 224
Equipamento informático	353 742	11 711	(38 108)	18 639	3 351	349 335

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Instalações interiores	240 568	2 476	(4 264)	3 560	12 770	255 110
Viaturas	14 778	682	(1 946)	(560)	1 184	14 138
Equipamento de segurança	87 270	1 223	(103)	5	328	88 723
Obras em curso	69 255	20 342)	(10 574)	(25 131)	891	54 783
Outras imobilizações corpóreas	60 649	1 007	(2 353)	2 805	3 362	65 470
	2 212 200	61 272)	(169 542)	34 269	45 898	2 184 097
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	380 975	63 062	(25 939)	17 416	6 875	442 389
Equipamento:						
Mobiliário	109 872	9 707	(7 005)	4 694	110	117 378
Máquinas	29 113	13 819	(3 560)	661	1 699	41 732
Equipamento informático	304 513	30 135	(37 124)	14 696	3 018	315 238
Instalações interiores	166 614	11 401	(4 250)	7 072	10 531	191 368
Viaturas	10 301	1 249	(1 793)	(662)	763	9 858
Equipamento de segurança	65 693	4 623	(99)	103	103	70 338
Outras imobilizações corpóreas	16 101	1 222	(2 320)	6 894	2 277	24 174
	1 083 182	135 218	(82 090)	50 789	25 376	1 212 475

Os movimentos da rubrica de imobilizações corpóreas durante o ano de 2004, para o Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Saldo em 1 de Janeiro	Aquisições/ dotações	Abates	Transfe-rências	Diferenças cambiais	Saldo em 31 de Dez.
Custo:						
Imóveis	906 000	6 650	(78 179)	25 503	(266)	859 708
Equipamento:						
Mobiliário	108 380	1 332	(1 141)	1 919	(92)	110 398
Máquinas	18 959	10	(719)	1 397	(4)	19 643
Equipamento informático	214 974	492	(32 009)	4 551	(82)	187 926
Instalações interiores	103 299	69	(1 047)	9 408	(7)	111 722
Viaturas	4 979	385	(1 449)	143	(28)	4 030
Equipamento de segurança	80 401	463	(40)	602	–	81 426
Obras em curso	23 523	19 019	(1 735)	(23 570)	1	17 238
Outras imobilizações corpóreas	30 912	921	–	117	(18)	31 932
	1 491 427	29 341	(116 319)	20 070	(496)	1 424 023
Amortizações acumuladas:						
Imóveis	317 285	40 995	(16 509)	1 710	(120)	343 361
Equipamento:						
Mobiliário	90 688	5 123	(1 098)	1 335	(78)	95 970
Máquinas	17 076	697	(715)	1 266	(1)	18 323
Equipamento informático	203 984	5 376	(31 897)	4 400	(65)	181 798
Instalações interiores	82 205	5 291	(1 033)	4 806	(1)	91 268
Viaturas	3 801	448	(1 314)	204	(7)	3 132
Equipamento de segurança	62 877	3 921	(39)	424	–	67 183
Outras imobilizações corpóreas	2 762	255	(2)	53	2	3 070
	780 678	62 106	(52 607)	14 198	(270)	804 105

10 — Outros activos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Devedores	345 407	204 668	198 300	137 452
Aplicações por recuperação de crédito	601 159	216 766	487 890	175 999
Outras imobilizações financeiras	212 005	175 740	4 321 058	4 254 922
Valores a cobrar	41 578	32 042	41 535	28 125

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Impostos a recuperar	116 329	150 664	66 507	62 300
Bonificações a receber	443 148	417 348	287 582	271 199
Associadas	36 366	70 595	92 067	123 729
Contas diversas	19 310	17 505	11 914	12 895
	1 815 302	1 285 328	5 506 853	5 066 621
Provisões diversas	(111 119)	(68 216)	(92 890)	(61 274)
	1 704 183	1 217 112	5 413 963	5 005 347

A rubrica de outras imobilizações financeiras do Banco corresponde ao montante de prestações e suprimentos efectuados às *holdings* subsidiárias destinadas à tomada de participações financeiras em empresas subsidiárias. Os montantes referidos foram eliminados em consolidação.

As referidas outras imobilizações financeiras do Banco são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	2004	2003
AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	–	8 000
Banque BCP, S. A. S.	30 000	–
BCP — Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	3 031 624	3 028 597
BCP — Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	1 007 672	983 165
BitalPart, B.V.	64 735	67 218
Seguros e Pensões Gere — SGPS, S. A.	125 000	125 000
Outras empresas	62 027	42 942
	4 321 058	4 254 922

Os movimentos nas provisões diversas são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	68 216	79 070	61 274	69 267
Transferências	11 525	(452)	13 712	2 778
Provisão do exercício	38 309	2 672	25 606	126
Utilização de provisões	(12 564)	(12 564)	(7 702)	(10 897)
Diferenças cambiais	773	(510)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	111 119	68 216	92 890	61 274

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

11 — Contas de regularização do activo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Juros e outros proveitos a receber	846 786	1 004 811	594 031	760 620
Despesas antecipadas	1 022 774	776 936	828 499	607 834
Operações sobre títulos a receber	131 849	32 230	7 126	33
Valores a debitar a clientes	167 266	169 557	163 689	162 729
Warrants autónomos	291 368	907 726	–	–
Outras contas de regularização	633 761	478 888	561 647	447 622
	3 093 804	3 370 148	2 154 992	1 978 838

Em 31 de Dezembro de 2004, e de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 do Banco de Portugal, a rubrica de despesas antecipadas inclui os ganhos e perdas actuariais acima do valor do corredor, nos montantes de 598 108 000 euros (2003: 526 520 000 euros) e 562 054 000 euros (2003: 501 188 000 euros), para o Grupo e Banco, respectivamente.

Esta rubrica de inclui ainda reformas antecipadas nos montantes de 257 385 000 euros (2003: 70 671 000 euros) e 206 534 000 euros (2003: 59 445 000 euros), para o Grupo e Banco, respectivamente conforme referido na nota n.º 44.

O valor registado em despesas antecipadas, de acordo com a política contabilística actual no âmbito das regras do Banco de Portugal são amortizáveis em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme referido na política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *m*).

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado do balcão e mercados organizados e deve ser vista em conjunto com a nota n.º 16.

A rubrica de outras contas de regularização inclui o valor do corredor nos montantes de 412 931 000 euros (2003: 372 159 000 euros) e 382 430 000 euros (2003: 340 924 000 euros), para o Grupo e Banco, respectivamente, calculado em conformidade com o estabelecido nos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 do Banco de Portugal.

12 — Débitos para com instituições de crédito a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Banco de Portugal	102 732	17 350	102 732	17 350
Mercado monetário interbancário	300 000	99 970	300 000	117 720
Recursos de outras instituições de crédito no País	153 758	140 968	1 462 803	2 235 392
Recursos de instituições de crédito no estrangeiro	9 325 168	10 929 101	22 022 471	21 113 445
	9 881 658	11 187 389	23 483 907	23 483 907

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Até três meses	5 073 418	5 583 117	11 363 587	11 871 782
De três meses a seis meses	1 343 130	1 812 573	2 226 403	2 747 085
De seis meses a um ano	1 647 821	1 732 830	1 512 271	1 405 896
De um ano a cinco anos	747 580	1 239 571	7 360 907	6 440 399
Mais de cinco anos	1 069 709	819 298	1 424 838	1 018 745
	9 881 658	11 187 389	23 888 006	23 483 907

13 — Débitos para com clientes a prazo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Depósitos para com clientes:				
Depósitos a prazo	13 664 054	14 223 842	8 356 670	9 689 779
Depósitos de poupança	5 706 135	2 874 416	5 689 933	2 850 022
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra	244 219	336 004	1	1
Outros débitos	497 259	520 941	211 783	235 484
	20 111 667	17 955 203	12 775 286	12 775 286

Nos termos da Portaria n.º 180/94, de 15 de Dezembro, foi constituído o Fundo de Garantia de Depósitos, cuja finalidade é a garantia de reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão fixados no aviso n.º 11/94 do Banco de Portugal.

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Depósitos:				
Até três meses	14 003 555	11 797 684	10 518 522	8 696 165
De três meses a seis meses	2 553 595	3 047 553	1 873 876	2 230 934
De seis meses a um ano	2 235 235	1 548 691	1 548 691	1 586 977
De um ano a cinco anos	570 645	250 669	102 355	21 765
Mais de cinco anos	7 159	23 856	3 159	3 960
	19 370 189	17 098 258	14 046 603	12 539 801
Bilhetes do Tesouro e outros activos com acordos de recompra:				
Até três meses	239 437	333 507	1	1
De três meses a seis meses	4 782	1 155	–	–
De seis meses a um ano	–	1 342	–	–
	244 219	336 004	1	1

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Outros débitos:				
Até três meses	393 932	418 228	154 497	176 247
De três meses a seis meses	472	16 472	–	–
De seis meses a um ano	3 158	6 283	–	–
De um ano a cinco anos	76 170	79 958	59 237	59 237
Mais de cinco anos	21 752	–	–	–
	497 259	520 941	211 783	235 484
	20 111 667	17 955 203	14 258 387	12 775 286

14 — Débitos representados por títulos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Certificados de depósito	7 383	7 600	–	–
Empréstimos obrigacionistas	13 051 995	11 760 027	2 881 795	2 703 348
Papel comercial	2 696 975	2 127 036	–	–
	15 756 353	13 894 663	2 881 795	2 703 348

Em 31 de Dezembro de 2004, as emissões do Grupo e do Banco, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Empréstimos obrigacionistas:					
Banco Comercial Português:					
BM. Imobiliário 97 — 1.ª emissão	Junho, 1997	Junho, 2012	Euribor três meses + 1,75%	49 880	49 880
Ob. Investimento Real	Maio, 1999	Maio, 2006	Indexada ao IPC	382	5 000
Com. Leas. 2000 — 1.ª série	Janeiro, 2000	Janeiro, 2005	Euribor três meses + 0,25%	15 000	15 000
Leasing Atl. 2000 — 1.ª emissão	Janeiro, 2000	Janeiro, 2005	Euribor três meses + 0,25%	50 000	50 000
Nac. Leasing 2000 — 1.ª série	Janeiro, 2000	Janeiro, 2005	Euribor três meses + 0,25%	12 500	12 500
Cap. gar. Telecoms — Março 2005	Março, 2000	Março, 2005	Indexada a cabaz de acções (Telecoms)	4 126	5 000
EMTN BCP-SFE — 21.ª emissão	Maio, 2000	Março, 2010	Taxa fixa de 5,2%	65 000	65 000
EMTN BCP-SFE — 23.ª emissão	Maio, 2000	Maio, 2005	Taxa fixa de 5,71%	25 000	25 000
EMTN BCP-SFE — 42.ª emissão	Fevereiro, 2001	Agosto, 2006	Taxa fixa de 4,28%	5 000	5 000
BCP — SFI — CG Arco-Íris — 2006	Março, 2001	Março, 2006	Indexada a um cabaz de 3 índices	2 538	2 750
BCP 4,9% Nov. 01/11 — 2.ª emissão	Novembro, 2001	Novembro, 201	Taxa fixa de 4,9%	25 000	25 000
BCP 5,4% Nov. 01/11 — 1.ª emissão	Novembro, 2001	Novembro, 201	Taxa fixa de 5,4%	175 000	175 000
BCP — SFE Poup. Certa 10%	Janeiro, 2002	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 10%	10 588	12 000
BCP — SFI Poup. Certa 10%	Janeiro, 2002	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 10%	54 494	63 000
BCP 5,34% Mar02/Mar12	Março, 2002	Março, 2012	Taxa fixa de 5,34%	164 500	164 500
BCP — SFI Cg Nasd. Jun02/Dez05	Junho, 2002	Dezembro, 2005	Taxa fixa 2% + remun. variável no venc.	5 313	5 650
BCP 4,83% Agosto 2007	Agosto, 2002	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,83%	136 700	175 000
BCP SFE Poup. Cresc. — 1.ª emissão	Janeiro, 2003	Janeiro, 2006	1.º cupão 4%; no vencimento 5,3%	4 906	5 000
BCP SFI Poup. Cresc. — 1.ª emissão	Janeiro, 2003	Janeiro, 2006	1.º cupão 4%; no vencimento 5,3%	13 746	15 200
BCP SFE Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1.º cupão 4%; no vencimento 8,25%	18 459	19 069
BCP SFI Poup. Cresc. 2007	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2007	1.º cupão 4%; no vencimento 8,25%	34 986	38 314
BCP SFE Poup. Cr. 2006 2.ª emissão	Março, 2003	Março, 2006	1.º cupão 3,15%; no vencimento 4,55%	2 281	2 323
BCP SFI Poup. Cr. Mar 2003/06	Março, 2003	Março, 2006	1.º cupão 3,15%; no vencimento 4,55%	9 850	10 600
BCP SFI Snowball 2003/2006	Maio, 2003	Maio, 2006	Indexada a cabaz de 10 acções	5 653	5 653
BCP SFE Rend. Cr. Jul 2003/06	Julho, 2003	Julho, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	8 522	8 771
BCP SFI Rend. Cr. Jul 2003/06	Julho, 2003	Julho, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	30 212	32 423
BCP SFE Rend. Cr. Set. 2003/06	Setembro, 2003	Setembro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	31 260	32 204
BCP Ob. Cx. Set. 2003/2011	Setembro, 2003	Setembro, 2011	Taxa fixa de 4,37%	125 000	125 000
BCP SFI Rend. Cr. Set. 2003/06	Setembro, 2003	Setembro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	74 304	77 753
BCP SFE Rend. Cr. Out. 2003/06	Outubro, 2003	Outubro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3,5%	27 953	28 597
BCP SFI Rend. Cr. Out. 2003/06	Outubro, 2003	Outubro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3,5%	78 603	81 386
BCP 3,78% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,78%	15 500	15 500
BCP 3,85% Dez 2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 3,85%	5 000	5 000
BCP Dez 2003-2008	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Euribor 360 seis meses + 0,21%	15 000	15 000
BCP SFI Euro I. Bon. Equit. Strat.	Dezembro, 2003	Dezembro, 2005	Indexada ao índice DJ EuroStoxx 50 P	3 115	3 115
BCP SFE Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Txa crescente: 1.º ano 2,125%; 2.º ano 2,5%; 3.º ano 3%; 4.º ano 5%	7 942	7 971
BCP SFI Rend. Cr. Jan 04/08	Janeiro, 2004	Janeiro, 2008	Taxa crescente: 1.º ano 2,125%; 2.º ano 2,5% 3.º ano 3%; 4.º ano 5%	18 029	18 029
BCP SFI Glo. Eq. Inc. Bui. Strat.	Janeiro, 2004	Janeiro, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	5 000	5 000
BCP SFI Glob. Equity Strategy	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2009	Indexada a um cabaz de índices	3 671	3 671
BCP SFI Tx. Cresc. Fev. 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,75% 3.º ano 3,1%	14 104	15 000
BCP SFE Tx. Cresc. Fev. 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3,1%	4 885	5 000
BCP SFE Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º e 6.º sem. 3%; 7.º sem. 3,65%	2 961	2 961
BCP SFI Rend. Cr. Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º e 6.º sem. 3%; 7.º sem. 3,65%	11 690	12 039
BCP SFE Tx. Cresc. Mai 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,2%; 5.º e 6.º sem. 2,4%; 7.º sem. 3%	3 076	3 105

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP SFI Tx. Cresc. 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,2%; 5.º e 6.º sem. 2,4%; 7.º sem. 3%	9 589	9 895
BCP SFE Glob. Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2 395	2 395
BCP SFI Glob. Target Red.	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de 20 acções	2 555	2 605
BCP SFE Rend. Cr. Jun. 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,45%; 5.º e 6.º sem. 3%	5 712	5 800
BCP SFI Rend. Cr. Jun. 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,45%; 5.º e 6.º sem. 3%;	8 032	8 200
BCP Rend. Cresc. Jul 04/07	Julho, 2004	Julho, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2,15%; 2.º ano 2,5%; 3.º ano 3,5%	2 000	2 000
BCP SFI Up & Out. Eq. Strat.	Julho, 2004	Julho, 2006	Indexado ao Índice Dow Jones EuroStoxx 50	3 000	3 000
BCP Aforro Millen. Ago 04/06	Agosto, 2004	Agosto, 2006	Taxa crescente: 1.º trim. 1,55%; 2.º trim. 1,65%; 3.º trim. 1,75%; 4.º trim. 1,85%; 5.º trim. 2,125%; 6.º trim. 2,5%; 7.º trim. 3,5%; 8.º trim. 4,5%	232 622	233 011
BCP SFE Af. Millen. Ago 04/06	Agosto, 2004	Agosto, 2006	Taxa crescente: 1.º trim. 1,55%; 2.º trim. 1,65%; 3.º trim. 1,75%; 4.º trim. 1,85%; 5.º trim. 2,125%; 6.º trim. 2,5%; 7.º trim. 3,5%; 8.º trim. 4,5%	11 403	11 403
BCP SFI Af. Millen. Ago 04/06	Agosto, 2004	Agosto, 2006	Taxa crescente: 1.º trim. 1,55%; 2.º trim. 1,65%; 3.º trim. 1,75%; 4.º trim. 1,85%; 5.º trim. 2,125%; 6.º trim. 2,5%; 7.º trim. 3,5%; 8.º trim. 4,5%	29 859	30 586
BCP Aforro Millen. Set. 04/06	Setembro, 2004	Setembro, 2006	Taxa crescente: 1.º trim. 1,55%; 2.º trim. 1,65%; 3.º trim. 1,75%; 4.º trim. 1,85%; 5.º trim. 2,125%; 6.º trim. 2,5%; 7.º trim. 3,5%; 8.º trim. 4,5%	148 345	148 345
BCP SFE Rend. Cr. Set. 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 5%	46 086	46 300
BCP SFI Rend. Cr. Set. 04/07	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 5%	133 004	133 700
BCP SFE R. Cr. Set. 04/07 2.ª emissão	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 1,75%; 3.º e 4.º sem. 2%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 5%	51 556	51 659
BCP SFI R. Cr. Set. 04/07 2.ª emissão	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 5%	172 128	172 799
BCP Rend. Cresc. Out. 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Taxa crescente: 1.º trim. 1,6%; 2.º trim. 1,8%; 3.º trim. 2%; 4.º trim. 2,5%; 5.º trim. 3%; 6.º trim. 4,5%	80 954	100 000
BCP Esc. Mund. 18% Out. 04/07	Outubro, 2004	Outubro, 2007	Indexado a cabaz de índices	16 714	16 951
BCP SFE Rend. Cr. 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2,125%; 3.º e 4.º sem. 2,5%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 3,5%	30 871	30 906
BCP SFI Rend. Cr. Nov. 04/07	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2,125%; 3.º e 4.º sem. 2,5%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 3,5%	98 642	99 094
BCP Super Inv. Mill. Nov. 04/09	Novembro, 2004	Novembro, 2009	Indexada a um cabaz de fundos	59 733	60 000
BCP Aforro Millen. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Taxa crescente: 1.º sem. 1,7%; 2.º sem. 1,8%; 3.º sem. 1,9%; 4.º sem. 2%; 5.º sem. 2,9%; 6.º sem. 5%	188 610	188 717
BCP SFE Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º sem. 2,6%; 6.º sem. 3,15%	34 039	34 204
BCP SFI Rend. Cr. Dez 04/07	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º sem. 2,6%; 6.º sem. 3,15%	41 184	41 261
BCP Investimento:					
Ob. Investimento Real	Maio, 1999	Maio, 2006	Indexada ao IPC	20 596	–
Cap. gar. Telecoms 2000-05	Fevereiro, 2000	Fevereiro, 2005	Indexada a cabaz de acções (Telecoms)	50 195	–
Mello Biotecnologia USD 2005	Fevereiro, 2000	Fevereiro, 2005	Indexada a cabaz de acções	3 671	–
Cap. garant. Telecom. móveis 2000-2005	Março, 2000	Setembro, 2005	Indexada a cabaz de acções (Telecoms)	37 199	–
Mello Biotecnol. 05 — 1.º tr.	Março, 2000	Março, 2005	Index. a cabaz acções Mello Biotecnologia	8 150	–
Mello Biotecnol. 05 — 2.º tr.	Março, 2000	Março, 2005	Index. a cabaz acções Mello Biotecnologia	10 000	–
Cap. garantido Média 2005	Abril, 2000	Outubro, 2005	Indexada Dow Jones Stoxx Media Price	25 150	–
Poupança-Rend. Maio 2005	Maio, 2000	Maio, 2005	Taxa crescente (3,25%; 3,75%; 4,25%; 4,75% e 5,5% no 1.º; 2.º; 3.º; 4.º e 5.º ano respect.)	13 671	–
Renda Mensal 4% Maio/005	Maio, 2000	Maio, 2005	Taxa fixa de 4%	4 422	–
BCP Invest. Biotecnol./2005	Agosto, 2000	Agosto, 2005	Indexada a cabaz de acções (Biotecnologia)	6 000	–
Rend. Seguro Set. 00/08	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	28 430	–
Rend. Seguro 2.ª emissão Out. 00/08	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 3%	1 250	–
5,72% — Nov. 00/08 — 1.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	28 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
5,72% — Nov. 00/08 — 2.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,72%	16 000	–
5,825% — Nov. 00/08 — 1.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	60 000	–
5,825% — Nov. 00/08 — 2.ª série	Novembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,825%	50 000	–
5,65% — Nov. 08 — 3.ª série	Dezembro, 2000	Novembro, 2008	Taxa fixa de 5,65%	4 000	–
Cap. gar. Seleç. Empr. Mund./05	Janeiro, 2001	Janeiro, 2005	Indexada a cabaz de acções	26 527	–
Cap. Gar. Economia Global/05	Março, 2001	Março, 2005	Indexado a um cabaz de índices	26 795	–
5,32% — 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,32%	50 000	–
5,34% — 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,34%	15 000	–
5,35% — 2001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,35%	12 700	–
5,36% — 001/09 Mar 2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 5,36%	37 000	–
6,522% — Março 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 6,522%	7 500	–
Rendimento Seguro 2001/2009	Março, 2001	Março, 2009	Taxa fixa de 1,95%	7 500	–
CG Bio-Farmacêuticas 2005	Maio, 2001	Maio, 2005	Indexada a um cabaz de 3 índices	10 348	–
CG Mais Outubro 2005	Outubro, 2001	Outubro, 2005	Indexada a um cabaz de 4 índices	4 068	–
CG Valor Mais Dezembro 05	Dezembro, 2001	Dezembro, 2005	Indexada ao índice DJ Euro Stoxx50	4 123	–
BCP Inv. Taxa Crescente 2007	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 3,37%; 2.º ano 3,62%; 3.º ano 3,87%; 4.º ano 4,12%; 5.º ano 4,37%	52 488	–
Cg 33 Plus Fev. 02/05	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2005	Indexada a cabaz de 10 acções	77 500	–
Rendimento 24 Março 02/05	Março, 2002	Março, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	67 976	–
Rendimento Garantido 02/05	Março, 2002	Março, 2005	Taxa fixa de 12%	59 453	–
Economia Mundial 02/05	Abril, 2002	Abril, 2005	Cupão Anual 2% + Rem. Var. no Vencim.	51 250	–
Invest. Duplo Var. — Julho 2005	Julho, 2002	Julho, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	23 800	–
Invest. Mais — Agosto 2005	Agosto, 2002	Agosto, 2005	Indexada a cabaz de 10 acções	16 450	–
Invest. Duplo Var. 2.ª emissão	Agosto, 2002	Agosto, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	15 449	–
Invest. Duplo Var. 02/05	Setembro, 2002	Setembro, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	14 500	–
Invest. Duplo Var. 02/05	Outubro, 2002	Outubro, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	14 229	–
Invest. Duplo Variável 02/05	Novembro, 2002	Novembro, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	15 974	–
Invest. Duplo Var. Dez. 05 — 6.ª emissão	Dezembro, 2002	Dezembro, 2005	Indexada a cabaz de 4 acções	16 729	–
Invest. Duplo 2003 4% Fev. 06	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2006	Taxa fixa de 4%	18 468	–
Invest. Duplo 2003 Var. Fev. 06	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2006	Indexada a cabaz de 6 acções	18 162	–
Rendimento Certo Fev. 03/06	Fevereiro, 2003	Fevereiro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2,5%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3%	40 201	–
Invest. Duplo 2003 4% Mar 06	Março, 2003	Março, 2006	Taxa fixa de 4%	18 111	–
Invest. Duplo 2003 Var. Mar 06	Março, 2003	Março, 2006	Indexada a cabaz de 6 acções	17 832	–
Rendimento Certo Mar 03/06	Março, 2003	Março, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2,125%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3,25%	40 421	–
Invest. Duplo 2003 4% Maio 06	Maio, 2003	Maio, 2006	Taxa fixa de 4%	14 873	–
Invest. Duplo 2003 Var. Maio 06	Maio, 2003	Maio, 2006	Indexada a cabaz de 6 acções	14 556	–
Rend. Certo Mais Maio 03/06	Maio, 2003	Maio, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2,1%; 2.º ano 2,2%; 3.º ano Min (Euribor 12 meses + 0,65%; 4,15%)	22 143	–
Invest Duplo 2003 Var. Jun. 06	Junho, 2003	Junho, 2006	Indexada a cabaz de 6 acções	9 664	–
Invest. Combinado Junho 03/06	Junho, 2003	Junho, 2006	Indexada ao Dow Jones Eurostoxx 50 Index	21 441	–
Invest. Duplo 2003 4% Jun. 06	Junho, 2003	Junho, 2006	Taxa fixa de 4%	10 167	–
Rendim. Certo Junho 2003/06	Junho, 2003	Junho, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,5%; 3.º ano 3%	18 177	–
Rendim. Crescente Julho 03/06	Julho, 2003	Julho, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	36 302	–
Rendim. Crescente Set. 03/06	Setembro, 2003	Setembro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 1,75%; 2.º ano 2,25%; 3.º ano 3%	41 784	–
Valorização Máxima Set. 03/06	Setembro, 2003	Setembro, 2006	Indexada a cabaz de índices	17 987	–
Rendim. Crescente Out. 03/06	Outubro, 2003	Outubro, 2006	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3,5%	67 979	–
Valoriz. Máxima 03-06 2.ª emissão	Outubro, 2003	Outubro, 2006	Indexada a cabaz de índices	23 429	–
6 Em Linha Nov. 03/06	Novembro, 2003	Novembro, 2006	Indexada a cabaz de índices	46 904	–
Rendimento 8 Nov. 2008	Novembro, 2003	Novembro, 2008	1.º ano 4%; 2.º ano e seguintes Max (11,75% — 2 * Euribor 12 meses; 0)	24 399	–
Rend. Crescente Fev. 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 3%; 3.º ano 3,5%	23 799	–
Rend. Cresc. Fev. 04/07 2.ª emissão	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,5%; 3.º ano 3%	14 463	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Invest. 5% Ja Fev. 04/07	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Indexada a um cabaz de 6 índices	24 209	–
Rend. Crescente Mar 04/07	Março, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º e 6.º sem. 3%; 7.º sem. 3,65%	29 009	–
Rend. Cresc. Mar 04/07 2.ª emissão	Março, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,25%; 5.º e 6.º sem. 2,5%; 7.º sem. 3%	13 722	–
Rendimento 8 Mar 04/09	Março, 2004	Março, 2009	1.º ano 4%; 2.º ano e seguintes Max (11,55% — 2 * Euribor 12 meses; 0)	29 447	–
3 Mais Março 04/07	Março, 2004	Março, 2007	Indexada a um cabaz de 10 acções	24 781	–
Rend. Crescente Maio 04/07	Maio, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,2%; 5.º e 6.º sem. 2,4%; 7.º sem. 3%	48 794	–
Valoriz. Europa Maio 04/09	Maio, 2004	Maio, 2009	Indexada a um cabaz de índices	25 878	–
Rend. Crescente Jun. 04/07	Junho, 2004	Junho, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2%; 3.º e 4.º sem. 2,45%; 5.º e 6.º sem. 3%	34 024	–
Invest. Mundial 5% Jun. 04/09	Junho, 2004	Junho, 2007	Indexada a um cabaz de índices	13 364	–
Rend. Cresc. Jun. 04/07 2.ª emissão	Junho, 2004	Junho, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2,125%; 3.º e 4.º sem. 2,5%; 5.º e 6.º sem. 3,5%	24 331	–
Bank Millennium:					
National Bank of Poland	Novembro, 2004	Novembro, 2005	Taxa fixa de 1%	11 185	–
II Program Emisji	Novembro, 2003	Novembro, 2005	Taxa fixa de 4,46%	7 553	–
II Program Emisji	Novembro, 2003	Novembro, 2006	Taxa fixa de 4,46%	1 684	–
II Program Emisji	Dezembro, 2003	Dezembro, 2005	Taxa fixa de 4,46%	12 452	–
II Program Emisji	Dezembro, 2003	Dezembro, 2006	Taxa fixa de 4,46%	497	–
II Program Emisji	Novembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 7,14%	4 892	–
II Program Emisji	Dezembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 7,2%	9 762	–
II Program Emisji	Dezembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 7,13%	4 860	–
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1995/2005 3.ª série	Dezembro, 1995	Dezembro, 2005	Euribor três meses	448	–
FRNs BII Finance Company	Setembro, 1996	Setembro, 2011	Euribor três meses + 1,75%	340 159	–
BII 2003/2008	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Euribor 360 três meses + 0,35%	250 000	–
BIM — Banco Internacional Moçambique:					
Obrigações BIM/2003-2013	Setembro, 2003	Setembro, 2013	Taxa média ponderada das últimas seis emissões de Títulos de Autoridade Monetária (TAMs)	2 563	–
BCP Finance Bank:					
BCP Fin. Bank — Euros 25 m	Agosto, 1999	Setembro, 2007	Taxa fixa de 4,85%	24 550	–
BCP Fin. Bank — Euros 92,879 m	Outubro, 1999	Outubro, 2007	Taxa fixa de 5,697429%	97 980	–
BCP Fin. Bank — USD 500 m	Janeiro, 2000	Janeiro, 2005	USD Libor três meses + 0,15%	367 080	–
BCP Fin. Bank — Euros 37,5 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,83%	37 500	–
BCP Fin. Bank — Euros 50 m	Março, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,6625%	50 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 25 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,615%	25 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 42,5 m	Abril, 2000	Abril, 2008	Taxa fixa de 5,86%	42 500	–
BCP Fin. Bank — Euros 21,781 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 6,1619%	21 781	–
BCP Fin. Bank — Euros 25 m	Maio, 2000	Março, 2008	Taxa fixa de 5,618%	25 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 75 m	Maio, 2000	Maio, 2008	Taxa fixa de 5,68167%	75 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 16,6 m	Junho, 2000	Maio, 2005	Taxa fixa de 5,86%	16 600	–
BCP Fin. Bank — USD 500 m	Junho, 2000	Janeiro, 2005	USD Libor três meses + 0,15%	367 080	–
BCP Fin. Bank — Euros 80 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Taxa crescente: (1.º ano 4,86%; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º ano e 100bp no 6.º e 7.º anos)	80 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Fin. Bank — Euros 20 m	Junho, 2000	Junho, 2008	Taxa cresc. (1.º ano 4,87%; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º ano e 100bp no 6.º e 7.º anos)	20 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 20 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Taxa cresc. (1.º ano 4,66%; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º ano e 100bp no 6.º e 7.º anos)	20 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 19,5 m	Julho, 2000	Junho, 2008	Taxa cresc. (1.º ano 4,71%; aumenta 25bp no fim 1.º, 2.º, 3.º e 4.º anos; 50bp no 5.º ano e 100bp no 6.º e 7.º anos)	19 500	–
BCP Fin. Bank — Euros 25 m	Setembro, 2000	Setembro, 2005	Euribor três meses + 0,21%	25 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 29 m	Setembro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	28 300	–
BCP Fin. Bank — Euros 1,25 m	Outubro, 2000	Setembro, 2008	Taxa fixa de 6,25%	1 250	–
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Março, 2001	Agosto, 2007	Taxa fixa de 4,25%	3 448	–
BCP Fin. Bank — Euros 500 m	Maio, 2001	Maio, 2006	Euribor três meses + 0,15%	500 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 48,5 m	Maio, 2001	Junho, 2005	Euribor seis meses + 0,4%	9 700	–
BCP Fin. Bank — Euros 49,88 m	Maio, 2001	Novembro, 2007	Euribor seis meses + 0,5%	37 410	–
BCP Fin. Bank — Euros 210 m	Agosto, 2001	Agosto, 2006	Euribor seis meses + 1,5%	209 815	–
BCP Fin. Bank — GBP 100 m	Agosto, 2001	Agosto, 2006	GBP Libor três meses + 0,2%	141 834	–
BCP Fin. Bank — USD 50 m	Agosto, 2001	Agosto, 2006	USD Libor seis meses + 1,5%	36 708	–
BCP Fin. Bank — Euros 12 m	Setembro, 2001	Setembro, 2006	Taxa fixa de 7,2%	12 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 5,75 m	Outubro, 2001	Outubro, 2006	Euribor seis meses + 1,95%	5 750	–
BCP Fin. Bank — Euros 11,429 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de acções	5 521	–
BCP Fin. Bank — Euros 15 m	Novembro, 2001	Novembro, 201	Cupão zero	15 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 3 m	Novembro, 2001	Setembro, 2006	Taxa fixa de 7,2%	3 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 75 m	Novembro, 2001	Novembro, 2006	Euribor seis meses + 1,65%	74 935	–
BCP Fin. Bank — USD 4,515 m	Novembro, 2001	Novembro, 2009	Indexada a cabaz de acções	2 036	–
BCP Fin. Bank — Euros 12 m	Dezembro, 2001	Dezembro, 201	Cupão zero	12 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 7 m	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2006	Euribor três meses + 0,18%	4 731	–
BCP Fin. Bank — Euros 500 m	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor três meses + 0,2%	500 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 27,25 m	Fevereiro, 2002	Fevereiro, 2006	Indexada a cabaz de acções	27 176	–
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Fevereiro, 2002	Dezembro, 2011	Tx. Dsct.<=> 6,8540559%	5 000	–
BCP Fin. Bank — GBP 20 m	Abril, 2002	Abril, 2005	Taxa fixa de 5,74%	28 367	–
BCP Fin. Bank — GBP 20 m	Abril, 2002	Abril, 2005	Taxa fixa de 5,63%	28 367	–
BCP Fin. Bank — HKD 170 m	Abril, 2002	Abril, 2005	Hkd Hibor três meses + 0,32%	16 056	–
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Maio, 2002	Dezembro, 2011	Taxa Dsct. <=> 7,0821486%	5 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 24 m	Maio, 2002	Novembro, 2005	Indexada a cabaz de acções	670	–
BCP Fin. Bank — Euros 500 m	Maio, 2002	Fevereiro, 2007	Euribor três meses + 0,2%	500 000	–
BCP Fin. Bank — HKD 156 m	Junho, 2002	Junho, 2005	Hkd Hibor três meses + 0,21%	14 734	–
BCP Fin. Bank — HKD 230 m	Junho, 2002	Junho, 2005	Hkd Hibor três meses + 0,23%	21 722	–
BCP Fin. Bank — Euros 10 m	Julho, 2002	Julho, 2009	Taxa Dsct. 5,22741% <=> 6,0338566%	10 000	–
BCP Fin. Bank — GBP 125 m	Agosto, 2002	Agosto, 2005	GBP Libor três meses + 0,1%	177 292	–
BCP Fin. Bank — Euros 50 m	Agosto, 2002	Janeiro, 2006	Euribor seis meses + 0,2%	50 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 4 m	Novembro, 2002	Dezembro, 2005	Indexada a um fundo	3 828	–
BCP Fin. Bank — CAD 6 m	Dezembro, 2002	Dezembro, 2005	Taxa crescente: 1.º ano 3,1%; 2.º ano 3,35%; 3.º ano 3,6%	3 655	–
BCP Fin. Bank — Euros 6,1 m	Maio, 2003	Maio, 2010	Taxa fixa de 1,74% + Max (IPC EU; 0%)	5 852	–
BCP Fin. Bank — Euros 500 m	Junho, 2003	Junho, 2006	Euribor 360 três meses + 0,22%	500 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 300 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 3,1%	300 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 90 m	Junho, 2003	Junho, 2013	Euribor 360 três meses + 0,35%	90 000	–
BCP Fin. Bank — GBP 18,5 m	Junho, 2003	Junho, 2008	Taxa fixa de 4,178%	26 239	–
BCP Fin. Bank — Euros 200 m	Julho, 2003	Julho, 2008	Euribor três meses + 0,25%	200 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Julho, 2003	Julho, 2006	Ind. ao índice Dow Jones Eurostoxx 50	5 000	–
BCP Fin. Bank — CZK 1000 m	Agosto, 2003	Agosto, 2008	Pribor seis meses + 0,2%	32 826	–
BCP Fin. Bank — Euros 150 m	Agosto, 2003	Agosto, 2006	Euribor três meses + 0,22%	150 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 130 m	Setembro, 2003	Março, 2006	EONIA + 0,23%	130 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Setembro, 2003	Setembro, 2008	Indexada ao índice S&P 500	4 920	–
BCP Fin. Bank — Euros 7,48 m	Outubro, 2003	Outubro, 2008	Indexada ao índice S&P 500	6 133	–
BCP Fin. Bank — Euros 25 m	Outubro, 2003	Outubro, 2006	Taxa fixa de 3,11%	25 000	–
BCP Fin. Bank — Euros 8,82 m	Novembro, 2003	Novembro, 2008	1.º ano 6%; 2.º ano e seguintes indexada a um cabaz de acções	8 770	–
BCP Fin. Bank — USD 5,7 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	1.º ano 5%; 2.º ano e seguintes indexada a USD Libor seis meses	4 185	–
BCP Fin. Bank — Euros 5 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Indexada ao índice Nikkei 225	4 250	–
BCP Fin. Bank — Euros 20 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2023	Taxa fixa de 5,31%	20 000	–
BCP Fin. Bank — USD 3,53 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2005	1.º ano 5%; 2.º ano e seguintes indexada a USD Libor seis meses	2 592	–
BCP Fin. Bank — Euros 6,26 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Euribor três meses + 1%	6 253	–
BCP Fin. Bank — Euros 50 m	Dezembro, 2003	Dezembro, 2008	Taxa fixa de 4,1355%	50 000	–
BCP Fin. Bank — USD 8,5 m	Janeiro, 2004	Janeiro, 2009	1.º ano 4,75%; 2.º ano USD Libor seis meses + 4,25% *n/N; 3.º ano USD Libor seis meses + 4,75% *n/N; 4.º ano USD Libor seis meses + 5,25% *n/N; 5.º ano USD Libor seis meses + 6% *n/N (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	6 240	–
BCP Fin. Bank — EUR 500 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2009	Euribor três meses + 0,15%	500 000	–
BCP Fin. Bank — USD 5 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2007	Taxa fixa de 2,65%	3 666	–
BCP Fin. Bank — EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	5 965	–
BCP Fin. Bank — USD 5 m	Março, 2004	Março, 2007	Indexada ao Índice S&P5000	2 202	–
BCP Fin. Bank — EUR 5,6 m	Março, 2004	Março, 2009	Euribor seis meses + 1,5% *n/N; (n: n.º de dias Euribor seis meses <= Barrier)	5 542	–
BCP Fin. Bank — EUR 8,8 m	Março, 2004	Março, 2009	Euribor seis meses + 1,5% *n/N; (n: n.º de dias Euribor seis meses <= Barrier)	8 800	–
BCP Fin. Bank — EUR 10 m	Março, 2004	Março, 2024	Taxa fixa de 5,01%	10 000	–
BCP Fin. Bank — USD 8 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Taxa fixa de 2,68%	5 866	–
BCP Fin. Bank — CAD 9 m	Abril, 2004	Abril, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2,25%; 2.º ano 2,5%; 3.º ano 3%	5 482	–
BCP Fin. Bank — USD 50 m	Abril, 2004	Abril, 2009	USD Libor seis meses + 2,25% *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	36 635	–
BCP Fin. Bank — USD 5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Taxa crescente: 1.º ano 3,47%; 2.º ano 3,72%; 3.º ano 3,97%; 4.º ano 4,22%; 5.º ano 4,47%	3 671	–
BCP Fin. Bank — EUR 100 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Euribor três meses + 0,2%	100 000	–
BCP Fin. Bank — CAD 9 m	Maio, 2004	Maio, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2%; 2.º ano 2,125%; 3.º ano 3%	4 618	–
BCP Fin. Bank — USD 18 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Taxa fixa de 2,695%	11 237	–
BCP Fin. Bank — EUR 250 m	Maio, 2004	Maio, 2008	Euribor três meses + 0,175%	250 000	–
BCP Fin. Bank — EUR 6,8 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Fano 5%; 2.º ano Max [Min (8%; 4* (3,5% — Euribor três meses)]; 0%); 3.º ano Max [Min (8%; 4*(4,5% — Euribor três meses)]; 0%); 4.º ano Max [Min (8%; 4* (5,5% — Euribor três meses)]; 0%); 5.º ano Max [Min (8%; 4*(6,5% — Euribor três meses)]; 0%)	6 800	–
BCP Fin. Bank — USD 5,5 m	Maio, 2004	Maio, 2009	Fano 5%; 2.º ano Max [Min (8%; 4* (4,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 3.º ano Max [Min (8%; 4*(5,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 4.º ano Max [Min (8%; 4*(6,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 5.º ano Max [Min (8%; 4*(7,75% — USD Libor três meses)]; 0%)	4 038	–
BCP Fin. Bank — CAD 6,4 m	Junho, 2004	Junho, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 3,3%; 2.º ano 3,55%; 3.º ano 3,8%	3 899	–
BCP Fin. Bank — USD 11,3 m	Junho, 2004	Junho, 2009	Fano 5%; 2.º ano Max [Min (8%; 4*(5,5% — USD Libor três meses)]; 0%); 3.º ano Max [Min (8%; 4*(6,5% — USD Libor três meses)]; 0%); 4.º ano Max [Min (8%; 4*(7,5% — USD Libor três meses)]; 0%); 5.º ano Max [Min (8%; 4*(8,5% — USD Libor três meses)]; 0%)	8 296	–
BCP Fin. Bank — USD 11 m	Junho, 2004	Junho, 2009	1.º ano 5%; 2.º ano Max [Min (8%; 4*(5,25% — USD Libor três meses)]; 0%); 3.º ano Max [Min (8%; 4*(6,25% — USD Libor três meses)]; 0%); 4.º ano Max [Min (8%; 4*(7,25% — USD Libor três meses)]; 0%); 5.º ano Max [Min (8%; 4*(8,25% — USD Libor três meses)]; 0%)	8 076	–
BCP Fin. Bank — EUR 15 m	Junho, 2004	Maio, 2008	Taxa crescente: 1.º ano 2,55%; 2.º ano 2,75%; 3.º ano 3,75%; 4.º ano 7,25%	6 720	–
BCP Fin. Bank — CAD 10 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Taxa crescente: 1.º sem. 2,25%; 2.º sem. 2,5%; 3.º sem. 2,75%; 4.º sem. 3%; 5.º sem. 3,5%; 6.º sem. 4,5%	5 939	–
BCP Fin. Bank — USD 13 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 2,75%; 2.º ano 3%; 3.º ano 3,25%	9 413	–
BCP Fin. Bank — EUR 500 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor três meses + 0,15%	500 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Fin. Bank — EUR 80 m	Julho, 2004	Julho, 2007	Euribor três meses + 0,14%	80 000	–
BCP Fin. Bank — USD 24,644 m	Julho, 2004	Julho, 2009	1.º ano 5%; 2.º ano Max [Min (8%; 4*(5,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 3.º ano Max [Min (8%; 4*(6,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 4.º ano Max [Min (8%; 4*(7,75% — USD Libor três meses)]; 0%); 5.º ano Max [Min (8%; 4*(8,75% — USD Libor três meses)]; 0%)	18 093	–
BCP Fin. Bank — EUR 5,325 m	Julho, 2004	Julho, 2009	(Euribor seis meses + 1%) *n/N + 2,25*(N-n) /N; (n: n.º de dias Euribor seis meses <= Barrier)	5 325	–
BCP Fin. Bank — USD 10 m	Julho, 2004	Julho, 2009	(USD Libor seis meses + 1,75%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	7 342	–
BCP Fin. Bank — USD 34,189 m	Julho, 2004	Julho, 2009	(USD Libor seis meses + 2,25%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	25 100	–
BCP Fin. Bank — USD 10 m	Julho, 2004	Julho, 2009	(USD Libor seis meses + 2%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	7 342	–
BCP Fin. Bank — USD 10 m	Agosto, 2004	Agosto, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 3%; 2.º ano 3,2%; 3.º ano 3,6%	7 319	–
BCP Fin. Bank — USD 14,377 m	Agosto, 2004	Agosto, 2009	(USD Libor seis meses + 2%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	10 555	–
BCP Fin. Bank — HKD 156 m	Agosto, 2004	Agosto, 2009	HKD Hibor três meses + 0,23%	14 734	–
BCP Fin. Bank — CAD 7 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º sem. 2,75%; 2.º sem. 3%; 3.º sem. 3,25%; 4.º sem. 3,5%; 5.º sem. 3,75%; 6.º sem. 4,75%	4 255	–
BCP Fin. Bank — USD 12 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º ano 3%; 2.º ano 3,25%; 3.º ano 3,5%	8 594	–
BCP Fin. Bank — EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2014	Euribor três meses + 0,2%	50 000	–
BCP Fin. Bank — CAD 8 m	Setembro, 2004	Setembro, 2007	Taxa crescente: 1.º sem. 2,5%; 2.º sem. 2,75%; 3.º sem. 3%; 4.º sem. 3,25%; 5.º sem. 3,5%; 6.º sem. 4%	4 873	–
BCP Fin. Bank — EUR 50 m	Setembro, 2004	Setembro, 2009	Euribor três meses + 0,15%	50 000	–
BCP Fin. Bank — EUR 500 m	Outubro, 2004	Outubro, 2009	Euribor três meses + 0,15%	500 000	–
BCP Fin. Bank — USD 10 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º e 2.º sem. 2,25%; 3.º e 4.º sem. 2,75%; 5.º sem. 3%; 6.º sem. 3,4%	7 334	–
BCP Fin. Bank — EUR 4,45 m	Novembro, 2004	Novembro, 2006	Indexada ao Índice Euro Stoxx 50	4 440	–
BCP Fin. Bank — EUR 6 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Euribor seis meses + 2,65%	5 501	–
BCP Fin. Bank — CAD 7 m	Novembro, 2004	Novembro, 2007	Taxa crescente: 1.º sem. 2,5%; 2.º sem. 2,75%; 3.º sem. 3%; 4.º sem. 3,25%; 5.º sem. 3,5%; 6.º sem. 4,5%	4 116	–
BCP Fin. Bank — USD 39,54 m	Novembro, 2004	Novembro, 2009	(USD Libor seis meses + 2%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier (1.º ano 3,85%; 2.º ano 4,6%; 3.º ano 5,35%; 4.º ano 6,1%; 5.º ano 6,85%;)]	29 029	–
BCP Fin. Bank — USD 8 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2006	Taxa fixa de 5%	5 873	–
BCP Fin. Bank — USD 5 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	USD Libor seis meses + 2,2%	3 387	–
BCP Fin. Bank — USD 29 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2009	(USD Libor seis meses + 2%) *n/N; (n: n.º de dias USD Libor seis meses <= Barrier)	21 291	–
BCP Fin. Bank — EUR 20 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2014	Euribor seis meses + 0,22%	20 000	–
BCP Fin. Bank — EUR 2,26 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2007	Indexada a cabaz de índices	2 260	–
BCP Fin. Bank — EUR 6,5 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2009	(Euribor seis meses + 1,20%) *n/N; (n: n.º de dias Euribor seis meses <= Barrier)	6 500	–
				13 051 995	2 881 795
Papel comercial:					
BCP Finance Bank:					
BCP Finance Bank — GBP 10 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 4,5064%	14 183	–
BCP Finance Bank — EUR 20 m	Fevereiro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	20 000	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Abril, 2004	Abril, 2005	Taxa fixa de 2,18%	30 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Julho, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,2%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 22 m	Julho, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,23%	22 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Agosto, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 10 m	Agosto, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	10 000	–
BCP Finance Bank — EUR 12 m	Setembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,17%	12 000	–
BCP Finance Bank — EUR 60 m	Setembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,2%	60 000	–
BCP Finance Bank — EUR 75 m	Setembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,22%	75 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Setembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,22%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 100 m	Setembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,2%	100 000	–
BCP Finance Bank — EUR 27 m	Setembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,2%	27 000	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	30 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	30 000	–
BCP Finance Bank — USD 60 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,01%	44 050	–
BCP Finance Bank — EUR 10 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	10 000	–
BCP Finance Bank — GBP 50 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 4,895%	70 917	–
BCP Finance Bank — GBP 50 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 4,8891%	70 917	–
BCP Finance Bank — EUR 100 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	100 000	–
BCP Finance Bank — EUR 10 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	10 000	–
BCP Finance Bank — EUR 35 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	35 000	–
BCP Finance Bank — EUR 44 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	44 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	50 000	–
BCP Finance Bank — GBP 20 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 4,8687%	28 367	–
BCP Finance Bank — USD 10 m	Outubro, 2004	Abril, 2005	Taxa fixa de 2,18%	7 342	–
BCP Finance Bank — EUR 26 m	Outubro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,18%	26 000	–
BCP Finance Bank — EUR 185 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,1625%	185 000	–
BCP Finance Bank — EUR 15 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	15 000	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Outubro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	30 000	–
BCP Finance Bank — USD 50 m	Novembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,2%	36 708	–
BCP Finance Bank — GBP 50 m	Novembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 4,8025%	70 917	–
BCP Finance Bank — USD 54 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	39 645	–
BCP Finance Bank — EUR 15 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,15%	15 000	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,165%	30 000	–
BCP Finance Bank — EUR 15 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,16%	15 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,18%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,18%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,18%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 100 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,19%	100 000	–
BCP Finance Bank — EUR 175 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,195%	175 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,195%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 20 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,185%	20 000	–
BCP Finance Bank — EUR 35 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,17%	35 000	–
BCP Finance Bank — EUR 60 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,1725%	60 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,18%	50 000	–
BCP Finance Bank — USD 47 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,365%	34 506	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Novembro, 2004	Fevereiro, 2005	Taxa fixa de 2,19%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 10 m	Novembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,2%	10 000	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Novembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,2%	50 000	–

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Novembro, 2004	Maio, 2005	Taxa fixa de 2,21%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Novembro, 2004	Maio, 2005	Taxa fixa de 2,2%	25 000	–
BCP Finance Bank — EUR 140 m	Novembro, 2004	Maio, 2005	Taxa fixa de 2,2625%	140 000	–
BCP Finance Bank — GBP 10 m	Novembro, 2004	Novembro, 2005	Taxa fixa de 4,9648%	14 183	–
BCP Finance Bank — EUR 30 m	Dezembro, 2004	Abril, 2005	Taxa fixa de 2,21%	30 000	–
BCP Finance Bank — EUR 15 m	Dezembro, 2004	Abril, 2005	Taxa fixa de 2,2%	15 000	–
BCP Finance Bank — JPY 4000 m	Dezembro, 2004	Setembro, 2005	Taxa fixa de 0,03%	28 643	–
BCP Finance Bank — USD 7 m	Dezembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 2,289999%	5 139	–
BCP Finance Bank — EUR 15 m	Dezembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,19%	15 000	–
BCP Finance Bank — EUR 25 m	Dezembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,18%	25 000	–
BCP Finance Bank — GBP 25 m	Dezembro, 2004	Janeiro, 2005	Taxa fixa de 4,7888%	35 458	–
BCP Finance Bank — EUR 50 m	Dezembro, 2004	Dezembro, 2005	Taxa fixa de 2,31%	50 000	–
BCP Finance Bank — EUR 40 m	Dezembro, 2004	Março, 2005	Taxa fixa de 2,18%	40 000	–
				2 696 975	–

A análise desta rubrica pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Certificados de depósitos:				
Até três meses	2 991	3 227	–	–
De três meses a seis meses	2 507	2 786	–	–
De seis meses a um ano	1 885	1 587	–	–
	7 383	7 600	–	–
Empréstimos obrigacionistas:				
Até três meses	1 230 649	237 196	157 500	164 604
De três meses até seis meses	240 237	745 116	25 000	115 518
De seis meses até um ano	446 774	1 049 005	8 765	637 010
De um ano até cinco anos	9 954 381	6 784 001	2 086 150	840 086
Mais de cinco anos	1 179 954	2 944 709	6 130	946 130
	13 051 995	11 760 027	2 881 795	2 703 348
Papel comercial:				
Até três meses	2 306 807	2 022 095	–	–
De três meses até seis meses	297 342	67 918	–	–
De seis meses até um ano	92 826	37 023	–	–
	2 696 975	2 127 036	–	–
	15 756 353	13 894 663	2 881 795	2 703 348

15 — Outros passivos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Credores:				
Fornecedores	66 234	66 860	92 550	50 062
Por contratos de *factoring*	87 731	84 525	37 809	37 809
Outros credores	103 592	155 254	65 386	40 139
Sector público administrativo	169 658	115 255	81 761	64 301
Contas diversas	159 919	190 331	190 331	130 971
	686 304	581 813	466 047	323 282

A rubrica de contas diversas, com referência a 31 de Dezembro de 2004, inclui os montantes de 238 437 000 euros (2003: 139 401 000 euros) e 181 145 000 euros (2003: 121 620 000 euros), para o Grupo e Banco, respectivamente relativos a valores a pagar ao Fundo de Pensões do Banco Comercial Português, conforme referido na nota n.º 44.

16 — Contas de regularização do passivo:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Juros a pagar	650 257	630 387	549 718	604 626
Receitas antecipadas	156 268	87 216	136 411	25 666
Férias e subsídios de férias a pagar	72 354	74 125	39 548	42 895
Outros custos administrativos a pagar	3 550	2 713	2	102
Operações sobre títulos a liquidar	93 951	75 750	910	1 897
Warrants autónomos	293 200	912 159	–	–
Outras contas de regularização	917 735	960 388	747 464	782 843
	2 187 315	1 474 075	1 474 075	1 458 029

A rubrica de receitas antecipadas inclui os montantes de 93 705 000 euros e 92 384 000 euros para o Grupo e para o Banco respectivamente, correspondentes aos ganhos actuariais a diferir pelo período de 10 anos, conforme referido na política contabilística n.º 1, alínea *m*).

A rubrica de *warrants* autónomos regista os prémios dos *warrants* transaccionados em mercado do balcão e mercados organizados e deve ser vista em conjunto com a nota n.º 11.

17 — Provisão para riscos e encargos:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisão para riscos gerais de crédito	756 476	495 528	767 910	531 130
Provisões para pensões de reforma, complem. de pensões de reforma e sobrevivência	223 797	193 357	216 988	182 733
Provisões para riscos bancários gerais	10 419	310 405	3 188	233 188
Outras provisões para riscos e encargos	122 136	17 092	96 165	15 997
	1 112 828	1 016 382	1 084 643	963 048

A rubrica de provisão para riscos bancários gerais incluía, em 31 de Dezembro de 2003, o montante de 207 milhões de euros e 190,5 milhões de euros, para o Grupo e para o Banco respectivamente, constituída para fazer face aos riscos inerentes à actividade do Grupo.

Em 2004, a referida provisão foi alocada a riscos gerais de crédito.

A rubrica de outras provisões para outros riscos e encargos inclui em 31 de Dezembro de 2004, o montante de 19 milhões de euros relativos a custos de reestruturação referentes ao programa de encerramento de sucursais.

As provisões para riscos gerais de crédito em 31 de Dezembro de 2004, por sector de actividade referentes ao Grupo, são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Provisão genérica	Provisão específica	Total de provisões	Total de provisões (percent.)	Crédito por sector em relação ao total de crédito (percent.)
Agricultura e silvicultura	5 589	16 294	21 883	2	1
Indústrias extractivas	2 442	1 295	3 737	–	–
Alimentação, bebidas e tabaco	8 845	17 941	26 786	2	1
Têxteis	12 081	23 763	35 844	3	2
Madeira e cortiça	4 307	4 066	8 373	1	–
Papel, artes gráficas e editoras	5 405	1 262	6 667	1	1
Químicas	14 040	2 487	16 527	1	2
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	14 754	19 476	34 230	3	2
Electricidade, água e gás	8 955	296	9 251	1	1
Construção	80 165	63 132	143 297	12	11
Comércio a retalho	29 294	20 346	49 640	4	4
Comércio por grosso	37 036	38 664	75 700	6	5
Restaurantes e hotéis	11 514	7 854	19 368	2	2
Transportes e comunicações	19 973	9 343	29 316	2	3
Serviços	140 086	36 664	176 750	15	18
Crédito ao consumo	53 232	126 919	180 151	15	7
Crédito hipotecário	243 725	53 696	297 421	24	32
Outras actividades nacionais	11 085	3 706	14 791	1	1
Outras actividades internacionais	53 948	9 200	63 148	5	7
	756 476	456 404	1 212 880	100	100

Os movimentos da provisão para riscos gerais de crédito são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisão genérica para crédito directo:				
Saldo em 1 de Janeiro	415 909	454 953	357 475	366 623
Transferências	242 464	(34 661)	203 517	(8 572)
Provisão do exercício	16 870	(1 501)	1 228	875
Utilização de provisões	(3968)	(2 847)	(755)	(1 451)
Diferenças cambiais	(968)	(2 847)	(755)	(1 451)
Saldo em 31 de Dezembro	670 628	415 909	357 475	357 475
Provisão genérica para crédito por assinatura:				
Saldo em 1 de Janeiro	79 619	70 534	173 655	150 899
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	–	13 880	–	–
Outras transferências	(2 973)	(3 358)	149	(6)
Provisão do exercício	7 691	869	32 641	22 828
Diferenças cambiais	1 511	(2 306)	–	(66)
Saldo em 31 de Dezembro	85 848	79 619	206 445	173 655
	756 476	495 528	767 910	531 130

A provisão para riscos gerais de crédito foi constituída de acordo com o disposto nos avisos n.º 3/95, n.º 2/99 e n.º 8/03 do Banco de Portugal, conforme referido na nota n.º 1, alínea *e*).

Os movimentos das provisões para pensões de reforma e sobrevivência, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	193 357	145 181	182 733	139 613
Transferências	34 323	63 605	38 235	59 252
Provisão do exercício	10 303	16 102	9 776	14 883
Utilização de provisões	(14 180)	(31 422)	(13 750)	(30 997)
Diferenças cambiais	(6)	(109)	(6)	(18)
Saldo em 31 de Dezembro	223 797	193 357	216 988	182 733

Os movimentos das provisões para riscos bancários gerais são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	310 405	306 809	233 188	234 624
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	1 410	61 983	–	–
Outras transferências	(314 046)	(1 919)	(229 608)	1 544
Provisão do exercício	6 970	6 619	478	11 475
Utilização de provisões	(478)	(53 977)	(478)	(14 455)
Diferenças cambiais	6 158	(9 110)	–	–
Saldo em 31 de Dezembro	10 419	310 405	3 580	233 188

Os movimentos das outras provisões para riscos e encargos são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Saldo em 1 de Janeiro	17 092	17 247	15 997	15 965
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	–	1 719	–	–
Provisão por contrapartida da mais-valia das alienações de 51% da actividade seguradora — canal bancário e 100% da actividade seguradora — canal não bancário da Seguros & Pensões	66 000	–	–	–
Outras transferências	70 606	(1 251)	42 810	171
Provisão do exercício	4 785	5 407	70 334	5 628
Utilização de provisões	(34 438)	(3 852)	(32 268)	(3 852)
Diferenças cambiais	(1 909)	(2 178)	(708)	(1 915)
Saldo em 31 de Dezembro	122 136	17 092	96 165	15 997

As provisões do exercício são apresentadas líquidas de reposições.

A rubrica de provisão por contrapartida da mais-valia das alienações de 51% da actividade seguradora — canal bancário e 100% da actividade seguradora — canal não bancário da Seguros & Pensões no montante de 66 000 000 euros refere-se a custos relacionados com a referida alienação, que foi registada, em base individual, por contrapartida de resultados, e em base consolidada, por contrapartida de *goodwill*.

18 — Passivos subordinados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Obrigações de caixa	2 258 412	2 246 507	2 104 110	2 122 767
Obrigações perpétuas	730 799	732 801	2 290 242	2 244 362
Componente de dívida de valores convertíveis	53 890	111 087	53 890	111 087
Outros passivos subordinados	31 787	32 863	121 698	498 898
	3 074 888	3 123 258	4 569 940	4 977 114

Os valores mobiliários de conversão obrigatória, referidos na nota n.º 19, são instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de 528 207 000 euros e na rubrica de componente de dívida de valores convertíveis, no montante actual de 53 890 000 euros (2003: 111 087 000 euros), na parte considerada como instrumento de dívida.

Em 31 de Dezembro de 2004, as emissões de empréstimos subordinados do Grupo e do Banco são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Obrigações de caixa:					
Banco Comercial Português:					
BCP 1995	Março 1995	Março 2005	Euribor seis meses + 0,2%	143 495	149 639
BCP 2001 — Março 2001	Março 2001	Março 2001	Euribor seis meses + 1,03%	–	400 000
BCP 2001 — Maio 2001	Maio 2001	Março 2011	Euribor seis meses + 0,98%	–	200 000
Guaranteed Exchangeable Bonds	Junho 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 4,75%	–	425 000
BCP Março 2011	Junho 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,35%	150 000	150 000
BCP Setembro 2001	Setembro 2001	Setembro 2001	Taxa fixa de 6,15%	120 000	120 000
BCP — Euro 400 milhões	Outubro 2003	Outubro 2013	V. referência (*i*)	–	400 000
BPA 1996	Dezembro 1996	Janeiro 2007	Euribor seis meses + 0,2%	149 639	149 639
UBP 1996	Junho 1996	Junho 2006	Euribor seis meses + 0,25%	27 147	29 928
BPSM 1995	Março 1995	Março 2005	Euribor seis meses + 0,25%	14 964	14 964
BPA Factor 1995	Agosto 1995	Agosto 2005	Euribor seis meses + 0,375%	2 494	2 494
Nacional Factoring 1999	Março 1999	Março 2009	Euribor seis meses + 0,75%	7 482	7 482
BCP Leasing 2003-2013	Fevereiro 2003	Fevereiro 2013	Ver referência (*ii*)	20 000	20 000
1995 Lusoleasing	Dezembro 1995	Novembro 2005	Euribor seis meses + 0,4%	9 976	9 976
1998 Comercial Leasing	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor seis meses + 0,75%	4 988	4 988
Credibanco 2003-2013	Maio 2003	Maio 2013	V. referência (*ii*)	20 000	20 000
Banco Internacional de Moçambique:					
BIM 2003-2013	Novembro 2003	Novembro 2013	V. referência (*iii*)	3 352	–
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 201	Taxa fixa de 4,394%	79 892	–
BCP Investimento:					
BMI 1995 — 1.ª emissão	Junho 1995	Junho 2005	Euribor seis meses + 0,4%	9 976	–
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 1995	Junho 1995	Junho 2005	Euribor três meses + 0,25%	9 287	–
BII 1998	Dezembro 1998	Dezembro 2008	Euribor três meses + 0,5%	29 928	–
BII SFE 1999	Dezembro 1999	Dezembro 2009	Euribor seis meses + 1%	17 500	–
Interbanco:					
Interbanco 2000	Setembro 2000	Setembro 2010	Euribor seis meses + 0,65%	15 000	–
BCP Finance Bank:					
EMTN 44.ª emissão — 1.ª tranche	Março 2001	Março 201	Taxa fixa de 6,25%	400 000	–
EMTN 44.ª emissão — 2.ª tranche	Maio 2001	Março 2011	Taxa fixa de 6,25%	200 000	–
Subord. Guarant. Exchang.	Junho 2001	Junho 2011	Taxa fixa de 4,75%	423 300	–
BCP Fin. Bank, Ltd., EMTN — 119	Outubro 2003	Outubro 2013	V. referência (*i*)	399 992	–
				2 258 412	2 104 110

(Em milhares de euros)

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Grupo	Banco
Obrigações perpétuas:					
BCP 2000	Janeiro 2000	–	Euribor três meses + 0,2075%	–	486 949
BCP — Euro 600 milhões	Setembro 2000	–	Euribor três meses + 1,75%	–	600 000
BCP — Euro 200 milhões	Junho 2002	–	V. referência (*iv*)	198 945	200 000
BCP — Euro 175 milhões	Novembro 2002	–	V. referência (*v*)	175 000	175 000
BCP — Euro 500 Milhões	Junho 2004	–	V. referência (*vi*)	–	500 000
BPA 1997	Junho 1997	–	Euribor três meses + 0,95%	199 519	199 519
BII 1997	Dezembro 1997	–	Euribor três meses + 0,8%	28 612	–
BII 1999	Setembro 1999	–	Euribor três meses + 2%	7 500	–
TOPSs BPSM 1997	Dezembro 1997	–	Euribor seis meses + 0,4%	82 233	89 784
Mello Crédito 1998	Dezembro 1998	–	Euribor 12 meses + 1,75%	3 990	3 990
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	–	V. referência (*vii*)	35 000	35 000
				730 799	2 290 242
Componente de dívida de valores convertíveis:					
Capital BCP 2005	Dezembro 2002	Dezembro 2005	Taxa fixa de 9%	53 890	53 890
Outros passivos subordinados:					
Títulos de participação:					
Banco Mello	1987	A partir 2005	V. 2.º e 3.º parágrafos	20 361	29 928
Outros:					
BIM	Dezembro 2000	–	50% Taxa redesconto Banco de Moçambique	3 944	–
BPSM — USD 125 milhões	Junho 1997	–	V. referência (*viii*)	–	91\ 770
Interbanco	Dezembro 2000	–	–	7 482	–
				31 787	121 698
				3 074 888	4 569 940

(*i*) Euribor três meses + 0,55% (1,05% a partir de Outubro 2008).
(*ii*) Euribor seis meses + 1,95% (1.º ao 10.º cupão); Euribor seis meses + 2,5% (11.º ao 20.º cupão).
(*iii*) Taxa média ponderada das últimas seis emissões de Títulos de Autoridade Monetária (TAMs).
(*iv*) Até 40.º cupão 6,130625%; após 40.º cupão Euribor três meses + 2,4%.
(*v*) Até 40.º cupão 5,41%; após 40.º cupão Euribor três meses + 2,4%.
(*vi*) Até Junho 2014 taxa fixa de 5,543%; a partir de Junho de 2014, taxa Euribor seis meses + 2,07%.
(*vii*) Até 40.º cupão Euribor três meses + 1,75%; após 40.º cupão Euribor três meses + 2,25%.
(*viii*) Até Julho 2007 taxa fixa de 7,77%; a partir de Agosto de 2007, taxa USD Libor seis meses + 2,75%.

As emissões de obrigações de caixa têm reembolso antecipado a partir do 5.º ano após a data de emissão.

A remuneração dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987, tem duas componentes, uma fixa e outra variável. A parte fixa é determinada aplicando a 70% do valor nominal do título uma taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos écrans da Reuters. A remuneração variável, corresponderá ao produto de 75% do restante valor (30%) nominal do título, pelo valor do índice de crescimento anual dos *cash-flows* e pela taxa de juro igual à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos écrans da Reuters. É estabelecido um limite mínimo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos écrans da Reuters, decrescida de 30 b.p., e um limite máximo de remuneração equivalente à taxa de referência da Euribor a 12 meses, em vigor no penúltimo dia útil anterior ao primeiro dia de cada período de contagem de juros, divulgada nos écrans da Reuters.

O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do participante, sendo feito ao valor nominal. O reembolso dos títulos de participação emitidos pelo Banco Mello, S. A., em 1987 poderá ocorrer a partir de 15 de Abril de 2005, por iniciativa do Banco Comercial Português, S. A., sendo feito ao valor nominal. Em qualquer dos casos, o reembolso deverá coincidir com a data de pagamento da remuneração.

A análise dos passivos subordinados pelo período remanescente das operações é a seguinte:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Até três meses	158 459	13 590	164 603	13 717
De três meses a seis meses	19 263	17 657	–	–
De seis meses a um ano	66 360	9 976	66 360	379 976
De um ano a cinco anos	236 684	550 312	192 037	517 607
Mais de cinco anos	1 831 536	1 787 769	1 735 000	1 722 482
Indeterminada	762 586	743 954	2 411 940	2 343 332
	3 074 888	3 123 258	4 569 940	4 977 114

Os encargos imputados e os encargos pagos relativamente a passivos subordinados, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Encargos imputados com passivos subordinados	132 599	132 800	184 326	196 247
Encargos pagos com passivos subordinados	116 705	137 733	171 061	201 955

19 — Capital subscrito, valores mobiliários convertíveis e prémio de emissão:

O capital de 3 257 400 827 euros representado por 3 257 400 827 acções de valor nominal de 1 euro cada uma, encontra-se integralmente realizado.

As rubricas do capital social, valores mobiliários convertíveis e prémio de emissão são analisadas como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo e Banco		
	Capital social	Valores mobiliários convertíveis	Prémio de emissão
Saldo em 31 de Dezembro de 2004 e 2003	3 257 401	528 207	674 435

Os valores mobiliários de conversão obrigatória são instrumentos compostos (de capital e dívida), os quais, de acordo com os critérios aplicáveis, foram separados nas suas duas componentes e contabilizados em capital próprio, na parte considerada instrumento de capital, no montante de 528 207 000 euros e na rubrica de componente de dívida de valores convertíveis (v. nota n.º 18), no montante actual de 53 890 000 euros (2003: 111 087 000 euros), na parte considerada como instrumento de dívida.

20 — Reserva legal:

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída.

Neste contexto, e na sequência da deliberação da assembleia geral, em Março de 2004, foi efectuado um reforço no saldo desta conta no valor de 38 885 000 euros (v. nota n.º 21).

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 10% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

21 — Reservas e resultados acumulados:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Reserva legal	330 267	291 382	330 267	291 382
Reserva estatutária	27 926	37 926	27 926	27 926
Outras reservas e resultados transitados	88 818	688 818	432 816	432 816

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Resultado do exercício	513 002	437 654	432 941	388 805
Goodwill resultante da consolidação	(2 431 869)	(2 883 580)	–	–
Diferença cambial de consolidação	(17 055)	(28 606)	–	–
Outras reservas de consolidação	(151 900)	(142 429)	–	–
	(854 768)	(1 608 835)	1 222 519	1 140 929

A variação da rubrica de reserva legal é analisada na nota n.º 20. A rubrica de *goodwill* resultante da consolidação é analisada como segue (em milhares de euros):

Saldo em 31 de Dezembro de 2002	(2 483 493)
Goodwill resultante da aquisição de 100% da Seguros & Pensões	(406 752)
Ajustamento ao *goodwill* resultante de alienações de empresas por parte da Seguros & Pensões	6 629
Goodwill resultante de outras aquisições	36
Saldo em 31 de Dezembro de 2003	(2 883 580)
Mais-valia da alienação de 4,08% do Banco Sabadell, S. A.	85 261
Mais-valia da alienação de 51% da actividade seguradora — canal bancário e 100% da actividade seguradora — canal não bancário da Seguros & Pensões	366 450
Saldo em 31 de Dezembro de 2004	(2 431 869)

Em termos consolidados, as mais-valias resultante da alienação de 4,08% do Banco Sabadell, S. A., de 51% da actividade seguradora — canal bancário e 100% da actividade seguradora — canal não bancário da Seguros & Pensões no valor de 85 261 000 euros e 366 450 000 euros foram creditadas em reservas, no exercício de 2004, dado que no momento da aquisição, em 2000 e 2003 respectivamente, o *goodwill* respectivo tinha sido igualmente debitado por contrapartida de reservas, conforme nota n.º 7.

22 — Acções próprias:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Valor de balanço das acções do Banco Comercial Português, S. A.	–	2 742	–	–
Número de acções	–	1 549 343	–	–
Valor unitário médio em euros	–	1,77	–	–

As acções próprias detidas pelo Banco Comercial Português, S. A., encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

23 — Interesses minoritários:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo			
	Balanço		Demonst. dos resultados	
	2004	2003	2004	2003
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	42 975	3 803	3 803	149
Bank Millennium, S. A.	244 185	184 476	26 450	4 621
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	10 079	5 152	3 834	4 657
Interbanco, S. A.	26 507	26 507	4 319	4 298
NovaBank, S. A.	69 293	79 185	(11 177)	(17 981)
	393 496	334 493	27 229	(4 256)
Acções preferenciais	1 191 770	1 158 970	60 604	64 258
	1 585 266	1 493 463	87 833	60 002

Em 31 de Dezembro de 2004, os interesses minoritários em acções preferenciais são analisados como segue:

Subsidiárias	Data de emissão	Número de acções	Valor nominal unitário	Taxa de juro	Grupo	
					Balanço (milhares de euros)	Demonst. dos result. (milhares de euros)
BCP Finance Company, Ltd (*i*)	Junho 1999	8 000 000	EUR 50	Taxa fixa 6,25%	–	11 319
BCP Finance Company, Ltd (*ii*)	Set. 2000	600 000	EUR 100	Libor três meses + 1,75%	600 000	23 467
BCP Finance Company, Ltd (*iii*)	Junho 2004	500 000	EUR 100	Taxa fixa 5,543% (*vi*)	500 000	15 853
Mello Capital, Ltd. (*iv*)	Junho 1999	2 400 000	EUR 25	Taxa fixa 7,5%	–	2 138
Pinto Totta Intern. Finance, Ltd. (*v*)	Julho 1997	1 000	USD 1 000	Taxa fixa 7,77% (*vii*)	91 770	7 827
					1 191 770	60 604

Em 31 de Dezembro de 2004, as emissões de acções preferenciais do Grupo são analisadas como segue:

(*i*) Emissão de 8 000 000 acções preferenciais, de 50 euros cada, sem direito a voto, no montante total de 400 000 000 euros, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

Em 14 de Junho de 2004, procedeu-se ao reembolso antecipado da totalidade das acções preferenciais.

(*ii*) Emissão de 6 000 000 acções preferenciais, de 100 euros cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de 600 000 000 de euros, pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000, destinada a refinanciar a amortização antecipada da emissão de 20 000 000 de acções preferenciais Série A, de 25 dólares cada, sem direito a voto, no montante total de 500 000 000 de dólares, pela BCP Capital Finance, Ltd., em 29 de Setembro de 1995.

(*iii*) Emissão de 5 000 000 acções preferenciais, de 100 euros cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de 500 000 000 de euros, pela BCP Finance Company, em 9 de Junho de 2004, destinada a refinanciar a amortização antecipada da emissão de 8 000 000 de acções preferenciais, de 50 euros cada, sem direito a voto, no montante total de 400 000 000 euros, pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

(*iv*) Emissão de 2 400 000 acções preferenciais Série A, de 25 euros cada, não cumulativas e sem direito a voto, no montante total de 60 000 000 euros, pela Mello Capital, Ltd., em 22 de Junho de 1999.

Em 22 de Junho de 2004, procedeu-se ao reembolso antecipado da totalidade das acções preferenciais.

(*v*) Emissão de 125 000 acções preferenciais sem direito a voto, com o valor nominal de 1 000 dólares, garantidas pelo Banco Pinto & Sotto Mayor, S. A., no montante total 125 000 000 dólares, pela Pinto Totta International Finance, Ltd., em 29 de Julho de 1997.

As empresas BCP Capital Finance, Ltd., BCP International Bank, Ltd., BCP Finance Company e Mello Capital, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, são subsidiárias detidas integralmente e indirectamente pelo Banco Comercial Português, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman.

A empresa Pinto Totta International Finance, Ltd., com sede nas Ilhas Cayman, é uma subsidiária directa do Banco Comercial Português, S. A., detida conjuntamente em partes iguais a 50% com o Banco Totta & Açores, S. A., e o seu enquadramento jurídico rege-se pelas leis vigentes nas Ilhas Cayman. Esta empresa é incorporada pelo método proporcional de consolidação nas contas do Grupo Banco Comercial Português.

(*vi*) A partir de Junho de 2014, a remuneração corresponderá à taxa Euribor seis meses + 2,07%.

(*vii*) A partir de Agosto de 2007, a remuneração corresponderá à taxa USD Libor seis meses + 2,75%.

24 — Juros e proveitos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Juros de crédito	2 260 949	2 339 660	1 720 175	1 708 630
Juros de títulos de negociação	40 507	28 497	6 660	5 597
Juros de títulos de investimento	156 767	143 223	135 823	204 076
Juros de depósitos e outras aplicações	467 407	545 114	695 305	730 031
	2 925 630	3 056 494	2 557 963	2 648 334

25 — Juros e custos equiparados:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Juros de depósitos e outros recursos	950 287	1 090 011	1 309 644	1 351 697
Juros de títulos com acordo de recompra	16 275	10 891	–	4
Juros de títulos emitidos	542 862	489 581	271 415	294 645
	1 509 424	1 590 483	1 581 059	1 646 346

26 — Provisão para riscos de crédito:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Aplicações em instituições de crédito:				
Crédito vencido e cobrança duvidosa	(2 151)	8 525	(1 145)	9 582
Risco país	(337)	(3 243)	(336)	(3 243)
	(2 488)	5 282	(1 481)	6 339

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Crédito concedido a clientes:				
Crédito vencido, vincendo associado e risco país	408 339	469 875	369 042	359 736
Crédito reestruturado	–	(1 481)	–	–
Riscos gerais de crédito	24 561	(632)	33 869	23 703
	432 900	467 762	402 911	383 439
	430 412	473 044	401 430	389 778

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

27 — Rendimentos de títulos:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Rendimentos de títulos de investimento	2 256	2 846	2 224	2 434
Rendimento de imobilizações financeiras:				
De participações em subsidiárias	–	–	172 195	92 328
De participações em associadas e outras	35 300	26 833	26 833	21 291
De apropriação por equivalência patrimonial	61 086	100 596	–	–
	98 642	128 257	201 252	116 053

Os principais contributos na rubrica de rendimento de imobilizações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Grupo Seguros & Pensões	83 262	107 674
Amortização do VIF do Grupo Seguros & Pensões (v. nota n.º 7)	(41 016)	(30 763)
Outras empresas	18 840	23 685
	61 086	100 596

Os resultados do Grupo Seguros & Pensões registados pelo método de equivalência patrimonial, em 31 de Dezembro de 2003 no montante de 107 674 000 euros, correspondem aos resultados atribuídos ao Grupo, relativo ao período de 1 de Abril a 31 de Dezembro de 2003. A diferença entre o resultado de 107 674 000 euros registado pelo Grupo e o resultado consolidado da Seguros & Pensões de 24 387 000 euros, corresponde ao resultado negativo no montante de 83 287 000 euros, gerado no período de 1 de Janeiro a 31 de Março de 2003 e que foi considerado no cálculo do *goodwill* resultante da aquisição do Grupo Seguros & Pensões (v. nota n.º 7). Em relação ao resultado de 83 262 000 euros referente ao exercício de 2004, este valor representa o valor de resultados atribuível ao Grupo para o período entre 1 de Janeiro de 2004 e a data de alienação das participadas da Seguros & Pensões, que foi 31 de Dezembro de 2004.

28 — Comissões líquidas:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Comissões recebidas:				
Por garantias prestadas	75 189	66 695	68 670	61 550
Por compromissos perante terceiros	20 842	19 598	19 598	13 897
Por serviços bancários prestados	425 268	420 629	280 429	264 603
Por operações realizadas com títulos	65 109	25 754	14 708	8 799
Outras comissões	176 891	160 812	141 359	137 067
	763 299	693 518	524 764	485 916
Comissões pagas:				
Por garantias recebidas	1 131	5 487	541	151
Por compromissos assumidos perante terceiros	960	1 082	493	492
Por serviços bancários prestados por terceiros	60 451	50 489	57 522	42 865
Por operações realizadas com títulos	15 903	8 081	11 777	6 956
Outras comissões	38 388	37 899	7 904	13 609
	116 833	103 038	78 237	64 073
Resultados líquidos de comissões	646 466	590 480	446 527	421 843

29 — Resultados em operações financeiras:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Lucros em operações financeiras:				
Operações cambiais	530 461	545 419	33 419	126 011
Oper. com títulos, *swaps* e contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	294 618	269 954	168 645	99 420
Contratos de opções e futuros	130 980	145 861	70 680	89 410
Outras operações	1 185	2 229	1 182	1 089
	957 244	963 463	273 926	315 930
Prejuízo em operações financeiras:				
Operações cambiais	489 251	505 499	21 165	92 989
Oper. com títulos, *swaps* e contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	105 338	158 778	20 481	10 154
Contratos de opções e futuros	143 122	169 401	87 540	113 498
Outras operações	468	516	13	44
	738 179	834 194	129 199	216 685
Resultados líquidos de operações financeiras	219 065	129 269	144 727	99 245

A rubrica de lucros em operações financeiras — operações com títulos, *swaps* e contratos a prazo de taxa de juro (FRAs) inclui, em 31 de Dezembro de 2004, o montante de 20 578 000 euros relativo à mais-valia resultante da alienação dos títulos residuais das operações Magellan Mortgages n.º 1 e n.º 2, conforme referido nas notas n.os 6 e 37.

30 — Outros proveitos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Prestação de serviços	94 838	95 974	29 711	29 711
Recuperação de créditos e de juros vencidos	255 612	198 641	227 437	176 596
Venda de cheques e reembolso de despesas	44 878	46 610	35 484	33 357
Proveitos de locação financeira	4 787	4 021	3 623	1 386
Recuperação de despesas	3 317	122 280	1 018	5 397
Ganhos na alienação de imobilizações	19 392	62 469	2 065	1 844
Outros	114 985	125 378	77 616	69 243
	537 809	545 373	379 994	317 534

A rubrica de ganhos na alienação de imobilizações incluía, em 31 de Dezembro de 2003, em base consolidada, o montante de 46 703 000 euros, relativo a mais-valias resultantes da venda de imóveis ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português.

31 — Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas:

O valor desta rubrica de referente ao Grupo é composto por:

(Em milhares de euros)

	2004		2003	
	Participação alienada (percent.)	Mais-valias	Participação alienada (percent.)	Mais-valias
Ganhos na alienação de participações financeiras:				
PZU, S. A.	10,0	84 096	–	–

Esta mais-valia resulta da venda da participação financeira de 10% na PZU, S. A., detida pelo Bank Millennium, à Eureko, BV, conforme referido na nota n.º 7.

32 — Custos com o pessoal:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Remunerações	626 362	625 030	315 757	313 686
Encargos sociais obrigatórios	191 225	207 158	110 180	123 658
Encargos sociais facultativos	26 918	24 697	20 082	18 105
Outros custos	8 015	7 147	2 057	1 385
	852 520	864 032	448 076	456 834

O valor total de remunerações atribuídas a todos os órgãos de administração e fiscalização das empresas do Grupo, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, registados na rubrica de custos com o pessoal, foi de 39 110 000 euros (2003: 37 960 000 euros).

O efectivo médio de trabalhadores ao serviço no Grupo e no Banco, distribuído por grandes categorias profissionais, foi o seguinte:

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Portugal:				
Direcção	1 303	1 235	797	738
Enquadramento	2 698	2 237	2 279	1 851
Específicas/técnicas	3 733	3 733	1 957	2 144
Outras funções	5 679	6 710	3 918	4 560
	13 387	13 915	8 951	9 293
Estrangeiro	8 075	8 334	–	–
	21 462	22 249	8 951	9 293

33 — Amortizações do exercício:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Imobilizado incorpóreo:				
Despesas de estabelecimento	1 496	2 253	20	769
Despesas de investigação e desenvolvimento	16	28	–	–
Software	55 331	58 755	13 441	11 747
Outras imobilizações incorpóreas	41 884	4 857	546	433
	98 727	65 893	14 007	12 949
Imobilizado corpóreo:				
Imóveis	63 062	57 365	40 995	41 278
Equipamento:				
Mobiliário	9 707	10 890	5 123	6 152
Máquinas	13 819	7 104	697	824
Equipamento informático	30 135	42 414	5 376	8 928
Instalações interiores	11 401	11 888	5 291	5 368
Viaturas	1 249	1 269	448	558
Equipamento de segurança	4 623	4 872	3 921	4 242
Outras imobilizações corpóreas	1 222	1 361	255	264
	135 218	137 163	62 106	67 614
	233 945	203 056	76 113	80 563

34 — Outras provisões:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisões para títulos de negociação	(360)	530	–	–
Provisões para títulos de investimento	4 698	2 383	4 981	3 033
Provisão para participações financeiras	160	(116)	1 706	1

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Provisões para pensões de reforma, complem. de pensões de reforma e sobrevivência	10 303	16 102	9 776	14 883
Provisões para riscos bancários gerais	6 970	6 619	478	11 475
Provisões para outros activos	38 309	2 672	25 606	126
Outras provisões para riscos e encargos	4 785	5 407	70 334	5 628
	64 865	33 597	112 881	35 146

Estas rubricas são apresentadas pelos valores de dotações líquidas de reposições.

35 — Outros custos de exploração:

O valor desta rubrica é composto por:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Impostos	39 607	36 705	3 083	3 162
Menos-valias em imobilizações	25 804	15 304	2 702	2 255
Donativos e quotizações	5 723	5 272	3 840	4 095
Prejuízos e equivalência patrimonial	35	298	–	–
Outros custos de exploração	104 497	91 125	81 204	79 439
	175 666	148 704	90 829	88 951

A rubrica de outros custos de exploração inclui os montantes de 66 982 000 euros (2003: 47 538 000 euros) relativo à amortização dos ganhos e perdas actuariais e despesas antecipadas com pré-reformas conforme definido na nota n.º 1, alínea *m*).

36 — Impostos sobre lucros:

O encargo com impostos sobre lucros no exercício é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Carga fiscal imputada (dotações):		
Exercício de 2002	55 379	37 216
Exercício de 2003	37 883	20 684
Exercício de 2004	60 443	20 727
Carga fiscal paga:		
Exercício de 2002	10 589	(6 775)
Exercício de 2003	21 259	(5 620)
Exercício de 2004	(8 845)	(8 845)
Diferença:		
Exercício de 2004	29 572	29 572

A carga fiscal paga inclui pagamentos por conta, retenções na fonte e entregas adicionais.

A diferença entre a carga fiscal imputada (dotação) e a paga, encontra-se totalmente provisionada e registada em outros passivos na rubrica do sector público administrativo, nota n.º 15. Os impostos sobre lucros para o Banco Comercial Português, S. A., e as suas subsidiárias foi calculada de acordo com os critérios fiscais vigentes à data de balanço.

Cada empresa do Grupo prepara individualmente a declaração de impostos sobre os lucros.

A taxa efectiva de pagamento dos impostos sobre lucros é inferior à taxa nominal de IRC (imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas), devido a reporte de prejuízos fiscais de exercícios anteriores e benefícios fiscais nomeadamente o relativo a dividendos e às actividades desenvolvidas na sucursal financeira exterior na Zona Franca da Madeira.

37 — Operações de titularização:

À data de 31 de Dezembro de 2004, encontravam-se em aberto as seguintes operações de titularização:

(Em euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo cedido
Nova n.º 1	Julho 1998	226 995 384	–	Crédito ao consumo.
Tagus Financing n.º 1	Julho 1999	300 044 111	–	Locação financeira e créditos ao consumo.
Tagus Global Bond n.º 1	Novembro 2000	311 898 965	95 024 265	Eurobonds.
Tagus Global Bond n.º 2	Maio 2001	740 466 343	221 945 383	Obrigações nacionais e Eurobonds.
Nova n.º 2	Novembro 2001	352 133 718	329 066 865	Créditos ao consumo.

(Em euros)

Emissão	Data de início	Montante inicial	Montante actual	Activo cedido
Magellan Mortgages n.º 1	Dezembro 2001	1 000 000 000	697 775 938	Crédito imobiliário.
Nova n.º 3	Novembro 2002	320 000 000	285 647 008	Créditos ao consumo.
Magellan n.º 2	Outubro 2003	1 000 000 000	890 628 817	Crédito imobiliário.

Os títulos emitidos pelos veículos de titularização podem ser analisados, à data de 31 de Dezembro de 2004, como segue:

Emissão	Obrigações emitidas	Valor nominal	Moeda	Data de reembolso	*Rating* das obrigações (S&P)
Nova n.º 1	Classe A	421 800	DEM	2005	AA
	Classe B	13 300	DEM	2005	A
Tagus Financing n.º 1	Classe A	274 600	EUR	2007	AAA
	Classe B	11 700	EUR	2007	AA
	Classe C	3 700	EUR	2007	A
	Residuais	7 500	EUR	2007	–
Tagus Global Bond n.º 1	Classe A	262 000	EUR	2010	AAA
	Classe B	24 000	EUR	2010	A
	Classe C	25 000	EUR	2010	–
Tagus Global Bond n.º 2	Classe A1	350 000	EUR	2011	AAA
	Classe A2	490 000	EUR	2011	AAA
	Classe B	34 000	EUR	2011	AA
	Classe C	71 100	EUR	2011	A
	Classe D	125 150	EUR	2011	–
Nova n.º 2	Classe A	318 650	EUR	2010	AAA
	Classe B	21 050	EUR	2010	AA
	Classe C	12 400	EUR	2010	A
Magellan Mortgages n.º 1	Classe A	942 500	EUR	2036	AAA
	Classe B	37 000	EUR	2036	AA
	Classe C	20 500	EUR	2036	BBB
	Classe D	5 000	EUR	2036	–
Nova n.º 3	Classe A	284 800	EUR	2011	AAA
	Classe B	11 200	EUR	2011	AA
	Classe C	8 000	EUR	2011	A
	Classe D	16 000	EUR	2011	BBB
	Classe E	9 600	EUR	2011	–
Magellan n.º 2	Classe A	930 000	EUR	2036	AAA
	Classe B	40 000	EUR	2036	AA
	Classe C	25 000	EUR	2036	BBB +
	Classe D	5 000	EUR	2036	BBB
	Classe E	9 600	EUR	2036	–

O valor dos títulos adquiridos, bem como das respectivas provisões, registado no balanço consolidado do Grupo em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

Emissão	2004		2003	
	Valor contabilístico	Provisões	Valor contabilístico	Provisões
Tagus Financing n.º 1	–	–	5 989	809
Tagus Global Bond n.º 1	26 549	–	26 874	–
Tagus Global Bond n.º 2	88 481	9	95 458	–
Nova n.º 2	10 656	4 748	10 656	5 916
Magellan Mortgages n.º 1	–	–	16 500	4 444
Nova n.º 3	15 765	5 080	15 765	6 541
Magellan Mortgages n.º 2	–	–	12 700	3 915
	141 451	9 897	183 942	21 625

O valor dos títulos em carteira encontra-se registado na conta de títulos de investimento, e as respectivas provisões foram incluídas na conta de provisões para títulos de investimento (v. nota n.º 6).

Conforme referido nas notas n.ºs 6 e 29, durante o exercício de 2004, o Grupo procedeu à alienação dos títulos residuais associados às operações Magellan Mortgages n.º 1 e n.º 2.

38 — Contas extrapatrimoniais:

Esta rubrica é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Garantias e avales prestados	8 872 762	8 987 405	21 175 565	18 618 379
Garantias e avales recebidos	26 471 131	24 300 937	23 560 872	22 579 183
Compromissos perante terceiros	9 852 354	8 870 453	8 527 599	8 809 685
Compromissos assumidos por terceiros	19 176 358	20 922 293	18 643 533	20 450 202
Operações cambiais à vista:				
Compras	775 950	1 864 426	272 602	963 946
Vendas	775 294	1 861 774	271 755	965 575
Operações cambiais a prazo:				
Compras	2 214 489	2 924 341	661 744	655 377
Vendas	2 173 315	2 933 371	658 396	634 035
Contratos de *swap* de moeda	4 702 612	4 026 582	4 578 372	4 016 711
Contratos de *swap* de taxa de juro	49 775 804	39 652 421	54 489 371	46 093 930
Contratos de *swap* de taxa de juro e cambiais	3 081 628	3 683 229	4 291 726	5 178 859
Operações sobre taxas de câmbio e taxa de juro:				
Futuros	1 075 993	2 661 007	114 789	232 968
FRAs	–	15 400	–	15 400
Opções compradas	680 406	1 524 076	251 671	513 887
Opções vendidas	515 149	1 373 803	109 658	399 972
Contratos com garantia de taxa de juro	1 869 159	1 824 005	1 921 073	1 848 918
Valores recebidos em depósito	98 204 577	97 693 863	86 658 322	81 305 184
Valores depositados na Central de Valores	77 498 520	62 242 680	73 194 681	55 480 172
Outras contas extrapatrimoniais	79 265 751	66 967 469	50 015 315	40 952 102

Os instrumentos financeiros são registados no balanço quando se tornam exigíveis. Os instrumentos financeiros registados em contas de ordem estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados ao portfólio de crédito não se prevendo quaisquer perdas materiais nestas operações.

No quadro seguinte são apresentados os instrumentos financeiros por prazo de maturidade.

(Em milhares de euros)

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Swaps de moeda	4 676 528	26 084	–	4 702 612
Swaps de taxa de juro	19 117 700	18 626 188	12 031 916	49 775 804
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	2 835 714	245 914	–	3 081 628
Futuros	1 075 993	–	–	1 075 993
Opções compradas:				
De moeda	85 228	28 514	–	113 742
De taxa de juro	18 889	–	–	18 889
De cotações	520 497	–	–	520 497
Outros	27 278	–	–	27 278
Opções vendidas:				
De moeda	87 613	28 514	–	116 127
De cotações	373 725	–	–	373 725
Outros	25 297	–	–	25 297
Contratos com garantia de taxa de juro	109 325	1 268 470	518 364	1 896 159
Contratos a prazo de moeda	2 214 203	286	–	2 214 489
	31 167 990	20 223 970	12 550 280	63 942 240

O Grupo gere os instrumentos financeiros de negociação e de cobertura de riscos *hedging* numa base de categorias por prazos de maturidade, como se apresenta nos quadros seguintes:

(Em milhares de euros)

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Operações de negociação:				
Swaps de taxa de juro	16 375 306	10 084 674	4 114 380	30 574 360
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	15 025	108 724	–	123 749
Opções de moeda compradas	22 983	–	–	22 983
Opções de moeda vendidas	33 454	–	–	33 454
	16 446 768	10 193 398	4 114 380	30 754 546

(Em milhares de euros)

	Menos de um ano	Entre um e cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Operações de cobertura de riscos *hedging*:				
Swaps de moeda	4 676 528	26 084	–	4 702 612
Swaps de taxa de juro	2 742 394	8 541 514	7 917 536	19 201 444
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	2 820 689	137 190	–	2 957 879
Futuros	1 075 993	–	–	1 075 993
Opções compradas:				
De moeda	62 245	28 514	–	90 759
De taxa de juro	18 889	–	–	18 889
De cotações	520 497	–	–	520 497
Outros	27 278	–	–	27 278
Opções vendidas:				
De moeda	54 159	28 514	–	82 673
De cotações	373 725	–	–	373 725
Outros	25 297	–	–	25 297
Contratos com garantia de taxa de juro	109 325	1 268 470	518 364	1 896 159
Contratos a prazo de moeda	2 214 203	286	–	2 214 489
	14 721 222	10 030 572	8 435 900	33 187 694
	31 167 990	20 223 970	12 550 280	63 942 240

Para se conseguir gerar resultados de operações não associadas à procura verificada pelos clientes, o Banco pode criar posições de risco para aproveitar vantagens e oportunidades de mercado que não estão directamente associadas com as actividades dos clientes.

O quadro seguinte apresenta, para 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o resultado líquido das operações de derivados e restantes instrumentos de negociação, por categoria de instrumento:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	2004	2003
Swaps de taxa de juro e *swaps* de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	1 536	61 759
Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs)	2	403
Futuros	4 777	(3 007)
Opções	(16 919)	(20 533)
	(10 604)	38 622

39 — Método do *fair value* (justo valor) para os instrumentos financeiros:

Os métodos e pressupostos a seguir, foram usados para estimar o justo valor dos instrumentos financeiros, nos casos em que é praticável a identificação de tais valores.

Swaps de taxa de juro:

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Contratos a prazo de taxa de juro (FRAs):

O *fair value* é calculado com base na evolução diária das taxas de juro, aplicadas aos períodos remanescentes.

Opções de moeda:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas tendo em conta estimativas de ganhos/perdas, assumindo os preços/taxas actuais do mercado.

Futuros:

O *fair value* é calculado com base em cotações de fecho, que são calculadas assumindo as cotações actuais do mercado.

Contratos a prazo de moeda (*forward exchange contracts*):

O *fair value* é calculado com base na obtenção do valor de mercado aplicável aos períodos até às respectivas maturidades.

A decomposição das operações de derivativos de negociação do Grupo e o respectivo *fair value* é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2004		2003	
	Capital de referência	Diferença entre o *fair value* e o valor contabilístico	Capital de referência	Diferença entre o *fair value* e o valor contabilístico
Operações de negociação:				
Swaps de taxa de juro	30 574 360	–	20 800 760	–
Swaps de taxa de juro e cambiais (IRCSs)	123 749	–	100 932	–
Opções de moeda compradas	22 983	–	74 967	–
Opções de moeda vendidas	33 454	–	63 338	–
	30 754 546	–	21 039 997	–

40 — Contingências:

Nos termos do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 252/03, de 17 de Outubro, que regula os organismos de investimento colectivo, as sociedades gestoras, em conjunto com o banco depositário dos fundos, respondem solidariamente perante os participantes dos fundos pelo cumprimento das obrigações assumidas nos termos da lei portuguesa e nos regulamentos de gestão dos fundos administrados.

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2004	2003
AF Investimentos — Fundos Imobiliários, S. A.	–	406 193
Millennium bcp — Gestão de Fundos de Investimento, S. A.	5 435 125	5 315 844
BCP Investimentos International, S. A.	559 385	566 980
	5 994 510	6 289 017

O valor total dos fundos geridos pelas empresas do Grupo por tipo de fundo é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	2004	2003
Fundos de investim. mobiliários	5 411 106	5 882 824
Fundos de investim. imobiliários	583 404	406 193
	5 994 510	6 289 017

41 — Distribuição de resultados:

A distribuição de resultados pelos accionistas e empregados é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo		Banco	
	2004	2003	2004	2003
Pagam. de dividendos do Banco Comercial Português, S. A.	195 393	232 671	195 393	232 671
Distribuição de result. pelos empregados das empresas do Grupo	17 333	3 633	15 187	3 630

42 — Principais alterações na estrutura do Grupo durante o ano de 2004:

Grupo Banco Comercial Português alienou 4,08% do capital social do Banco Sabadell, S. A.:

Em Junho de 2004, o Banco Comercial Português, S. A., alienou 4,08% do capital social do Banco Sabadell, S. A. Após esta operação a participação remanescente detida pelo Banco Comercial Português, S. A., no capital do Banco Sabadell, S. A. é de 3%.

Fusão do Banco Expresso Atlântico, S. A., e da Leasefactor — SGPS no Banco Comercial Português, S. A.:

Em Junho de 2004 foi efectuada por escritura pública a fusão, por transferência do património das sociedades Banco Expresso Atlântico, S. A., e Leasefactor — SGPS, S. A., no Banco Comercial Português, S. A., mediante transmissão do conjunto de activos e passivos, direitos e obrigações das primeiras para o segundo e consequente extinção das companhias.

Fusão do Crédibanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A., no Banco Comercial Português, S. A.:

Em Dezembro de 2004 foi efectuada por escritura pública a fusão, por transferência do património da sociedade Crédibanco — Banco de Crédito Pessoal, S. A., no Banco Comercial Português, S. A., mediante transmissão do conjunto de activos e passivos, direitos e obrigações da primeira para o segundo e consequente extinção da companhia.

Fusão da AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da, na BCP — Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da:

Em Dezembro de 2004 foi efectuada por escritura pública a fusão, por transferência do património da sociedade AF Investimentos — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da na BCP — Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da, mediante transmissão do conjunto de activos e passivos, direitos e obrigações da primeira para a segunda e consequente extinção da companhia.

Fusão da AF Investimentos, Fundos Imobiliários, S. A., e AF Investimentos, Fundos Mobiliários, S. A., e alteração da denominação social da entidade incorporante:

Em Dezembro de 2004 foi efectuada por escritura pública a fusão, por transferência do património da sociedade AF Investimentos, Fundos Imobiliários, S. A. e AF Investimentos, Fundos Mobiliários, S. A., mediante transmissão do conjunto de activos e passivos, direitos e obrigações da primeira para a segunda e consequente extinção da companhia. Na mesma data foi efectuada a alteração da denominação social da sociedade incorporante para Millenniumbcp — Gestão de Fundos de Investimento, S. A.

O BankMillennium, S. A. (Polónia), alienou 10% do capital social da companhia de seguros polaca PZU, S. A.:

No âmbito do acordo estabelecido entre o Bank Millennium, S. A. (Polónia), e a sua subsidiária BIG BG Inwestycje, S. A. com a Eureko B. V., foi alienada a participação detida por esta subsidiária do Bank Millennium, correspondente a 10% do capital social da companhia de seguros polaca PZU, S. A., pelo montante mínimo 390 milhões de euros (PLN 1600 milhões), gerando uma mais-valia contabilística de 84 milhões de euros (PLN 382 milhões), cujo registo foi efectuado nos resultados consolidados de 2004.

O valor mínimo de venda, no montante de 390 milhões de euros (PLN 1600 milhões) será pago em duas tranches: (*i*) 293 milhões de euros (PLN 1200 milhões) e cujo recebimento já ocorreu em Dezembro de 2004; e (*ii*) 97 milhões de euros (PLN 400 milhões), que será recebida até ao final de 2005 e que se encontra garantida pelo penhor das acções vendidas.

O valor mínimo de venda das acções da PZU, S. A., referido no acordo de venda pode aumentar no montante:

De 80% da diferença entre o preço médio das acções da PZU, S. A., e o valor mínimo de venda. O preço médio (ponderado pelo volume diário de transacções) será calculado por um período de quatro semanas com início na segunda semana de cotação, na eventualidade da cotação das acções PZU, S. A., na Bolsa de Valores de Varsóvia;

Da diferença positiva entre o preço de venda obtido pela Eureko, B. V. e o valor mínimo de venda, no pressuposto de que as acções sejam alienadas pela Eureko B. V. a uma terceira entidade até ao final de 2005;

Da diferença positiva entre o valor de avaliação atribuído por um banco de investimento independente e o valor mínimo de venda, caso as acções da PZU, S. A., não sejam cotados em bolsa até 30 de Junho de 2005.

Conforme estabelecido contratualmente, caso entre a data do acordo de venda e a data da liquidação da transacção a PZU, S. A., proceder ao pagamento de dividendos que excedam o valor médio dos dividendos dos últimos três exercícios, o excesso (na proporção das acções abrangidas pelo acordo) reverterá a favor do Bank Millennium, S. A. (Polónia).

43 — Factos relevantes ocorridos durante o ano de 2004:

Banco Comercial Português celebrou contratos de venda de 51% da actividade seguradora — canal bancário e de 100% da actividade seguradora — canal não bancário do Grupo Seguros & Pensões:

Em Julho de 2004, o Grupo celebrou um contrato com o Grupo Caixa Geral de Depósitos relativamente à alienação de 100% do capital social das companhias Império Bonança — Companhia de Seguros, S. A., Impergesto — Assistência e Serviços, S. A., e Servicomercial — Consultoria e Informática, L.da, e um contrato com o Grupo belga-holandês Fortis relativamente à alienação de 51% do capital social das companhias de seguros Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A., Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros, S. A., Pensõesgere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. e Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A. — Medis sujeitos à condição suspensiva de não oposição por parte das entidades reguladoras.

As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram subsequentemente obtidas ainda durante o exercício de 2004, criando condições para a execução dos contratos, tendo estes assumido definitivamente o carácter de contratos de venda irrevogáveis. De acordo

com as cláusulas dos referidos contratos, a gestão das referidas Companhias por parte do Grupo passou a estar condicionada às condições aí estabelecidas.

Em Dezembro de 2004, no contexto deste acordo e das condições impostas pela autoridade da concorrência, o Grupo Caixa Geral de Depósitos outorgou e o Grupo aceitou um mandato de alienação da Seguro Directo Gere — Companhias de Seguros, S. A., com a obrigação de resultado.

Assim, o Grupo manteve registado no seu activo as acções representativas de 100% do capital desta Companhia e no seu passivo a responsabilidade assumida através do contrato de mandato.

44 — Pensões de reforma:

O Grupo assumiu a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores, pensões de reforma por velhice e por invalidez, nos termos do estabelecido no Acordo Colectivo de Trabalho do Sector Bancário (ACT).

As responsabilidades do Grupo são cobertas através do Fundo de Pensões Banco Comercial Português, gerido pela PensõesGere — Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S. A. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de participantes abrangidos por este plano de pensões de reforma era o seguinte:

	Grupo	
	2004	2003
Número de participantes:		
Reformados e pensionistas	14 167	13 191
Pessoal no activo	12 259	13 471
	26 426	26 662

De acordo com a política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *m*), as responsabilidades do Grupo por pensões de reforma e respectivas coberturas, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, calculadas com base no método de crédito das unidades projectadas, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	2004	2003
Responsab. por benefícios projectados:		
Reformados e pensionistas	3 273 433	2 873 493
Pessoal no activo	863 760	859 164
Responsab. com serviços passados diferidos — Atlântico	(17 393)	(23 094)
	4 119 800	3 709 563
Valor do Fundo	(3 658 949)	(3 381 528)
Responsabilidades não financiadas	460 851	328 035
Provisões constituídas	(223 797)	(193 357)
Valores a pagar ao Fundo de Pensões (v. nota n.º 15)	(238 437)	(139 401)
Diferença de cobertura	(1 383)	(4 723)

As provisões constituídas em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 223 797 000 euros (2003: 193 357 000 euros) incluem o montante de 222 414 000 euros (2003: 188 634 000 euros) referente às responsabilidades extrafundo. Em 31 de Dezembro de 2004, os imóveis registados nas demonstrações financeiras do Fundo e utilizados por empresas do Grupo ascendiam a 392 185 000 euros (2003: 397 607 000 euros).

Adicionalmente, o Banco constituiu um plano complementar para cobertura de responsabilidades relativas aos benefícios a atribuir ao conselho de administração, tendo para o efeito constituído uma apólice cujo prémio é registado por contrapartida de resultados do exercício.

Em 31 de Dezembro de 2004, as responsabilidades eram de 44 050 000 euros e estavam integralmente cobertas pela referida apólice.

Os títulos emitidos por empresas do Grupo existentes na carteira do Fundo são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	2004	2003
Títulos de rendimento fixo	9 736	139 736
Títulos de rendimento variável	138 206	104 478
	230 685	244 214

A evolução das responsabilidades provisionadas e dos valores a pagar ao Fundo de Pensões em 2004 e 2003, é analisada como segue:

(Em milhares de euros)

	2004			2003 — Total
	Valores a pagar ao Fundo	Provisões extra fundo	Total	
Valores em 1 de Janeiro	139 401	188 634	328 035	379 996
Custo normal	61 394	61	56 725	56 725
Custo dos juros	189 315	9 963	199 252	199 252
Custo com programas de reformas antecipadas	161 694	32 214	193 908	59 580
Amortização de serviços passados — Atlântico	1 484	–	1 484	1 515
Rendimento esperado dos activos	(178 418)	–	(178 411)	(176 155)
Ganhos e perdas actuariais	(54 065)	1 165	(52 900)	2 741
Contribuições para o Fundo	(214 999)	–	(214 999)	(329 596)
Pagamentos efectuados	–	(14 700)	(14 700)	(14 030)
Outros	3 015	(113)	2 902	850
	108 821	217 204	326 025	180 878
Ganhos e perdas actuariais — alteração de pressupostos	129 616	5 210	134 826	147 157
Valores em 31 de Dezembro	238 437	222 414	460 851	328 035

A análise das contribuições efectuadas ao Fundo pelas empresas do Grupo é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	2004	2003
Acções	–	129 424
Outros títulos	62 478	31 620
Imóveis	–	154 875
Dinheiro	152 521	13 677
	214 999	329 596

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor das pensões pagas pelo Fundo ascendeu a 195 933 000 euros (2003: 188 316 000 euros). No âmbito dos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 do Banco de Portugal o valor do corredor e despesas antecipadas em 31 de Dezembro de 2004, é analisado como segue:

(Em milhares de euros)

	Despesas antecipadas		Corredor
	Reformas antecipadas	Diferenças actuariais	
Valores em 1 de Janeiro de 2004	70 671	526 520	372 159
Ganhos e perdas actuariais do exercício	–	(52 900)	–
Ganhos e perdas actuariais — alteração de pressupostos	–	134 826	–
Amortização de ganhos e perdas actuariais	–	(59 788)	–
Custos com reformas antecipadas	193 908	–	–
Amortização de reformas antecipadas	(7 194)	–	–
Outras variações	–	(3 483)	–
Variação do corredor	–	(40 772)	40 772
Valores em 31 de Dezembro de 2004	257 385	504 403	412 931

De acordo com os princípios previstos no aviso n.º 6/95 do Banco de Portugal, e conforme política contabilística descrita na nota n.º 1, alínea *m*), as responsabilidades adicionais calculadas em 1994, resultantes das alterações de pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades para os colaboradores com origem no Grupo Banco Português do Atlântico, foi diferido e tem vindo a ser amortizado por um período de 20 anos. O montante por amortizar à data de 31 de Dezembro de 2004, é de 17 393 000 euros (2003: 23 094 000 euros), de acordo com a política contabilística actual será amortizado pelo prazo residual de 10 anos.

Considerando os ganhos e perdas actuariais registados no cálculo das responsabilidades e no valor do fundo, com referência a 31 de Dezembro de 2004, o valor do corredor calculado de acordo com os avisos n.º 12/01 e n.º 7/02 ascendia a 412 931 000 euros (2003: 372 159 000 euros) sendo registado na conta flutuação de valores (v. nota n.º 11). Com referência a 31 de Dezembro de 2004, os ganhos e perdas actuariais líquidos acima do valor do corredor no montante de 504 403 000 euros (2003: 526 520 000 euros) encontram-se registados nas rubricas de despesas antecipadas e receitas antecipadas, conforme referido nas notas n.ºs 11 e 16 respectivamente.

Os valores registados em despesas antecipadas e receitas antecipadas serão reconhecidos em resultados do exercício durante um período de 10 anos, tendo como base o saldo no final do ano anterior, conforme a política contabilística actual descrita na nota n.º 1, alínea *m*). De acordo com as regras actuais do Banco de Portugal, as reformas antecipadas são também amortizadas por um período de 10 anos. Em 2004, o Grupo contabilizou, como custo com pensões de reforma o montante de 150 761 000 euros (2003: 128 962 000 euros), excluindo o reforço de provisões líquidas para responsabilidades extrafundo, e cuja análise é apresentada como segue:

(Em milhares de euros)

	Grupo	
	2004	2003
Custo dos serviços correntes	61 435	56 725
Custo dos juros	199 278	199 252
Rendimento esperado dos activos	(178 418)	(176 155)
Amortização de responsabilidade com serviços passados — Atlântico	1 484	1 515
Amortização de ganhos e perdas actuariais	59 788	46 296
Amortização de reformas antecipadas	7 194	1 329
Custo do período	150 761	128 962

Após a análise dos indicadores de mercado, em particular as perspectivas de taxa de inflação e da taxa de juro de longo prazo para a zona euro, o Grupo alterou os pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com pensões de reforma com referência a 31 de Dezembro de 2004.

A análise comparativa dos pressupostos actuariais é apresentada como segue:

(Em percentagem)

	Fundo Banco Comercial Português	
	2004	2003
Taxa de crescimento salarial	2,75	2,75
Taxa de crescimento das pensões	1,75	1,75
Taxa de rendimento do Fundo	5,25	5,5
Taxa de desconto	5,25	5,5
Tábuas de mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Taxa de invalidez	–	–
Taxa de *turnover*	–	–

O efeito das alterações dos pressupostos teve um acréscimo de responsabilidades de 134 826 000 euros (2003: 147 157 000 euros) para o Grupo que de acordo com a política contabilística actual no âmbito das regras do Banco de Portugal são amortizáveis por um período de 10 anos.

Os pressupostos de base utilizados no cálculo do valor actuarial das responsabilidades estão de acordo com os parâmetros do Banco de Portugal exigidos pelos avisos n.º 12/01 e n.º 7/02.

Não são considerados decrementos de invalidez no cálculo das responsabilidades.

As perdas actuariais líquidas do exercício de 2004 são relativas à diferença entre os pressupostos utilizados no calculo das responsabilidades e os valores efectivamente verificados e que foram de 4,4% (2003: 5,43%) para a taxa de crescimento dos salários, 2,45% (2003: 2,6%) para a taxa de crescimento das pensões, tendo o rendimento do fundo atingido a taxa de 7,53% (2003: 7,38%).

45 — Créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 2004, os créditos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de aplicações em instituições de crédito, de crédito a clientes e de obrigações, acções e outros títulos, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Aplicações ICs	Crédito a clientes	Títulos de rendimento fixo	Total
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	2 307 050	–	843 015	3 150 065
Banque BCP, S. A. S.	6 097	–	–	6 097
Banque BCP (Luxembourg), S. A.	226 000	–	–	226 000
Banque Privée BCP (Suisse), S. A.	399 797	–	–	399 797
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	2 628 912	–	–	2 628 912
BCP Finance Bank Ltd.	79 480	–	57 119	136 599
BCP Investment, B. V.	–	49 766	–	49 766
BCPBank Canada	6 092	–	–	6 092
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.da	–	20 095	–	20 095
Grupo BCP Investimento	12 409	–	124 397	136 806
Grupo Interbanco	385 000	60 296	30 000	475 296
Grupo NovaBank	255 825	–	–	255 825
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	–	7 356	–	7 356
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviço, ACE	–	162 070	–	162 070
Outras	1 181	–	–	1 181
	6 307 843	299 583	1 054 531	7 661 957

46 — Débitos detidos pelo Banco sobre empresas coligadas:

À data de 31 de Dezembro de 2004, os débitos do Banco sobre empresas coligadas, representados ou não por títulos, incluídos nas rubricas de débitos para com instituições de crédito, débitos para com clientes, débitos representados por títulos e de passivos subordinados do Banco, são analisados como segue:

(Em milhares de euros)

	Débitos ICs	Débitos a clientes	Débitos represent. por títulos	Passivos subordinados	Total
Banco Activobank (Portugal), S. A.	148 053	–	–	–	148 053
Banco Comercial de Macau, S. A.	198 819	–	–	–	198 819
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	276 800	–	–	–	276 800
Bank Millennium, S. A.	14 391	–	–	–	14 391
Banque BCP (Luxembourg), S. A.	102 480	–	–	–	102 480
Banque BCP, S. A. S.	8 894	–	–	–	8 894
Banque Privée BCP (Suisse), S. A.	56 424	–	–	–	56 424
BCP — Particip. Financ. — SGPS, Soc. Unipessoal, L.da	–	23 326	–	–	23 326
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd.	3 552 137	–	–	–	3 552 137
BCP Finance Bank Ltd.	10 601 300	–	–	1 911 949	12 513 249
BCP Finance Company, Ltd.	474	–	–	1 100 000	1 100 474
BCP Internacional II, SGPS Sociedade Unipessoal, L.da	–	34 444	–	–	34 444
BCPBank National Association	42 446	–	–	–	42 446
BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	30 385	–	–	–	30 385
Grupo BCP Investimento	1 347 424	129	97 325	17 613	1 462 491
Grupo NovaBank	37 772	–	–	–	37 772
Grupo Interbanco	11 226	–	–	–	11 226
Millennium bcp — Gestão de Fundos de Investim., S. A.	–	14 743	–	–	14 743
Pinto Totta International Finance, Ltd.	–	–	–	91 770	91 770
Outras	492	4 407	–	–	4 899
	16 429 517	77 049	21 332	3 121 332	19 725 223

47 — Indicadores do balanço e demonstração dos resultados consolidados por segmentos, por funções e por mercados geográficos:

Informação por segmentos:

O Grupo Banco Comercial Português desenvolve um conjunto de actividades bancárias e serviços financeiros relacionados, em Portugal e no estrangeiro.

Os segmentos de negócio abordados pelo Grupo, identificados no quadro que se segue, com referência ao ano findo em 31 de Dezembro de 2004, são operados por subsidiárias distintas. A informação financeira dos segmentos de negócio é elaborada com base nos mesmos princípios contabilísticos aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, sendo as transacções intra-Grupo reflectidas em cada um dos segmentos e na coluna de outros.

Segue-se uma breve descrição das principais áreas de negócio do Grupo:

Banca de retalho e comercial:

Esta área de negócio corresponde à rede de retalho doméstica do Grupo, posicionando-se como canal de *marketing* e de distribuição preferencial para os segmentos de clientes *affluent*, *small business*, *mass market*, *private banking*, empresas e *corporate banking*, tanto ao nível de produtos e serviços bancários como de outras áreas de actividade em que o Grupo se encontra presente, no âmbito da sua

estratégia de *cross-selling*, assumindo-se como um segmento de negócio dominante na actividade do Grupo, pelo Banco Investimento Imobiliário e pelos bancos localizados fora do território nacional.

Nestas instituições incluem-se o Bank Millennium (Polónia), o NovaBank (Grécia), o BankEuropa (Turquia), o Banco Comercial de Macau, o Banco Internacional de Moçambique, o Banque BCP (França e Luxemburgo) e o BCPBank (Estados Unidos e Canadá).

Banca de investimento:

O BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A., é a subsidiária do Grupo no negócio da banca de investimento.

Gestão de activos:

O Grupo realiza o negócio de gestão de activos através do Millennium bcp — Gestão de Fundos de Investimento, S. A., e da BCP Investimentos International, S. A., sociedades cujos objectivos são a gestão de fundos de investimento, mobiliários e imobiliários, e a gestão personalizada de patrimónios.

Crédito ao consumo:

Em Dezembro de 1999, o Grupo estabeleceu um acordo de parceria com a SIVA (que, posteriormente, alterou a sua designação social para SAG GEST), que incluiu a aquisição conjunta do Interbanco, uma instituição especializada no financiamento automóvel para particulares e empresas.

De acordo com a estratégia definida pelo Grupo para o negócio de crédito ao consumo, o Interbanco centralizou a concessão de crédito automóvel no ponto de venda. Pelo efeito da fusão por incorporação, o negócio de crédito ao consumo do Credibanco foi incorporado pelo Banco.

ServiBanca:

A ServiBanca centraliza as unidades operacionais e de apoio à gestão comuns, prestando serviços a todo o Grupo. Os seus custos são integralmente imputados a cada uma das empresas do Grupo que utilizam os seus serviços.

Em 31 de Dezembro de 2004 a contribuição líquida dos principais segmentos é apresentada como se segue:

(Em milhares de euros)

	Banco de retalho e comercial	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito ao consumo	Servibanca	Outros	Consolidado	Banco
Indicadores do balanço consolidado:								
Activo:								
Caixa, disponibilidades e outros créditos sobre instituições crédito	19 057 300	1 379 739	15 054	14 860	–	(12 943 570)	7 523 383	12 026 661
Créditos sobre clientes	49 629 460	289 948	–	1 175 925	–	(302 629)	50 792 704	39 979 830
Carteira de investimentos (*i*)	8 431 753	759 432	1 257	2	–	(1 712 291)	7 480 153	5 720 615
Total do activo	86 534 227	2 888 827	32 940	1 276 423	283 833	(19 337 755)	71 678 495	65 938 466
Passivo:								
Débitos para com instituições de crédito	33 080 826	24 850	–	872 085	162 070	(24 077 775)	10 062 056	24 941 376
Débitos para com clientes	33 344 257	203 874	–	87 258	–	(27 179)	33 608 210	24 838 028
Débitos representados por títulos	4 050 598	1 929 839	–	25 000	–	9 750 916	15 756 353	2 881 795
Total do passivo	81 094 353	2 679 450	15 177	1 208 256	283 552	(18 792 834)	66 487 954	60 255 904
Demonstração de resultados consolidados:								
Juros e proveitos equiparados	3 467 907	106 079	1 055	100 396	–	(749 807)	2 925 630	2 557 963
Juros e custos equiparados	2 160 537	84 891	–	37 723	3 584	(777 311)	1 509 424	1 581 059
Margem financeira	1 307 370	21 188	1 055	62 673	(3 584)	27 504	1 416 206	976 904

(Em milhares de euros)

	Banco de retalho e comercial	Banca de investimento	Gestão de activos	Crédito ao consumo	Servibanca	Outros	Consolidado	Banco
Provisão para riscos de crédito	(650 216)	(2 595)	–	(43 017)	–	26 534	(669 294)	(422 533)
Reposições para riscos de crédito	215 685	633	–	24 209	–	(1 645)	238 882	21 103
Recuperações de crédito	241 441	663	–	13 508	–	–	255 612	227 437
Margem financ. após provisão para riscos crédito	1 114 280	19 889	1 055	57 373	(3 584)	52 393	1 241 406	802 911
Comissões (proveitos)	688 648	65 536	13 291	35 985	–	(40 161)	763 299	524 764
Comissões (custos)	(110 815)	(2 550)	(27 189)	(14 821)	(1 304)	39 846	(116 833)	(78 237)
Outros resultados exploração	143 353	15 041	64	8 926	414 095	(361 398)	220 081	137 738
Margem de serviços	721 186	78 027	8 860	7 396	412 791	(361 713)	866 547	584 265
Rendimentos de títulos	204 357	19	–	–	–	(166 820)	37 556	201 252
Rendimentos de imobilizações financ. pelo método de equivalência patrimonial	768	930	–	7 320	–	52 068	61 086	–
Lucros em operações financeiras	876 820	95 143	16	3 725	–	(18 460)	957 244	273 926
Prejuízos em operações financeiras	(658 750)	(78 718)	(140)	(49)	–	(522)	(738 179)	(129 199)
Provisão para depreciação de títulos	(8 037)	(1 198)	(2)	–	–	(285)	(9 522)	(7 166)
Reposições para depreciação de títulos	3 643	404	–	–	–	1 137	5 184	2 185
Margem da função investimento	418 801	16 580	(126)	10 996	–	(132 882)	313 369	340 998
Outros custos	18 957	1 243	26	751	120	24 233	45 330	6 923
Resultados antes de custos de transformação	2 235 310	113 253	9 763	75 014	409 087	(466 435)	2 375 992	1 721 251
Custos com o pessoal	638 448	18 468	2 446	13 216	179 835	107	852 520	448 076
Outros gastos administrativos	750 541	15 143	1 958	31 765	180 711	(396 520)	583 598	567 415
Amortizações	184 718	1 616	125	2 310	45 805	(629)	233 945	76 113
Custos de transformação	1 573 707	35 227	4 529	47 291	406 351	(397 042)	1 670 063	1 091 604
Resultado operacional	661 603	78 026	5 234	27 723	2 736	(69 393)	705 929	629 647
Outras provisões	(120 085)	(12 235)	(2 008)	(3 501)	(34)	67 758	(70 105)	(108 003)
Outras reposições	6 406	26	–	3 149	–	(3)	9 578	103
Ganhos relativos à alienação de participações financeiras em subsidiárias e associadas	85 104	–	–	–	–	(1 008)	84 096	1 008
Outros resultados extraordinários	(66 056)	(2 332)	(63)	(3 118)	(2 468)	5 817	(68 220)	(69 087)
Resultados antes de impostos e inter. minoritários	566 972	63 485	3 163	24 253	234	3 171	661 278	453 668
Impostos sobre lucros	48 352	9 228	712	1 915	234	2	60 443	20 727
Interesses minoritários	19 508	–	–	7	–	68 318	87 833	–
Lucro do exercício	499 112	54 257	2 451	22 331	–	(65 149)	513 002	432 941
Lucro do exercício por acção (euros)							0,16	0,13
Outros proveitos/total de proveitos (percent.)							48,36	52,54
Custos de transformação/total de proveitos (percent.)							60,90	53,03

(*i*) Inclui carteira de títulos, acções próprias e participações financeiras.

Informação por mercados geográficos:

Em 31 de Dezembro de 2004 a contribuição líquida dos principais mercados geográficos é apresentada como se segue:

(Em milhares de euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte e Caraíbas	América Latina	Ásia	África	Outros	Consolidado
Indicadores do balanço consolidado:									
Activo:									
Caixa, disponibilidades e outros créditos sobre instituições crédito	14 635 810	1 902 393	81 001	16 842 243	326	352 572	282 393	(26 573 355)	7 523 383
Créditos sobre clientes	44 614 686	3 893 066	477 969	1 543 453	–	324 803	238 308	(299 581)	50 792 704
Carteira de investimentos (*i*)	5 523 738	2 728 259	58 555	246 415	8	42 023	140 394	(1 259 239)	7 480 153
Total do activo	76 095 491	9 254 895	651 698	21 896 919	1 330	735 363	706 787	(37 663 988)	71 678 495
Passivo:									
Débitos para com instit. de crédito	30 323 058	1 300 871	465 225	4 724 029	–	1 539	15 082	(26 767 748)	10 062 056
Débitos para com clientes	24 563 651	5 733 097	102 924	2 011 504	–	676 166	599 023	(78 155)	33 608 210
Débitos representados por títulos	5 909 650	93 223	–	10 936 518	–	–	2 563	(1 185 601)	15 756 353
Total do passivo	73 208 039	8 897 539	575 891	20 128 198	70	684 581	657 622	(37 663 986)	66 487 954
Demonstração dos result. consolidados:									
Juros e proveitos equiparados	2 960 270	534 962	22 803	642 417	21	19 808	53 843	(1 308 494)	2 925 630
Juros e custos equiparados	1 894 523	351 306	15 952	531 017	–	6 542	12 590	(1 302 506)	1 509 424
Margem financeira	1 065 747	183 656	6 851	111 400	21	13 266	41 253	(5 988)	1 416 206
Provisão para riscos de crédito	(442 456)	(210 834)	(195)	(9 452)	–	(1 298)	(5 059)	–	(669 294)
Reposições para riscos de crédito	36 694	189 106	–	11 279	–	739	1 064	–	238 882
Recuperações de crédito	242 625	11 904	–	–	–	579	504	–	255 612
Margem financeira após provisão para riscos crédito	902 610	173 832	6 656	113 227	21	13 286	37 762	(5 988)	1 241 406
Comissões (proveitos)	635 608	124 905	9 237	19 551	–	2 779	14 346	(43 127)	763 299
Comissões (custos)	(133 532)	(22 012)	(1 920)	(1 627)	(1)	(58)	(810)	43 127	(116 833)
Outros resultados exploração	575 053	1 547	(372)	(2 142)	42	1 050	3 541	(358 638)	220 081
Margem de serviços	1 077 129	104 440	6 945	15 782	41	3 771	17 077	(358 638)	866 547
Rendimentos de títulos	14 171	23 375	–	–	–	994	–	(984)	37 556
Rendimentos de imobilizações financeiras pelo método equival. patrimonial	60 318	283	–	–	–	–	485	–	61 086
Lucros em operações financeiras	369 288	340 228	232 977	20 372	–	1 643	11 764	(19 028)	957 244
Prejuízos em operações financeiras	(205 624)	(286 930)	(228 773)	(15 970)	–	(312)	(570)	–	(738 179)
Provisão para depreciação de títulos	(8 319)	(2)	–	(1 197)	–	–	(4)	–	(9 522)
Reposições para depreciação de títulos	2 574	46	–	2 564	–	–	–	–	5 184
Margem da função investimento	232 408	77 000	4 204	5 769	–	2 325	11 675	(20 012)	313 369

(Em milhares de euros)

	Portugal	Resto da União Europeia	Resto da Europa	América do Norte e Caraíbas	América Latina	Ásia	África	Outros	Consolidado
Outros custos	32 749	10 844	604	748	41	164	180	–	45 330
Resultados antes de custos de transform.	2 179 398	344 428	17 201	134 030	21	19 218	66 334	(384 638)	2 375 992
Custos com o pessoal	657 909	137 581	11 495	17 449	572	7 315	20 199	–	852 520
Outros gastos administrativos	778 147	132 134	12 335	15 455	497	3 716	19 452	(378 138)	583 598
Amortizações	123 804	95 701	3 834	2 796	92	1 334	6 384	–	233 945
Custos de transformação	1 559 860	365 416	27 664	35 700	1 161	12 365	46 035	(378 138)	1 670 063
Resultado operacional	619 538	(20 988)	(10 463)	98 330	(1 140)	6 853	20 299	(6 500)	705 929
Outras provisões	(63 096)	(5 366)	–	–	–	–	(1 643)	–	(70 105)
Outras reposições	4 378	4 325	–	–	365	–	510	–	9 578
Ganhos relativos à alienação de participações financ. em subsidiárias e associadas	–	84 096	–	–	–	–	–	–	84 096
Outros resultados extraordinários	(78 709)	(201)	3 679	1 185	(130)	(58)	(486)	6 500	(68 220)
Result. antes de impostos e interesses minoritários	482 111	61 866	(6 784)	99 515	(905)	6 795	18 680	–	661 278
Impostos sobre lucros	32 225	27 618	–	178	–	50	372	–	60 443
Interesses minoritários	8 115	15 280	–	60 604	–	–	3 834	–	87 833
Lucro do exercício	441 771	18 968	(6 784)	38 733	(905)	6 745	14 474	–	513 002

(*i*) Inclui carteira de títulos, acções próprias e participações financeiras.

48 — Demonstração dos resultados consolidados da actividade seguradora (Grupo Seguros & Pensões):

(Em milhares de euros)

	2004
Prémios de seguro directo e de resseguro aceite	2 171 506
Prémios de resseguro cedido	(148 007)
	2 023 499
Indemniz. de seguro directo e resseguro aceite	(1 287 985)
Indemnizações de resseguro cedido	46 987
Comissões de seguro directo e resseguro aceite	(118 820)
Comissões de resseguro cedido	33 825
Provisão de téc. de seguro directo e resseguro aceite	(744 899)
Provisões técnicas de resseguro cedido	9 278
Participação nos resultados	(20 387)
Provisão para recibos por cobrar	(3 197)
Outros proveitos/custos técnicos	1 170
	(2 084 028)
Resultados financeiros de investimentos afectos às reservas técnicas	463 013
Custos com resseguradores	(1 357)
Prestação de serviços	10 393
	472 049
Margem téc. antes da imput. dos custos administrat.	411 520
Resultados financeiros de investimentos livres	9 831
Proveitos/(custos) operativos:	
Administrativos	(234 697)
Amortizações e reintegrações do exercício	(11 513)
Outros proveitos/(custos)	(50 946)
	(297 156)
Resultado antes de impostos	124 195
Impostos sobre lucros	(40 151)
Resultado depois de impostos	84 044
Interesses minoritários	(782)
Lucro líquido atribuível à Seguros e Pensões Gere	83 262

49 — Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português:

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral, no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco —
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
AF Internacional — SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	Funchal	498 798	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	—
Millennium bcp — Gestão de Fundos de Investimento, S. A.	Lisboa	6 720 691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	—
BCP Investimentos International, S. A.	Luxemburgo	150 000	EUR	Gestão de fundos de invest. mobiliários	100,0	100,0	—
AF Investments, Ltd.	George Town	498 798	EUR	Financeira	100,0	100,0	—
BCP Investimento — Banco Com. Português de Investimento, S. A.	Lisboa	75 000 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
BCP Capital — Sociedade de Capital de Risco, S. A.	Lisboa	28 500 000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	—
Soticre — Sociedade de Titularização de Créditos, S. A.	Lisboa	250 000	EUR	Titularização de créditos	100,0	100,0	—
CISF Veículos — Sociedade de Aluguer, L.da	Porto	49 880	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
IT Car Aluguer e Comércio de Automóveis, S. A.	Lisboa	1 000 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	50,0	—
Luso Atlântica — Aluguer de Viaturas, S. A.	Porto	1 000 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Unilong — Sociedade de Aluguer de Longa Duração, S. A.	Lisboa	250 000	EUR	Aluguer de longa duração	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S. A.	Lisboa	157 000 000	EUR	Banca	69,9	69,9	69,9
BII Internacional — SGPS, L.da	Funchal	25 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	69,9	—
BII Finance Company Limited	George Town	25 000	USD	Financeira	100,0	69,9	—
Interbanco, S. A.	Lisboa	37 500 000	EUR	Banca	50,0	50,0	—
Polyfinances, S. A.	Luxemburgo	1 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	99,9	50,0	—
Polyfinances Holding, Ltd.	Malta	200 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	—
Multifinance, Corp., Ltd.	Malta	100 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	50,0	—
Banco ActivoBank (Portugal), S. A.	Lisboa	23 500 000	EUR	Banca	100,0	100,0	—
Banco Comercial de Macau, S. A.	Macau	225 000 000	MOP	Banca	100,0	100,0	—

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
BIM — Banco Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	Maputo	741 000 000 000	MZM	Banca	66,7	66,7	–
BIM Investimento, S. A. R. L.	Maputo	23 222 000 000	MZM	Banca	75,0	58,3	–
BIM Leasing, S. A. R. L.	Maputo	52 000 000 000	MZM	Locação financeira	95,0	71,7	–
Bank Millennium, S. A.	Varsóvia	849 181 744	PLZ	Banca	50,0	50,0	50,0
TFI Millennium, S. A.	Varsóvia	10 100 000	PLZ	Gestão de fundos de invest. mobiliários	50,0	50,0	–
Millennium Dom Maklerski, S. A.	Varsóvia	16 500 000	PLZ	Corretora	50,0	50,0	–
Bei Leasing Sp. z.o.o.	Varsóvia	20 000 000	PLZ	Locação financeira	50,0	50,0	–
Prolim, S. A.	Sopot	16 203 750	PLZ	Locação financeira	50,0	50,0	–
Forin Sp. Z.o.o.	Varsóvia	86 318 000	PLZ	*Factoring*	50,0	50,0	–
BBG Finance BV	Roterdão	18 000	EUR	Financeira	50,0	50,0	–
BIG BG Inwestycje, S. A.	Varsóvia	1 054 000 000	PLZ	Consultoria e serviços	50,0	50,0	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500 000	PLZ	Consultoria e serviços	50,0	50,0	–
Banque BCP, S. A. S.	Paris	65 000 000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
Banque BCP (Luxembourg), S. A.	Luxemburgo	12 500 000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
Banque Privée BCP (Suisse), S. A.	Genebra	70 000 000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
BCPBank Canada	Toronto	34 500 000	CAD	Banca	100,0	100,0	–
BCPBank National Association	Newark	2 500 000	USD	Banca	100,0	100,0	–
NovaBank, S. A.	Atenas	162 892 500	EUR	Banca	50,0	50,0	–
BankEuropa Bankasi, A. S.	Istambul	77 351 429 000 000	TRL	Banca	100,0	50,0	–
BCP Internacional II, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	Funchal	25 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP — Particip. Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da	Lisboa	47 000 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BitalPart, B. V.	Roterdão	19 370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Investment, B. V.	Amesterdão	649 418 455	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Holdings (USA), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BCP Bank & Trust Company (Cayman), Ltd	George Town	340 000 000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Capital Finance, Ltd.	George Town	16 000 000	USD	Investimento	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	218 000 000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company, Ltd	George Town	1 535 087 700	USD	Financeira	100,0	2,4	–
BCP International Bank, Ltd	George Town	11 000 000	USD	Banca	100,0	100,0	–
Mello Capital, Ltd.	George Town	1	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
B. C. Português — Escritório de Represent.e Serviços, S/C, L.da	São Paulo	36 802 483	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp — Serviços de Comércio Electrónico, S. A.	Lisboa	1 000 000	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Ltd	George Town	25 000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Paço da Palmeira — Sociedade Agrícola e Comercial, L.da	Braga	39 905	EUR	Sociedade agrícola	100,0	100,0	100,0
ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE	Lisboa	281 500	EUR	Serviços	96,9	93,9	52,9
Servitrust — Trust Management and Services, S. A.	Funchal	100 000	EUR	Serviços de *trust*	100,0	100,0	100,0

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação de contas pelo método proporcional foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
Managerland, S. A.	Barcelona	500 000	EUR	Serviços financeiros	50,0	50,0	50,0
Pinto Totta International Finance, Ltd.	George Town	250 050 000	USD	Investimento	50,0	–	–

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas subsidiárias excluídas da consolidação de contas pelo método da consolidação integral no âmbito do Decreto-Lei n.º 36/92, tendo em atenção a diferente natureza da sua actividade ou a sua imaterialidade e que são registadas pelo método da equivalência patrimonial, foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
Seguros & Pensões Gere — SGPS, S. A.	Lisboa	380 765 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
VSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.da	Lisboa	12 500 000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 31 de Dezembro de 2004, as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
Mozambique Investment Company, Ltd.	Port Louis	11 590	USD	Investimentos	22,3	24,2	24,2
SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.	Lisboa	24 642 300	EUR	Serviços bancários	21,9	21,9	21,5
Unicre — Cartão de Crédito Internacional, S. A.	Lisboa	8 500 000	EUR	Cartões de crédito	30,3	30,3	30,0

Em 31 de Dezembro de 2004, as principais participações financeiras em grupos financeiros eram as seguintes:

Grupos financeiros	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
Banco Sabadell, S. A.	Barcelona	153 001 710	EUR	Banca	3.0	3,0	–
Eureko B. V.	Amesterdão	265 156 580	EUR	Grupo *assure-finance*	3,9	3,9	–

Em 31 de Dezembro de 2004, a empresa subsidiária do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluída na consolidação pelo método da equivalência patrimonial, era constituída pelas seguintes empresas:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	Particip. directa (percent.)
Seguros & Pensões — Gere, SGPS, S. A.	Lisboa	380 765 000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	89,0
Companhia de Seguros de Macau, S. A.	Macau	15 000 000	MOP	Seguros	96,0	96,0	–
Companhia de Seguros Macau Vida, S. A.	Macau	30 000 000	MOP	Seguros do ramo vida	100,0	96,0	–
SIM — Seguradora Internacional de Moçambique, S. A. R. L.	Maputo	145 670 383 000	MZM	Seguros	89,2	81,9	–
Seguros & Pensões RE, Ltd.	Dublin	1 500 000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	–
Luso Atlântica — Mediadora de Seguros, S. A.	Porto	50 000	EUR	Mediação de seguros	100,0	100,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco	
					Controlo (percent.)	Particip. efectiva (percent.)	— Particip. directa (percent.)	
Millennium bcp Fortis — SGPS, S. A.	Lisboa	50 000	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–	
Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.	Lisboa	12 000 000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–	
Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.	Lisboa	22 375 000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–	
Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros, S. A.	Lisboa	12 500 000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–	
Pensõesgere — Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S. A.	Lisboa	1 200 000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–	

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal. — O Técnico Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Relatório dos auditores

Srs. Accionistas:

Examinámos os balanços do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, bem como as demonstrações de resultados, alterações na situação líquida e dos fluxos de caixa, individuais e do Grupo, relativas aos exercícios findos naquelas datas, bem como as notas explicativas e o respectivo, anexo. O nosso exame foi realizado de acordo com as Normas Internacionais de auditoria.

Responsabilidade do conselho de administração e dos auditores:

A elaboração das referidas demonstrações financeiras é da responsabilidade do conselho de administração. A nossa responsabilidade é a de expressarmos uma opinião sobre essas demonstrações financeiras, baseada na nossa auditoria.

Bases de opinião:

As Normas Internacionais de Auditoria requerem que a auditoria seja planeada e executada de forma a obtermos razoável segurança sobre se as demonstrações financeiras, individuais e do Grupo, contêm ou não distorções materialmente relevantes.

Uma auditoria inclui a verificação, por amostragem, da evidência de suporte dos valores e informações constantes das referidas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas e juízos significativos utilizados pelo conselho de administração na preparação e apresentação das mesmas.

Uma auditoria inclui também a apreciação, sobre se os princípios contabilísticos adoptados são adequados, tendo em conta as circunstâncias, bem como da forma de apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para a emissão da nossa opinião sobre as demonstrações financeiras referidas.

Opinião:

Em nossa opinião, as citadas demonstrações financeiras representam de modo apropriado, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira individual e consolidada do Banco Comercial Português, S. A., e do Grupo, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa, individuais e consolidados, referentes aos exercícios findos nessas datas, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário, conforme nota n.º 1.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2005. — O Auditor, *KPMG*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Banco Comercial Português, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 71 678 495 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 513 002 milhares de euros), as demonstrações dos resultados consolidados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa consolidados do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Grupo Banco Comercial Português, em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 25 de Janeiro de 2005. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Certificação legal das contas individuais

1 — *Introdução*. — Examinei as demonstrações financeiras do Banco Comercial Português, S. A., as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004 (que evidencia um total de 65 938 466 milhares de euros e um total de capital próprio de 5 682 562 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 432 941 milhares de euros), as demonstrações dos resultados, por naturezas e por funções, e a demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3 — A minha responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no meu exame daquelas demonstrações financeiras.

4 — *Âmbito*. — O exame a que procedi foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame incluiu:

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5 — Entendo que o exame efectuado, conjuntamente com o exame e a opinião formulada pelos auditores, proporcionam uma base aceitável para a expressão da minha opinião.

6 — *Opinião*. — Em minha opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos pelo Banco de Portugal para o sector bancário.

Porto, 25 de Janeiro de 2005. — O Revisor Oficial de Contas, *Mário Branco Trindade*.

Relatório dos auditores externos

1 — *Introdução*. — Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso relatório de auditoria sobre a informação financeira do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 do Grupo e do Banco Comercial Português, S. A., que inclui o relatório de gestão, o balanço consolidado e individual em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados consolidados e individuais, por naturezas e por funções, e as demonstrações dos fluxos de caixa consolidados e individuais do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos ao balanço e às demonstrações dos resultados que evidenciam:

(Em milhares de euros)

	Grupo	Banco
Total do activo	71 678 495	65 938 466
Capital próprio	3 605 275	5 682 562
Resultado líquido	513 002	432 941

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração:

a) A preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação e do Banco, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos de caixa consolidados e individuais;

b) A informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;

c) A adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;

d) A manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;

e) A informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto de empresas incluídas na consolidação e do Banco, a sua posição financeira ou os resultados;

f) A informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.

3 — A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

4 — *Âmbito*. — A nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que a mesma seja planeada e executada com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, a referida auditoria incluiu:

A verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente auditadas e, para os casos significativos em que não o tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;

A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação;

A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

A verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;

A apreciação sobre se é adequada em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;

A apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

5 — A nossa auditoria abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira, consolidada e individual, constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas.

6 — Entendemos que a auditoria efectuada proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

7 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras, consolidadas e individuais, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Grupo e do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, o resultado consolidado e individual das suas operações e os fluxos consolidados e individuais de caixa referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector bancário e a informação nelas constantes é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Janeiro de 2005. — KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., representada por *João Albino Cordeiro Augusto,* revisor oficial de contas.

Relatório e parecer do conselho fiscal

Srs. Accionistas:

1 — O conselho fiscal vem submeter a VV Ex.as o seu relatório e dar parecer sobre os documentos de prestação de contas, do Banco e do Grupo, apresentados pelo conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., referentes ao exercício de 2004, dando assim, cumprimento às disposições legais — alínea *g*) do n.º 1 do artigo 420.º e artigo 508.º-D do Código das Sociedades Comerciais — e estatuárias.

2 — O conselho reuniu, sempre que considerado necessário, com o presidente do conselho de administração e, trimestralmente, com o administrador responsável pelas áreas relevantes para a actividade do conselho fiscal, tendo tomado conhecimento, oportuno, das deliberações do conselho de administração e das recomendações e deliberações do conselho superior.

O conselho obteve ainda, quer do *compliance officer*, quer do Conselho de Auditoria, todas as informações e esclarecimentos importantes para o desempenho das suas funções.

3 — Ao longo do exercício, teve este conselho a oportunidade de constatar o profissionalismo, a dedicação e o forte empenhamento do conselho de administração e de todos os colaboradores do Banco e do Grupo.

4 — Foram efectuadas as verificações julgadas oportunas e adequadas.

Foi analisado o processo de preparação das contas consolidadas.

Sempre se obtiveram, quer do conselho de administração, quer dos serviços do Banco, todos os esclarecimentos solicitados.

5 — Não se tomou conhecimento de qualquer situação que não respeitasse os estatutos e os preceitos legais aplicáveis.

6 — Tudo considerado, incluindo o teor das certificações legais das contas e do relatório dos auditores externos, que nos foram presentes e com os quais concordamos, somos de parecer que a assembleia geral anual:

a) Aprove o relatório do conselho de administração e as contas, quer as referentes ao Banco, quer as referentes ao Grupo, relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004.

b) Aprove a proposta de aplicação de resultados apresentada no relatório do conselho de administração.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2005. — O Conselho Fiscal: *(Sem assinaturas.)*

Relatório sobre o governo da sociedade

O presente relatório visa divulgar as práticas de governo da sociedade adoptadas pelo Banco Comercial Português, tendo sido, para maior transparência, comodidade e facilidade de consulta por parte dos accionistas e investidores, organizado de acordo com o modelo para o efeito anexo ao Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários n.º 7/2001, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Regulamento 11/2003.

Na redacção deste relatório, que é feito com referência à situação da sociedade no momento da sua redacção, o conselho de administração procurou expor de forma clara e, tanto quanto possível, exaustiva, todas as medidas aprovadas e implementadas com vista a garantir não só o cumprimento dos regulamentos e recomendações emanados da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, como também as melhores práticas de governação.

Capítulo 0 — Declaração de cumprimento

É preocupação do órgão de administração do Banco Comercial Português garantir um elevado grau de cumprimento das recomendações e boas práticas relativas ao governo das sociedades, na medida em que estas contribuam para assegurar transparência nas práticas de governação e processos de decisão empresarial, bem como a facilidade de acesso, por parte dos investidores e analistas, à informação sobre gestão e documentos de prestação de contas.

Neste sentido, e por proposta do conselho de administração, foi aprovada em assembleia geral anual, realizada em 15 de Março de 2004, uma profunda alteração dos estatutos do Banco que permitiu concretizar as alterações necessárias ao cumprimento das referidas práticas.

Nos capítulos seguintes são também abordados os diversos temas objecto de Recomendações por parte da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, sendo de salientar que, com a excepção devidamente fundamentada no ponto 5.º do capítulo IV, o grau de adesão por parte do Banco Comercial Português às mesmas é total.

Capítulo I — Divulgação de informação

1 — Organigrama relativo à repartição de competências no quadro do processo de decisão empresarial

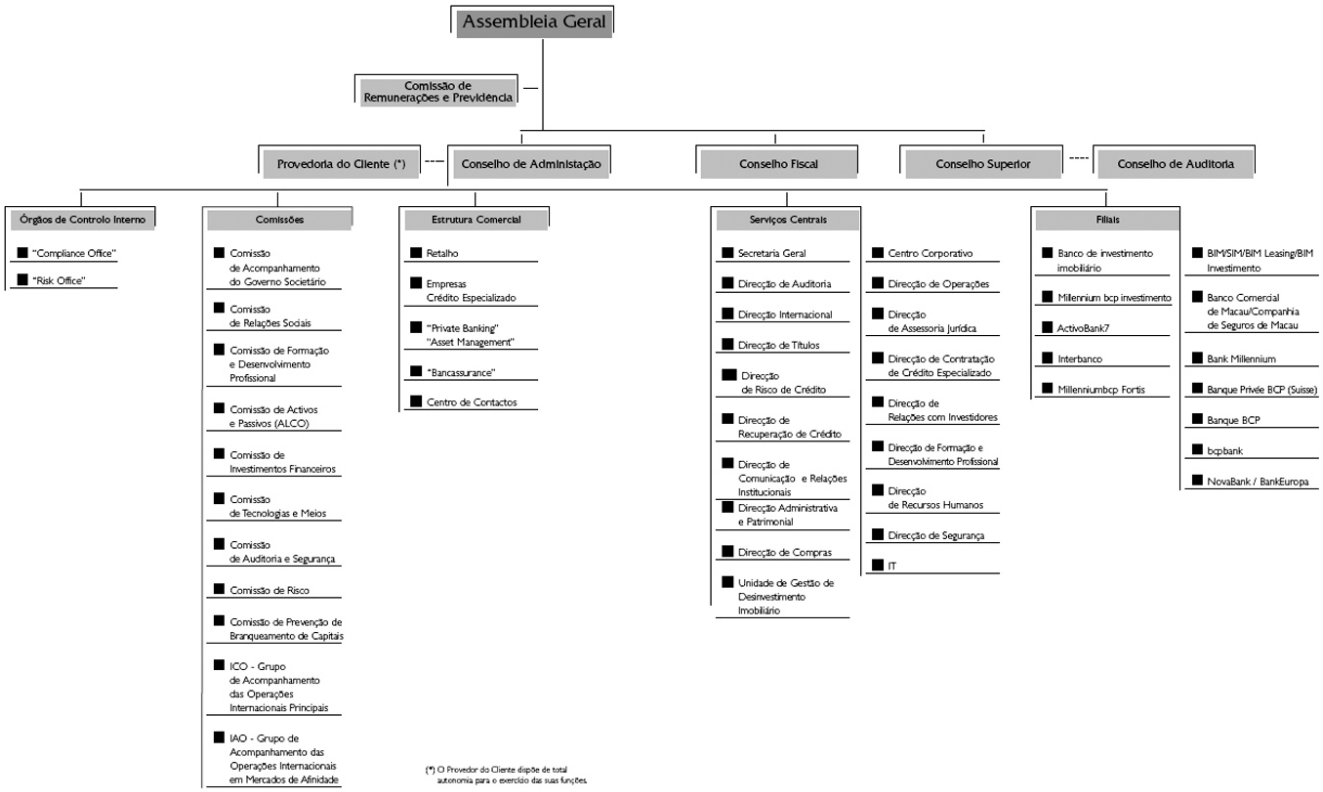
A estrutura de administração e fiscalização adoptada pelo Banco Comercial Português é a de conselho de administração e conselho fiscal, sem delegação de poderes em comissão executiva.

Sem embargo, no quadro do processo de decisão empresarial existem vários corpos sociais, comissões específicas e unidades orgânicas que, sendo eleitas pela assembleia geral ou nomeadas pelo conselho de administração, o coadjuvam no exercício das suas funções, permitindo ao Banco Comercial Português manter uma estrutura organizacional flexível, com poucos níveis hierárquicos e uma clara segregação entre as áreas de negócio (que avaliam, contratam e gerem as transacções) e as áreas de operações (que as verificam, processam e controlam).

Merece destaque especial nesta sede a ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, ACE, agrupamento complementar de empresas constituído em 1996, que constitui a principal estrutura de integração, optimização e racionalização de recursos informáticos, operativos, administrativos e de aprovisionamento do Grupo. A ServiBanca integra um conjunto de unidades orgânicas que têm como missão a gestão de meios e a prestação de serviços, em especial às plataformas comerciais, ou que desenvolvem a sua actividade no âmbito do apoio à gestão corporativa das sociedades agrupadas.

A ServiBanca é administrada por um conselho de administração eleito pela respectiva assembleia geral sob proposta do Banco Comercial Português, o qual é actualmente composto por nove administradores, dos quais oito, incluindo o presidente e o vice-presidente, são administradores do Banco Comercial Português.

Organigrama



2 — **Conselhos e comissões específicos existentes na sociedade**

Neste subcapítulo serão tratados os conselhos superior e de auditoria, o provedor do cliente, o *compliance officer*, o *risk officer* e as várias comissões cuja constituição foi aprovada pelo conselho de administração no âmbito do esforço que nos últimos exercícios tem vindo a ser desenvolvido, visando a prossecução das melhores práticas de governo societário.

Os Conselhos Superior e de Auditoria, que pelas suas características e funções específicas importa referir neste relatório, não sendo nomeados pelo conselho de administração, não correspondem a qualquer dos órgãos sociais previstos na lei, sendo órgãos instituídos pelos estatutos do Banco Comercial Português.

2.1 — O Conselho Superior é exclusivamente composto por accionistas do Banco, em número não inferior a 12, eleitos pela assembleia geral sendo a sua composição actual a seguinte:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves.
Vice-presidentes:

João Alberto Pinto Basto.
Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte.
Vasco Maria Guimarães José de Mello.
Gijsbert J. Swalef.

Vogais:

Ângelo Ludgero da Silva Marques.
António Augusto Serra Campos Dias da Cunha.
Dimitrios Contominas.
E. Alexandre Soares dos Santos.
Francisco de La Fuente Sánchez.
Giovanni Boccolini.
Henrique Jaime Welsh.
Herculano José Fernandes.
Hipólito Mendes Pires.
Jaime de Sousa Lima.
Jassim Mohamed Al-Bahar.
João Manuel de Quevedo Pereira Coutinho.
Jorge Augusto Caetano Silva José de Mello.
José Alfredo Parreira Holtreman Roquette.
José Manuel Pita Goes Ferreira.
Josep Oliu Creus.
José de Sousa Cunhal Melero Sendim.
Keith Satchell.
Manuel Roseta Fino.
Mário da Graça Machungo.
Vasco Luís S. Quevedo Pessanha.
O presidente da mesa da assembleia geral (por inerência de funções).
O presidente do conselho fiscal (por inerência de funções).
O presidente do conselho de administração (por inerência de funções).

É-lhe cometido o especial acompanhamento da vida social, incumbindo-lhe, mediante parecer prévio, pronunciar-se sobre os mais relevantes aspectos da actividade do Banco e do Grupo, nomeadamente sobre: política geral de gestão, plano de actividades, orçamentos e planos de investimentos anuais, cooptação de administradores, pedido de convocação de assembleia geral e propostas ou relatórios a submeter a esta, relatório de gestão e contas anuais, extensões ou reduções importantes da actividade da sociedade e modificações importantes na organização da empresa, mudança de sede, aumentos de capital social e projectos de cisão, fusão e transformação da sociedade. Compete-lhe igualmente a designação de dois dos membros do conselho de auditoria.

Durante o exercício de 2004, o conselho superior reuniu quatro vezes no âmbito da sua actividade corrente de acompanhamento da sociedade e, por convocação extraordinária do conselho de administração para se pronunciar sobre a reestruturação da área seguradora.

2.2 — O Conselho de Auditoria é presidido pelo presidente do conselho fiscal ou, na falta deste, por pessoa designada pelo conselho superior, e integra mais dois membros com perfil e experiência adequados, designados pelo conselho superior de entre os seus membros. Actualmente o Conselho de Auditoria é presidido pelo presidente do conselho fiscal, Prof. Ricardo Bayão Horta, integrando ainda o Dr. José Roquette e o Dr. Vasco de Mello.

Ao Conselho de Auditoria compete nomeadamente, e sem prejuízo das competências próprias do conselho fiscal: proceder ao acompanhamento permanente da actividade dos auditores externos da sociedade e pronunciar-se sobre a respectiva designação, exoneração e relações com a sociedade; avaliar e acompanhar os procedimentos internos relativos à recepção e ao tratamento de queixas e dúvidas relacionadas com temas contabilísticos e propor ao conselho de administração a adopção das medidas ou correcções que entenda pertinentes.

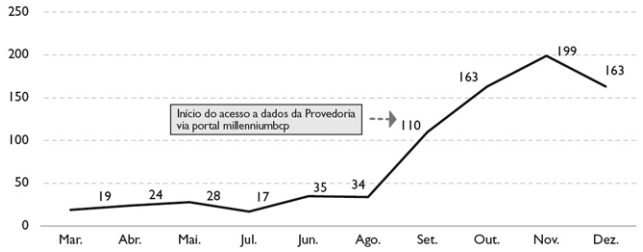
O Conselho de Auditoria reúne trimestralmente, com a presença dos membros do conselho de administração com os pelouros da contabilidade e auditoria e, no exercício de 2004, procedeu à análise, nomeadamente, dos seguintes temas: apresentação das contas dos trimestres; controlo dos riscos e acompanhamento dos indicadores prudenciais; acompanhamento da actividade dos auditores externos; acompanhamento da actividade da auditoria interna; e análise de alterações das políticas contabilísticas.

2.3 — O provedor do cliente tem por missão promover a defesa dos interesses dos clientes que se lhe dirijam, recomendando a adopção ou alteração de práticas ou procedimentos para prevenir ou reparar situações de conflito ou outras que não conferem aos clientes a devida protecção dos seus interesses, pautando a sua actuação por princípios da imparcialidade, celeridade, gratuitidade e confidencialidade.

Durante o exercício agora findo a provedoria acompanhou 748 reclamações simples que deram entrada através do Centro de Contactos da ServiBanca, unidade que, em primeira instância, procede ao tratamento das mesmas.

Actuando o provedor como instância de recurso relativamente às soluções apontadas, foram analisados no exercício 44 recursos, tendo em consequência sido formuladas ao conselho de administração sete recomendações, das quais cinco mereceram concordância daquele conselho.

Evolução mensal da actividade (primeiras reclamações + recursos)



Durante o exercício de 2004, este cargo foi desempenhado pelo Dr. Eduardo Consiglieri Pedroso, pessoa com reconhecida competência e larga experiência na actividade bancária, que no presente momento ainda o desempenha, e não tem qualquer vínculo laboral ao Banco Comercial Português ou a sociedade ou instituição por este controlada.

2.4 — O *compliance officer* tem por função: assegurar que os órgãos de gestão, as estruturas funcionais e todos os Colaboradores do Grupo Banco Comercial Português cumprem a legislação, regras e normativos (internos e externos) que pautam a actividade do Banco e das suas associadas; apoiar a gestão das áreas e unidades de negócio, de produto e de cliente na aplicabilidade e conformidade das suas actividades e actuação face à legislação e regulamentação aplicáveis; e apoiar e promover as actividades e programas de formação neste domínio.

Durante o exercício, a actividade do *compliance officer* incidiu não só sobre o Banco e as suas filiais em Portugal como também nas sucursais e subsidiárias do exterior. Assim, foram já recrutados ou estão em processo de recrutamento representantes do *compliance officer* para actuarem, em Portugal, especificamente junto de cada área de negócio e *compliance officers* para exercerem funções junto de cada uma das principais sucursais e subsidiárias no exterior.

Durante o exercício de 2004, o cargo de *compliance officer* foi desempenhado pelo Dr. Leandro Delgado, director geral do Banco.

2.5 — O *risk officer* tem por função apoiar o conselho de administração no desenvolvimento e implementação dos processos de gestão de risco nas suas diversas vertentes e jurisdições.

Durante o exercício de 2004 concentrou a sua actividade na criação de uma infraestrutura eficiente de gestão e controlo de riscos, conciliando necessidades próprias desta abordagem com as decorrentes da implementação das Normas Internacionais de Contabilidade e do novo Acordo de Basileia, numa perspectiva de centralização organizativa e integração das múltiplas vertentes da gestão de risco. Neste enquadramento, foi desenvolvido um conjunto de iniciativas visando a disponibilização de uma nova estrutura de informação, abrangendo todas as operações, a aquisição de um sistema analítico de cálculo de risco, que permitirá a reutilização de métodos e ferramentas para os diferentes objectivos, e a adaptação da regulamentação interna.

A definição e implementação de um modelo de cálculo da imparidade, de acordo com a IAS 39, a utilizar em todas as entidades do Grupo, e a modelização dos processos operacionais do Banco de modo a poder suportar o cálculo do risco operacional e melhorar o acompanhamento do sistema de controlo interno, foram outros dos principais projectos desenvolvidos no decurso do ano.

Foi implementada uma rotina de acompanhamento e monitorização dos vários sistemas de concessão e avaliação da qualidade do crédito, assegurando a permanente adequação dos modelos utilizados. Destaque, também, para o acompanhamento feito das operações do exterior, com o objectivo sistemático de alargar a estas subsidiárias as melhores práticas já utilizadas nas operações em Portugal. Paralelamente, o *risk officer* apoiou o funcionamento das Comissões de Risco e de Activos e Passivos (ALCO).

Durante o exercício de 2004 esta função foi desempenhada pelo Dr. Miguel Pessanha, director geral do Banco.

2.6 — As comissões que em seguida se identificam são nomeadas pelo conselho de administração, a ele reportando, tendo sido instituídas com a finalidade de garantir a adopção das melhores práticas de governação da sociedade, desempenho operacional e controlo. Todas elas integram administradores e membros da alta direcção do Banco.

2.6.1. — A Comissão de Acompanhamento do Governo Societário tem por objecto a supervisão do cumprimento pelo Grupo das disposições legais, regulamentares e estatutárias sobre o governo da sociedade e a discussão e aprovação de iniciativas que visem introduzir ou alterar os princípios observados e os procedimentos adoptados pelo Grupo no seu governo. É composta por cinco membros do conselho de administração, incluindo o presidente e um vice-presidente, pelo secretário da sociedade e por dois membros da alta direcção do Banco.

2.6.2 — A Comissão de Relações Sociais tem por objecto o desenvolvimento do relacionamento do Grupo com os seus parceiros sociais, nomeadamente sindicatos e comissões de trabalhadores, apreciando e discutindo os termos dessas relações. É composta por um vice-presidente do conselho de administração, o secretário da sociedade e três membros da alta direcção do Banco.

Durante o exercício de 2004 esta comissão reuniu mensalmente com a comissão de trabalhadores e conduziu as negociações dos acordos colectivos de trabalho com os sindicatos do sector, em consequência do que foi possível acordar na respectiva revisão, entrando os novos instrumentos em vigor a partir de 1 de Janeiro de 2005. Esta comissão foi ainda responsável pela aprovação de 69 propostas de apoio social a colaboradores no activo e em situação de reforma.

2.6.3 — A Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional tem por objecto acompanhar e propor medidas relativas à formação e desenvolvimento de carreiras dos colaboradores do Grupo, sendo composta pela totalidade do conselho de administração, pelo secretário da sociedade e por dois membros da alta direcção do Banco. Tendo em conta as características específicas desta comissão, têm nela também assento os primeiros responsáveis pelas Unidades Orgânicas e Empresas do Grupo cujos colaboradores sejam abrangidos pelas decisões a tomar em cada reunião.

2.6.4 — A Comissão de Activos e Passivos (ALCO) tem por objecto a gestão táctica dos riscos de mercado e de liquidez do Banco e do Grupo por si dominado, sendo composta por quatro membros do conselho de administração, incluindo um vice-presidente, um consultor da administração, cinco membros da alta direcção do Banco e seis quadros directivos, quatro dos quais pertencentes a participadas com sede no estrangeiro.

2.6.5 — A Comissão de Investimentos Financeiros tem por objecto a apreciação e aprovação de investimentos e alienações de activos financeiros, sendo composta por quatro membros do conselho de administração, incluindo um vice-presidente e três membros da alta direcção do Banco.

2.6.6 — A Comissão de Tecnologias e Meios tem por objecto analisar e aprovar os investimentos, contratações e desinvestimentos relativos à gestão global dos meios tecnológicos, incluindo informática e telecomunicações, colocados à disposição das sociedades e dos colaboradores do Grupo. É composta por seis membros do conselho de administração, incluindo um vice-presidente e três membros da alta direcção do Banco.

2.6.7 — A Comissão de Auditoria e Segurança tem por objecto zelar pela segurança física e de sis temas do Grupo; é composta por seis membros do conselho de administração, incluindo os dois vice-presidentes, três membros da alta direcção e um quadro directivo do Banco.

2.6.8 — A Comissão de Risco, sendo o órgão responsável por acompanhar os níveis globais de risco incorridos, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objectivos e estratégias aprovadas para o desenvolvimento da actividade, é presidida pelo presidente do conse-

lho de administração e integra os restantes membros do conselho de administração, o *risk officer* e outros primeiros responsáveis de direcções do Banco envolvidas nos processos de gestão de risco.

No exercício das suas funções, compete à Comissão de Risco, zelar pela contínua melhoria dos processos de avaliação e gestão de risco, garantindo que os mesmos se encontram permanentemente adequados à natureza da actividade do Grupo e em linha, quer com os objectivos estratégicos da Instituição, quer com as melhores práticas do mercado nesta área.

2.6.9 — A Comissão de Prevenção de Branqueamento de Capitais tem por objecto prevenir a utilização do Grupo para branqueamento de capitais, zelando pelo cumprimento das normas legais e regulamentares em vigor nesta matéria. É composta por um membro do conselho de administração, o *compliance officer*, e ainda dez membros da alta direcção e um quadro directivo do Banco.

2.6.10 — O ICO — Grupo de Acompanhamento das Operações Internacionais Principais tem por função acompanhar a evolução das filiais na Polónia e Grécia. É composto por oito membros, sendo sete membros dos conselhos de administração do Banco Comercial Português, do Bank Millennium e do NovaBank, e um membro da alta direcção do Banco.

2.6.11 — O IAO — Grupo de Acompanhamento das Operações Internacionais em Mercados de Afinidade tem por função acompanhar a evolução das filiais no Canadá, Estados Unidos da América, França, Luxemburgo, Macau (China) e Moçambique. É composto por oito membros, sendo sete membros dos conselhos de administração do Banco Comercial Português ou daquelas filiais e um membro da alta direcção do Banco.

3 — Controlo dos riscos na actividade da sociedade

O sistema de controlo de riscos implementado pelo Banco, no qual assume particular relevância o *risk office* e a Comissão de Risco já antes referidos, é tratado de forma detalhada no relatório de gestão do qual o presente relatório é um anexo, pelo que, para a obtenção de informação detalhada sobre esta matéria, se remete para o capítulo de Gestão de Riscos.

4 — A acção BCP, evolução da cotação e política de dividendos

A cotação das acções do Banco Comercial Português registou em 2004 uma valorização de 6,8%. Se considerados os dividendos brutos distribuídos durante o ano, a rentabilidade total proporcionada pelo título BCP ascende a 11,8%. No mesmo período a valorização registada pelo índice de Bancos europeus BEBANKS (Bloomberg Europe Banks and Financial Services Index), excluindo dividendos, foi de 10,9%.

A evolução da cotação do Banco ao longo do ano acompanhou, de modo geral, a evolução dos mercados internacionais, tendo-se registado o valor mínimo de 1,66 euros logo no início do ano, a que se seguiu uma valorização significativa que conduziu ao máximo anual de 2,19 euros em Março. Durante o 2.º e 3.º trimestres a cotação registou uma descida prolongada, em linha com o que sucedia na generalidade das bolsas, tendo atingido o segundo mínimo anual de 1,68 euros em 3 de Agosto, posteriormente à colocação em *accelerated book building* de cerca de 3% do capital do Banco detido por um accionista qualificado, transacção esta realizada no âmbito do acordo de alienação das actividades seguradoras anunciado em Julho. O quadro seguinte sintetiza o comportamento do título BCP em 2004.

Comportamento do Título BCP em 2004

Cotação em 31 de Dezembro de 2003	1,77 euros	
Cotação em 31 de Dezembro de 2004	1,89 euros	
Cotação média anual	1,87 euros	
Cotação mínima	1,66 euros	12 de Janeiro de 2004
Cotação máxima	2,19 euros	9 de Março de 2004
Valorização de cotação de 31 de Dezembro de 2003 a 31 de Dezembro de 2004	+ 6,8%	
Capitalização bolsista em 31 de Dezembro de 2004:		
Acções ordinárias	6,1 mil milhões de euros	
Valores mobiliários obrigatoriamente convertíveis	0,7 mil milhões de euros	
Total	6,8 mil milhões de euros	

Fonte. — Bloomberg.

No quadro que se segue são referidos os principais eventos relacionados com o BCP ocorridos em 2004 e a *performance* verificada na cotação após a realização dos mesmos.

(Em percentagem)

Evento	Data	Variação da cotação no dia subsequente	Variação da cotação nos cinco dias subsequentes
Anúncio de resultados de 2003	20 de Janeiro de 2004	+ 4,8	+ 3,6
Pagamento do dividendo referente ao exercício de 2003 (dividendo bruto por acção: 0,06 euros)	13 de Abril de 2004	— 3,4	— 2,4
Anúncio de resultados do 1.º trimestre de 2004	20 de Abril de 2004	— 4,9	— 6,3
Anúncio de resultados do 2.º trimestre de 2004, coincidente com anúncio do acordo de venda da seguros e pensões e da colocação em *accelerated book building* de 3% do capital do Banco	19 de Julho de 2004	+ 0,6	— 1,7
Anúncio de resultados do 3.º trimestre de 2004 e anúncio de pagamento de dividendo antecipado intercalar	19 de Outubro de 2004	— 1,6	— 1,1
Pagamento de dividendo antecipado intercalar	8 de Novembro de 2004	–	— 0,5

O comportamento das acções do Banco Comercial Português, a análise da respectiva liquidez, a descrição da política de dividendos adoptada e a identificação dos factos relevantes ocorridos durante o exercício de 2004, são objecto de tratamento mais exaustivo em capítulo próprio do relatório de gestão do qual o presente relatório é um anexo, pelo que, para a obtenção de informação detalhada sobre esta matéria, se remete para o capítulo «O Título BCP na Bolsa de Valores».

5 — Direitos de subscrição de acções para quadros do Grupo Banco Comercial Português

Encontram-se actualmente em vigor dois programas de direitos de subscrição de acções para quadros do Grupo, aprovados em assembleia geral do Banco, no âmbito da política de reforço da vinculação dos colaboradores do Banco e do Grupo ao capital deste, como instrumento de incremento da capacidade e da eficácia da instituição.

Durante o exercício de 2004 extinguiu-se o programa de direitos atribuídos em 2001, sem que tivesse sido exercido qualquer direito.

5.1 — Caracterização do programa de direitos atribuídos em 2002:

5.1.1 — Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que cumpriam uma das seguintes condições:

Terem auferido gratificação extraordinária relativa ao exercício de 2001 em montante igual ou superior a 15 000 euros;
Terem participado no programa de direitos de subscrição de acções do Banco Comercial Português oferecido aos colaboradores do Grupo em 2001.

5.1.2 — Benefício atribuído:

Os beneficiários terão direito a subscrever, a partir de Março de 2005, e por ocasião de aumento(s) de capital a realizar expressamente para o efeito, acções do Banco Comercial Português ao preço de 3,86 euros (que traduz um desconto de 2% sobre a média dos preços de fecho das cinco sessões de bolsa imediatamente anteriores a 8 de Janeiro de 2002 — data da sessão do conselho de administração em que este fixou o preço de exercício daquele direito —, conforme deliberação da assembleia geral que aprovou o programa, realizada em 26 de Março de 2001).

5.1.3 — Número de acções necessárias ao exercício dos direitos:

Com referência a 1 de Janeiro de 2004, o número de colaboradores do Grupo beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1048 colaboradores, ascendendo a 10 913 652 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício pleno de tais direitos.
Com referência a 31 de Dezembro de 2004, o número de colaboradores do Grupo beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1012 colaboradores, ascendendo a 10 451 831 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício pleno de tais direitos.

5.2 — Caracterização do programa de direitos atribuídos em 2003:

5.2.1 — Beneficiários:

Colaboradores do Grupo que cumpriam uma das seguintes condições:

Terem auferido gratificação extraordinária relativa ao exercício de 2002 em montante igual ou superior a 15 000 euros;
Terem participado no programa de direitos de subscrição de acções do Banco Comercial Português oferecido aos colaboradores do Grupo em 2002.

5.2.2 — Benefício atribuído:

Os beneficiários terão direito a subscrever, a partir de Março de 2006, e por ocasião de aumento(s) de capital a realizar expressamente para o efeito, acções do Banco Comercial Português ao preço de 1,26 euros (que traduz um desconto de 2% sobre o valor médio dos preços de fecho das acções do Banco Comercial Português nas últimas cinco sessões da Bolsa de Valores antes de 21 de Abril de 2003, data da sessão do conselho de administração em que este fixou o preço de exercício daquele direito - conforme deliberação da assembleia geral realizada em 26 de Março de 2001, que aprovou o programa).

5.2.3 — Número de acções necessárias ao exercício dos direitos:

Com referência a 1 de Janeiro de 2004, o número de colaboradores do Grupo beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1224 colaboradores, ascendendo a 26 269 755 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício pleno de tais direitos.
Com referência a 31 de Dezembro de 2004, o número de colaboradores do Grupo beneficiários deste programa de direito de subscrição de acções era de 1195 colaboradores, ascendendo a 25 697 875 o número de acções necessárias para fazer face ao exercício pleno de tais direitos.

5.3 — Características comuns a todos os programas precedentes:

Com excepção dos casos de reforma, invalidez ou morte, os direitos atribuídos caducam no momento em que o colaborador se desvincular do Grupo ou for suspenso das suas funções por razões de ordem disciplinar. Os direitos caducam também se o colaborador for excluído de futuros processos de atribuição de gratificação por razões imputáveis ao seu desempenho profissional.

Não existem cláusulas de inalienabilidade das acções adquiridas ao abrigo destes programas.

6 — Negócios e operações realizados entre a sociedade, de um lado, e, de outro lado, os órgãos de administração e fiscalização, titulares de participações qualificadas ou sociedades em relação de domínio ou de grupo que não tenham sido realizados em condições normais de mercado para operações similares ou não façam parte da actividade corrente do Banco

Não foram realizados com as entidades abrangidas quaisquer negócios ou operações que correspondam às características dos referidos.

7 — Direcção de relações com investidores

O compromisso de proporcionar um relacionamento completo, rigoroso, eficiente e disponível com os investidores nacionais e estrangeiros, e com as entidades de supervisão e o mercado em geral, tem sido uma constante desde a criação do Banco Comercial Português.
A Direcção de Relações com Investidores (DRI) tem como principal função assegurar a prestação ao mercado de toda a informação no que respeita a acontecimentos, factos enquadráveis na noção legal e regulamentar de «factos relevantes», divulgação trimestral de resultados e notícias relacionadas com as actividades do Banco e do Grupo e, paralelamente, responder a questões ou pedidos de esclarecimento, por investidores ou público em geral, sobre informação financeira e informação de carácter público relacionada com o desenvolvimento das actividades do Grupo.
No âmbito da assessoria ao conselho de administração do Banco, a DRI acompanha regular e assiduamente o comportamento e a evolução diária do título e dos valores BCP cotados na Euronext Lisbon — v. g., cotação, *turnover* e liquidez —, bem como dos índices sectoriais e dos mercados em geral. Ainda neste âmbito, a DRI patrocina a realização de programas regulares e frequentes com investidores institucionais e analistas financeiros, nacionais e estrangeiros, e coadjuva o conselho de administração nesses contactos directos — *investors day* e *road show* —, no quadro de uma política de cada vez maior aproximação à comunidade de investidores.
Neste sentido, participou nas principais conferências de investidores sobre o sector financeiro, e realizou um elevado número de *road shows*, assegurando a cobertura das principais praças financeiras europeias (Lisboa, Londres, Paris, Frankfurt, Amsterdão, Milão) e dos EUA (Nova Iorque e Boston), e a realização de mais de 140 reuniões *one-on-one*. De assinalar ainda, a realização, pelo segundo ano, do *investors day* do Banco Comercial Português, em que participaram mais de 50 investidores institucionais e analistas financeiros, e se apresentaram as principais iniciativas de desenvolvimento de negócio, aumento de rendibilidade e enfoque estratégico.

Acessos à Direcção de Relações com Investidores:

Telefone: + 351 213 211 081
Fax: + 351 213 211 079
e-mail: investors@millenniumbcp.pt

Representante para as relações com o mercado:

Miguel Magalhães Duarte, director-geral.

Sítio da sociedade na internet: www.millenniumbcp.pt

Neste sítio, na página de investidores, encontra-se disponível um calendário de eventos no qual, de forma sempre actualizada, se poderão consultar os acontecimentos de maior relevo, passados e futuros, relativos ao Banco e ao Grupo, bem como informação financeira, incluindo os relatórios e contas dos últimos cinco anos, informações sobre a variação de cotação das acções e sobre a composição dos órgãos sociais.
Neste sítio estão ainda disponíveis os estatutos do Banco, o seu modelo organizacional e a sua estrutura accionista.

8 — Comissão de remunerações

A Comissão de Remunerações e Previdência, composta por accionistas e eleita na assembleia geral realizada em 24 de Fevereiro de 2003, tem a seguinte composição:

Presidente: António Manuel Ferreira da Costa Gonçalves.

Vogais:

João Alberto Ferreira Pinto Basto.
Pedro Maria Calaínho Teixeira Duarte.

Nenhum dos membros da Comissão de Remunerações e Previdência é membro do conselho de administração, seu cônjuge, parente ou afim em linha recta até ao 3.º grau inclusive.

9 — **Remuneração anual paga ao auditor**

Durante o exercício de 2004, o Banco Comercial Português e ou pessoas colectivas que com ele estão em relação de domínio ou de grupo contratou serviços à KPMG (Portugal e estrangeiro), seu auditor, bem como a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma organização, cujos honorários ascenderam a 6 842 000 euros, sendo a distribuição pelos diferentes tipos de serviços prestados a seguinte:

	Honorários	
	Euros	Percentagem
Serviços de revisão legal de contas	3 584 000	52
Outros serviços de garantia e fiabilidade	1 461 000	21
Serviços de consultoria fiscal	582 000	9
Outros serviços que não de revisão legal de contas	1 215 000	18
	6 842 000	100

A fim de salvaguardar a independência do auditor, e tendo presentes as boas práticas e normas nacionais e internacionais, nomeadamente a «Sarbanes-Oxley Act», foram aprovados pelo Banco e pela KPMG um conjunto de princípios reguladores, designadamente os que em seguida se descrevem:

A KPMG, sociedades ou pessoas colectivas pertencentes à mesma rede não poderão prestar ao Banco ou ao Grupo, serviços que, de acordo com o parágrafo 201 da «Sarbanes-Oxley Act», são considerados proibidos;

A contratação dos restantes serviços não proibidos, por parte de qualquer unidade orgânica do Banco ou sociedade sua participada, implica a sua prévia aprovação pela Comissão de Auditoria do Banco. A referida aprovação é emitida para um conjunto pré-definido de serviços por um período renovável de 12 meses. Para os restantes serviços é necessária a aprovação específica por parte da Comissão de Auditoria.

Adicionalmente, a KPMG implementou a nível internacional um sistema na sua intranet, denominado «Sentinel», que condiciona à autorização do «Global Lead Partner» responsável pelo cliente a prestação de serviços a clientes cotados, por qualquer escritório de toda a organização KPMG. Este procedimento implica que os serviços da KPMG a quem o serviço é pedido, solicite a autorização prévia ao referido «Global Lead Partner». Nesta solicitação é necessária a apresentação da fundamentação do trabalho pedido, nomeadamente dos factores que permitam avaliar o cumprimento das regras de *risk management* aplicáveis e, consequentemente, da independência da KPMG.

O «Global Lead Partner» tem ainda a responsabilidade de verificar que as propostas apresentadas através do sistema «Sentinel», estão abrangidas pelas regras de pré-aprovação de serviços e, quando aplicável, procede às diligências necessárias com a Comissão de Auditoria do Banco com vista à verificação do rigoroso cumprimento das normas de independência aplicáveis.

Adicionalmente todos os procedimentos acima descritos são sujeitos aos testes de conformidade, no âmbito do Controlo de Qualidade, efectuados anualmente pela KPMG.

Capítulo II — Exercício de direito de voto e representação de accionistas

Como forma de incentivar o exercício do direito de voto por parte dos seus accionistas, a sociedade procede, previamente a cada assembleia geral e com respeito pelos prazos legais, a ampla publicitação das datas marcadas para a reunião, remetendo por correio aos seus accionistas cópia do aviso convocatório e minutas de cartas de representação e agrupamento. Juntamente com a documentação expedida por via postal é enviado um sobrescrito de «porte pago» previamente endereçado a todos os accionistas.

Complementarmente, é disponibilizado na internet, no sítio institucional da sociedade (www.millenniumbcp.pt), quer o aviso convocatório, quer as propostas do conselho de administração ou outras propostas que sejam aceites pelo presidente da Mesa da assembleia geral, sendo ainda dadas informações sobre o exercício do direito de voto por procuração, através de agrupamento por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos, disponibilizadas minutas de cartas de representação e de agrupamento e o boletim de voto por correspondência, bem como as instruções para votação por correspondência com recurso a meios electrónicos. Quer o boletim para exercício de voto por correspondência postal, quer as cartas de representação e de agrupamento são igualmente disponibilizadas em suporte físico, a quem o solicite.

Não existem nos estatutos do Banco quaisquer normas que afastem o exercício do direito de voto por correspondência postal ou com recurso a meios electrónicos, sendo a metodologia a adoptar para o respectivo exercício publicitada, quer no aviso convocatório da assembleia geral, quer no sítio do Banco — no qual, no mês anterior à data marcada para a reunião, é aberta uma «página» com informações sobre a assembleia geral e o modo de nela participar.

Refira-se que o prazo aprovado pelo presidente da mesa para a recepção dos votos por correspondência tem sido o estatutariamente fixado para a recepção de todo o restante expediente relativo à assembleia, ou seja, as 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao marcado para a reunião, sendo que o voto por correspondência com recurso a meios electrónicos poderá ser exercido, pelos accionistas que o tenham tempestivamente solicitado, entre o 4.º e o 2.º dia úteis anteriores ao marcado para a realização da assembleia geral.

Nos termos da lei e do artigo 15.º do contrato de sociedade do Banco, podem participar na assembleia geral os accionistas que comprovem a qualidade de accionista com direito a voto no 5.º dia útil anterior à data marcada para a reunião, mantendo a titularidade ao tempo da assembleia, devendo aquela qualidade ser comprovada pela instituição financeira onde se encontram inscritas as acções, por meio de declaração de depósito e imobilização a ser recebida na sociedade até às 17 horas do penúltimo dia útil anterior ao marcado para a assembleia. Os accionistas que pretendam exercer o direito de voto por correspondência com recurso a meios electrónicos deverão contudo apresentar prova da respectiva qualidade de accionista com direito a voto juntamente com o pedido de emissão do código para votação.

A cada 1000 euros de capital (1000 acções) corresponde um voto, podendo os accionistas sem direito de voto agrupar-se com outros accionistas de forma a perfazer o número de acções que confiram direito de voto, fazendo-se nesse caso representar por um dos accionistas agrupados.

Capítulo III — Regras societárias

1 — **Código deontológico da sociedade e do Grupo, regulamento interno relativo à Actividade de intermediação financeira e regimento do conselho de administração**

Para além do quadro regulador aplicável às sociedades comerciais, ao sistema financeiro em geral e aos mercados de valores mobiliários em particular, o conselho de administração procedeu à aprovação de um Código Deontológico, um Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira e um Regimento do conselho de administração, fontes que incorporam as regras próprias de funcionamento do Banco Comercial Português e do comportamento individual de cada um dos colaboradores e dos membros do conselho de administração do Banco e do Grupo, no exercício das respectivas funções.

O Código Deontológico sistematiza os princípios e as regras a observar nas práticas da actividade bancária, financeira, seguradora e sobre os valores mobiliários ou produtos derivados negociados em mercados organizados, nomeadamente no que respeita às matérias de conflito de interesses, sigilo e incompatibilidades.

O Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira institui as normas e procedimentos fundamentais, bem como as regras gerais de conduta a observar na actividade prosseguida pelo Banco enquanto intermediário financeiro, sendo dado a conhecer aos colaboradores através do portal interno (intranet).

O regimento do conselho de administração regula o funcionamento do conselho, bem como as normas de conduta dos respectivos membros, complementando os estatutos do Banco, o Código Deontológico do Grupo e o Regulamento Interno Relativo à Actividade de Intermediação Financeira. Este documento é facultado aos membros do conselho de administração aquando da sua eleição.

O Código, o Regulamento e o Regimento acima referidos são públicos, estando disponíveis para consulta através do sítio do Banco, na página da direcção de Relação com Investidores («Investidores»).

2 — **Descrições dos procedimentos internos para o Controlo dos Riscos na Actividade da Sociedade**

O conselho de administração, no exercício das suas funções, é responsável pela definição do nível do grau de risco que o Grupo pode assumir, bem como pelo processo da sua gestão, sendo nesta função assessorado pela Comissão de Risco.

A Comissão de Risco assegura a gestão e o controlo globais dos riscos assumidos pelo Grupo, em linha com os níveis gerais de risco e a estratégia de gestão definidos pelo conselho de administração. Nas suas funções, a Comissão de Risco é apoiada pelo *risk officer*.

A par da estrutura hierárquica definida, que permite uma correcta segregação de funções, da adequação e fidedignidade dos sistemas automatizados de suporte de toda a actividade e da qualidade da informação de gestão, existe também a definição formal dos procedimentos e sistemas de controlo interno implementados, que se encontra sistematizada em normativo apropriado.

Os sistemas de controlo instituídos asseguram a capacidade de execução com eficácia, de forma adequada à natureza e ao volume de actividades, harmonizando as exigências comerciais e as regras estabelecidas.

A Direcção de Auditoria avalia continuamente a adequação dos sistemas de controlo implementados, mediante a utilização de metodologias apropriadas, bem como o correcto cumprimento das normas em vigor. De igual modo, estes sistemas são avaliados pelos auditores externos.

É também efectuada a medição regular dos níveis de serviço por cada área, permitindo a adequação permanente das estruturas e procedimentos face ao volume de trabalho, assim como a realização e aferição de objectivos e controlos estabelecidos.

Esta matéria é objecto de tratamento mais exaustivo em capítulo próprio do relatório de gestão do qual o presente relatório é um anexo, pelo que, para a obtenção de informação mais detalhada, se remete para o capítulo «Gestão de Riscos».

3 — **Limites ao exercício dos direitos de voto, direitos especiais ou existência de acordos parassociais**

Os limites ao exercício dos direitos de voto são os constantes do artigo 15.º do contrato de sociedade — de que se transcreve o respectivo extracto —, não existindo direitos especiais de algum accionista, restrições à transmissibilidade de acções, nem acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade.

Artigo 15.º — Constituição da assembleia geral:

[…]

10 — Não serão contados os votos emitidos por um accionista por si ou através de representantes:

Que excedam 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social;

Que excedam a diferença entre os votos contáveis emitidos por outros accionistas que com o accionista em causa se encontrem e, sendo o caso, na medida em que se encontrarem, em qualquer das relações previstas nos n.os 14, 15 e 16 deste artigo, e 10% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social, sendo a limitação da contagem de votos de cada accionista proporcional ao número de votos a emitir.

11 — As restrições estabelecidas no número anterior não abrangem os votos que um accionista emita como representante de outro ou outros, sem prejuízo da aplicação ao representado ou representados das limitações aí consignadas.

12 — Quando na assembleia não estiver presente a totalidade do capital social, a percentagem de votos referida no número 10 deste artigo reporta-se à totalidade dos votos presentes.

13 — […]

14 — Consideram-se abrangidos para efeito da alínea *b*) do n.º 10 deste artigo, os direitos de voto:

a) Detidos por terceiros em seu próprio nome, mas de conta do interessado;

b) Detidos, se o interessado for uma pessoa singular ou qualquer pessoa colectiva que não seja uma sociedade, por sociedades que dela dependam, por sociedades que com estas se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio, e, bem assim, por sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de grupo com qualquer das antes referidas;

c) Detidos, se o interessado for uma sociedade, por sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo e, bem assim, por quaisquer outras sociedades que se encontrem directa ou indirectamente em relação de domínio ou de grupo com estas últimas;

d) Detidos por uma sociedade na qual o interessado, por virtude de um acordo celebra do, tenha o domínio da maioria dos direitos de voto, quer por si mesmo, quer através de sociedades que se encontrem relativamente a ele em qualquer das situações a que se referem as alíneas *b*) e *c*) ou de pessoas que actuem em seu próprio nome, mas por conta do interessado ou dessas sociedades;

e) Detidos por terceiro que tenha celebrado com o interessado ou com qualquer das sociedades referidas nas alíneas *b*), *c*) e *d*) acordo que o obrigue a adoptar, através de um exercício concertado de direitos de voto, uma política comum em relação às deliberações em assembleia geral, ou à gestão da sociedade em causa ou a transferir, provisória e remuneradamente, os seus direitos de voto para o interessado ou para as sociedades referidas;

f) Que o interessado ou qualquer outra das pessoas ou entidades referidas nas alíneas anteriores possam adquirir, por sua exclusiva iniciativa, em virtude de acordo celebrado;

g) Inerentes a acções detidas em penhor ou caução pelo interessado, ou depositadas junto dele, se, no primeiro caso, os respectivos direitos de voto tiverem sido transferidos para o interessado ou se, em qualquer dos casos, a este houverem sido conferidos poderes para os exercer como entender, na ausência de instruções específicas dos seus titulares;

h) Detidos por pessoas que em relação ao interessado estejam em qualquer das situações previstas no artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários ou de preceito que o venha a modificar ou substituir.

15 — Para os efeitos do número precedente, entende-se por sociedade dependente de uma pessoa singular, ou de uma pessoa colectiva que não seja uma sociedade, a sociedade sobre a qual o interessado pode exercer, directa ou indirectamente uma influência dominante, nos termos do artigo 21.º do Código dos Valores Mobiliários, ou de preceito que venha a modificá-lo ou substituí-lo.

16 — Consideram-se ainda abrangidas, para os efeitos da alínea *b*) do n.º 10 deste artigo, em caso de oferta de aquisição, as pessoas singulares ou colectivas que, em virtude de um acordo expresso ou tácito, cooperam activamente com o oferente tendo em vista assegurar o êxito da oferta, nomeadamente através da aquisição dos valores mobiliários que dela são objecto, designadamente:

a) As pessoas singulares ou colectivas que, por acordo com o oferente, venham a adquirir, em resultado da oferta, valores mobiliários que dela são objecto;

b) Se o oferente for uma sociedade, as sociedades que com ela se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo, quaisquer outras sociedades que se encontrem, directa ou indirectamente, em relação de domínio ou de grupo com estas últimas, e ainda, se for o caso, a pessoa singular ou pessoa colectiva de que a sociedade oferente dependa, directa ou indirectamente;

c) Os membros dos órgãos de administração e de fiscalização do oferente, se este for uma sociedade;

d) As pessoas singulares ou colectivas que tenham com o oferente um contrato de sindicato de voto relativo à sociedade visada.

Capítulo IV — Órgão de administração

1 — **Composição do conselho de administração**

O conselho de administração do Banco Comercial Português, integralmente composto por membros executivos, tem a seguinte composição:

Presidente: Jorge Manuel Jardim Gonçalves.
Vice-presidentes:

Filipe de Jesus Pinhal.
Christopher de Beck.

Vogais:

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues.
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques.

Alípio Barrosa Pereira Dias.
Alexandre Alberto Bastos Gomes.
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda.
Boguslaw Jerzy Kott.

Para efeitos do Regulamento da CMVM 7/2001 e nos termos do n.º 2 do seu artigo 1.º, todos os membros do conselho de administração do Banco Comercial Português são administradores independentes, sendo que o conselho considera não existirem circunstâncias concretas atinentes a cada um dos seus membros que justifique juízo contrário, nenhum deles tendo vinculação relativamente a qualquer accionista ou grupo de accionistas em particular.

As funções exercidas pelos membros do órgão de administração do Banco em outras sociedades, incluindo outras sociedades do Grupo, são reportadas em apêndice a este relatório, assumindo particular relevo em relação a esta matéria o disposto no artigo 11.º dós estatutos da sociedade, que determina:

Artigo 11.º — Incompatibilidades:

1 — O exercício de funções em qualquer corpo social é incompatível:

a) Com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal ou sociedade com ela em relação de domínio ou de grupo;

b) Com a titularidade, directa ou indirecta, de participação superior a 2% do capital social ou dos direitos de voto em outra instituição de crédito com sede em Portugal ou que em Portugal tenha filial ou sucursal.

2 — O exercício de funções de administrador é ainda incompatível com o exercício de funções, de qualquer natureza, por investidura em cargo social ou por contrato de trabalho, em qualquer outra sociedade comercial.

3 — Exceptuam-se do disposto nos números precedentes o exercício de funções em órgãos sociais ou a titularidade de participações em sociedades nas quais o Banco Comercial Português tenha, directa ou indirectamente, participação superior a 2%, ou desde que, tratando-se de exercício de cargo social, a designação haja sido efectuada com o voto do Banco ou de sociedade por si dominada, ou que um ou outra lhe exprimam o acordo prévio.

4 — As incompatibilidades previstas nos n.os 1 e 2 determinam o impedimento do exercício das funções no Banco Comercial Português, para que a pessoa haja sido eleita, se o impedimento durar por seis meses, sem que lhe seja posto termo, determinam a perda do cargo.

2 — **Comissão executiva e outras comissões com competência em matéria de gestão**

No Banco Comercial Português não existe comissão executiva, nem outra situação que consubstancie delegação de competência em matéria de gestão.

3 — **Descrição do modo de funcionamento do órgão de administração**

Para além das competências que decorrem da lei e do facto de presidir a um órgão colegial, ao presidente do conselho de administração do Banco compete especialmente representar o conselho de administração e coordenar a actividade do conselho, bem como convocar as respectivas reuniões e a elas presidir, exercer voto de qualidade e zelar pela correcta execução das deliberações. O presidente do conselho de administração é, por inerência de funções, membro do conselho superior do Banco.

Ao(s) vice-presidente(s) compete substituir o presidente nos seus impedimentos.

Transcreve-se em seguida um mapa indicativo das principais áreas de responsabilidade pelas quais cada administrador é especialmente responsável.

Jorge Jardim Gonçalves:

Secretaria-Geral, Direcção de Formação e Desenvolvimento Profissional, Direcção de Comunicação, *Compliance Office*, *Risk Office*, Comissão de Acompanhamento do Governo da Sociedade, Comissão de Formação e Desenvolvimento Profissional, Comissão de Risco.

Filipe Pinhal:

Retalho, Crédito Imobiliário, Comissão de Crédito Doméstico, Direcção de Recursos Humanos, Comissão de Relações Sociais, Comissão de Auditoria e Segurança, IAO — Grupo de Acompanhamento das Operações Internacionais em Mercados de Afinidade, Comissão de Risco.

Christopher de Beck:

Direcção de Risco de Crédito, Banca de Investimento, Comissão de Crédito Internacional, IT, Comissão de Tecnologias e Meios, Comissão de Risco.

António Rodrigues:

Direcção de Relações com Investidores, Centro Corporativo, Direcção de Contabilidade, Direcção de Compras, Direcção de Segurança, Comissão de Activos e Passivos (ALCO), Comissão de Risco.

António Castro Henriques:

Private Banking e *Asset Management*, *Bancassurance*, Direcção Internacional, Comissão de Risco.

Alípio Dias:

Empresas e Crédito Especializado, Direcção de Auditoria, Direcção de Assessoria Jurídica, Direcção de Recuperação de Crédito, Comissão de Prevenção de Branqueamento de Capitais, Comissão de Risco.

Alexandre Bastos Gomes:

Direcção de Operações, Direcção de Títulos, Direcção de Contratação de Crédito Especializado, Unidade de Gestão de Desinvestimento Imobiliário, ActivoBank, Interbanco, Comissão de Risco.

Francisco Lacerda:

NovaBank, BankEuropa, IÇO — Grupo de Acompanhamento das Operações Internacionais Principais, Comissão de Risco.

Boguslaw Kott:

Bank Millennium, Banco Comercial de Macau, bcpbank (EUA), Comissão de Risco.

O conselho de administração reúne obrigatoriamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocado pelo seu presidente ou por dois outros administradores, tendo, no exercício de 2004, reunido 34 vezes.

Nos termos do n.º 4 do artigo 12.º do contrato de sociedade, «A caução dos administradores é fixada em 25 000 euros, sendo os encargos de contrato de seguro substitutivo da caução suportados pela sociedade, mas apenas na modalidade de excesso relativamente ao montante mínimo exigido pela lei.»

Neste sentido, cada um dos membros do conselho de administração contratou um seguro, cobrindo o eventual incumprimento das obrigações de administrador perante a sociedade ou obrigações previstas na lei, contrato ou convenção, susceptíveis de caucionamento, até ao capital de 25 000 euros por anuidade.

Complementarmente, o Banco Comercial Português contratou um seguro que garante o pagamento a terceiros das indemnizações legalmente exigíveis aos administradores da sociedade, pelas perdas ou danos resultantes de quaisquer reclamações deduzidas com fundamento em sinistro, em razão da responsabilidade civil por actos ilícitos praticados por estes, ou que lhe sejam imputáveis, quando se encontrem no exercício de funções, até ao capital de 50 280 000 euros por sinistro e agregado e anuidade.

4 — **Política de remuneração do conselho de administração**

A remuneração dos membros do conselho de administração do Banco Comercial Português é fixada anualmente pela Comissão de Remunerações e Previdência, podendo a remuneração fixada ser constituída por uma parte variável, em função dos lucros do exercício.

A remuneração e o regime de previdência dos membros do conselho de administração são objecto do artigo 12.º do contrato de sociedade, que de seguida se transcreve:

Artigo 12.º — Remunerações, regime de previdência e caução:

1 — As remunerações dos membros dos órgãos sociais e bem assim os esquemas de segurança social e de outras prestações suplementares

serão fixados por uma comissão de remunerações e previdência, composta por três accionistas e eleita em assembleia geral.

2 — As remunerações do conselho de administração podem ser constituídas por uma parte fixa e por uma parte variável, traduzida esta numa participação que não exceda os 10% dos lucros do exercício.

3 — Os administradores terão direito a reforma, devendo as respectivas condições ser fixadas pela comissão referida no n.º 1 deste artigo, a qual deverá salvaguardar os direitos já adquiridos no exercício da actividade profissional anterior dos membros administradores, e podendo ser tituladas por contrato.

4 — A caução dos administradores é fixada em 25 000 euros, sendo os encargos de contrato de seguro substitutivo da caução suportados pela sociedade, mas apenas na modalidade de excesso relativamente ao montante mínimo exigido pela lei.

5 — **Remuneração do conselho de administração**

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o montante total de remunerações auferidas pelo conjunto dos membros do órgão de administração do Banco Comercial Português, directamente ou através de sociedades que com este estão em relação de domínio ou de grupo, foi de 31 323 milhares de euros, constituindo 4273 milhares de euros a componente de remunerações fixas e 27 050 milhares de euros a componente de remunerações variáveis.

A remuneração variável indicada corresponde a 6,2% dos resultados líquidos relativos ao exercício de 2003, sendo assim inferior ao limite estatutariamente fixado.

A remuneração variável relativa aos resultados do exercício de 2004 será oportunamente objecto de deliberação pela Comissão de Remunerações e Previdência, pelo que o seu valor não se encontra ainda fixado.

Os encargos com dotações para fundos de pensões e apólices de seguro de complemento de reforma de membros do conselho de administração ascenderam a 6724 milhares de euros.

É entendimento da Comissão de Remunerações e Previdência e do conselho de administração que, sendo a solidariedade da administração reflectida de modo mais correcto através da evolução da remuneração agregada, por atenção à natureza colegial daquele órgão social, cujos membros, além de terem todos funções executivas, são igual e solidariamente responsáveis pela vida social, não deverá proceder-se à discriminação individual das remunerações.

Apêndice ao relatório sobre o governo da sociedade

Cargos desempenhados pelos membros do conselho de administração do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2004:

Presidente:

Jorge Manuel Jardim Gonçalves:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Presidente do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.
Presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.
Presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.
Presidente do conselho de administração do Interbanco, S. A.
Presidente do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração do NovaBank, S. A.
Presidente do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A.
Presidente do conselho de administração da bcp holdings (USA), inc.
Presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Outros cargos desempenhados em entidades directa ou indirectamente participadas:

Membro do conselho de administração do Banco de Sabadell, S. A.
Membro do conselho de administração da Banca Intesa, S.p.A.
Membro do Board of Directors da Association Achmea.
Vice-presidente do Supervisory Board da Eureko, B.V.
Vice-presidente da Direcção da Associação Portuguesa de Bancos em representação do Banco Comercial Português, S. A.

Vice-presidente:

Filipe de Jesus Pinhal:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Vice-presidente do conselho de administração do Banco de Investimento Imobiliário, S. A.
Presidente do Conseil de Surveillance do Banque BCP, S. A. S.
Membro do conselho de administração da bcp holdings (USA), inc.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da
Gerente do BII Internacional, SGPS, L.da

Vice-presidente:

Christopher de Beck:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Vice-presidente do conselho de administração do BCP Investimento — Banco Comercial Português de Investimento, S. A.
Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S. A.
Membro do conselho de administração do NovaBank, S. A.
Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A.
Membro do conselho de administração da bcp holdings (USA), inc.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Vice-presidente do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Outros cargos:

Membro da Direcção da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Económico e a Cooperação.

Vogal:

António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Membro do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Membro do conselho de administração da bcp holdings (USA), inc.
Vice-presidente do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Vogal:

António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Vice-presidente do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.
Presidente do conselho de administração da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SGPS, S. A.
Presidente do conselho de administração da Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros, S. A.
Presidente do conselho de administração da Ocidental — Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S. A.
Presidente do conselho de administração da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.
Presidente do conselho de administração da Império Bonança — Companhia de Seguros, S. A.

Presidente do conselho de administração da Império Bonança, SGPS, S. A.
Presidente do conselho de administração da Seguro Directo Gere — Companhia de Seguros, S. A.
Membro do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Membro do conselho de administração do Banco Comercial de Macau, S. A.
Membro do conselho de administração da bcp holdings (USA), inc.
Presidente do conselho de administração do Banque Privée BCP (Suisse), S. A.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Vogal:

Alípio Barrosa Pereira Dias:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Vice-presidente do Conseil de Surveillance da Banque BCP, S. A. S.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente daVSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.da
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Outros cargos:

Presidente do conselho de administração da CVP — Sociedade de Gestão Hospitalar, S. A.
Presidente do conselho fiscal da Fundação Oriente.
Presidente do conselho fiscal da Associação dos Oficiais de Reserva Naval.
Membro do conselho geral da Fundação Portuguesa de Cardiologia.
Curador da Fundação Cidade de Lisboa.
Curador da Fundação O Século.
Vogal da Junta Directiva da Casa de Bragança.
Presidente do conselho fiscal da Escola de Gestão da Universidade do Porto.
Presidente da assembleia distrital do PSD Porto.
Presidente do conselho fiscal da Associação dos ex-Deputados.
Curador da Fundação Manuel Cargaleiro.
Membro do conselho fiscal da Associação Fiscal Portuguesa.

Vogal:

Alexandre Alberto Bastos Gomes:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Membro do conselho de administração da Seguros e Pensões Gere, SGPS, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração da Millenniumbcp Fortis Grupo Segurador, SGPS, S. A.
Membro do conselho de administração da Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração da Império Bonança, SGPS, S. A.
Membro do conselho de administração do Interbanco, S. A.
Membro do conselho de administração do Banco ActivoBank (Portugal), S. A.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente daVSC — Aluguer de Veículos sem Condutor, L.da
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Cargos desempenhados em outras entidades directa ou indirectamente participadas:

Membro do conselho de administração do Managerland, S. A.
Membro do conselho de administração da SIBS — Sociedade Interbancária de Serviços, S. A.

Vogal:

Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Membro do Supervisory Board do Bank Millennium, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração do NovaBank, S. A.
Vice-presidente do conselho de administração do BankEuropa Bankasi, S. A.
Membro do conselho de administração da ServiBanca — Empresa de Prestação de Serviços, A. C. E.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Vogal:

Boguslaw Jerzy Kott:

Outros cargos desempenhados em entidades do Grupo:

Presidente do Management Board e «CEO» do Bank Millennium, S. A.
Membro do Supervisory Board do Powszechny Zaklad Ubezpieczen — PZU, S. A.
Presidente do Supervisory Board do Millennium Dom Maklerski, S. A.
Presidente do Supervisory Board do BIG-BG Inwestycje.
Presidente do Supervisory Board da Bel Leasing Sp.z.o.o.
Membro do conselho de administração da Fundação Banco Comercial Português.
Gerente da BCP Participações Financeiras, SGPS, Sociedade Unipessoal, L.da
Gerente da BCP Internacional II, Sociedade Unipessoal, SGPS, L.da

Posição accionista e obrigacionista dos órgãos de administração e fiscalização

A posição accionista e obrigacionista dos órgãos de administração e fiscalização do Banco Comercial Português, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, é a seguinte:

Accionistas/ obrigacionistas	Título	Número de títulos em 31 de Dez. de 2004	Número de títulos em 31 de Dez. de 2003	Movimento em 2004			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário (euros)
Jorge Manuel Jardim Gonçalves	Acções BCP	6 000 000	5 509 800	10 200	–	26 de Janeiro de 2004	1,74
		–	–	10 000	–	27 de Janeiro de 2004	1,75
		–	–	10 000	–	28 de Janeiro de 2004	1,74
		–	–	60 000	–	21 de Abril de 2004	1,97
		–	–	105 000	–	22 de Abril de 2004	1,95
		–	–	95 000	–	23 de Abril de 2004	1,93
		–	–	20 000	–	4 de Agosto de 2004	1,70
		–	–	15 000	–	5 de Agosto de 2004	1,72
		–	–	15 000	–	6 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	15 000	–	9 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	15 000	–	10 de Agosto de 2004	1,74
		–	–	10 000	–	11 de Agosto de 2004	1,74
		–	–	10 000	–	12 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	10 000	–	13 de Agosto de 2004	1,72
		–	–	9 000	–	2 de Setembro de 2004	1,72
		–	–	9 000	–	3 de Setembro de 2004	1,72
		–	–	9 000	–	6 de Setembro de 2004	1,74
		–	–	9 000	–	7 de Setembro de 2004	1,77
		–	–	9 000	–	8 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	9 000	–	9 de Setembro de 2004	1,78
		–	–	9 000	–	10 de Setembro de 2004	1,79
		–	–	9 000	–	13 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	9 000	–	14 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	9 000	–	15 de Setembro de 2004	1,80
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3 000	3 000	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	235 137	235 137	–	–	–	–
	Obrig. BCPA Capital Garantido Internet (99/04)	–	500	–	(*b*) 500	3 de Dezembro de 2004	–
	Obrig. BCP Capital Garantido Telecomunic. Móveis (00/05)	200	200	–	–	–	–
	Obrig. BCP Finance Bank Convertíveis 4,75% (01/11)	10	10	–	–	–	–
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	2 400 000	2 100 000	12 500	–	3 de Agosto de 2004	1,74
		–	–	12 500	–	4 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	12 500	–	6 de Agosto de 2004	1,70
		–	–	12 500	–	9 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	15 000	–	9 de Agosto de 2004	1,72
		–	–	15 000	–	10 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	20 000	–	11 de Agosto de 2004	1,74
		–	–	10 000	–	12 de Agosto de 2004	1,74
		–	–	10 000	–	13 de Agosto de 2004	1,73
		–	–	30 000	–	16 de Agosto de 2004	1,72
		–	–	15 000	–	3 de Setembro de 2004	1,72
		–	–	15 000	–	7 de Setembro de 2004	1,74
		–	–	15 000	–	7 de Setembro de 2004	1,72
		–	–	15 000	–	8 de Setembro de 2004	1,77
		–	–	15 000	–	9 de Setembro de 2004	1,80

Accionistas/ obrigacionistas	Título	Número de títulos em 31 de Dez. de 2004	Número de títulos em 31 de Dez. de 2003	Movimento em 2004			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário (euros)
Filipe de Jesus Pinhal	Acções BCP	–	–	15 000	–	13 de Setembro de 2004	1,78
		–	–	5 000	–	13 de Setembro de 2004	1,79
		–	–	5 000	–	14 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	5 000	–	15 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	5 000	–	16 de Setembro de 2004	1,80
		–	–	5 000	–	17 de Setembro de 2004	1,78
		–	–	5 000	–	20 de Setembro de 2004	1,79
		–	–	5 000	–	22 de Setembro de 2004	1,78
		–	–	5 000	–	22 de Setembro de 2004	1,79
		–	–	5 000	–	24 de Setembro de 2004	1,78
		–	–	5 000	–	24 de Setembro de 2004	1,76
		–	–	5 000	–	27 de Setembro de 2004	1,75
		–	–	5 000	–	28 de Setembro de 2004	1,76
	Capital BCP 2005 (*a*)	70 028	70 028	–	–	–	–
	Obrig. BCP Finance Bank Convertíveis 4,75% (01/11)	10	10	–	–	–	–
	Acções Prefer. Perpétuas Série C — BCP Finance Company	3 500	–	3 500	–	7 de Junho de 2004	100,03
Christopher de Beck	Acções BCP	1 059 491	1 059 491	–	–	–	–
	Acções Bank Millennium (Polónia)	95 000	95 000	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	57 073	57 073	–	–	–	–
António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues	Acções BCP	1 977 000	1 476 679	100 000	–	23 de Janeiro de 2004	1,74
		–	–	321	–	2 de Fevereiro de 2004	1,75
		–	–	100 000	–	16 de Março de 2004	1,98
		–	–	100 000	–	19 de Julho de 2004	1,78
		–	–	100 000	–	20 de Outubro de 2004	1,75
		–	–	100 000	–	25 de Novembro de 2004	1,91
	Capital BCP 2005 (*a*)	79 375	79 375	–	–	–	–
António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques	Acções BCP	1 150 000	972 365	165 000	–	22 de Outubro de 2004	1,76
		–	–	12 635	–	27 de Outubro de 2004	1,77
	Capital BCP 2005 (*a*)	65 259	65 259	–	–	–	–
Alípio Barrosa Pereira Dias	Acções BCP	170 000 900	170 000	(*c*) 900	–	21 de Dezembro de 2004	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	7 282	7 244	(*c*) 38	–	21 de Dezembro de 2004	–
	Obrig. BCPA Capital Garantido Internet (99/04)	–	250	–	250	13 de Julho de 2004	97,16
	Obrig. BCP Finance Bank Grandes Marcas Mundiais II (02/06)	–	375	–	375	16 de Julho de 2004	96,81
Alexandre Alberto Bastos Gomes	Acções BCP	505 918	441 418	64 500	–	18 de Agosto de 2004	1,70
	Capital BCP 2005 (*a*)	23 742	23 742	–	–	–	–
	Obrig. Caixa Cisf Investimento Real (99/06)	2 000	2 000	–	–	–	–
	Obrig. BCP/SFI EuroStoxx 50 (00/04)	–	499	–	(*b*) 499	28 de Maio de 2004	–
	Obrig. BCP/SFI Rendimento 6% (00/04)	–	499	–	(*b*) 499	31 de Maio de 2004	–
	Obrig. BCP Finance Bank Rendimento Top (01/06)	75	75	–	–	–	–
Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda	Acções BCP	575 000	475 000	20 000	–	19 de Julho de 2004	1,77
		–	–	40 000	–	20 de Julho de 2004	1,79
		–	–	40 000	–	21 de Julho de 2004	1,79
	Capital BCP 2005 (*a*)	21 021	21 021	–	–	–	–
	Obrig. BCP Finance Bank Alternative World (01/09)	25	25	–	–	–	–

Accionistas/ obrigacionistas	Título	Número de títulos em 31 de Dez. de 2004	Número de títulos em 31 de Dez. de 2003	Movimento em 2004			
				Aquisições	Alienações	Data	Preço unitário (euros)
Boguslaw Jerzy Kott	Acções BCP	–	–	–	–	–	–
	Acções Bank Millennium (Polónia)	3 023 174	3 023 174	–	–	–	–
Ricardo Manuel Simões Bayão Horta	Acções BCP	267 607	267 607	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	12 000	12 000	–	–	–	–
	BCP Finance Bank EUR Credit Linked Notes — Brisa May/2008	200	–	200	–	10 de Setembro de 2004	100,00
Mário Augusto de Paiva Neto	Acções BCP	42 000	42 000	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	1 794	1 794	–	–	–	–
Mário Branco Trindade	Acções BCP	41 085	41 085	–	–	–	–
José Eduardo de Faria Neiva dos Santos	Acções BCP	–	–	–	–	–	–
	Obrig. BCPI Rendimento (Mar/05)	200	200	–	–	–	–
Cônjuge/filhos menores							
Maria d'Assunção J. Gonçalves	Acções BCP	2 200 000	2 200 000	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	93 571	93 571	–	–	–	–
Teresa Maria A. M. Rato Beck	Acções BCP	2 329	2 329	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	38	38	–	–	–	–
Barbara Janet Gray Rodrigues	Acções BCP	81 500	81 442	58	–	2 de Fevereiro de 2004	1,75
	Capital BCP 2005 (*a*)	4 376	4 376	–	–	–	–
Maria do Rosário Salema Garção Castro Henriques	Acções BCP	201 793	201 793	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	8 565	8 565	–	–	–	–
	Obrig. BCPA Capital Garantido Internet (99/04)	–	200	–	(*b*) 200	3 de Dezembro de 2004	–
	Obrig. BCP Capital Garantido Telecomunic. Móveis (00/05)	400	400	–	–	–	–
	Obrig. BCP/SFI EuroStoxx50 (00/04)	–	150	–	(*b*) 150	28 de Maio de 2004	–
	Obrig. BCP/SFI Rendimento 6% (00/04)	–	150	–	(*b*) 150	31 de Maio de 2004	–
	Obrig. BCP Finance Bank EUR Inflation — Lk Notes (Maio/10)	200	200	–	–		–
Rita Salema Garção C. Henriques	Acções BCP	1 141	1 141	–	–		–
	Capital BCP 2005 (*a*)	38	38	–	–		–
Maria Manuel Félix F. Forte Pereira Dias	Acções BCP	–	900	–	(*b*) 900	21 de Dezembro de 2004	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	–	38	–	(*b*) 38	21 de Dezembro de 2004	–
Rosa Amélia Moutinho Martins	Acções BCP	1 401	1 401	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	56	56	–	–	–	–
	Obrig. BCP/SFI Alta Poupança Variável (Jul/04)	–	500	–	(*b*) 500	8 de Julho de 2004	–
Maria Flora Silva M. Paiva Neto	Acções BCP	1 800	1 800	–	–	–	–
	Capital BCP 2005 (*a*)	74	74	–	–	–	–

O Conselho de Administração: *Jorge Manuel Jardim Gonçalves*, presidente — *Filipe de Jesus Pinhal*, vice-presidente — *Christopher de Beck*, vice-presidente — *António Manuel de Seabra e Melo Rodrigues*, vogal — *António Manuel Pereira Caldas de Castro Henriques*, vogal — *Alípio Barrosa Pereira Dias*, vogal — *Alexandre Alberto Bastos Gomes*, vogal — *Francisco José Queiroz de Barros de Lacerda*, vogal — *Boguslaw Jerzy Kott*, vogal.

2008931749